

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**  
**Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - FAFICH**  
**Programa de Pós-Graduação em História- PPGH**

Marina Mesquita Camisasca

**“O LATIFÚNDIO É O DIABO”:**  
**resistências camponesas em Minas Gerais**  
**(1964-1988)**

Belo Horizonte (MG),

2022

Marina Mesquita Camisasca

**“O LATIFÚNDIO É O DIABO”:  
resistências camponesas em Minas Gerais  
(1964-1988)**

Versão Final

Tese apresentada ao Programa de Pós-  
Graduação em História da Universidade  
Federal de Minas Gerais como requisito  
parcial para a obtenção do título de Doutor em  
História.

Orientadora: Prof. Dra. Miriam Hermeto de Sá  
Motta

Belo Horizonte (MG),  
2022

981.51 Camisasca, Marina Mesquita.  
C1831 "O latifúndio é o diabo" [manuscrito]: resistências  
2022 camponesas em Minas Gerais (1964-1988) / Marina  
Mesquita Camisasca. - 2022.  
313 f.  
Orientadora: Míriam Hermeto de Sá Motta .  
  
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas  
Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.  
Inclui bibliografia.  
  
1. História - Teses. 2. Camponeses - Teses. 3. Minas  
Gerais – História - Teses. 5. Movimentos sociais - Teses.  
I. Hermeto, Míriam. II. Universidade Federal de Minas  
Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.  
III. Título.

Ficha catalográfica elaborada por Vilma Carvalho de Souza - Bibliotecária - CRB-6/1390



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS



FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS

HUMANAS



HISTÓRIA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

## FOLHA DE APROVAÇÃO

**"O latifúndio é o diabo': resistências camponesas em Minas**

**Gerais (1964-1988)" Marina Mesquita Camisasca**

Tese aprovada pela banca examinadora constituída pelos

Professores:

Profa. Dra. Miriam Hermeto de Sa  
Motta - Orientadora UFMG

Prof. Dr.  
Rodrigo Patto  
Sá Motta  
UFMG

Profa. Dra. Leonilde  
Servolo de Medeiros  
UFRRJ

Prof. Dr. Marco Antonio  
dos Santos Teixeira Freie  
Universität Berlin

Prof. Dr.  
Arnaldo José



Zangelmi  
UFOP

Belo Horizonte, 24 de fevereiro de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Leonilde Servolo de Medeiros, Usuário Externo**, em 15/03/2022, às 10:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Patto Sa Motta, Membro**, em 15/03/2022, às 11:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---

Documento assinado eletronicamente por **Arnaldo José Zangelmi, Usuário Externo**, em 15/03/2022, às 12:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do



Documento assinado eletronicamente por **Marco Antonio dos Santos Teixeira, Usuário Externo**, em 16/03/2022, às 21:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Miriam Hermeto de Sa Motta, Professora do Magistério Superior**, em 17/03/2022, às 10:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufmg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1238308** e o código CRC **2519D994**.

---

Referência: Processo nº 23072.207136/2022-14

SEI nº 1238308

*Para Beatriz, Cristina e Julieta: filha, mãe e avó.*

## **AGRADECIMENTOS**

Elaborar uma tese de doutorado em meio a uma pandemia global não foi tarefa simples. Precisei contar com ajuda para conseguir escrever ao mesmo tempo que tinha que cuidar da casa e, principalmente, de uma filha pequena. Por isso, não poderia deixar de agradecer, primeiramente, à minha mãe, Cristina, sem ela este texto não existiria. Muito obrigada mãe por cuidar tão bem da Beatriz, todas as tardes, enquanto eu escrevia.

Agradeço aos professores Leonilde Servolo de Medeiros, Rodrigo Patto Sá Motta, Arnaldo Zangelmi e Marco Antônio Teixeira que se dispuseram a participar da banca de defesa desta tese. Agradeço também ao professor e amigo Samuel Rodrigues de Oliveira por ter participado do exame de qualificação. Agradeço à CAPES por ter me concedido uma bolsa de pesquisa, que me permitiu cursar o doutorado com um pouco mais de tranquilidade; e à UFMG, universidade pública de qualidade na qual realizei toda a minha formação, especialmente ao Programa de Pós-Graduação em História, que me recebeu no mestrado e agora no doutorado. Agradeço ainda às instituições de pesquisa que me franquearam o acesso aos documentos, em especial à Comissão Pastoral da Terra de Minas Gerais, que me permitiu ver toda a sua documentação sem que essa estivesse organizada e ao Arquivo Público Mineiro, meu primeiro local de trabalho e pesquisa, ainda nos tempos da graduação.

Além disso, gostaria de agradecer às várias pessoas que construíram comigo essa caminhada de pesquisa, que em hipótese alguma foi solitária, ainda bem! Primeiramente agradeço à minha orientadora Miriam Hermeto, que acredita no coletivo e compartilha com seus orientandos conhecimentos e sentimentos. As nossas reuniões de orientação sempre foram para mim momentos de muito aprendizado, não só em História, mas para vida. Por isso devo agradecer ainda aos meus colegas de orientação: Bruno, Alysson, Camila, Gabriela, Rodrigo, Ana Ianeles, Nádyá, Júlia, Marcus, Rubens, Luidy, Nathália e Ana Hosken, obrigada pelas reuniões sobre as pesquisas, sempre proveitosas e divertidas, mesmo à distância. Ao Bruno devo um agradecimento especial, pois sempre estive interessado em ler e discutir comigo os rumos da pesquisa. Agradeço ao colega de doutorado e amigo Henrique Sobral, que dividiu comigo a tarefa de ministrar uma disciplina sobre a questão agrária nas ditaduras brasileiras, além de compartilhar conhecimento sobre a temática que tanto nos atrai. Aprendi muito com você, Henrique, e suas leituras e apontamentos sobre meus textos foram enriquecedores. Agradeço também aos colegas do Núcleo de História Oral (NHO), também aprendi muito com vocês! Em



especial, agradeço ao Gabriel Amato, que sempre se mostrou disponível para indicar bibliografia e discutir os textos.

A amizade foi algo extremamente importante para me manter firme e forte durante esses anos. Fiz amigos incríveis no doutorado e com eles dividi momentos inesquecíveis: Hélia, Isabelinha, João Teófilo, Pedro, Bruno, Thayná e Thaís obrigada pelo tempo que passamos juntos. Também fiz grandes amigos no período em que trabalhei na Comissão da Verdade em Minas Gerais (COVEMG) e com eles compartilhei muitos aspectos desta pesquisa e, também, da vida: Thelma, Fernanda, Carol e Thiago, obrigada pelas conversas intermináveis sobre camponeses, “almas gêmeas”, maternidade, casamento e diversos outros assuntos. Robson, obrigada por confiar plenamente no trabalho de todos os pesquisadores da subcomissão “dos camponeses”, a sua condução foi essencial para que o nosso relatório se tornasse realidade.

Devo agradecer também à equipe do documentário “Arqueologia do DOPS-MG”, Sânzio, Thelma, Pedro, Ângela, Pauline, Denise e Déborah, foi um prazer fazer parte da pesquisa deste filme, as minhas tardes de sábado, durante a pandemia, foram de muita troca e aprendizado junto com vocês!

Tenho ainda que agradecer aos meus amigos mais antigos, dos tempos da organização do arquivo do DOPS/MG, que sempre me incentivaram a fazer doutorado e acreditaram em mim quando eu mesma duvidava: Priscilla, Letícia, Nelyane, Samuel, Raquel e Emerson vocês são demais! Obrigada queridos tenho uma admiração enorme por vocês. À minha amiga mais antiga, Martha, da época do colégio, agradeço a amizade tão terna e presente, sempre.

Gostaria de agradecer também às pessoas que vivenciaram os fatos que analiso neste trabalho e que se dispuseram a contá-los, não apenas a mim, mas também a outros pesquisadores. O depoimento de vocês foi essencial para essa tese, obrigada por falarem sobre situações tão difíceis. Em especial agradeço à Cida Miranda, que muito apoiou o trabalho na COVEMG e se dispôs a conversar comigo, mesmo à distância, por longas horas; e, também, ao Carlos Melgaço, que trabalhou na COVEMG, prestou precioso depoimento à Comissão, era pessoa que eu admirava imensamente e hoje habita em plano superior.

Tive, ao longo da caminhada como historiadora, pessoas que muito me ensinaram, verdadeiros professores e a eles devo agradecer. Luiz Carlos Villalta, meu primeiro orientador na graduação; Rodrigo Patto Sá Motta, meu orientador no projeto DOPS/MG e no mestrado; Renato Pinto Venâncio, meu chefe no APM; Osias Ribeiro Neves, meu

chefe no Escritório de Histórias e Miriam Hermeto, minha orientadora e parceira de trabalhos, aprendi muito com vocês, obrigada pelos ensinamentos e exemplos.

A família também foi fundamental para minha formação intelectual e moral e além da minha mãe devo agradecer ao meu pai, Toninho. Amo vocês e agradeço por tudo que fizeram e ainda fazem por mim. Agradeço à minha querida irmã Flávia por compartilhar comigo toda uma vida, não sei o que seria de mim sem você. Ela ainda me brindou com uma nova função, vou me tornar tia do Thomás, quanta alegria!!! Ganhei também, recentemente, um “novo” irmão, Vinícius, obrigada por estar sempre interessado em saber da pesquisa. A minha avó Juca agradeço por todo aprendizado, vó você é meu exemplo de força, alegria e determinação, te amo demais. Minhas tias Paula, Lulu, Mônica e Claudinha são queridas incentivadoras da vida e a elas agradeço todo amor compartilhado. As minhas primas Mariana, Bárbara e Luísa sou grata pela amizade e as conversas sobre família, tão importantes para entendermos quem somos nós, as mulheres “Mesquita”. Ao André agradeço o tempo de leveza e felicidade compartilhados, mesmo em época tão difícil. Às crianças “Mesquita” agradeço a alegria e os momentos de descontração, em especial à Beatriz, filha amada que trouxe luz para minha vida. Filha tudo que faço é pensando em você e na sua felicidade, te amo mais que o infinito.

*É tão difícil viver entre a miséria e a fome  
Senti-la na carne e ter que ficar parado, calado  
É tão difícil entender como homens armados  
Expulsam outros homens das terras em que  
Eles nasceram e se criaram, que são deles  
Por direito para lá plantarem nada, nada*

*É tão difícil entender como o governo pode permitir  
Que os homens saiam do campo e venham  
Para a cidade criar mais miséria, criar mais fome.*

*(Trecho da música “Miséria e Fome”, Inocentes, 1982)*

**RESUMO:** A presente tese procura analisar as resistências camponesas em situações de conflitos de terra ocorridas em Minas Gerais, no período compreendido entre 1964, início da ditadura militar no Brasil, e 1988, ano da promulgação da Nova Constituição brasileira. Para isso, utiliza-se de uma gama variada de fontes, entre elas, documentos produzidos e apreendidos pela polícia política mineira, entrevistas orais, acervos da Comissão Pastoral da Terra, tanto regional quanto nacional, além de documentação produzida pelo sindicalismo rural e por outros movimentos sociais. A partir do cruzamento dessas fontes foi possível notar a diversidade das resistências no campo em período de forte repressão e tentativa de controle da mobilização camponesa. Apesar da repressão as resistências camponesas não desapareceram durante o regime militar e foram essenciais para as futuras conquistas de terras no estado. Nesta luta para permanecerem nas terras em que viviam e que estavam sendo expulsos, os camponeses contaram com o apoio de alguns grupos de mediadores, que exerceram papel fundamental nessas resistências e que também são objeto de análise neste trabalho. No período deste estudo, os camponeses procuraram resistir ao latifúndio, que era o principal agente responsável pelas ameaças e tentativas de expulsão das terras. São sobre essas resistências ao latifúndio no estado de Minas Gerais que esta tese se debruça, procurando refletir tanto sobre as suas generalidades quanto sobre as especificidades de alguns casos aqui considerados como emblemáticos.

**Palavras-chave:** Camponeses, resistências, Minas Gerais, conflitos de terra.

**ABSTRACT:** This dissertation seeks to analyze peasant resistance in land conflict situations that took place in Minas Gerais between 1964, the beginning of the Brazilian military dictatorship, and 1988, the year of the promulgation of the new Brazilian Constitution. In order to do so, it uses a wide range of sources, including documents produced and confiscated by the Minas Gerais Political Police, oral interviews, Pastoral Land Commission collections, both at regional and national levels, as well as documentation produced by rural unions and others social movements. By crossing these sources, it was possible to notice the diversity of resistance in the countryside during a period of intense repression and attempts to control peasant mobilization. Despite the repression, peasant resistance did not disappear during the military regime and was essential for future land conquests in the state. In the struggle to remain in the lands where they lived and from which they were being expelled, the peasants had the support of some groups of mediators, who played a fundamental role in these resistances, which are also the object of analysis in this work. In the period analyzed in this study, the peasants attempted to resist the Latifundium, which was the main agent responsible of threats and attempts to evict them from the land. This dissertation focuses on these resistances to large estates in the state of Minas Gerais, seeking to reflect both on its generalities and on the specifics of some cases that are considered emblematic.

**Key-Words:** Peasants, resistances, Minas Gerais, land conflicts.

## **Lista de siglas**

ABRA - Associação Brasileira de Reforma Agrária

ALMG – Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais

ANC – Assembleia Nacional Constituinte

AP – Ação Popular

APM – Arquivo Público Mineiro

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

CEB – Comunidade Eclesial de Base

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CNV – Comissão Nacional da Verdade

CODEVASF – Companhia de Desenvolvidmentos dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

CONTAG – Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura

COSEG – Coordenadoria Geral de Segurança

COVEMG – Comissão da Verdade em Minas Gerais

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DOI – Destacamento de Operações e Informações

DOPS-MG – Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais

FAEMG – Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais

FETAEMG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais

FUNRURAL – Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural

GRET – Grupo de Trabalho sobre o Estatuto da Terra

IEF – Instituto Estadual de Florestas

IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INDA – Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário

INIC – Instituto Nacional de Irrigação e Colonização

IPM – Inquérito Policial Militar

MIRAD – Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário

MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização

MSR – Movimento Sindical Rural  
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra  
PFL – Partido da Frente Liberal  
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro  
PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária  
PCB – Partido Comunista Brasileiro  
PO – Pastoral Operária  
PRORURAL – Programa de Assistência ao Trabalhador Rural  
PSD – Partido Social Democrático  
PT – Partido dos Trabalhadores  
RURALMINAS – Fundação Rural Mineira  
SNI – Serviço Nacional de Investigação  
STR – Sindicato de Trabalhadores Rurais  
SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste  
SUDENOR – Superintendência de Desenvolvimento do Norte de Minas  
SUPRA – Superintendência de Política Agrária  
UDPR – Unidade de Defesa do Produtor Rural  
UDR – União Democrática Ruralista

## Lista iconográfica

- Mapa Conflitos de terra em Minas Gerais por região do Estado (1964-1988) .....77
- Fotografias de imagens de microfilme do suposto suicídio de Adelino Pereira Guimarães na cadeia de Itabira (MG).....87
- Fotografia de cartaz do 1º Congresso Estadual dos Trabalhadores Rurais.....113
- Fotografia de parte de cartilha que conta a história de Eloy Ferreira da Silva.....122
- Fotografia de página de boletim contendo textos em homenagem a Eloy Ferreira da Silva.....122
- Fotografias da assembleia de fundação do STR de Unaí, 17/05/1981..... 124 e 125
- Fotografia de Cida, a presidente do STR de Unaí, em 1985.....127
- Fotografia da residência de Júlio Rodrigues de Miranda na fazenda Riacho dos Cavalos, em 1985.....128
- Fotografia de capa de material produzido pela CUT-MG: “Só a luta faz a lei” .....163
- Fotografia de Saluzinho em fins da década de 1980.....176
- Fotografia de Daniel e Manoel e pesquisador na gruta onde Saluzinho se refugiou.....176
- Fotografia de Manoel e Daniel em frente à casa da família em Itacarambi..... 178
- Fotografia dos fundos da mesma casa.....179
- Fotografia do Coronel Georgino Jorge de Souza em reunião com a Comissão Especial da Secretaria de Segurança do Estado de Minas Gerais no ano de 1973.....188
- Fotografia de ato público ocorrido em Cachoeirinha em 31/07/1982.....194
- Fotografia do povoado de Cachoeirinha, em 1985.....198
- Fotografia da antiga sede da fazenda Caitité, que hoje faz parte do assentamento Caitité.....201
- Fotografia da piscina situada na antiga sede da fazenda Caitité, que hoje faz parte do assentamento Caitité.....201
- Fotografia de cópia de planta da Colônia Agropecuária do Menino e da cidade Marina.....204
- Fotografia de homenagem a Eloy Ferreira da Silva e protesto por sua morte em 1984.....212
- Fotografia do cortejo fúnebre de Eloy de Ferreira da Silva.....212
- Fotografia de residência destruída na Fazenda São Pedro.....216
- Fotografia de camponeses feridos no hospital Santa Mônica, em Unaí.....218



- Fotografia de Pedro Mendes de Queiroz em depoimento para COVEMG.....	240
- Fotografia de Maria de Jesus Dias Reis, em depoimento para COVEMG.....	242
- Fotografia de Cipriana da Cruz Rodrigues.....	252
- Fotografia de dois filhos de Júlio Rodrigues, Eunice e Rogério, de 9 e 7 anos e o vizinho Benito, de 7 anos, junto ao corpo do pai que acabara de ser assassinado.....	253
- Fotografia de cemitério situado na Fazenda Riacho dos Cavalos, local onde Júlio Rodrigues foi enterrado.....	255
- Fotografias do Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva.....	262 e 263
- Fotografias de marco memorial edificado em homenagem a Cleomar Rodrigues de Almeida na entrada do assentamento Unidos com Deus Venceremos.....	264
- Fotografias de área externa e interna da casa que pertenceu ao Coronel Georgino Jorge.....	266

## SUMÁRIO

<b>Introdução .....</b>	<b>19</b>
<b>Capítulo 1 – O meio rural e as resistências camponesas.....</b>	<b>42</b>
<i>1.1 Os camponeses resistentes e a ditadura militar.....</i>	<i>42</i>
<i>1.2 O que mudou no período de transição democrática.....</i>	<i>54</i>
<i>1.3 O estado de Minas Gerais (1964-1988) .....</i>	<i>65</i>
<i>1.4 As resistências camponesas em Minas Gerais .....</i>	<i>75</i>
<b>Capítulo 2 – Os mediadores.....</b>	<b>91</b>
<i>2.1 Sindicalismo rural: CONTAG, FETAEMG e STR's.....</i>	<i>92</i>
<i>2.2 Ação Popular (AP).....</i>	<i>131</i>
<i>2.3 Comissão Pastoral da Terra (CPT).....</i>	<i>145</i>
<i>2.4 Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Central Única dos Trabalhadores (CUT) e Partido dos Trabalhadores (PT).....</i>	<i>154</i>
<b>Capítulo 3 – Casos emblemáticos.....</b>	<b>167</b>
<i>3.1 A resistência individual de Saluzinho.....</i>	<i>167</i>
<i>3.2 Resistências coletivas: os conflitos em Cachoeirinha e nas fazendas Menino, São Pedro e Barreiro.....</i>	<i>180</i>
<i>    3.2.1 Cachoeirinha.....</i>	<i>180</i>
<i>    3.2.2 Fazenda Menino.....</i>	<i>202</i>
<i>    3.2.3 Fazenda São Pedro .....</i>	<i>214</i>
<i>    3.2.4 Fazenda Barreiro.....</i>	<i>223</i>
<b>Capítulo 4 – Memórias traumáticas.....</b>	<b>232</b>
<i>4.1 As memórias camponesas.....</i>	<i>236</i>
<i>    4.1.1 Silêncio e esquecimento.....</i>	<i>236</i>
<i>    4.1.2 Lembrança como ato político.....</i>	<i>251</i>
<i>4.2 A importância dos lugares de memória.....</i>	<i>261</i>
<b>Considerações finais.....</b>	<b>269</b>

<b>Fontes .....</b>	<b>262</b>
<b>Bibliografia .....</b>	<b>285</b>
<b>Anexos.....</b>	<b>305</b>
<i>Anexo 1 – Listagem dos conflitos de terra em Minas Gerais no período de 1964 a 1988.....</i>	<i>305</i>
<i>Anexo 2 – Relação das fazendas desapropriadas em Minas Gerais no período de 1964 a 1988 .....</i>	<i>314</i>

## Introdução

A história política, nas últimas décadas, vivenciou uma renovação nos métodos, conceitos e formas de abordagem. Fontes inéditas possibilitaram o estudo de novos temas e modificaram os enfoques dados a objetos de pesquisas tradicionais. De acordo com René Rémond, a nova história política passou a integrar todos os atores, mesmo os mais modestos. Esse ramo da história perdeu o seu caráter elitista e individualista e passou a eleger as “massas” como objeto central.<sup>1</sup>

Inserida neste território da história política renovada, esta tese procura realizar uma análise sobre as resistências camponesas<sup>2</sup> em situações de conflitos de terra no estado de Minas Gerais, com enfoque no político. Segundo Pierre Rosanvallon, o político se refere

“tanto [a] uma modalidade de existência da vida comum, quanto uma forma de ação coletiva que se distingue implicitamente do exercício da política. Referir-se ao político e não à política, é falar do poder da lei, do Estado e da nação, da igualdade e da justiça, da identidade e da diferença, da cidadania e da civilidade; em suma, tudo aquilo que constitui a *pólis* para além do campo imediato da competição partidária pelo exercício do poder, da ação governamental cotidiana e da vida ordinária das instituições.”<sup>3</sup>

O estudo visa discorrer sobre as ações de resistências dos camponeses que estavam sendo expulsos ou sofrendo ameaças de expulsão das terras em que viviam, no período compreendido entre 1964 e 1988, analisando essas ações como políticas, sendo o político abordado de forma ampla, assim como proposto por Rosanvallon. Não se trata apenas das ações exercidas pelo Estado: o político vai além da política e é instituidor da própria sociedade.

Este estudo é fruto de anos de trabalho e pesquisa que não se restringem ao período do doutorado. A temática camponesa se tornou objeto de pesquisa já em fins da graduação, em 2004, durante participação no projeto de organização do acervo do Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais - DOPS/MG, quando a documentação sobre o campo no estado chamou atenção, especialmente aquela que se referia ao período pré-1964. A partir daí, iniciaram-se os estudos que culminaram na

---

<sup>1</sup> RÉMOND, René (org). *Por uma história política*. 2ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 7.

<sup>2</sup> O conceito de resistência é discutido a seguir, na própria introdução, já o conceito de camponês é discutido no Capítulo 1 desta tese, páginas 38 e 39.

<sup>3</sup> ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história do político*. São Paulo: Alameda, 2010, p. 73.

escrita da dissertação “Camponeses mineiros em cena: mobilização, disputas e confrontos (1961-1964)”, defendida em 2009 e que pretendeu estudar o movimento camponês em Minas Gerais no período do governo João Goulart (1961-1964). Posteriormente, depois de seis anos de trabalho em editora especializada em história empresarial e institucional, o estudo sobre o campesinato foi retomado quando do ingresso como pesquisadora na Comissão da Verdade em Minas Gerais (COVEMG), no início de 2017, no grupo de trabalho que investigou as violações aos direitos humanos no campo. A partir daí, veio o interesse em pesquisar as resistências camponesas em Minas Gerais durante a ditadura militar<sup>4</sup> (1964 a 1985) e, também, no período posterior, de transição democrática, que foi marcado por diversas conquistas do movimento camponês em todo o país.

Desta forma, para esta tese, foi definido como marco temporal o período de 1964 a 1988. Entre 1964 e 1985 o Brasil vivenciou um período ditatorial, sob a liderança de militares, e, entre 1985 e 1988, esteve sob o comando de um governo de transição democrática, chefiado por José Sarney (PMDB).<sup>5</sup> Eleito por um Colégio Eleitoral, de forma indireta, como vice-presidente, Sarney assumiu o cargo devido a doença e posterior falecimento de Tancredo Neves (PMDB), que não chegou a tomar posse. O período do governo Sarney se estendeu de 15 de março de 1985 a 15 de março de 1990, porém, o fim do estudo teve como marco a promulgação da Nova Constituição, em 1988.

O estabelecimento dessa nova legislação promoveu mudanças em relação ao acesso à terra, que provocaram alterações nas formas de organização e resistências no campo. De acordo com Arnaldo Zangelmi, “a Constituição de 1988 ao prever a função social da terra e, ao mesmo tempo, destacar o critério da improdutividade para as desapropriações, abriu precedente para várias leituras constitucionais e ambiguidades.”<sup>6</sup> Com isso, as desapropriações foram legalmente restritas, o que criou obstáculos para o processo crescente de mobilização camponesa ocorrido ao longo da década de 1980. As mobilizações só retomaram força a partir de 1993, com a regularização das desapropriações por meio da Lei nº 8.629, conhecida como Lei da Reforma Agrária, já

---

<sup>4</sup> Nesta tese é utilizado o termo “ditadura militar” em concordância com NAPOLITANO que considera que a ditadura existente no Brasil entre 1964 e 1985 foi militar já que o controle do Estado e as tomadas de decisões durante os 21 anos que ela vigorou eram exercidos por lideranças militares. Isso não significa ignorar o apoio e a participação de setores da sociedade civil ao regime. Ver: NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014, p. 18.

<sup>5</sup> O político José Sarney durante o período do bipartidarismo na ditadura militar pertenceu aos quadros da ARENA. Em 1979, no contexto de abertura política, foi um dos fundadores do PDS - Partido Democrático Social e, em 1984, migrou para o PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

<sup>6</sup> ZANGELMI, Arnaldo José. *Traduções e bricolagens: mediações em ocupações de terra no Nordeste Mineiro nas décadas de 1980 e 1990*. Tese. Rio de Janeiro: UFRJ, 2014, p. 36.

no governo Itamar Franco (1992-1995).<sup>7</sup> Assim, os marcos temporais deste trabalho, 1964 e 1988, apontam para dois momentos distintos de inflexões das mobilizações no campo.

Após um golpe de Estado, de natureza civil-militar, em 1964, o país vivenciou um longo período de ditadura militar, que perdurou por 21 anos. Durante a ditadura, que teve cinco presidentes militares, as mobilizações no campo foram reprimidas, mas as lutas não deixaram de ocorrer. Se no período do governo João Goulart, de 1961 a 1964, houve um enorme crescimento das organizações camponesas, principalmente dos sindicatos de trabalhadores rurais, e um aumento das reivindicações coletivas e organizadas em torno da realização da reforma agrária no Brasil, no período militar o quadro se modificou.<sup>8</sup> A alteração do cenário político promoveu transformações e impôs limites às lutas camponesas.

O movimento camponês organizado foi duramente reprimido, lideranças foram presas e grande parte dos sindicatos de trabalhadores rurais foram fechados ou sofreram intervenção no imediato pós-golpe de 1964. De acordo com Welch e Pafunda, “o regime fechou 2.381 sindicatos de produtores autônomos, pequenos proprietários, trabalhadores agrícolas e rurais, deixando o país com apenas cerca de 490 sindicatos funcionando em agosto de 1965.”<sup>9</sup>

A partir de 1966, alguns sindicatos de trabalhadores rurais que haviam sido fechados com o golpe foram reabertos, com a nomenclatura de Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), e outros foram criados, mas passaram a ter uma nova forma de funcionamento e atuação. Para o regime, marcado por uma proposta modernizadora, não se tratava de eliminar o sindicalismo rural, mas sim dar-lhe outra direção, mais

---

<sup>7</sup> A Lei nº 8.629, de 25/02/1993, encontra-se disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18629.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18629.htm). Acesso em 25/05/2021.

<sup>8</sup> Sobre o crescimento das organizações camponesas no governo Jango ver: CAMARGO, Aspásia Alcântara de. *Brésil du Nord-Est: Mouvements Paysans et Crise Populist*. Tese (Doutorado). Paris: Université de Paris, 1973; GRYNSZPAN, Mario. O período Jango e a questão agrária: luta política e afirmação de novos atores. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *João Goulart entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006 e MEDEIROS, Leonilde. *Lavradores, Trabalhadores Agrícolas, Camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo*. Tese (Doutorado). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1995.

<sup>9</sup> WELCH, Clifford Andrew; PAFUNDA, Rosana Akemi. Camponeses e a história da ditadura em São Paulo. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; PEREIRA, João Márcio Mendes. *Desenvolvimento territorial e questão agrária: Brasil, América Latina e Caribe*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016, p. 65. Essa divisão dos sindicatos havia sido estabelecida pela Portaria nº 346, de 17/06/1963, que dividiu os sindicatos dos trabalhadores rurais em cinco categorias: trabalhadores na lavoura; trabalhadores na pecuária e similares; trabalhadores na produção extrativa rural; trabalhadores autônomos; e pequenos proprietários. Contudo, em fevereiro de 1965, o Ministro do Trabalho, Arnaldo Sussekind, eliminou as cinco categorias de atividade profissional rural, unificando-as em apenas um sindicato de trabalhadores rurais por município.

condizente com os “novos tempos”.<sup>10</sup> Com isso, os STR’s, a partir dos limites impostos no período, passaram a lutar para garantir a implementação da legislação vigente: o Estatuto do Trabalhador Rural e o Estatuto da Terra. O primeiro foi criado em 1963, ainda no governo João Goulart, e continuou vigorando durante o regime militar. Esse estatuto estendeu a legislação social já vigente para os trabalhadores urbanos também para os trabalhadores rurais. Já o segundo estatuto, foi instituído em fins de 1964, no governo Castelo Branco, para adequar a estrutura agrária brasileira às necessidades do desenvolvimento econômico e social do país.<sup>11</sup> Desta forma, o sindicalismo rural que sobreviveu ao golpe de 1964, ocupou um dos poucos espaços legais que lhe restava e conseguiu promover ações na justiça e fazer pedidos junto ao poder Executivo para que áreas em litígio fossem desapropriadas, por meio do próprio Estatuto da Terra.<sup>12</sup>

A partir de 1971, com a criação do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL), responsável pela execução do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PRORURAL) – que instituía para os trabalhadores rurais benefícios de aposentadoria por velhice, aposentadoria por invalidez, pensão, auxílio-funeral, serviço de saúde e serviço social – os STR’s ganharam outra função.<sup>13</sup> Eles passaram a receber recursos provenientes do FUNRURAL para prestar assistência médica e odontológica aos seus associados. Desta forma, se por um lado, a prestação de serviços assistenciais pelos STR’s promoveu melhorias na qualidade de vida dos homens do campo, por outro, retirou parte do seu poder de mobilização na luta pela implantação da reforma agrária. Mas, mesmo com limitações para a atuação política, os STR’s exerceram papel importante na defesa dos camponeses e, muitas vezes, além de espaços de prestação de serviços foram também locais para denúncias, resistências e fortalecimento das lutas.<sup>14</sup>

A partir de 1964, com a desmobilização do movimento camponês organizado, as lutas no campo atomizaram-se, isolaram-se, mas não desapareceram.<sup>15</sup> O fato de elas terem se isolado, sendo mais locais e não coletivas como no pré-1964, não significa afirmar que elas deixaram de ser políticas. As lutas focais longe de serem características

---

<sup>10</sup> MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989, p. 87.

<sup>11</sup> O Estatuto da Terra é discutido em maior profundidade no capítulo 1 desta tese.

<sup>12</sup> BARCELLOS, Fernando Henrique. *Ação sindical e luta por terra no Rio de Janeiro*. Dissertação. Rio de Janeiro: UFRRJ, CPDA, 2008, p. 64-65.

<sup>13</sup> A Lei Complementar nº 11, de 25/05/1971, instituiu o PRORURAL. Lei disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/LCP/Lcp11.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp11.htm). Acesso em 14/11/2019.

<sup>14</sup> ZANGELMI, Arnaldo José. et al. Da sindicalização às Ocupações: luta pela terra em Minas Gerais (1940-1980). *Revista de Ciências HUMANAS*, v. 47, n. 2, out.2013, p. 316.

<sup>15</sup>MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989, p. 14.

de conflitos isolados por questões menores, representaram a contestação possível ao poder político e econômico exercido pelo latifúndio, que ganhou mais força durante a ditadura militar.<sup>16</sup> Segundo Dezemone, “os setores camponeses redefiniram suas estratégias de ação, procurando resistir, abrindo e explorando estreitas brechas no regime autoritário que perduraria até os anos 1980.”<sup>17</sup>

Ao longo do regime militar, diferentes foram as *táticas* e *estratégias* adotadas pelos camponeses para permanecerem nas terras que habitavam e que estavam sendo expulsos. Os conceitos de *táticas* e *estratégias* aqui utilizados foram apropriados de Michel de Certeau, que analisou a “cultura ordinária dos dominados consumidores”. Esse consumidor, homem ordinário, se utiliza de *táticas* para burlar o sistema produtor, de ordem dominante. As *táticas* podem ser pensadas como as maneiras criadas pelo fraco para sobreviver ao sistema imposto pelo forte. As *táticas* jogam com a ocasião, com o imprevisível, com a oportunidade. São as pequenas astúcias do dia a dia, glórias do cotidiano do homem ordinário. As *táticas* são incapazes de prever saídas.

“Tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Aí vai caçar. Cria ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. É astúcia.”<sup>18</sup>

Já as *estratégias* podem ser vistas como as ações pensadas *a priori*, medidas, elaboradas com antecedência, calculadas e planejadas politicamente. As *estratégias*, por serem planejadas, são capazes de prever os efeitos de sua ação. No contexto da pesquisa realizada, a hipótese é que, durante o regime militar, os camponeses utilizaram mais *táticas* do que *estratégias*, já que o Estado autoritário buscava reprimir ações planejadas, como congressos, passeatas e outras mobilizações coletivas. Já no período da transição democrática, as *estratégias* puderam ser mais utilizadas, uma vez que o contexto possibilitou essa forma de atuação.

A tese analisa as resistências camponesas nos conflitos de terra e, para isso, não se utiliza do conceito tradicional de resistência, frequentemente operado pela historiografia que estuda a oposição ao regime militar. Essa historiografia é herdeira dos estudos de resistência que discutiram a ocupação nazista na Europa. Um dos autores que abordou esse conceito foi o historiador francês François Bédarida, que assim o definiu:

---

<sup>16</sup> O conceito de latifúndio é discutido no Capítulo 1 desta tese, páginas 39 e 40.

<sup>17</sup> DEZEMONE, Marcus. Repressão e resistência: ditadura militar e lutas sociais no campo fluminense. *Revista História & Luta de Classe*, nº 8, nov. 2009, p. 13.

<sup>18</sup> DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Editora Vozes, 3ª edição, 1998, p. 101.



“A resistência é a ação clandestina conduzida, em nome da liberdade da nação e da dignidade da pessoa humana, por voluntários que se organizam para lutar contra a dominação, mais frequentemente a ocupação, de seu país por um regime nazista ou fascista ou satélite ou aliado.”<sup>19</sup>

Bédarida analisa a resistência como um tipo ideal em que estão presentes quatro elementos: a vontade, o combate clandestino escolhido livremente, a lógica ético-política e a memória didática. Segundo o autor, a essência da resistência encontra-se no gesto de dizer não à submissão e à dominação. Outro autor que tratou desse conceito foi o também historiador francês Jacques Sémelin. Para ele a resistência só existe de forma coletiva e visa atacar o poder do ocupante e das forças de colaboração. “Resistir é tentar conservar o que o agressor quer mudar. (...) resistir é também ruptura, reagir contra.”<sup>20</sup>

Pierre Laborie, que também se debruçou sobre a resistência francesa, chamou a atenção ainda para atitudes e comportamentos da “zona cinzenta”, espaço ocupado por boa parte da sociedade que não resistiu nem colaborou com o regime nazista.<sup>21</sup>

Dialogando com essa historiografia europeia, sobretudo francesa, o historiador Rodrigo Patto Sá Motta propôs a tríade adesão, resistência e acomodação para classificar as relações entre o Estado autoritário e os meios acadêmicos-científicos brasileiros. Segundo o autor, no caso do Brasil, não é possível falar em colaboração, já que o país não foi ocupado por forças estrangeiras, como aconteceu na Europa dos anos 1940, por isso a preferência pelo uso do termo adesão. Ele caracteriza a resistência ao regime militar, inspirado em Sémelin, como “um conjunto de atos de recusa coletiva ao poder instituído, que podem se expressar de diferentes maneiras.”<sup>22</sup> A novidade trazida por Motta foi pensar em comportamentos que não podem ser vistos como resistência ou adesão, as denominadas acomodações,

“que integra[m] o repertório da cultura política brasileira, portanto, não [são] produto de situação autoritária episódica. (...) a acomodação não foi somente uma maneira de adaptar-se à ditadura: tratou-se de jogo de mão dupla, que envolvia o Estado e o mundo acadêmico/científico.”<sup>23</sup>

<sup>19</sup> BÉDARIDA, François. Sur le concept de Résistance. In: GUILLON, Jean-Marie; LABORIE, Pierre (dirs.). *Mémoire et Histoire: la résistance*. Toulouse: Privat, 1995, p. 46. Tradução minha.

<sup>20</sup> SÉMELIN, Jacques. Qu'est-ce que “résister”? *Esprit*, Paris, n. 198, jan 1994, p. 60-61. Tradução minha.

<sup>21</sup> Sobre o conceito de “zona cinzenta” ver: LABORIE, Pierre. L'idée de Résistance, entre définition et sens: retour sur un questionnement. In: Idem. *Les Français des années troubles. De la guerre d'Espagne à la Liberation*. Paris: Seuil, 2003.

<sup>22</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A estratégia de acomodação na ditadura brasileira e a influência da cultura política. *Revista Páginas*, ano 8, n° 17, maio - agosto de 2016, p. 13-14.

<sup>23</sup> Idem, p. 14.

Segundo o autor, durante a ditadura militar, dentro da comunidade universitária houve possibilidades intermediárias entre aderir ou resistir.

“Muitos procuraram maneiras de se acomodar ao novo sistema de poder, sem que isso significasse, a seus olhos, qualquer compromisso com o regime militar. Pessoas que não desejavam aderir, por não partilhar os valores dominantes, mas que também não tinham intenção de resistir frontalmente ao Estado autoritário – por medo da punição ou por achar inútil –, buscaram estratégias de conviver com ele, inclusive como forma de reduzir os efeitos da repressão.”<sup>24</sup>

A acomodação pressupunha uma via de mão dupla em que o Estado e os agentes sociais faziam concessões.

“Tratava-se de jogo em que o Estado procurava atrair o intelectual/professor e este precisava moderar suas opiniões e comportamentos. Entretanto, o Estado igualmente cedia ao transigir com os valores do “inimigo” – por vezes contrários aos seus – e ao permitir sua circulação, ainda que em versões fracas.”<sup>25</sup>

Vale ressaltar que, apesar de ter analisado especificamente as relações entre o Estado autoritário e os meios acadêmicos-científicos, a tríade conceitual proposta por Motta: adesão, resistência e acomodação, pode ser empregada para estudar as relações de outros grupos frente ao regime militar. Os jogos de acomodação apontados pelo autor certamente estiveram presentes nas relações entre o regime e grupos que atuavam em áreas diversas, não apenas nas universidades brasileiras.

Outros autores, também em diálogo com a historiografia europeia, notaram ambivalências e ambiguidades de determinados grupos frente ao regime militar brasileiro. Denise Rollemberg, por exemplo, a partir da leitura de Laborie, ao estudar a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), procura compreender “as *ambivalências* que fundiam apoio e rejeição; as posições que diluíam as fronteiras rígidas entre uma coisa e outra.”<sup>26</sup> De acordo com a autora, era possível para a ABI atuar contra a censura prévia sem hostilizar o governo que a promovia, o que caracteriza uma ambivalência da entidade, ou seja, era possível, ao mesmo tempo, rejeitar e apoiar.<sup>27</sup> Já a ambiguidade, diferente da

---

<sup>24</sup> Ibidem, p. 16.

<sup>25</sup> Idem, p. 17.

<sup>26</sup> ROLLEMBERG, Denise. As trincheiras da memória. A Associação Brasileira de Imprensa e a ditadura (1964-1974). In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha (org.). *A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina*. Volume II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 105.

<sup>27</sup> Idem, p. 116.

ambivalência que indica um comportamento duplo que refuta e adere ao mesmo tempo, pode ser pensada como uma atitude que permite múltiplos sentidos que vão além da adesão e da resistência.

A historiografia que se debruça a estudar a resistência à ditadura militar brasileira, costuma empregar como referência o conceito de resistência oriundo dos estudos europeus, anteriormente apontados. Contudo, para tratar da resistência no campo, esse conceito se mostra insuficiente. Primeiramente, devido ao fato de essa resistência poder acontecer, também, de forma individual e isolada. Além disso, essa não era uma resistência direta ao Estado autoritário, mas sim ao latifúndio.<sup>28</sup> Os camponeses, muitas vezes, tentaram dialogar com esse Estado para que ele promovesse desapropriações ou adotasse medidas que pudessem conter o latifúndio. Por esses motivos, nesta tese, optou-se por trabalhar com os conceitos de *formas cotidianas de resistência* e *confrontação direta* propostos pelo cientista político norte-americano James Scott. Para o autor, as *formas cotidianas de resistência* exercidas pelos camponeses podem ser pensadas como as armas comuns dos grupos relativamente sem poder e que têm características próprias: “requerem pouca ou nenhuma coordenação ou planejamento; sempre representam uma forma de auto-ajuda individual; evitam, geralmente, qualquer confrontação simbólica com a autoridade ou com as normas de uma elite.”<sup>29</sup> Segundo Scott, em alguns casos a resistência camponesa parte para a *confrontação direta*, ativa, mais visível, que pode até mesmo se utilizar de violência. No entanto, a regra geral é a resistência passiva, sutil, subterrânea, lenta, calma e silenciosa, exercida no cotidiano da dominação, que não necessita assumir a forma de uma ação coletiva. O objetivo dessa resistência camponesa não é diretamente derrubar ou transformar o sistema de dominação, mas, sobretudo, sobreviver dentro dele.<sup>30</sup> Os confrontos mais visíveis e diretos, “as declarações abertas de guerra, com seus riscos mortais, normalmente acontecem depois de um demorado enfrentamento num terreno diferente”, onde os camponeses já passaram por um longo processo de resistência cotidiana.<sup>31</sup>

Este trabalho procura discutir, então, sobre essas resistências menos explícitas, cotidianas e, também, sobre os *confrontos diretos*, sem deixar de ressaltar que nem todos

---

<sup>28</sup> É importante notar que o latifúndio já existia no Brasil antes do regime militar, no entanto, nesse período ele adquiriu algumas especificidades que são analisadas no Capítulo 1 desta tese.

<sup>29</sup> SCOTT, James C. Formas cotidianas da resistência camponesa. *Raízes*, Campina Grande, vol. 21, nº 01, jan.-jun. 2002, p.12.

<sup>30</sup> *Idem*, p. 30.

<sup>31</sup> *Idem*, p. 14.

os camponeses resistiram. Havia outras possibilidades de ação. Em um período marcado pelo uso arbitrário da violência como na ditadura militar, muitos camponeses tentaram resistir nas terras das formas possíveis; e outros optaram por abandoná-las, preferindo migrar. Muitas famílias foram expulsas do campo e, possivelmente, sofreram vários tipos de constrangimentos, humilhações e violências até decidirem sair da terra. Grande número de homens e mulheres do campo foi vítima deste regime que acelerou a migração, a favelização e agravou as desigualdades sociais e econômicas no país.<sup>32</sup>

Foi durante a ditadura militar que, pela primeira vez no Brasil, a população urbana ultrapassou a rural. De acordo com o censo de 1970, 52 milhões de pessoas viviam nas cidades (55,9%), contra 41 milhões no campo (44,1%).<sup>33</sup> Segundo os pesquisadores Francisco Luna e Herbert Klein,

“As oportunidades que surgiam nos centros urbanos em expansão e a modernização da agricultura geravam o fenômeno clássico de atração e expulsão da população do campo, que intensificava o processo de migração interna para cidades, por sobre as fronteiras estaduais e regionais.”<sup>34</sup>

A migração campo-cidade foi intensa no período e foi uma alternativa para muitos homens e mulheres que viviam no meio rural. O que não significou, na maior parte das vezes, melhoria na qualidade de vida dessa população. Muitos desses imigrantes passaram a viver em favelas nos grandes centros urbanos, em condições bastante precárias, muitas vezes sem acesso a rede de água e esgoto nas residências. Lélia Gonzalez aponta para os problemas ocasionados por essa migração:

“Não esqueçamos que o deslocamento de grandes contingentes de mão de obra do campo para os centros urbanos determinou não o crescimento populacional destes últimos, mas a sua “inchação”, com a consequente formação de bairros periféricos e de favelas (...) onde se pôde constatar: aumento da mortalidade infantil, aumento dos acidentes de trabalho, deterioração e crescimento insuficiente da infraestrutura urbana de transportes, problemas habitacionais e de saneamento básico,

---

<sup>32</sup> MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Conflitos e repressão no campo no Rio de Janeiro: questões de pesquisa. In: MEDEIROS (org.). *Ditadura, conflito e repressão no campo: a resistência camponesa no estado do Rio de Janeiro* (RJ): Consequência, 2018, p. 43.

<sup>33</sup> IBGE. *Estatísticas do século XX*. Rio de Janeiro (RJ): 2006. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv37312.pdf>. Acesso em 02/02/2020.

<sup>34</sup> LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. Mudanças sociais no período militar (1964-1985). In: REIS, Daniel Aarão; MOTTA, Rodrigo Patto Sá; RIDENTI, Marcelo (org.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 68.

altos índices de evasão escolar no primeiro grau, insuficiências quanto ao atendimento médico-hospitalar do sistema previdenciário etc.”<sup>35</sup>

A população rural que migrou para as cidades, portanto, permaneceu marginalizada. Aquela que preferiu continuar na terra e resistir às tentativas de expulsões, na maior parte das vezes, também não obteve sucesso e sofreu com a violência empreendida pelo latifúndio e pelo Estado. Poucos foram os casos de famílias camponesas que conseguiram, após as resistências, que as terras fossem desapropriadas.

Desta maneira, este estudo tem como foco as ações de resistências camponesas em situações de conflito de terra, atentando também para as ambivalências, ambiguidades e acomodações. É importante ressaltar ainda, que a violência no campo não atingiu apenas aqueles que estavam sendo expulsos da terra, mas também boias-frias<sup>36</sup>, que trabalhavam por demanda, e trabalhadores rurais assalariados, que muitas vezes não tinham seus direitos respeitados. Muitos deles resistiram e sofreram com as arbitrariedades cometidas no campo. Todavia, o cerne desta pesquisa são as resistências camponesas nos casos de expulsões de terra. A luta dos assalariados e boias-frias não está contemplada, apesar de ter sido extremamente importante e de ter conseguido alcançar, em alguns locais, resultados bastante significativos.<sup>37</sup>

Localizar as resistências sutis e cotidianas em situações de conflito por terra não é tarefa simples, pois ela deixa poucos rastros, uma vez que não busca chamar a atenção. Há um temor dos camponeses frente ao latifúndio, já que esse último é mais forte e possui “armas” muito eficazes na repressão à resistência. Já o *confronto direto*, por ser declarado, é mais noticiado, sendo mais fácil encontrar fontes que tratem desse tipo de resistência. Zangelmi aponta para a dificuldade em pesquisar a mobilização camponesa no período do regime militar. De acordo com o autor,

“houve grande repressão, dispersão e enfraquecimento das lutas, sendo pouco conhecidas as formas de mobilização remanescentes – tanto

<sup>35</sup> GONZALEZ, Lélia. Mulher negra. In: *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro, Zahar, 2020, p. 95.

<sup>36</sup> O termo boia-fria era empregado para referir-se aos trabalhadores rurais que haviam sido expulsos das propriedades que residiam e viviam em condições precárias, sem possuir vínculo empregatício, trabalhavam por baixas diárias. Eles se aglomeravam em determinados pontos à espera dos caminhões que os transportavam até as plantações.

<sup>37</sup> Não existem estudos sobre as resistências dos assalariados rurais e boias-frias em Minas Gerais no período em questão. A partir da documentação pesquisada foi possível perceber a importância da primeira greve no campo ocorrida no estado, em 1980, em Passos (MG). Além do grande número de denúncias de acidentes devido às péssimas condições de transporte de boias-frias. Estes temas merecem ser analisados pormenorizadamente pela historiografia que se dedica aos estudos sobre o meio rural.

pelas mudanças drásticas nas estratégias de resistência de caráter mais indireto nesse período – quanto pela dificuldade em dispor de documentação e depoimentos de atores que passaram por situações traumáticas de perseguição, cujo receio em explicitar suas lutas secretas muitas vezes perdura até hoje.”<sup>38</sup>

O desafio de compreender as diferentes *táticas e estratégias* das resistências camponesas ao longo do regime militar e no governo de transição democrática é o que move este trabalho. A dificuldade de localização de fontes foi um estímulo para a pesquisa em arquivos inéditos, muitas vezes não organizados e para a busca por entrevistas orais.

Outro aspecto que merece ser destacado são os agentes a quem os camponeses resistiram, os aqui denominados latifundiários, motivadores dos conflitos. A palavra latifundiário refere-se àquele que é proprietário do latifúndio. Este termo, por sua vez, é entendido como o domínio rural, que pode ser produtivo ou improdutivo, moderno ou arcaico. Desta maneira, o vocábulo latifundiário tem uma conotação ampla e abarca grileiros, fazendeiros, empresários agrícolas ou empresas reflorestadoras, responsáveis pelas tentativas de expulsão das terras e que contavam, na maior parte das vezes, com a chancela do Estado.

Capangas, jagunços e policiais eram geralmente os agentes contratados para realizar o “serviço” de expulsão dos camponeses. Contudo, em algumas situações, ao invés de se utilizarem de jagunços ou policiais armados, os latifundiários optaram por outros meios para promoverem a expulsão dos camponeses. Passar o trator ou soltar o gado nas terras, para destruir as plantações, ou ainda cercar as estradas de acesso, bloqueando a circulação, foram algumas práticas recorrentes no meio rural, que visavam impossibilitar a permanência dos camponeses nas terras, já que, para sobreviverem, precisavam plantar e, também, se deslocar. Essas outras formas de violência, em alguns casos, também foram praticadas em concomitância com a presença de jagunços ou policiais armados. Ou seja, diversas foram as práticas adotadas pelo latifúndio visando retirar os camponeses da terra.

Essas expulsões foram favorecidas pelas políticas públicas adotadas pelos militares, já que para o Estado autoritário era preciso modernizar o campo para torná-lo mais produtivo. Sauer qualifica essa modernização como excludente e dolorosa, uma vez que não foi realizada pelas mãos dos camponeses e promoveu, de forma violenta, a

---

<sup>38</sup>ZANGELMI, Arnaldo José. *Traduções e bricolagens: mediações em ocupações de terra no Nordeste Mineiro nas décadas de 1980 e 1990*. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro: UFRRJ, 2014, p. 111.

expulsão desses do meio rural.<sup>39</sup> Os incentivos governamentais no período voltaram-se para as empresas rurais mecanizadas, capazes de produzir em larga escala. Com isso, no decorrer das décadas de 1960 e 1970, surgiu um novo protagonista no campo: o moderno empresário rural.<sup>40</sup> A propriedade fundiária se manteve intocada e teve sua concentração estimulada pelos sucessivos presidentes militares. Além disso, a agricultura se tornou um grande negócio, afinal ter crédito subsidiado ou conseguir facilidades para aquisição de terras era um excelente investimento para o capital financeiro-industrial. Desta forma, as vantagens oferecidas pelas políticas de modernização do campo favoreceram tanto os latifundiários tradicionais, quanto atraíram para o campo capitais de outros setores da economia, que viram nas áreas rurais uma boa alternativa de investimento. De acordo com Palmeira, durante o regime militar.

“Grandes grupos econômicos entraram na produção agrícola ou agroindustrial e passaram a imobilizar capitais em terras, contando não apenas com a sua valorização, mas também com a perspectiva de captação de recursos públicos para a realização de aplicações financeiras mais vantajosas no momento.”<sup>41</sup>

Esta atuação direta do Estado para promover a modernização agrícola teve, segundo o mesmo autor, o efeito de atrair para dentro da máquina do Estado os interesses ligados ao capital investidor no meio rural. As consequências dessa ingerência no Estado foram o fortalecimento do velho capital agrário e, também, a “coalização de interesses, qualquer que seja a origem dos grupos que expressam ou dos recursos que manipulam, em torno da especulação com a terra.”<sup>42</sup>

Essa especulação em torno da terra promoveu diversos conflitos no campo durante o regime militar, em alguns casos houve a participação direta de agentes da repressão estatal, em outros não. Quando não atuou diretamente, o Estado se omitiu ou foi conivente com a violência promovida pelo latifúndio. Essa violência que matou e violou direitos no meio rural ainda é pouco conhecida e raros são os casos de camponeses que foram reconhecidos como vítimas do regime militar brasileiro. A publicação “Camponeses mortos e desaparecidos: excluídos da Justiça de Transição” levantou 602 casos de camponeses e seus apoiadores, em todo o Brasil, que poderiam ter sido examinados e

---

<sup>39</sup> SAUER, Sérgio. Lutas, memórias e violações no campo: notas históricas e reflexões prospectivas. In: SAUER, Sérgio (org.). *Lutas, memórias e violações no campo brasileiro: conflitos, repressão e resistência no passado e presente*. São Paulo: Outras Expressões, 2020, p. 328.

<sup>40</sup> MENDONÇA, Sonia Regina. *A questão agrária no Brasil. A classe dominante agrária: natureza e comportamento - 1964-1990*. São Paulo: Expressão Popular, volume 5, 2006, p. 53.

<sup>41</sup> PALMEIRA, Moacir. Modernização, Estado e Reforma Agrária. *Estudos Avançados*. São Paulo, v., 03, n.º 7, 1989, p. 99.

<sup>42</sup> Idem, p. 100.

eventualmente reconhecidos pela Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), mas não o foram. Ficaram, assim, excluídos do direito à memória e à verdade, do reconhecimento da responsabilidade do Estado e da reparação moral e material aos seus familiares.<sup>43</sup>

Além de serem excluídos da Justiça de Transição no Brasil, os camponeses também foram apagados da memória social sobre as vítimas do regime militar e raramente se tornaram objeto da historiografia que se debruçou sobre o período. Na memória social os grupos frequentemente lembrados como vítimas do Estado autoritário são estudantes, guerrilheiros, intelectuais e artistas atuantes no meio urbano. A própria Comissão Nacional da Verdade (CNV), que publicou seu relatório final em 2014, optou por contabilizar os mortos no campo separadamente dos mortos na militância urbana. Decisão semelhante foi adotada, em Minas Gerais, pela COVEMG, que funcionou entre 2013 e 2017. Essa escolha ocorreu porque a violência praticada no campo, muitas vezes, não foi realizada diretamente pelo Estado, mas dispunha do apoio, da conivência ou da omissão desse. Os camponeses, com frequência, foram vítimas da violência privada, empreendida principalmente pelo latifúndio, que contou com o suporte de diversos agentes do Estado, especialmente das polícias civil e militar. Essa opção por separar os mortos no campo, revela como a violência cometida contra camponeses ainda é desqualificada em relação a outros grupos e que essa não está inscrita na memória social sobre o período.<sup>44</sup> Mostra também como essa violência tem especificidades, que dificultam o seu reconhecimento como de responsabilidade do Estado brasileiro.

A historiografia que se dedica aos estudos sobre a repressão e violência exercidas durante o regime militar tem, frequentemente, direcionado as pesquisas para organizações de esquerda, movimento estudantil, o mundo das artes e da cultura e o movimento operário.<sup>45</sup> Indígenas e camponesas ainda são objetos de poucos estudos. Com a

---

<sup>43</sup> SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Camponeses mortos e desaparecidos: excluídos da justiça de transição*. Brasília (DF), 2013, p. 13.

<sup>44</sup> Para os conceitos de inscrição, não inscrição e inscrição frágil ver: PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. Nova direita? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014). *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 31, n. 57, setembro/dezembro 2015, p. 863-902.

<sup>45</sup> Sobre as organizações de esquerda ver: GORENDER, Jacob. *O combate nas trevas: a esquerda brasileira das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Editora Ática, 1987; REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002; RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora Unesp, 1993. Sobre o movimento estudantil ver: ARAÚJO, Maria Paula. *Memórias estudantis, 1937-2007: Da fundação da UNE aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2007. MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e ditadura militar, 1964-1968*. Campinas: Papyrus, 1987. Sobre o mundo das artes e da cultura ver: NAPOLITANO, Marcos. *Coração civil: arte, resistência e lutas culturais durante o regime militar brasileiro (1964-1980)*. Tese (Livro



instalação da CNV, em 2012, e a criação de um grupo de trabalho específico para tratar de camponeses e indígenas ficou clara a necessidade de novas pesquisas sobre os efeitos diretos ou indiretos da ditadura militar sobre essas populações. Naquele momento, a única obra que tratava especificamente da temática camponesa era “Retrato da repressão política no campo - Brasil 1962-1985 - Camponeses torturados, mortos e desaparecidos”<sup>46</sup>, que havia sido publicada, em 2010, pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário. A partir do início dos trabalhos da CNV, para o caso dos camponeses, pesquisadores passaram a se dedicar à temática dando origem a algumas publicações importantes, tais como: “Camponeses mortos e desaparecidos: excluídos da justiça de transição”<sup>47</sup>, de 2013; “Relatório final: violações de direitos no campo”<sup>48</sup>, elaborado pela Comissão Camponesa da Verdade, em 2014; “As graves violações de direitos humanos no campo”<sup>49</sup>, volume 2 do relatório final da COVEMG, de 2017; “Ditadura, conflito e repressão no campo: a resistência camponesa no estado do Rio de Janeiro”<sup>50</sup>, de 2018, fruto do projeto “Conflito e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988)”, desenvolvido entre 2014 e 2016 e “Lutas, memórias e violações no campo brasileiro: conflitos, repressão e resistências no passado e presente”<sup>51</sup>, uma coletânea de artigos, publicada em 2020, que aborda casos de conflitos e resistências camponesas em diversos estados brasileiros em período mais extenso, não só durante a ditadura militar, em estados como Rio Grande do Sul, Goiás, Pernambuco, Pará e São Paulo.

---

Docência). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011. GARCIA, Miliandre. *Do teatro militante à música engajada: a experiência do CPC da UNE (1958-1964)*. São Paulo: Editora Fundação. Perseu Abramo, 2007. Sobre o movimento operário ver: DELLAMORE, Carolina. *Forjando lideranças: comportamentos políticos e atuação no Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem durante a ditadura militar brasileira (1964-1985)*. Tese (Doutorado). Belo Horizonte: UFMG, 2019. MOMESSO, Luiz. Lutas e organização sindical em 68, apesar da Ditadura. Pernambuco. *Revista Clio – Revista de Pesquisa Histórica*, v. 1, n. 26, 2008; SANTANA, Marco Aurélio. Ditadura Militar e resistência operária: o movimento sindical brasileiro do golpe à transição democrática. Santa Catarina. *Política e Sociedade*, v. 7, n 13, 2008.

<sup>46</sup> CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. *Retrato da Repressão Política no Campo – Brasil 1962-1985 – Camponeses torturados, mortos e desaparecidos*. Brasília: MDA, 2010.

<sup>47</sup> SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Camponeses mortos e desaparecidos: excluídos da justiça de transição*. Brasília (DF), 2013.

<sup>48</sup> COMISSÃO CAMPONESA DA VERDADE. *Relatório final: violações de direitos no campo – 1946 a 1988*. Brasília: Comissão Camponesa da Verdade, 2014.

<sup>49</sup> COMISSÃO DA VERDADE EM MINAS GERAIS. *Relatório final*. Volume 2. As graves violações de direitos humanos no campo. Belo Horizonte: Covemg, 2017.

<sup>50</sup> MEDEIROS, Leonilde Servolo de. (org.). *Ditadura, conflito e repressão no campo: a resistência camponesa no estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

<sup>51</sup> SAUER, Sérgio (org.). *Lutas, memórias e violações no campo brasileiro: conflitos, repressão e resistência no passado e presente*. São Paulo: Outras Expressões, 2020.

As pesquisas sobre a violência e os conflitos ocorridos durante o regime militar no meio rural ainda são esparsas e a maior parte dos estudiosos que se dedica à temática tem como foco o estado do Rio de Janeiro. Há também alguns estudos sobre a Paraíba e Pernambuco, que analisam, sobretudo, a repressão às Ligas Camponesas, que foram extintas após o golpe civil militar de 1964 e à sua principal liderança, o então deputado federal por Pernambuco, Francisco Julião.<sup>52</sup> O estado do Rio de Janeiro possui grande número de pesquisas sobre o campo, sendo vários conflitos analisados de forma bastante detalhada.<sup>53</sup> As pesquisas sobre o meio rural fluminense são focadas em estudos de caso, com recortes temporais mais estendidos, que buscam analisar as especificidades de uma propriedade alvo de conflito por terra. Os pesquisadores, em sua maioria, trabalham com história social e estão preocupados em entender o processo de formação e modificação do latifúndio. Não há um estudo abrangente que dê conta das pluralidades das resistências camponesas nos conflitos de terra em todo o estado. Esta tese pretende focar essa pluralidade no estado de Minas Gerais, que ainda possui poucas pesquisas sobre o meio rural e os conflitos por terra durante o regime militar.<sup>54</sup>

Minas Gerais, assim como todo o Brasil, vivenciou no período pós-1964 a denominada modernização conservadora.<sup>55</sup> De acordo com Motta,

---

<sup>52</sup> Alguns exemplos são: LEMOS, Francisco de Assis. *Nordeste. O Vietnã que não houve. Ligas Camponesas e o golpe de 64*. Londrina: UEL/UFPPB, 1996; PESSOA, Victor Gadelha. *As Ligas Camponesas da Paraíba: História e Memória*. Dissertação. João Pessoa: UFPB, 2015; PORFÍRIO, Pablo. *De pétalas e pedras: a trajetória política de Francisco Julião*. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013; SANTIAGO, Vandek. *Francisco Julião, as Ligas e o golpe militar de 64*. Recife: Comunigraf, 2004.

<sup>53</sup> Alguns exemplos são: BRITO, Ricardo José Amaral de. "*Luta-se pela terra livre*": *resistência e luta pela terra em Cachoeiras de Macacu*. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro: UFRRJ, 2018. FEITOSA, Annagesse de Carvalho. *Formas de resistência cotidiana: o caso de Campinho da Independência no litoral sul do Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro: UFRRJ, 2016. TEIXEIRA, Marco Antônio. *Conflitos por terra em diferentes configurações: um estudo de caso em Magé, RJ*. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro: UFRRJ, 2011. TELÓ, Fabrício. *Violência e Poder: reflexões a partir do Núcleo Colonial Papucaia na ditadura militar. Dia da Baixada e Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária: Terra e Sociedade na Baixada Fluminense*, 2016, Duque de Caxias/RJ, FEBF/UERJ, 2016. v. 3. DEZEMONE, Marcus. *Do cativo à reforma agrária: colonato, direitos e conflitos (1872-1987)*. Tese de doutorado. Niterói (RJ): UFF, 2008.

<sup>54</sup> Os estudos localizados são abordados em diálogo com a pesquisa desenvolvida nesta tese ao longo dos quatro capítulos.

<sup>55</sup> O conceito de modernização conservadora deriva da obra de MOORE JR. Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*, publicada em 1966. Segundo o autor, a modernização conservadora corresponde a formas de transformação capitalista da agricultura que podem obter bons resultados econômicos, mas são bastante desfavoráveis para a constituição de instituições políticas democráticas. A sugestão de Moore é que há uma afinidade entre sistemas repressivos de trabalho e o autoritarismo político, que podem levar à modernização das estruturas econômicas e à industrialização da economia, sem, contudo, eliminar antigas estruturas sociais. O estado centralizado funciona nesses casos com certa autonomia, sendo não apenas um agente repressivo, mas um instrumento para a acumulação de capital.

“O desejo modernizador implicava desenvolvimento econômico e tecnológico e, portanto, aumento dos contatos com o exterior e da mobilidade das pessoas, além de expansão industrial e mecanização agrícola. Com isso, levava-se ao aumento da urbanização e do operariado fabril, gerando potenciais tensões e instabilidade nas relações sociais e de trabalho. Já o impulso conservador estava ligado à vontade de preservar a ordem social e os valores tradicionais, o que insuflava o combate às utopias revolucionárias e outras formas de subversão e “desvio”, aí incluídos questionamentos à moral e aos comportamentos convencionais.”<sup>56</sup>

No campo, essa modernização concentrou a terra e provocou a expulsão de muitos homens e mulheres do meio rural. Esse processo se deu, na maior parte das vezes, de forma conflituosa e violenta e não ocorreu de maneira homogênea em todo o estado de Minas Gerais. Apesar da acentuação dos conflitos por terra a partir do processo de modernização conservadora implementado pelo regime militar, esses não eram uma novidade em Minas Gerais. Já na década de 1940 e ao longo dos anos 1950, camponeses reivindicavam a permanência nas terras das quais estavam sendo expulsos.<sup>57</sup> Além disso, alguns conflitos por terras ocorreram em Minas Gerais no imediato pré-1964, como em Piumhi, Governador Valadares e Três Marias e foram marcados pela violência, principalmente em Governador Valadares, que teve a sede do sindicato rural alvejada por latifundiários.<sup>58</sup> No entanto, foi após o golpe civil militar que esses conflitos se intensificaram, principalmente nas regiões Norte, Jequitinhonha e Mucuri e Noroeste do estado, que foram as áreas que mais sofreram com a especulação de terras e a política de modernização conservadora adotada pela ditadura militar.

No entanto, o fim da ditadura militar em 1985 não promoveu a diminuição dos conflitos e da violência no campo. Ao contrário, em todo o país eles aumentaram e provocaram muitas mortes no período que se estendeu de 1985 a 1988. Segundo a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, entre 1985 e 1988, 436 camponeses foram mortos ou desapareceram no Brasil.<sup>59</sup> De acordo com dados do

<sup>56</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A modernização autoritário-conservadora nas universidades e a influência da cultura política. IN: REIS, Daniel Aarão; MOTTA, Rodrigo Patto Sá; RIDENTI, Marcelo (org.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 51.

<sup>57</sup> No final da década de 1940, por exemplo, na cidade mineira de Canápolis, camponeses estavam sendo expulsos da região para que se plantasse, nas terras, capim colômbio, que serviria de alimento para o gado. Liderado pelo PCB um movimento rural foi criado na localidade para lutar pela permanência nas terras.

<sup>58</sup> Esses três conflitos já foram estudados pela historiografia. Ver: BORGES, Maria Eliza Linhares. *Utopias e contra-utopia: movimentos sociais rurais em Minas Gerais (1950- 1964)*. Dissertação (Mestrado). Belo Horizonte: UFMG, 1988 e CAMISASCA, Marina Mesquita. *Camponeses mineiros em cena: mobilização, disputas e confrontos (1961-1964)*. Dissertação (Mestrado). Belo Horizonte: UFMG, 2009.

<sup>59</sup> SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Camponeses mortos e desaparecidos: excluídos da justiça de transição*. Brasília (DF), 2013, p. 19.

relatório final produzido pela COVEMG, os anos de 1985 e 1986 registraram o maior número de assassinatos no campo em Minas Gerais, totalizando 55 mortes e desaparecimentos.<sup>60</sup>

Muitas são as explicações para o crescimento da violência no campo após o fim do regime militar, uma delas é o recrudescimento da organização e das resistências camponesas no período, por meio, principalmente, dos STR's e a consequente mobilização dos latifundiários através da União Democrática Ruralista (UDR), criada em Goiás no ano de 1985. A UDR foi fundada, predominantemente, por pecuaristas do eixo Goiás - São Paulo - Minas Gerais temerosos das desapropriações previstas no Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), instituído no mesmo ano de criação da entidade, pelo governo Sarney. A UDR reuniu grandes proprietários e empresários defensores de uma ação mais aguerrida contra a reforma agrária no contexto de transição democrática.<sup>61</sup> Logo quando foi criada, a agremiação defendeu a violência como método de atuação. Posteriormente, esse discurso se modificou e ela passou a proclamar que atuava de forma lícita e pacífica.<sup>62</sup> Ao pregar a violência, a UDR chancelou o armamento dos latifundiários em “defesa de suas propriedades”.

Além do aumento da organização tanto de camponeses quanto de latifundiários, no período de transição democrática, mediadores atuantes no meio rural ganharam maior relevância na cena pública. Esse foi o caso, por exemplo, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), originário de ocupações de terras no Rio Grande do Sul, em fins da década de 1970, e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), fundada em 1975, ligada pastoralmente à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), mas com autonomia organizativa. A CPT, no ano de 1985, começou a divulgar anualmente a publicação “Conflitos de terra no Brasil”, em que passou a registrar os conflitos por terra e os números da violência no campo. Esse anuário foi, e continua sendo, importante para a publicização da violência no meio rural brasileiro. O surgimento dessa publicação, somente em 1985, é indicativo de um problema que permeia as pesquisas sobre a violência que atingiu o campo durante o regime militar: a ausência de registros. Poucas são as fontes, principalmente da década de 1970, que tratam da violência cometida contra camponeses. A COVEMG, que levantou a ocorrência de 109 mortes ou desaparecimentos

---

<sup>60</sup> COMISSÃO DA VERDADE EM MINAS GERAIS. *Relatório final*. Volume 2. As graves violações de direitos humanos no campo. Belo Horizonte: Covemg, 2017, p. 121-122.

<sup>61</sup> BRUNO, Regina. *Senhores da terra, senhores da guerra*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997, p. 60.

<sup>62</sup> Idem, p. 144.

de camponeses e seus apoiadores em Minas Gerais, apontou para a questão da subnotificação e para a incompletude dos dados localizados, principalmente entre 1964 e 1979.<sup>63</sup> Assim, apesar dos números revelarem um crescimento exponencial da violência no campo entre 1985 e 1988, é preciso ter cautela com os dados, já que para o período do regime militar as informações são mais esparsas. Certamente, a violência no campo foi maior durante a ditadura militar do que os registros apontam.

Diversos são os casos de camponeses que foram levados pela polícia ou por latifundiários, que nunca mais retornaram e que não estão nas estatísticas. Em sua maioria, eram pessoas pobres que não possuíam sequer registro de nascimento ou documento de identidade. Elas desapareceram, os casos nunca foram investigados e nada aconteceu.

Segundo a filósofa Judith Butler, “apenas em condições nas quais a perda tem importância o valor da vida aparece efetivamente. Portanto, a possibilidade de ser enlutada é um pressuposto para toda vida que importa.”<sup>64</sup> Corpos como os de muitos camponeses assassinados no período estudado, que sequer constam nas estatísticas, tiveram certamente seu reconhecimento interditado. Eram vidas precárias, desde o nascimento, que não foram reconhecidas pelo Estado e, por isso, não tiveram direito ao luto público.<sup>65</sup> A impunidade e o esquecimento podem, assim, serem vistas como as fortes marcas da violência que atingiu o meio rural em todo o Brasil.

Ao focar as resistências camponesas em situações de conflitos de terra esta tese lança luz sobre a violência ocorrida no meio rural mineiro que contou, com frequência, com a participação de agentes da repressão e de órgãos estatais. Para isso, utiliza uma gama variada de fontes que estão sob a guarda de diversos arquivos. São eles: Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva (CEDEFES); Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo, pertencente ao CPDA-UFRRJ; Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (ALMG); Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Superintendência de Minas Gerais (INCRA-MG); Centro de Documentação Dom Tomás Balduino – CPT Nacional; CPT Minas Gerais – sede em Belo Horizonte; CPT Norte de Minas – sede em Montes Claros; Hemeroteca Digital Brasileira; Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil –

---

<sup>63</sup> COMISSÃO DA VERDADE EM MINAS GERAIS. *Relatório final*. Volume 2. As graves violações de direitos humanos no campo. Belo Horizonte: Covemg, 2017, p. 122.

<sup>64</sup> BUTLER, Judith. *Quadros de guerra – quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 6ª edição, 2019, p. 32.

<sup>65</sup> Idem.

Memórias Reveladas e Arquivo Público Mineiro (APM), que detém a guarda da documentação produzida e apreendida pelo Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais (DOPS/MG) e pela Coordenadoria Geral de Segurança (COSEG), que estava subordinada à Secretaria de Estado de Segurança Pública de Minas Gerais.

O arquivo do CEDEFES contém farta documentação produzida por órgãos e entidades ligados ao campo, como FETAEMG, INCRA, CPT e STR's. Além disso, há também documentos processuais, listas de assassinatos, periódicos, relatos de conflitos de terra e cartas-denúncia.

Já no Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo, do CPDA-UFRRJ, existem algumas pastas que contêm documentos referentes a Minas Gerais. São, em sua maioria, cartilhas, circulares, ofícios, informativos, relatórios de atividades, solicitações e denúncias realizadas pela FETAEMG. Há ainda documentos produzidos pelo Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD) e pela Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), que tratam da violência no meio rural mineiro.

No acervo da ALMG, existem documentos referentes a duas CPIs relacionadas ao tema. A CPI Violência no campo, requerida em 21/03/1986 pelo então deputado estadual João Batista dos Mares Guia<sup>66</sup>, devido à ocorrência de 26 assassinatos de camponeses em Minas Gerais no período de 1984 a 1986; e a CPI Ruralminas, solicitada pelo mesmo deputado, no ano de 1984, com o objetivo de investigar possíveis irregularidades praticadas nessa Fundação.

No INCRA-MG a documentação se refere a processos de desapropriação de terras. Nesses documentos, constam informações técnicas sobre as áreas a serem desapropriadas, além de relatórios produzidos por STR's e pela FETAEMG, denunciando conflitos de terras. Há ainda cartas de apoio aos camponeses enviadas por deputados estaduais.

O acervo da CPT Nacional, disponível *online*, está organizado por estado e, na sessão que se refere a Minas Gerais, existem pastas numeradas e tituladas que contêm documentos sobre fazendas que eram áreas de conflito por terra. Na sede da CPT-MG, a farta documentação não está organizada e foi pesquisada a partir do critério cronológico; assim, toda documentação anterior a 1988 foi fotografada e analisada. Nesse acervo foi possível localizar extensa documentação inédita sobre assentamentos rurais, regiões de conflito agrário, assassinatos no campo e projetos desenvolvidos pelo governo para o

---

<sup>66</sup> O político foi eleito deputado estadual em 1982 pelo Partido dos Trabalhadores (PT), mas em 1985 deixou o partido. Posteriormente, em 1988, participou da formação do PSDB em Minas Gerais.

meio rural. Na CPT Norte de Minas, a documentação é composta por fotografias, periódico produzido pela entidade e correspondências.

No portal da Hemeroteca Digital Brasileira, pertencente à Biblioteca Nacional, foram pesquisados jornais de todo o país a partir de nomes de pessoas, cuja participação já havia sido identificada, ou de regiões conhecidas pela ocorrência de conflitos de terras. Uma gama de periódicos foi encontrada e eles revelaram o que circulou na imprensa sobre esses conflitos e sobre as resistências camponesas em Minas Gerais.

No banco de dados Memórias Reveladas, que reúne arquivos sobre a repressão no Brasil, no período de 1964 a 1985, em uma plataforma *online*, foi possível localizar documentos produzidos pelo Serviço Nacional de Investigação (SNI), que investigou algumas áreas de conflitos de terras em Minas Gerais. Essa documentação traz informações importantes sobre determinadas regiões do estado e sobre alguns camponeses e seus apoiadores que foram alvo de investigação, por serem considerados uma ameaça à “segurança nacional”. É o olhar de um órgão da repressão estatal sobre o meio rural mineiro.

Com viés semelhante ao do SNI, também foi pesquisado o acervo da COSEG, constituído por 521 rolos de microfimes. Essa documentação não está organizada e existe apenas uma listagem, produzida pela própria Coordenadoria de Segurança, com os títulos das pastas contidas em cada rolo. O acervo inédito está em processo de organização, porém não há previsão de conclusão. Há apenas um estagiário responsável pela leitura desses documentos, o que torna o processo bastante moroso e sem prazo para finalização. Foram pesquisadas as pastas cujo título poderia remeter a assuntos relacionados ao campo, inclusive as pastas dos municípios em que já se sabia da ocorrência de conflitos de terra. Certamente, muitos documentos não foram localizados pela pesquisa, devido à não organização do acervo. Pesquisadores futuros poderão encontrar novos documentos sobre a temática em acervo tão rico e vasto.

No acervo do DOPS-MG, já organizado, foi localizada documentação sobre conflitos rurais investigados pela polícia política, além de Inquéritos Policiais Militares, instaurados em 1964, contra lideranças atuantes no meio rural mineiro. Nesse acervo, que por falta de verba para atualização do site não se encontra mais disponível para consulta *online*, existem também documentos produzidos por sindicatos rurais e que foram apreendidos pela polícia política, além de relatórios policiais sobre investigações a grupos, associações, ou pessoas consideradas “subversivas” e que atuaram no meio rural mineiro.

Este trabalho adotou procedimentos de crítica e questionamento a toda a documentação pesquisada, em especial àquela produzida pelos órgãos da repressão, afinal são informações produzidas por instituições que tinham por objetivo coibir a “subversão”. O discurso policial era marcado por uma lógica acusatória e por uma visão de mundo explicitamente anticomunista, que não devem ser negligenciadas.<sup>67</sup>

Além da pesquisa em acervos contendo documentação textual e fotográfica, foram realizadas e consultadas entrevistas orais. Afinal, é por meio desse tipo de fonte que, segundo Alessandro Portelli, é possível obter “informações sobre o povo iletrado ou grupos sociais cuja história escrita é falha ou distorcida”<sup>68</sup>, como é o caso dos camponeses. Foram feitas entrevistas com dois filhos de Saluzinho, camponês que resistiu à violência policial e do latifúndio, e com uma liderança do STR de Unaí. Devido à pandemia de COVID-19 não foi possível realizar outras entrevistas, por isso, optou-se por reutilizar entrevistas orais realizadas por outros pesquisadores e que estão sob a guarda das seguintes instituições de pesquisa: Centro de Memória e de Pesquisa História da PUC Minas e Núcleo de História Oral (NHO) da UFMG.

Luciana Heymann e Verena Alberti, em artigo de 2018, abordam a pouca reutilização por pesquisadores de entrevistas orais disponíveis para consulta. As autoras propõem o reuso dessas entrevistas, vistas como documentos e não monumentos, que carregam não apenas testemunhos, mas relações, intenções, condicionantes institucionais, injunções sociais etc.<sup>69</sup> Neste sentido, o reuso de entrevistas não se limita a repetir verdades cristalizadas, mas a propor novas análises para temáticas já abordadas. Foi desta maneira que o reuso de entrevistas foi empregado neste trabalho, com avaliações novas de temas já trabalhados. Além disso, algumas vezes, as entrevistas trataram de temas considerados secundários para as pesquisas anteriores, mas que para esta tese foram centrais. Assim, o reuso possibilitou também análises de novos temas, não trabalhados inicialmente pelos entrevistadores/pesquisadores.

---

<sup>67</sup> Sobre a polícia política, o imaginário anticomunista e a lógica da acumulação de documentos policiais ver: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *DOPS: A Lógica da Desconfiança*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Justiça, Arquivo Público do Estado, 1996; MOTTA, Rodrigo Patto Sá [et al]. República, política e direito à informação – Os arquivos do DOPS/MG. *Varia História*. Belo Horizonte, nº 29, janeiro de 2003; ASSUNÇÃO, Rosângela Pereira de Abreu. *DOPS/MG: Imaginário anticomunista e policiamento político (1935-1964)*. Dissertação (Mestrado). Belo Horizonte: UFMG, 2006.

<sup>68</sup> PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. *Proj História*, São Paulo, (14), fevereiro de 1997, p. 27.

<sup>69</sup> HEYMANN, Luciana Quillet; ALBERTI, Verena. Acervos de história oral: um patrimônio silencioso? In: BAUER, Leticia Brandt; BORGES, Viviane Trindade. *História oral e patrimônio cultural: potencialidades e transformações*. São Paulo: Letra e Voz, 2018, p. 19.



Além das entrevistas orais, utilizou-se também como fonte os testemunhos/depoimentos prestados por camponeses e seus mediadores para a COVEMG, que estão disponíveis para a consulta no site [www.comissaodaverdade.mg.gov.br](http://www.comissaodaverdade.mg.gov.br).<sup>70</sup> Os acervos da PUC Minas, da UFMG e da COVEMG contém entrevistas e testemunhos de camponeses de Cachoeirinha, lideranças sindicais do Norte e Noroeste de Minas Gerais, antigos membros da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG), da Ação Popular (AP), do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

A variedade de fontes arroladas neste trabalho possibilitou o cruzamento de informações, essenciais para a construção dos dados e da argumentação sobre as formas de resistências camponesas nos conflitos de terras em Minas Gerais. Para realizar essa análise, a tese encontra-se dividida em quatro capítulos.

O *Capítulo 1* discute os conceitos de camponês e latifúndio em perspectiva comparada para, em seguida, recuperar as políticas adotadas pelo regime militar e pelo governo de transição democrática para o campo, com ênfase para o Estatuto da Terra, promulgado em 1964, já que as reivindicações camponesas se pautaram no que estava estabelecido por esta legislação. As políticas implementadas durante a ditadura militar especificamente em Minas Gerais também são analisadas, buscando compreender como os projetos governamentais atingiram o campo e se relacionaram com as resistências camponesas nos conflitos por terra. Além disso, intenta-se apreender a relação que os camponeses mineiros estabeleceram com o Estado, tanto ditatorial quanto de transição democrática, a partir das políticas públicas executadas.

Já o *Capítulo 2* analisa a participação de diferentes grupos que buscaram atuar como mediadores dos camponeses, que tentavam resistir ao latifúndio, levando suas reivindicações para além das fronteiras das fazendas. Os mediadores analisados são aqueles que se propuseram a denunciar as violências ocorridas no meio rural e, também, divulgaram e buscaram ajudar para que as demandas dos camponeses fossem atendidas, principalmente pelo Estado. É analisada a participação no campo de alguns STR's, da FETAEMG, da CONTAG, da AP, da CPT, do MST, da CUT e do PT. Esses grupos apesar de preconizarem a permanência dos camponeses no meio rural, tinham propostas e objetivos distintos. As diferentes temporalidades possibilitaram mudanças dos atores envolvidos e das formas de atuação desses mediadores e essas alterações são analisadas

---

<sup>70</sup> No Capítulo 4 desta tese são explicitadas as diferenças entre entrevistas orais e testemunhos.

ao longo do capítulo, sempre tendo em vista a participação desses mediadores nos conflitos por terra.

O *Capítulo 3*, por sua vez, aborda casos considerados emblemáticos de resistências camponesas ocorridas em Minas Gerais no período em estudo, 1964 a 1988. Muitos outros conflitos ocorreram no estado, mas os analisados nesse capítulo foram aqueles que, a partir da pesquisa nas fontes e na bibliografia, foram marcados pela resistência e sobre as quais foi localizada documentação que permitiu um estudo mais aprofundado. É analisada a resistência individual de Saluzinho, caso interessante que teve repercussão na mídia, sendo o camponês detido no DOPS/MG como preso político. São discutidas também as resistências coletivas dos camponeses de Cachoeirinha (fazenda Arapuá, que depois foi dividida em 18 fazendas), Arinos/São Francisco (fazenda Menino), Unai (fazenda São Pedro) e Iturama (fazenda Barreiro).

Por fim, o *Capítulo 4* trata das memórias camponesas e de seus familiares sobre as resistências em conflitos de terras ocorridas em Minas Gerais, analisadas a partir do viés do esquecimento e do desejo de lembrar. São memórias marcadas pelo trauma e que não estão inscritas na memória social sobre o regime militar. Ao apresentá-las neste trabalho o intuito é trazer à tona o olhar dos camponeses sobre o passado marcado pela violência e repressão. O objetivo do capítulo ao analisar as entrevistas orais e os testemunhos é menos saber sobre os eventos vivenciados pelos camponeses e mais sobre seus significados.<sup>71</sup>

---

<sup>71</sup> PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. *Proj História*, São Paulo, (14), fevereiro de 1997, pp.25-39.

## Capítulo 1: O meio rural e as resistências camponesas

### 1.1 *Os camponeses resistentes e a ditadura militar*

Múltiplas são as possibilidades de conceituação do termo camponês. De acordo com José de Souza Martins, essa palavra é recente no vocabulário brasileiro e foi trazida pelo caminho da importação política. Segundo o autor, foram as esquerdas que introduziram em definitivo esse vocábulo, procurando dar conta das lutas dos trabalhadores do campo que irromperam em vários locais do país, a partir da década de 1950.<sup>72</sup> A palavra foi empregada, principalmente, pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), que utilizou o linguajar adotado pela III Internacional Comunista, realizando uma transposição mecânica de conceito condizente com outra realidade social. Até a década de 1950, segundo Marta Marques, no Brasil, “o camponês recebia denominações locais próprias conforme a sua história e sua região de origem como: caipira em São Paulo, Minas Gerais e Goiás; caçara no litoral paulista; colono ou caboclo no Sul – dependendo de sua origem, se imigrante ou não.”<sup>73</sup>

Apesar de o termo ter chegado ao Brasil através da importação, ele ganhou em solo nacional existência política e social. Para Oswaldo Heller da Silva, foi o advento e a expansão das Ligas Camponesas, nas décadas de 1950 e 1960, principalmente na região Nordeste, sob a liderança do advogado e político Francisco Julião, que contribuiu para a popularização do termo camponês em todo o país.<sup>74</sup> A palavra passou a significar “aquele que luta pela reforma agrária”, com uma conotação política. Com isso, o termo deu unidade a uma variedade de categorias de trabalhadores do campo como posseiros, parceiros, meeiros, arrendatários, foreiros, colonos, entre outros, que lutavam por terra, direitos e pela implementação da reforma agrária.

Nesse sentido, é possível afirmar que a identidade coletiva do camponês é criada no momento mesmo da luta para se manter na terra. Em concordância com Moacir Palmeira, pode-se dizer que a mobilização política do campesinato, num certo sentido,

---

<sup>72</sup> MARTINS, José de Souza, *Os camponeses e a política no Brasil as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 21.

<sup>73</sup> MARQUES, Marta Inez Medeiros. A atualidade do uso do conceito de camponês. In: STÉLIDE, João Pedro (org.). *A questão agrária no Brasil: interpretações sobre o camponês e o campesinato*. São Paulo: Expressão Popular, 2016, p. 40.

<sup>74</sup> SILVA, Oswaldo Heller da. *A foice e a cruz: comunistas e católicos na história do sindicalismo dos trabalhadores rurais do Paraná*. Curitiba: Rosa de Bassi, 2006, p. 28-32.

cria o campesinato – já que, ao tirá-lo do isolamento político, tira-o também do anonimato político.<sup>75</sup>

A opção pela utilização do termo camponês nesta tese, em detrimento de outros, como trabalhadores rurais, ocorreu justamente pelo fato de o primeiro abarcar o aspecto de reunião e mobilização de homens e mulheres do campo na luta para permanecerem na terra. Ou seja, é na própria resistência em se manter no campo que passa a ser constituída a identidade do camponês.

O regime militar procurou esvaziar o sentido da palavra camponês, que havia ganhado grande força política no pré-1964, principalmente através das Ligas Camponesas, como afirmado anteriormente. A estratégia usada pela ditadura foi unificar as pessoas que viviam no campo por meio da nomenclatura de trabalhadores rurais, que poderiam inclusive pertencer a um mesmo sindicato por município, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (SRT), que reuniria todos aqueles que trabalhavam no campo, como posseiros, meeiros, parceiros, foreiros, assalariados rurais, entre outros. Em oposição, também, a essa tentativa da ditadura militar em substituir o termo camponês por trabalhador rural, com o intuito de pôr fim às mobilizações no campo, que esta tese optou por adotar o primeiro termo, como uma forma de resistência ao nome imposto pelo regime de exceção.

Para o período estudado (1964-1988), foi possível perceber que as resistências dos camponeses eram contra o latifúndio, que queria expulsá-los das terras. O termo “latifúndio” aqui não é entendido apenas como uma vasta extensão de terra na qual se pratica um tipo de agricultura ou criação retrógrada, que não exige grandes investimentos.<sup>76</sup> Vai além: as empresas rurais, modernas e produtivas, também podem ser pensadas como latifúndios, já que, muitas vezes, adotaram posturas violentas e arbitrárias para expulsar camponeses das terras. Assim, grileiros, fazendeiros, empresários agrícolas ou empresas reflorestadoras, que empregassem técnicas modernas ou arcaicas de produção, podem ser denominados latifúndios, se forem motivadores de conflitos por terras. O latifúndio é, desta forma, o par oposto, a antítese do camponês e o principal causador das resistências aqui analisadas.

---

<sup>75</sup> PALMEIRA, MOACIR. A diversidade da luta no campo: luta camponesa e diferenciação do campesinato. In: PAIVA, Vanilda (org.). *Igreja e questão agrária*. Rio de Janeiro: Loyola, 1985.

<sup>76</sup> Conceituação tradicional de latifúndio. Sobre o conceito ver: MOTTA, Márcia (org.). *Dicionário da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 272-276.

Essas resistências foram motivadas pelas tentativas de expulsão das terras, que eram incentivadas pelo projeto de modernização conservadora implementado pelo regime militar. Esse projeto, contudo, não alterou as relações existentes no meio rural e, nesse sentido, é possível concordar com a pesquisadora Regina Bruno que, sobre o período, afirma:

“Atrás da agroindústria esconde-se o velho latifúndio; atrás do banqueiro organizam-se as associações de defesa da propriedade; atrás das cadeias agroindustriais [sic] decidem os clãs familiares; atrás do empresário flagra-se o pistoleiro e... atrás do discurso moderno tenta-se dissimular o pensamento conservador.”<sup>77</sup>

Ou seja, durante o regime militar, as tecnologias que passaram a ser utilizadas no campo para o aumento da produção eram modernas, mas os beneficiários dessa modernização continuaram sendo os mesmos, aqueles que já detinham poder o político e econômico no meio rural. Alteraram-se os nomes, mas as práticas e o pensamento se mantiveram os mesmos. A modernização conservadora promoveu mais continuidades do que rupturas no campo, por isso, também, a opção pela adoção da arcaica nomenclatura de latifúndio, mesmo para designar empresas agrícolas, que à época eram consideradas modernas e produtivas. O latifúndio aqui não é entendido apenas a partir do critério da improdutividade e da ociosidade das terras, apesar de muitos deles apresentarem essas características.

Para o Estado, no contexto da ditadura militar, os intensos conflitos que se avolumavam no campo, no período do governo João Goulart (1961-1964), eram fruto do “atraso” vivenciado no meio rural. Era o mundo do “coronelismo”, da dependência pessoal, do milenarismo religioso e do latifúndio improdutivo que precisava ser superado. Afinal, era fundamental produzir mais alimentos, gerenciar o ritmo do êxodo rural e inserir a terra no sistema capitalista moderno.<sup>78</sup> A solução então era modernizar o campo, tornando-o mais competitivo e produtivo.

Pensando em discutir o tema, com o objetivo de elaborar uma legislação voltada para sanar os problemas do meio rural brasileiro, o primeiro governo militar, liderado pelo marechal Humberto Castelo Branco (1964-1967), nomeou, já em 1964, o Grupo de Trabalho sobre o Estatuto da Terra (GRET).

---

<sup>77</sup> BRUNO, Regina. *Senhores da terra, senhores da guerra*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997, p. 11.

<sup>78</sup> NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014, p. 76.

“Faziam parte do GRET a vertente reformista do IPES [Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais], coordenada por Paulo de Assis Ribeiro, principal ideólogo da proposta reformista desta instituição; os remanescentes da experiência de Revisão Agrária do Governo Carvalho Pinto em São Paulo em 1959, onde uma das figuras mais expressivas foi José Gomes da Silva; vários representantes técnicos e políticos dos principais ministérios; e dois ministros de Estado, Roberto Campos e Oscar Thompson. O GRET contava ainda com a tutela direta do General Golbery do Couto e Silva - chefe do Serviço Nacional de Informação, o SNI, principal ideólogo da “revolução” - e, quando necessário, o acompanhamento do próprio Castelo Branco.”<sup>79</sup>

O grupo deveria elaborar um projeto que não seria somente uma lei de reforma agrária, mas uma lei de desenvolvimento rural, que tinha como um de seus principais suportes a modernização do campo. As principais coordenadas que guiavam as discussões e o trabalho do GRET, para a instituição do então denominado Estatuto da Terra, eram “a necessidade de modernização da agricultura; a noção de latifúndio como obstáculo estrutural ao desenvolvimento e à industrialização; e a implementação de uma classe média rural no campo.”<sup>80</sup> É claro que os latifundiários não ficaram satisfeitos com a proposta de criação do Estatuto da Terra e exerceram forte pressão e boicote para promoverem alterações no projeto de lei. Com frequência, eles se negavam a comparecer às reuniões programadas para discutir a temática e, também, apresentaram substitutivos e emendas ao projeto a um governo sempre disposto a negociar com o latifúndio.<sup>81</sup>

Em julho de 1964 foi realizado o Encontro de Viçosa, patrocinado pelo governo do estado de Minas Gerais, chefiado por José de Magalhães Pinto, e pelo Ministério da Agricultura, comandado por Hugo de Almeida Leme. O Encontro reuniu secretários de agricultura de todos os estados do Brasil com o “objetivo de coligir contribuições para o aperfeiçoamento do Estatuto da Terra.”<sup>82</sup> Na realidade, essa foi a primeira ofensiva significativa da antirreforma contra o Estatuto da Terra e a partir daí,

“abundaram exortações contra as intenções do governo, não somente referente à emenda constitucional, mas também, sobre vários dispositivos contemplados pelo projeto. O discurso era quanto ao formato e as prioridades, mas o fato era que esses grupos não admitiam nenhuma forma de reforma agrária.”<sup>83</sup>

---

<sup>79</sup> BRUNO, Regina. O Estatuto da Terra: entre a conciliação e o confronto. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 5, novembro 1995: p. 14.

<sup>80</sup> Idem, p. 10.

<sup>81</sup> Idem, p. 9.

<sup>82</sup> Idem, p. 24.

<sup>83</sup> SALIS, Carmem Lúcia Gomes de. Estatuto da Terra: debates políticos e as disputas pela forma da reforma agrária no primeiro governo militar. *Antíteses*, v. 7, n. 13, jan./jun. 2014, p. 505.

Ainda em 1964, no mês de novembro, foi aprovada a Emenda Constitucional nº 10, que permitia que as terras desapropriadas por interesse social fossem pagas em títulos da dívida pública e não somente em dinheiro, como previa a Constituição Federal de 1946.<sup>84</sup> Essa alteração havia sido extremamente demandada pelos movimentos favoráveis às reformas de base no período pré-1964 e, paradoxalmente, foi sancionada meses após a instauração do regime militar. Nesse mesmo mês, após muitos debates e negociações entre lideranças políticas, elites rurais e o governo, no dia 30, foi promulgada a Lei nº 4.504, conhecida como Estatuto da Terra. Sua tramitação foi rápida, o projeto, em sua 14ª versão – o que revela as suas muitas modificações – foi enviado pelo Executivo ao Congresso Nacional, foi aprovado pelas mesas do Senado Federal e da Câmara dos Deputados e, à época, foi considerado progressista. Todavia, decepcionou os representantes do GRET, que reconheceram que “as inúmeras alterações mutilaram a sistemática dos trabalhos originais e criaram exceções prejudiciais a um êxito mais completo da reforma agrária.”<sup>85</sup>

A nova lei classificou os imóveis rurais, de acordo com seu tamanho em termos de módulos rurais, em quatro categorias: minifúndios (propriedades com área inferior a um módulo rural, incapazes por definição de prover a subsistência do agricultor e de sua família); latifúndios por exploração (imóveis com área entre um a 600 módulos, mantidos inexplorados ou inadequadamente explorados em relação às possibilidades fiscais, econômicas e sociais do meio em que se encontravam e/ou mantidos com fins especulativos); latifúndios por extensão (imóveis com áreas superiores a 600 módulos, independentemente do tipo e das características da produção neles desenvolvidos) e empresas rurais (imóveis com área entre um e 600 módulos explorado economicamente de forma racional dentro das condições de rendimento da região em que estivesse situado)<sup>86</sup>. Segundo a pesquisadora Leonilde Servolo de Medeiros, com o Estatuto da Terra,

“A empresa rural, que poderia inclusive ser uma propriedade de caráter familiar, tornava-se o modelo ideal de apropriação e uso da terra: aquele

<sup>84</sup> Emenda Constitucional nº 10 de 09/11/1964. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/Ccivil\\_03/constituicao/Emendas/Emc\\_anterior1988/emc10-64.htm#:~:text=EMENDA%20CONSTITUCIONAL%20N%C2%BA%2010%2C%20DE,Federal%2C%20nos%20t%C3%A0mos%20do%20art.](http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc10-64.htm#:~:text=EMENDA%20CONSTITUCIONAL%20N%C2%BA%2010%2C%20DE,Federal%2C%20nos%20t%C3%A0mos%20do%20art.) Acesso em 16/10/2020.

<sup>85</sup> “O Estatuto da Terra e a execução da reforma agrária”, 1964. Arquivo Paulo de Assis Ribeiro/Arquivo Nacional (PAR), Caixa 129. In: BRUNO, Regina. O Estatuto da Terra: entre a conciliação e o confronto. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 5, novembro 1995.

<sup>86</sup> Lei nº 4.504 de 30/11/1964. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/14504.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14504.htm). Acesso em 12/10/2020.

baseado numa administração racional (em termos do padrão produtivo que se desejava implementar), integrado a mercados e fundamentado em princípios de “justiça social” (...) Juntando-se à crítica ao que era chamado de *atraso* por diversas forças políticas no período anterior ao golpe e que tinha na agricultura seu principal foco, a nova lei se propunha a estimular a racionalidade empresarial aos estabelecimentos rurais.”<sup>87</sup>

Os imóveis classificados como empresas rurais estariam isentos de desapropriação por interesse social, artigo 19, parágrafo 2º, alínea b. Já o artigo 4, item VI, equiparou as pastagens e matas naturais às áreas cultivadas, o que permitiu que muitos latifúndios inexplorados obtivessem a classificação de empresas rurais e não fossem, assim, passíveis de desapropriação. A instituição da categoria empresas rurais se tornou, desta forma, “a brecha escapatória para a continuidade do latifúndio.”<sup>88</sup>

Um benefício estabelecido pelo Estatuto da Terra foi a abolição de diversas formas de exploração do trabalho de arrendatários e parceiros, como a prestação de serviço gratuito, a exclusividade da venda da colheita, o pagamento em vales, entre outros. No entanto, a mesma legislação não estipulou sanções em casos de violações, o que fez com que esse preceito, na prática, se tornasse inoperante.

De acordo com Medeiros, com o Estatuto da Terra o governo pretendia, por um lado, modernizar o campo, ação considerada como condição para a melhoria de vida dos trabalhadores rurais; por outro, fazer uma distribuição limitada de terras, em áreas de conflito, de forma a retirar os camponeses das influências das esquerdas organizadas, nesse momento já bastante enfraquecidas pela repressão, mas sempre vistas como uma ameaça.<sup>89</sup> Para realizar tais ações, o Estatuto previu a criação de dois órgãos autárquicos, o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), subordinado à Presidência da República, incumbido de promover e coordenar os programas específicos de reforma agrária; e o Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário (INDA), vinculado ao Ministério da Agricultura, com a finalidade principal de promover o desenvolvimento rural nos setores de colonização, extensão rural e cooperativismo.<sup>90</sup>

<sup>87</sup> MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Ditadura, conflito e repressão no campo*. A resistência camponesa no estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Consequência, 2018, p. 73.

<sup>88</sup> BRUNO, Regina. O Estatuto da Terra: entre a conciliação e o confronto. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 5, novembro 1995: p. 23.

<sup>89</sup> MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Lutas e resistências em contextos repressivos: reflexões a partir do estado do Rio de Janeiro. In: RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk; SECRETO, Maria Verónica. (orgs.). *Agrarismos: estudos de história e sociologia do mundo rural*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017, p. 22.

<sup>90</sup> Verbete CPDOC - Estatuto da Terra. Disponível em:

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/estatuto-da-terra-1>. Acesso em 12/10/2020.



A Superintendência de Política Agrária (SUPRA), órgão criado em 1962, no governo João Goulart, com o objetivo de planejar e executar a reforma agrária no país, havia sido extinta imediatamente após o golpe de 1964. Conforme Pedrosa, esses dois órgãos, IBRA e INDA, “trabalharam para apagar a herança da SUPRA e implantar a concepção que os militares tinham do que deveria ser uma agricultura moderna: modernização técnica e aumento da produtividade, sem necessidade de reforma agrária.”<sup>91</sup>

Os militares ressignificaram o termo reforma agrária, mas não o abandonaram, tanto que nomearam o órgão, que seria responsável por sua execução, com o nome de Instituto Brasileiro de Reforma Agrária. No discurso eles se prontificaram a realizar programas para promover a reforma agrária, mas na prática não foi o que ocorreu. Com isso, o Estatuto da Terra pouco contribuiu para diminuir a concentração da terra no país. Essa legislação acabou por legitimar o latifúndio e a modernização conservadora no campo, que concentrou terra, capital e poder. Segundo Medeiros, a própria constituição do Estatuto da Terra, além das escolhas feitas para a composição do IBRA e do INDA, indicam que houve uma preocupação reformista nos primeiros anos da ditadura. Contudo, apesar dessa preocupação, poucas foram as ações efetivas para que essas reformas ocorressem de fato.<sup>92</sup> A quantidade de áreas desapropriadas em todo o país durante os 21 anos do regime militar foi muito pequena. Todavia, esse estatuto se tornou um importante instrumento utilizado por advogados, que atuaram em defesa dos camponeses, principalmente dentro do sindicalismo rural, que procuraram explorar as possíveis brechas da legislação em benefício dos que resistiam no campo.<sup>93</sup>

No terceiro governo militar, do general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), uma mudança institucional importante aconteceu no que dizia respeito à questão agrária. O IBRA e o INDA foram extintos e, para substituí-los, foi criado, pelo Decreto nº 1.110 de 9 de julho de 1970, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), autarquia federal subordinada ao Ministério da Agricultura.<sup>94</sup> De acordo com Regina Bruno,

<sup>91</sup> PEDROZA, Manoela. *Terra de resistência: táticas e estratégias camponesas nos sertões cariocas (1950-1968)*. Dissertação (Mestrado). Porto Alegre: UFRS, 2003, p. 164.

<sup>92</sup> MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Trabalhadores no campo, luta pela terra e o regime civil-militar. In: PINHEIRO, Milton (org.). *Ditadura: o que resta da transição*. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 206.

<sup>93</sup> MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Ditadura, conflito e repressão no campo*. A resistência camponesa no estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Consequência, 2018, p. 74.

<sup>94</sup> Decreto disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/del1110.htm#:~:text=Cria%20o%20Instituto%20Nacional%20de,Agr%C3%A1ria%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del1110.htm#:~:text=Cria%20o%20Instituto%20Nacional%20de,Agr%C3%A1ria%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias). Acesso de 17/10/2020.

“A fusão entre Ibra e Inda e a criação do Incra em 1970 marcam um tempo da mudança. A presença militar se torna mais ostensiva; aumenta a desconfiança e o controle sobre alguns membros do grupo considerados pelos militares como “os intelectuais”; intensificam-se as medidas burocratizantes e paulatinamente o Incra vai mudando de perfil. O discurso das autoridades cada vez mais assume uma lógica administrativa para explicar situações essencialmente políticas: o argumento utilizado para a fusão do Ibra com o Inda foi a sobreposição de tarefas, o que representava um desperdício de dinheiro. Já a grande imprensa, em particular o Correio da Manhã, costumava caracterizar o Ibra como um “antro de comunistas”.<sup>95</sup>”

Com a criação do INCRA, em 1970, o tema da colonização se sobrepôs ao da reforma agrária e a ênfase das ações governamentais para o campo passou a ser a ocupação de terras na fronteira, principalmente, no Mato Grosso, Pará e norte de Goiás.<sup>96</sup> Essa modificação dos órgãos que trabalhavam com políticas públicas para o meio rural e da sua forma de atuação indicava também a progressiva subordinação da questão fundiária ao tema da segurança nacional.<sup>97</sup> Assim, por uma questão de segurança era necessário ocupar as áreas tidas como “vazias” e “desocupadas” e a Amazônia passou a ser alvo de uma ocupação controlada e dirigida pelo regime militar.

“A ocupação se fez paralelamente a alguns dos grandes investimentos públicos que caracterizaram a época do chamado “milagre brasileiro”, como a rodovia Transamazônica, e também a Cuiabá-Santarém, em cujas margens foram reservadas faixas de terras públicas para a instalação de colônias, ou agrovilas, que passaram a receber trabalhadores de outras regiões [do país].<sup>98</sup>”

O governo temia uma ocupação estrangeira na área então considerada “o pulmão do mundo”, tanto é que o slogan “integrar para não entregar” se tornou bastante popular no período. A política de colonização adotada pelo regime militar é reveladora das múltiplas possibilidades de atuação do Estado autoritário, que iam além da repressão e da violência. Afinal, para ser aceita e considerada legítima, a ditadura militar também precisou fazer concessões, na busca de atrair diferentes setores da sociedade, entre eles os camponeses. De acordo com Medeiros, “em algumas situações, a atuação dos militares

<sup>95</sup>BRUNO, Regina. Guardiões da reforma agrária, servidores públicos e técnicos em defesa de uma reforma agrária durante a ditadura militar no Brasil. *Tempos Históricos*, volume 16, 2012, p. 85.

<sup>96</sup>MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Lutas e resistências em contextos repressivos: reflexões a partir do estado do Rio de Janeiro. In: RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk; SECRETO, Maria Verónica. (orgs.). *Agrarismos: estudos de história e sociologia do mundo rural*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017, p. 23.

<sup>97</sup>MARTINS, José de Souza. *A militarização da questão agrária no Brasil*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1984.

<sup>98</sup>GRYNSZPAN, Mario. Da barbárie à terra prometida: o campo e as lutas sociais na história da República. In: GOMES, Ângela de Castro; PANDOLFI, Dulce Chaves; ALBERTI, Vera (orgs.). *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, CPDOC, 2002, p. 143.

e das instituições estatais alternou momentos de repressão com ações que buscavam atrair os camponeses para a sua órbita, atendendo-os em suas necessidades básicas.”<sup>99</sup> Além disso, os projetos de colonização na Amazônia também objetivavam controlar os camponeses, que deixavam suas regiões de origem por falta de terras e migravam para o Norte do país. O autor José de Souza Martins aponta para a grande preocupação dos militares em esvaziar a questão política no campo, principalmente após a guerrilha do Araguaia e, por isso, vultosos investimentos foram feitos nos projetos de colonização da Transamazônica.<sup>100</sup>

Grandes também eram as expectativas dos camponeses que rumaram para a Amazônia Legal, principalmente do Sul do país, em busca da tão sonhada terra. No entanto, a política de colonização na região foi um fiasco e os trabalhadores acabaram sendo abandonados pelo governo, assim como a rodovia Transamazônica, sem recursos e isolados.<sup>101</sup> Os projetos e as agrovilas implementados na Amazônia Legal não prosperaram e grande parte dos trabalhadores retornou para suas regiões de origem ou migrou para outras áreas, abandonando o sonho de possuir uma terra para plantar e ter uma vida melhor.

Contudo, a colonização foi apenas uma das faces da política de ocupação da fronteira brasileira. A outra, que teve efeitos mais amplos, foi a instalação de grandes projetos agropecuários e de mineração por empresas privadas, que receberam diversos incentivos fiscais e recursos do governo, por meio da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e do Banco da Amazônia (BASA). Ao se instalarem na região considerada como “vazia”, muitos desses projetos se depararam com a presença de posseiros e indígenas nas terras. Essa população passou então a ser alvo de inúmeras violências, o que causou intensos conflitos, principalmente nas regiões dos vales dos rios Tocantins e Araguaia. Muitas comunidades indígenas e grupos de posseiros foram exterminados ou forçados a migrar. Os projetos de desenvolvimento da década de 1970, com desdobramentos também na década de 1980, “desconsideravam em geral as

---

<sup>99</sup> MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Repressão e resistências no campo no regime empresarial militar: questões e desafios à pesquisa. In: SAUER, Sérgio (org.). *Lutas, memórias e violações no campo brasileiro: conflitos, repressão e resistência no passado e presente*. São Paulo: Outras Expressões, 2020, p. 23.

<sup>100</sup> MARTINS, José de Souza. *A militarização da questão agrária no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1984.

<sup>101</sup> GRZYNSZPAN, Mario. Da barbárie à terra prometida: o campo e as lutas sociais na história da República. In: GOMES, Ângela de Castro; PANDOLFI, Dulce Chaves; ALBERTI, Vera (orgs.). *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, CPDOC, 2002, p. 144.

populações das áreas onde eram realizados, tornando-se fonte de protestos e conflitos dentro e fora da Amazônia.”<sup>102</sup>

No ano de 1971, o regime militar criou o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste do país, o chamado PROTERRA. Seu objetivo era “promover o mais fácil acesso do homem à terra, criar melhores condições de emprego de mão-de-obra e fomentar a agroindústria nas regiões compreendidas nas áreas de atuação da Sudam e da Sudene”<sup>103</sup>. Os recursos alocados ao PROTERRA possuíam a seguinte destinação: a) aquisição de terras ou sua desapropriação por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro, para posterior venda a pequenos e médios produtores rurais da região; b) empréstimos fundiários a pequenos e médios produtores rurais para aquisição de terra própria cultivável ou ampliação de minifúndios; c) financiamento de projetos destinados à expansão da agroindústria e da produção de insumos destinados à agricultura; d) assistência financeira à organização e à modernização de propriedades rurais, à pesquisa, experimentação, armazenagem, transporte e energia elétrica; e) subsídios ao uso de insumos modernos; f) garantia de preços mínimos para os produtos de exportação; g) custeio de ações discriminatórias de terras devolutas.<sup>104</sup>

Todavia, o desinteresse dos grandes proprietários pelos financiamentos oficiais condicionados à venda de terras ociosas, por um lado, e a pouca disposição governamental em acionar os dispositivos legais de desapropriação por interesse social, por outro, condenaram o PROTERRA ao fracasso na sua finalidade básica de progressiva eliminação dos latifúndios inexplorados.

Em 1972, o governo lançou um novo programa voltado para o meio rural, o Programa Especial para o Vale do São Francisco (PROVALE), que visava “ocupar os vazios econômicos existentes nessa região e acelerar o seu desenvolvimento econômico e social, integrando-a mais rapidamente ao processo de desenvolvimento nacional.”<sup>105</sup> Dois anos depois, em 1974, foi a vez da criação do Programa de Desenvolvimento das Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE), que tinha “a finalidade de promover

---

<sup>102</sup> Ibidem, p. 149.

<sup>103</sup> Decreto-Lei nº 1179 de 06/07/1971. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965). Acesso em 12/10/2020.

<sup>104</sup> Idem. Terras devolutas referem-se às terras livres, em tese não ocupadas, que, uma vez discriminadas, tornar-se-iam parte do domínio do poder público, ou seja, pertencentes ao Estado, federal ou estadual. Sobre o conceito de terras devolutas ver: MOTTA. Márcia (org.). Dicionário da terra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 469-471.

<sup>105</sup> Decreto-Lei nº 1207 de 07/02/1972. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/De1207.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De1207.htm). Acesso em 14/10/2020.

o desenvolvimento e a modernização das atividades agropecuárias de áreas prioritárias do Nordeste, com o sentido de pólos agrícolas e agropecuários.”<sup>106</sup> Já em 1975, foi instituído o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO), que visava promover um melhor aproveitamento do cerrado por meio da expansão da fronteira agrícola. De acordo com o então Ministro do Planejamento, João Paulo dos Reis Velloso, “o cerrado não gosta da agricultura tradicional e sim de agricultura empresarial, com inteligência. Gosta de fertilizantes, de tecnologia avançada e de mecanização.”<sup>107</sup> O que revela qual era a política adotada para o campo no período: desvalorização da pequena produção tradicional e impulsionamento das modernas empresas agrícolas, que produzissem em larga escala a partir do uso de tecnologias, fertilizantes e agrotóxicos destinados a aumentar as safras.

O regime militar criou ainda, no início dos anos 1970, o Sistema Nacional de Crédito Rural para garantir insumos para a compra de maquinários, e, também, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater). Além disso, foi instituída a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) para empréstimos e aquisições federais. O objetivo do governo ditatorial ao facilitar o crédito rural, subsidiar a compra de máquinas e equipamentos, além de prestar assistência técnica e incentivar pesquisas agropecuárias, era modernizar o campo brasileiro, tornando-o produtivo.

Contudo, essa política não se preocupou com as populações que viviam nas áreas rurais e, como consequência, promoveu a expulsão de um grande contingente populacional do campo, que, muitas vezes, migrou para a periferia das grandes e médias cidades brasileiras, conforme afirmado anteriormente. Outras consequências dessa política foram a intensificação de conflitos por terra, além das greves no campo, que começaram a ocorrer no final da década de 1970 e se intensificaram no início dos anos 1980. De acordo com Mário Grynszpan,

“De vítimas das condições prevaletentes no campo, os trabalhadores rurais foram impondo uma imagem mais combativa. Foi o que se viu, por exemplo, nas greves que eclodiram, na zona canavieira de Pernambuco, a primeira em 1979 e a segunda em 1981. (...) Ao longo dos primeiros anos da década de 1980 movimentos grevistas foram sendo desencadeados em outros estados,

---

<sup>106</sup> Decreto nº 74.794 de 30/10/ 1974. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-74794-30-outubro-1974-423254-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 14/10/2020.

<sup>107</sup>PASTORAL DA TERRA: POSSES E CONFLITOS. *Coleção Estudos da CNBB*. São Paulo: Paulinas, n. 13, 1981, p. 132.

como Rio Grande do Norte, Paraíba, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo.”<sup>108</sup>

As políticas adotadas pelos sucessivos governos militares para o campo revelam como o regime procurou fomentar projetos de grande porte, visando à agroindústria, além de ter destinado muitos recursos nacionais para políticas que beneficiaram grandes produtores rurais, mantendo intocada a estrutura fundiária do país. As políticas de colonização e ocupação da fronteira fracassaram e a quantidade de terras desapropriadas foi ínfima. Os homens e mulheres do campo que estavam sendo expulsos das áreas em que viviam, ou aqueles que trabalhavam em péssimas condições na área rural, não foram alvos das principais políticas do regime. A modernização conservadora implementada no campo não beneficiou os camponeses, mas sim os latifundiários, que viram seus negócios prosperarem às custas do aumento da desigualdade social. O “bolo” realmente cresceu, mas não foi dividido.<sup>109</sup> Por esse motivo o descontentamento da população rural, que de “vítima” passou a ser mais combativa, principalmente a partir do final da década de 1970 e início dos anos 1980. Segundo José Graziano da Silva,

“o desenvolvimento das relações de produção capitalistas na agricultura brasileira conseguiu grandes avanços na solução das questões agrícolas, isto é, dos problemas ligados à produção propriamente dita. Mas, esse desenvolvimento só fez agravar a questão agrária, ou seja, o nível de miséria da população rural brasileira.”<sup>110</sup>

Ou seja, a produção agrícola cresceu, a oferta de alimentos aumentou, mas esse desenvolvimento não promoveu um enriquecimento e maior acesso à terra pela população rural. Ao contrário, essa população passou a ser alvo de inúmeras ameaças e violências, que visavam expulsá-la do campo. Muitas famílias, diante dessa conjuntura, preferiram migrar, enquanto outras resistiram de formas diversas nas áreas onde viviam. O regime militar além de incentivar a expansão do latifúndio, em muitos casos também apoiou a violência empreendida no campo. Quando não participou ativamente das violências o governo se omitiu ou foi convivente com essas práticas, agravando assim as tensões e os conflitos no campo.

---

<sup>108</sup> GRZYNSZPAN, Mario. Da barbárie à terra prometida: o campo e as lutas sociais na história da República. In: GOMES, Ângela de Castro; PANDOLFI, Dulce Chaves; ALBERTI, Vera (orgs.). *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, CPDOC, 2002, p. 148.

<sup>109</sup> Alusão à frase proferida pelo então Ministro da Fazenda, Delfim Neto no período do “milagre” brasileiro: “vamos fazer o bolo crescer para depois dividir.”

<sup>110</sup> SILVA, José Graziano da. *O que é questão agrária*. Coleção Primeiros Passos. 18, 2. s.1, 1998, p. 39.

No período da ditadura militar o latifúndio ganhou poder e a chancela do Estado para expulsar camponeses das terras que habitavam. Muitos desses camponeses resistiram de diferentes formas com o intuito de permanecerem nas áreas e, na maior parte das vezes, recorreram ao Estado, pois consideravam que o governo atuaria com justiça ao tomar conhecimento das arbitrariedades ocorridas no campo. As resistências eram contra o latifúndio, “o confronto era literal, era pela vida, era pela sobrevivência, pelo direito de ter terra para morar, trabalhar e viver.”<sup>111</sup> Desta forma, é possível estender para os camponeses brasileiros o argumento desenvolvido por Alessandro Portelli, em artigo sobre os apalachianos. O autor afirma que: “Sobreviver é, em si, resistir; a luta de classe não se faz mais nas greves nos sindicatos, mas na luta diária contra a morte.”<sup>112</sup> Neste período de intensa repressão às mobilizações camponesas no Brasil, com o controle dos sindicatos pelo regime, a luta diária pela sobrevivência e contra a morte já poderia ser considerada em si um ato de resistência.

### *1.2 O que mudou no período de transição democrática*

A eleição indireta no Colégio Eleitoral de Tancredo Neves, tendo como vice José Sarney, marcou a saída dos militares do poder. Mas a morte repentina de Tancredo Neves levou à posse de José Sarney, em 1985, como presidente da República. Segundo Maria D’Alva Kinzo,

“A Nova República nascia sob circunstâncias bastante frágeis, especialmente para um presidente que teria de enfrentar uma crise econômica e social que se avolumava. Assim, Sarney tomou posse sem um plano de governo propriamente dito e com um sério déficit em legitimidade: uma figura política marcada por anos de vínculos com os militares, que assumia o poder sem o respaldo das urnas e que não era das fileiras do partido que esperava desta vez governar – o PMDB. Estes fatores dificultaram sua administração, que ficou vulnerável a todos os tipos de pressão.”<sup>113</sup>

Logo após ser empossado no cargo, José Sarney – em resposta aos muitos conflitos que se avolumavam no campo e às manifestações de diversos movimentos favoráveis à realização da reforma agrária no país – instituiu o Ministério da Reforma e

---

<sup>111</sup> Entrevista concedida por Maria Aparecida Rodrigues de Miranda para Marina M. Camisasca em 01/05/2021 de forma remota via Google Meet.

<sup>112</sup> PORTELLI, Alessandro. Éramos pobres, mas... Narras a pobreza na cultura apalachiana. *Ensaio de história oral*. São Paulo: Letra e Voz, 2010, p. 104.

<sup>113</sup> KINZO, Maria D’Alva G. A democratização brasileira: um balanço no processo político desde a transição. *São Paulo em Perspectiva*, v. 15, n° 4, 2001, p. 7.

do Desenvolvimento Agrário (MIRAD). A esse ministério foram atribuídas as seguintes competências:

“I - reforma agrária; II - discriminação e arrecadação de terras públicas; III - regularização fundiária; IV - legitimação de posses; V - colonização em terras públicas e disciplinamento da colonização privada; VI - lançamento e cobrança do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural e da Contribuição de Melhoria referente a imóveis rurais; VII - aquisição de imóveis rurais estrangeiros.”<sup>114</sup>

Para a realização da reforma agrária o MIRAD começou a elaborar uma proposta de plano de reforma agrária,

“[que] contou com a participação ativa tanto de conhecidos defensores da reforma agrária, como é o caso de José Gomes da Silva, fundador e diretor da Abra [Associação Brasileira de Reforma Agrária], quanto de dirigentes e assessores sindicais vinculados à Contag e a algumas entidades de representação dos trabalhadores do campo.”<sup>115</sup>

O plano foi dado a conhecer quando da realização do IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, promovido pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), em maio de 1985. O presidente Sarney compareceu ao congresso, juntamente com o ministro do MIRAD, Nelson Ribeiro, e perante mais de 5 mil participantes os dois políticos apresentaram a proposta. O fato do plano ser divulgado primeiramente em um evento da CONTAG, de acordo com Medeiros, por si só, já indicava um compromisso do governo com alterações na estrutura fundiária do país.<sup>116</sup>

Nesta proposta apresentada no evento, a reforma agrária era vista como um programa prioritário do governo da Nova República. O Estatuto da Terra seria utilizado como um instrumento para a realização da reforma agrária, no entanto, o seu potencial reformista seria atualizado. Ou seja, a desapropriação por interesse social seria considerada o principal meio para a efetivação da reforma agrária, o que distinguia a proposta e marcava a sua ruptura com as medidas anteriores. Além disso, a indenização das terras desapropriadas seria feita de acordo com o valor declarado para fins de cobrança do imposto territorial rural. Calculava-se que esse valor representaria cerca de

<sup>114</sup> Decreto nº 91.214 de 30/04/1985. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1980-1989/1985-1987/D91214.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/1985-1987/D91214.htm). Acesso em 19/05/2021.

<sup>115</sup> MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Trabalhadores no campo, luta pela terra e o regime civil-militar. In: PINHEIRO, Milton (org.). *Ditadura: o que resta da transição*. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 222.

<sup>116</sup> Idem.



60% do valor de mercado, implicando, pois, em uma penalização ao proprietário pelo não cumprimento da função social da terra.

O programa básico do plano era o de assentamento da população camponesa sem-terra. A regularização fundiária, a colonização e a tributação apareciam como complementares, invertendo as tendências que haviam predominado durante o regime militar. As diretrizes de assentamento, por sua vez, previam o reconhecimento das formas de organização da produção e o sistema de apossamento preexistentes; a necessidade de que fossem evitados deslocamentos dos camponeses beneficiários de seus lugares de origem; além do estímulo à exploração cooperativa, condominial ou comunitária da terra, da produção e da comercialização. Em termos de prazo e abrangência, a proposta era de, em quinze anos, assentar aproximadamente sete milhões de camponeses, visto que, dos estimados dez milhões e meio de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra, cerca de três milhões e meio estariam empregados nas empresas agrícolas, como assalariados permanentes ou temporários. A proposta previa, ainda, que os camponeses participassem de todas as fases do processo reformista e foi considerada, pelo governo, como um programa da área social.<sup>117</sup>

Após a sua apresentação a proposta foi amplamente debatida por diversos setores da sociedade. O movimento sindical rural ligado à CONTAG apoiou o governo, contudo, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) foram fortemente contrários à proposta, já que para eles aceitar o Estatuto da Terra significava dar continuidade à situação existente. Os latifundiários, por sua vez, consideraram uma afronta a proposta ter sido apresentada em um congresso de trabalhadores rurais, sem que eles tivessem sido ouvidos sobre o assunto. O grupo estava acostumado a sentar-se à mesa com o governo federal, para juntos estabelecerem as estratégias oficiais da política fundiária, como havia acontecido quando da elaboração do Estatuto da Terra, e exigiu do governo Sarney a participação efetiva na elaboração do plano.<sup>118</sup>

Logo após o congresso da CONTAG, os latifundiários se organizaram e criaram a União Democrática Ruralista (UDR), que aglutinou proprietários de terra contrários à realização da reforma agrária proposta pelo governo Sarney que, segundo eles, “colocava

---

<sup>117</sup> MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989, p. 174.

<sup>118</sup> BRUNO, Regina. *O ovo da serpente. Monopólio da terra e violência na Nova República*. Tese (Doutorado). Campinas (SP): Unicamp, 2002, p. 106

em risco o patamar produtivo alcançado no campo, sendo, portanto, irrealizável.”<sup>119</sup> De acordo com o grupo, a terra deveria pertencer a quem nela produzia em larga escala, ou seja, a política fundiária deveria se subordinar a uma política agrícola voltada para o desenvolvimento do complexo agroindustrial.<sup>120</sup>

Três foram as características basilares da UDR: foi criada de forma paralela à estrutura sindical oficial, a quem sempre se recusou a se filiar; rapidamente se expandiu e ganhou força, tanto em termos de quadros, quanto de publicidade; e articulou-se nacionalmente através de uma eficiente estrutura organizacional, que vinculava quadros regionais às representações estaduais e à direção nacional.<sup>121</sup> A organização contou com altas somas de recursos provenientes, em sua face mais visível, dos leilões, que funcionavam mediante a “doação” de prendas pelos latifundiários e de “arremates”, através de lances efetuados pelos participantes.<sup>122</sup> A UDR se tornou uma agremiação política que transgrediu as regras do convívio democrático, uma vez que instituiu milícias privadas responsáveis por atuar de forma violenta e arbitrária no meio rural em “defesa” incontestável do latifúndio.

A partir das pressões exercidas pela recém-criada UDR, o governo adiou a data de aprovação definitiva do plano de reforma agrária. De acordo com Regina Bruno, “à medida que a reação patronal se amplia e se radicaliza, há uma mudança no discurso governamental, que passa a ser cada vez mais defensivo, abrindo mão, inclusive, da defesa da participação dos trabalhadores.”<sup>123</sup>

A Igreja progressista, por sua vez, que havia considerado a proposta do plano de reforma agrária tímida, ao notar a força da reação dos latifundiários e por temer um recuo do governo, saiu em defesa do plano e exigiu do governo uma postura mais firme frente às pressões exercidas pela UDR.

Com a prorrogação do prazo para a apresentação do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), os latifundiários conseguiram mudar os pressupostos da proposta, renovaram a sua participação no jogo do poder, recuperaram espaço no Congresso Nacional e redefiniram seu lugar histórico.<sup>124</sup> A partir de 1985 e nos anos seguintes, a

---

<sup>119</sup> Ibidem, p. 118.

<sup>120</sup> MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989, p. 187.

<sup>121</sup> MENDONÇA, Sonia Regina. *A questão agrária no Brasil. A classe dominante agrária: natureza e comportamento - 1964-1990*. São Paulo: Expressão Popular, volume 5, 2006, p. 23.

<sup>122</sup> Idem, p. 135.

<sup>123</sup> BRUNO, Regina. *O ovo da serpente. Monopólio da terra e violência na Nova República*. Tese (Doutorado). Campinas (SP): Unicamp, 2002, p. 77.

<sup>124</sup> Idem, p. 293.

UDR e seu principal líder, Ronaldo Caiado, passaram a se constituir na principal referência de organização, mobilização e força do latifúndio em defesa do direito irrestrito à propriedade rural.

Após recuar em pontos caros aos latifundiários, em outubro de 1985, pelo Decreto nº 91.766, foi instituído pelo governo Sarney, o PNRA, que deveria ser executado pelo INCRA, autarquia vinculada ao recém-criado MIRAD. O PNRA deveria ser realizado somente em áreas regionais prioritárias, mediante Planos Regionais de Reforma Agrária e respectivos projetos de execução, nos termos estabelecidos pelos artigos 35 e 36 do Estatuto da Terra.<sup>125</sup> De acordo com o presidente José Sarney, com esse plano tratava-se “de resgatar uma dívida social para com milhões de trabalhadores do campo e, também, de oferecer uma resposta ao desafio do Brasil ao seu próprio destino.”<sup>126</sup> O presidente reconheceu a necessidade de realização da reforma agrária no país, todavia, ao circunscrever a realização das desapropriações a áreas prioritárias limitou enormemente a abrangência dessa reforma. No PNRA ficou explicitado que deveriam ser evitadas as desapropriações dos latifúndios que cumprissem uma função social. O que abriu brecha para que as desapropriações fossem contestadas na Justiça.

Segundo Regina Bruno, ocorreram dois recuos táticos quando da instituição do PNRA. O primeiro dizia respeito às ocupações de terras, que antes eram consideradas legítimas pelo governo e expressavam o desejo dos camponeses pela realização da reforma agrária e passaram a ser vistas como ilegais e um entrave para a realização da reforma agrária. O segundo se relacionava à presença dos camponeses no processo de realização da reforma agrária. Se antes eles foram convidados a participar, após o PNRA acabaram sendo excluídos dos processos para não “tumultuar o andamento das desapropriações.”<sup>127</sup> Esses recuos revelam a fragilidade do governo Sarney, que diante das pressões exercidas, principalmente pela UDR, alterou substancialmente a sua proposta original e a forma de condução do plano.

A meta do PNRA era, no período de 1985 a 1989, beneficiar um milhão e quatrocentas mil famílias.<sup>128</sup> Ao longo desses anos, os camponeses realizaram vários atos

---

<sup>125</sup> Decreto nº 91.766 de 10/10/1985. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Atos/decretos/1985/D91766.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos/decretos/1985/D91766.html). Acesso em 18/05/2021.

<sup>126</sup> Idem.

<sup>127</sup> Fala do presidente do Incra, José Gomes da Silva, para o jornal *O Estado de São Paulo* em 16/07/1985. In: BRUNO, Regina. *O ovo da serpente. Monopólio da terra e violência na Nova República*. Tese (Doutorado). Campinas (SP): Unicamp, 2002, p. 204.

<sup>128</sup> De acordo com o Decreto nº 91.766 de 10/10/1985 a meta era beneficiar 150 mil famílias entre o fim de 1985 e todo o ano de 1986, 300 mil em 1987, 450 mil em 1988 e 500 mil em 1989.

públicos, manifestações e reuniões com o INCRA e o MIRAD para que essa meta fosse cumprida. Além de reivindicar a desapropriação de terras, os camponeses também se manifestaram contra a violência, que marcou o meio rural no período. Apenas em 1985 o MIRAD registrou 241 mortes no país em decorrência de conflitos no campo.<sup>129</sup> No ano seguinte, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) computou 137 assassinatos, 188 ameaças de morte, 30 mortos sem especificações precisas dos motivos e das circunstâncias, além de 8 desaparecidos, todos os casos ligados ao campo.<sup>130</sup> Nos anos de 1987 e 1988 foram mais 202 assassinados em inúmeros conflitos que se avolumavam no meio rural por todo o país.<sup>131</sup> A violência não era uma novidade no campo, mas com a criação da UDR ela ganhou a chancela de uma organização legal, além de alta soma de recursos para ser executada.

Em 1985, com a posse de José Sarney, o Estado brasileiro deixou de ser chefiado por militares, mas as continuidades existentes entre esses governos foram significativas. Afinal, “o processo brasileiro que levou à saída dos militares do poder no Brasil não foi uma ruptura, mas uma mudança negociada, ou quando muito tolerada, pelos antigos detentores do poder.”<sup>132</sup> No que se refere à questão agrária, o governo da transição democrática manteve seu apoio ao latifúndio e atuou de forma a reprimir a mobilização camponesa, que, neste momento, (re)aparecia no espaço público.<sup>133</sup>

Assim como a violência, a resistência camponesa também cresceu no período de transição democrática, contudo, pôde assumir *estratégias* importantes como, por exemplo, a ocupação de prédios públicos. Foi frequente, na segunda metade da década de 1980, a presença de camponeses nas sedes do INCRA, tanto em Brasília quanto nas delegacias regionais, situadas nas capitais dos estados, reivindicando, principalmente, a

---

<sup>129</sup> MIRAD, Coordenadoria de Conflitos Agrários. *Conflitos de terra, levantamento dos conflitos de terra em que se registraram mortes, ocorridas no país em 1985*. Brochura. Brasília, 1986, p. 13.

<sup>130</sup> CPT. *Conflitos de terra no Brasil 1986*, p. 6. Disponível em:

<https://www.cptnacional.org.br/component/jdownloads/download/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/265-conflitos-no-campo-brasil-1986>. Acesso em 24/05/2021.

<sup>131</sup> CPT. *Conflitos de terra no Brasil 1987 e 1988*. Disponíveis em:

<https://www.cptnacional.org.br/downlods?task=download.send&id=264&catid=41&m=0> e

<https://www.cptnacional.org.br/downlods?task=download.send&id=263&catid=41&m=0>. Acesso em 25/05/2021.

<sup>132</sup> PRADO, Luiz Carlos Delorme; LEOPOLDI, Maria Antonieta P. O fim do desenvolvimentismo: o governo Sarney e a transição do modelo econômico brasileiro. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O tempo da Nova República: da transição democrática à crise política de 2016: Quinta República (1985-2016)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, (O Brasil Republicano, v.5), p. 76.

<sup>133</sup> Em dissertação de mestrado abordo o tema do surgimento dos camponeses no espaço público entre os anos de 1961 a 1964, por isso a opção pelo termo (re)aparecimento no contexto de transição democrática. Ver: CAMISASCA, Marina Mesquita. *Camponeses mineiros em cena: mobilização, disputas e confrontos (1961-1964)*. Dissertação (Mestrado). Belo Horizonte: UFMG, 2009.

desapropriação de terras. Segundo a servidora do INCRA à época, Maria Auxiliadora de Castilho,

“no imaginário daquela população dedicada ao pesado e imprescindível trabalho rural, a representação do Incra extrapola o próprio objetivo da instituição. Está para além e acima do braço do governo federal encarregado de executar uma política tão ansiada, que por mais que se faça, sempre parece pouco. Para os que esperam e os que acreditam, e até para os que já estão cansados, o Incra não é uma instituição: é uma entidade. No sentido místico da palavra! Com haveres, poderes próprios!”<sup>134</sup>

Havia uma crença entre os camponeses de que o governo, através do INCRA, fosse capaz de resolver os conflitos e a violência a que estavam submetidos, principalmente, através da desapropriação das terras. Por isso a grande importância atribuída ao INCRA, que era visto como o órgão capaz de realizar a reforma agrária. O INCRA simbolizava para os camponeses a esperança de conquista da terra, por isso esse caráter místico mencionado por Maria Auxiliadora.

Apesar do governo Sarney ter realizado diversas intervenções em áreas de conflito, garantindo, em alguns casos, terra para os camponeses que estavam sendo ameaçados de expulsão e, também, ter assentado famílias que haviam participado de ocupações, os números foram muito inferiores aos objetivos do PNRA.<sup>135</sup> Segundo dados do INCRA, apenas 83.687 famílias foram assentadas entre 1985 e 1989<sup>136</sup>, algumas delas no estado de Minas Gerais, como se verá adiante. De acordo com Silvia Ranieri, “o número de beneficiários de projetos de reforma agrária no final do governo Sarney não atingiu 10% da meta inicial”<sup>137</sup> Aos camponeses e seus mediadores restou pressionar para que a Constituinte garantisse algum espaço legal para a realização efetiva da reforma agrária no país. Com isso, as disputas nos trabalhos da Constituinte foram intensas entorno do tema da reforma agrária.

Em 1985, foi lançado o movimento nacional pela convocação da Assembleia Nacional Constituinte (ANC), que reuniu diversos setores da sociedade. No ano seguinte, foram eleitos os deputados que participariam da ANC e foi formada uma bancada forte

<sup>134</sup> CASTILHO, Maria Auxiliadora Guimarães de. Incra: gênero e número. In: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. *Memória Incra 35 anos*. Brasília: MDA, 2006, p. 173.

<sup>135</sup> MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Trabalhadores no campo, luta pela terra e o regime civil-militar. In: PINHEIRO, Milton (org.). *Ditadura: o que resta da transição*. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 225.

<sup>136</sup> Idem, p. 225.

<sup>137</sup> RANIERI, Silvia B. Lima. Retrospecto da Reforma Agrária no mundo e no Brasil. In: SPAROVEK, Gerd. *A qualidade dos assentamentos de Reforma Agrária brasileira*. São Paulo: Páginas & Letras, 2003. p. 13.

em defesa dos interesses dos latifundiários, que contou com o apoio de partidos como o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e o Partido da Frente Liberal (PFL). Já em salvaguarda da realização da reforma agrária atuaram a CPT, a CONTAG e a ABRA, com o apoio do Partido dos Trabalhadores (PT) e do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Nos trabalhos da ANC o debate sobre o tema da reforma agrária girou em torno do texto elaborado e votado na Subcomissão VIc da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária, responsável pela discussão dos temas ligados à questão agrária na Nova Constituição.<sup>138</sup> Os dois lados, contra e pró a realização da reforma agrária, atuaram intensamente nos debates dessa subcomissão.

“Ambos os lados protagonizaram inúmeras manifestações pró e contra a reforma agrária durante o período da Constituinte. As votações da relatoria da Subcomissão foram palco de episódios escabrosos com gritos, gestos obscenos, violências físicas e insultos e até o sumiço misterioso do deputado Benedicto Monteiro (PMDB/PA) no dia da votação decisiva do tema da reforma agrária.”<sup>139</sup>

Em outubro de 1987, dez mil camponeses de 21 estados brasileiros se dirigiram a Brasília na “Caravana Nacional pela Reforma Agrária”, na tentativa de pressionar os constituintes para aprovação de um texto Constitucional que possibilitasse a realização efetiva da reforma agrária no país. Mas apesar da mobilização intensa no espaço público em defesa da entrada da reforma agrária no texto final da Constituição, venceu a manutenção intacta da estrutura agrária. Essa vitória contou com a atuação decisiva da UDR.

“No momento dos trabalhos da Constituinte de 1988, a UDR extrapolou os limites do movimento patronal e definiu-se como movimento político mais abrangente, numa tentativa de aglutinar as forças sociais mais conservadoras, para seu projeto. A entidade atuou como uma força extraparlamentar no Congresso Nacional, constituindo-se na principal referência do grupo político conhecido como “Centrão”. Nesse processo, ganhou politicamente, pelo bloqueio que conseguiu fazer às

---

<sup>138</sup> A organização da ANC era descentralizada e foram constituídas comissões e subcomissões temáticas com proporcionalidade partidária. As subcomissões e as comissões produziam os anteprojetos que, uma vez aprovados por seus membros, eram submetidos ao plenário da ANC. Mas os verdadeiros embates ocorreram no interior das comissões e subcomissões e não nas votações no plenário.

<sup>139</sup> OLIVEIRA, Pedro Cassiano Farias de. A reforma agrária em debate na abertura política (1985-1988). *Tempos Históricos*, volume 22, 2018, p. 176.

propostas de reforma agrária, mas passou a ser reconhecida pela imagem da intolerância, violência e radicalidade.”<sup>140</sup>

O resultado dos trabalhos da ANC, em relação à questão agrária, foi um texto constitucional que significou um retrocesso em comparação ao Estatuto da Terra, que vigorava desde 1964, já que

“(…) aprofundou o buraco da desigualdade, impedindo, definitivamente, que a questão agrária brasileira pudesse ser resolvida por via pacífica. Ao manter no segundo turno praticamente tudo o que foi aprovado na primeira rodada de votações, inclusive o malfadado inciso que isenta de desapropriação a chamada “propriedade produtiva”, a ANC retrocedeu aos idos de 1946, renunciou às conquistas da EC [Emenda Constitucional] nº 10 de 10 de novembro de 1964 e do ET [Estatuto da Terra] (...)”<sup>141</sup>

Desta forma, longe de tentar resolver a questão agrária brasileira, a Constituição de 1988 limitou as desapropriações somente à propriedades que não estivessem cumprindo a sua função social. Mais um momento de inflexão na luta pela realização da reforma agrária no país, que perdurou até 1993, com a promulgação da Lei nº 8.629, que ampliou as possibilidades de desapropriação.<sup>142</sup> Contudo, é importante observar que a Constituição de 1988, conhecida como Constituição Cidadã, apresentou muitos avanços.

“Todos os mecanismos de uma democracia representativa foram garantidos, mesmo aqueles associados à democracia direta, como o plebiscito, o referendo e o direito da população de proposição de projeto de lei. Além disso, desconcentrou-se o poder em consequência do fortalecimento do poder do Legislativo, do Judiciário e dos níveis subnacionais de governo, bem como da total liberdade de organização partidária. Do âmbito social, a Carta de 1988 significou importantes avanços nos direitos trabalhistas, bem como nos padrões de proteção social sob um modelo mais igualitário e universalista. A Constituição

<sup>140</sup> BRUNO, Regina. Verbete CPDOC União Democrática Ruralista (UDR). Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/uniao-democratica-ruralista-udr>. Acesso em 20/05/2021.

<sup>141</sup> SILVA, José Gomes da. *Buraco Negro: a reforma agrária na Constituinte de 1987-1988*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p.199.

<sup>142</sup> De acordo com a mesma lei, art. 9º, a função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo graus e critérios estabelecidos nesta lei, os seguintes requisitos: I - aproveitamento racional e adequado; II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores. Ver Lei 8.629 de 25/02/1993. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18629.htm#:~:text=LLei%20N%C2%BA%208.629%2C%20DE%2025%20DE%20FEVEREIRO%20DE%201993.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20regulament%C3%A7%C3%A3o%20dos,T%C3%ADtulo%20VII%2C%20da%20Constitui%C3%A7%C3%A3o%20Federal](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18629.htm#:~:text=LLei%20N%C2%BA%208.629%2C%20DE%2025%20DE%20FEVEREIRO%20DE%201993.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20regulament%C3%A7%C3%A3o%20dos,T%C3%ADtulo%20VII%2C%20da%20Constitui%C3%A7%C3%A3o%20Federal). Acesso em 25/05/2021.

também foi inovadora em relação às minorias, com a introdução de penalidades rigorosas para discriminações contra mulheres e negros.”<sup>143</sup>

Apesar da derrota na Nova Constituição da implementação efetiva da reforma agrária no país, o período de transição democrática, em especial o momento dos debates na ANC, foi muito importante para o movimento camponês. Nesse período, o campesinato ocupou as ruas das cidades para reivindicar mudanças, o que deu visibilidade ao movimento, que assim como no pré 1964, alcançou a esfera da política. De acordo com Pierre Rosanvallon, a esfera do político se difere da esfera da política, sendo a primeira de dimensão mais ampla, constituidora do próprio “modo de instituição do social”, ou seja, da vida em comum, da ação coletiva.<sup>144</sup> Já a esfera da política é mais restrita e se relaciona às ações e disputas em torno da gestão do social, do poder da lei e do Estado. Desta forma, é possível pensar que ao saírem do espaço das fazendas e se deslocarem para as ruas das cidades em luta pela realização da reforma agrária, os camponeses passaram a (re)ocupar a esfera da política, que estava inacessível a eles no período do regime militar. Talvez essa tenha sido a principal conquista do movimento camponês no período de transição democrática do governo de José Sarney.

### *1.3 O estado de Minas Gerais (1964-1988)*

O estado de Minas Gerais, assim como o restante do país durante a ditadura militar, vivenciou o processo de modernização conservadora no campo, com grande estímulo concedido também pelo governo estadual. Em 1966, tomou posse no governo do estado o político Israel Pinheiro (PSD), que venceu as eleições ocorridas em outubro do ano anterior. Com a extinção dos partidos políticos pelo AI-2, em outubro de 1965, e o estabelecimento do bipartidarismo, Israel Pinheiro passou a pertencer à Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido de apoio ao governo militar, e muito contribuiu para a organização desse partido em Minas Gerais.

Israel Pinheiro era diplomado em Engenharia Civil e de Minas pela Escola de Minas de Ouro Preto, instituição que se tornaria conhecida por introduzir no estado e, também, no Brasil, a chamada “mentalidade desenvolvimentista”. Nessa escola, segundo José Murilo de Carvalho, os alunos eram:

---

<sup>143</sup> KINZO, Maria D’Alva G. A democratização brasileira: um balanço no processo político desde a transição. *São Paulo em Perspectiva*, v. 15, nº 4, 2001, p. 8.

<sup>144</sup> ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história do político*. São Paulo: Alameda, 2010, p. 73.



“Treinados para estudar a natureza em vez de livros, a se preocuparem com as aplicações práticas de seus estudos, os ex-alunos (...), penetraram na burocracia técnica estadual e federal, envolveram-se na criação e administração de indústrias, influenciaram a definição da política mineral do país e o desenvolvimento da exploração mineral e das indústrias de base.”<sup>145</sup>

Esse foi o caso de Israel Pinheiro, que antes de ser governador de Minas Gerais em 1966, já havia sido secretário da Agricultura, Viação e Obras Públicas do mesmo estado (1933-1935); presidente da Companhia Vale do Rio Doce (1942-1945); deputado federal (1946-1956); presidente da Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap), cargo que ocupou a convite de Juscelino Kubitschek, (1956-1960), além de prefeito de Brasília (1960-1961).<sup>146</sup> No governo de Minas Gerais (1966-1971), a política exercida por Israel Pinheiro retomou as ideias desenvolvimentistas presentes em toda a sua trajetória.

Ainda em 1966, no mês de novembro, por meio da Lei Estadual nº 4.278, o governador criou a Fundação Rural Mineira (RURALMINAS), com o objetivo de promover a “colonização e o desenvolvimento rural no Estado de Minas Gerais, na conformidade das disposições da Lei Federal nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra).”<sup>147</sup> À RURALMINAS foi dada, portanto, a atribuição de elaborar e executar projetos de colonização e de desenvolvimento agrícola, além de ter sido investida do poder de representação do Estado na legitimação da propriedade, no uso e reintegração da posse e na discriminação de terras devolutas.<sup>148</sup> Tudo isso em conformidade com o que havia sido estabelecido, anos antes, pelo Estatuto da Terra.

Sobre a atuação da referida fundação na regulamentação de terras devolutas, Juliana Fernandes afirma que:

“a perspectiva da RURALMINAS coadunava com o imaginário de interiorização do Brasil, idealizado por governos de orientações diversas, durante parte significativa da história republicana. Assim como outros órgãos e agências do Estado brasileiro durante a ditadura militar, a RURALMINAS implantou seus projetos ignorando as particularidades dos modos de existir (e muitas vezes, a existência

<sup>145</sup> CARVALHO, José Murilo de. Trajetórias republicanas. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v. 44, n. 2, 2008, p. 29.

<sup>146</sup> Verbete CPDOC Israel Pinheiro. Disponível em:

[https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/israel\\_pinheiro](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/israel_pinheiro). Acesso em 26/05/2021.

<sup>147</sup> Artigo 3º da Lei Estadual nº 4.278, de 21/11/1966. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/mg/lei-ordinaria-n-4278-1966-minas-gerais-autoriza-o-poder-executivo-a-instituir-fundacao-destinada-a-promover-a-colonizacao-e-o-desenvolvimento-agrario-no-estado-e-da-outras-providencias>. Acesso em 26/05/2021.

<sup>148</sup> Artigo 7º da mesma lei da nota anterior.

concreta) de povos e culturas à margem – ou “não integradas” – à sociedade brasileira.”<sup>149</sup>

Essa fundação, criada a partir da mentalidade desenvolvimentista e modernizante que marcou o governo de Israel Pinheiro, atuou na implantação de diversos projetos no meio rural mineiro sem levar em conta, contudo, as populações que já residiam nas áreas. De forma semelhante ao ocorrido em projetos implementados na Amazônia no mesmo período, conforme explicitado anteriormente, que ignoraram a presença de índios e camponeses nas áreas.

A estrutura da RURALMINAS foi elaborada para ser bastante flexível e a fundação podia operar com orçamento próprio e ainda tomar empréstimos no exterior, o que conferia muita autonomia ao órgão. Respondia apenas ao seu diretor-geral que, por sua vez, prestava contas somente ao governador. Ela se dividia em três subsidiárias: Ruralminas Delta, para administrar sistemas de irrigação implantados pela empresa com fins públicos; Ruralminas Gama, para executar obras; e Ruralminas Beta, para oferecer suporte comercial e gerencial às áreas de colonização.<sup>150</sup> A criação dessas subsidiárias foi fruto de estudos realizados por técnicos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do estado de Minas Gerais e visava promover uma agilização na realização das atividades pela fundação.

Já em 1966, a RURALMINAS iniciou a execução do seu primeiro plano, o PLANOROESTE, instituído com a finalidade de fomentar a agroindústria no Noroeste de Minas Gerais. Seu objetivo básico era o assentamento dirigido de 1.320 colonos, que receberiam os benefícios da irrigação de terras, eletrificação rural, construção de estradas e telefonia rural.”<sup>151</sup> O plano contava com investimentos do BID e acabou por beneficiar grandes latifundiários da região.

Simultaneamente ao PLANOROESTE, a RURALMINAS implementou o Programa de Legitimação de Terras Devolutas e foi por meio desse que a fundação legalizou propriedades, frutos da grilagem de terras em todo o estado de Minas Gerais.

---

<sup>149</sup> FERNANDES, Juliana Ventura de Souza. “*A guerra dos 18 anos*” – repertórios para existir e resistir à ditadura e outros fins do mundo. Uma perspectiva do povo indígena Xakriabá e suas cosmopolíticas de memória. Tese (Doutorado). Belo Horizonte: UFMG, 2020, p. 54.

<sup>150</sup> COMISSÃO DA VERDADE EM MINAS GERAIS. *Relatório final*. Volume 2. As graves violações de direitos humanos no campo. Belo Horizonte: Covemg, 2017, p. 33.

<sup>151</sup> MINAS GERAIS. A Experiência do Estado de Minas Gerais na Implementação de Programas de Desenvolvimento Rural. Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral. Arquivo Fundação João Pinheiro. s/d. Disponível em: <http://www.repositorio.fjp.mg.gov.br/bitstream/123456789/2699/1/FJP07-000334.pdf>. Acesso em 21/05/2021.

Segundo Jafete Abrahão, que assumiu o cargo de Diretor-Geral da RURALMINAS em 1984,

“No período de 1968 a 1973 quando houve uma imposição ao país de um governo de caráter eminentemente arbitrário, a Ruralminas foi transformada pura e simplesmente, num cartório fantasma. O que era um cartório fantasma? “As pessoas tinham que fazer um determinado acerto de suas áreas. Tinham uma escritura de 2 mil ha e o total dessa área em questão era de 5 mil ha. Então, declaravam à Ruralminas, com uma simples informação, que aquela terra era devoluta. A Ruralminas aceitava essa declaração (...) e agia como se fosse um cartório, assinando as escrituras de maneira tal, que essas pessoas passaram a ter, ao invés de 2 mil, 5 mil hectares.”<sup>152</sup>

Segundo dados da própria RURALMINAS, no período de 1966 a 1982, foram legitimados no estado de Minas Gerais 51.972 títulos de terras devolutas, que somavam uma área de 4.148.273,09 hectares.<sup>153</sup> Por lei, a RURALMINAS era autorizada a expedir títulos de propriedade de terras devolutas somente de áreas de 1 a 750 hectares. Áreas com dimensões entre 750 e 3.000 hectares eram de competência da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (ALMG) e áreas com tamanho superior a 3.000 hectares somente poderiam ser tituladas com a aprovação do Senado Federal. Para driblar essa restrição do tamanho da área, era frequente que uma grande extensão de terras fosse “repartida” pelo mesmo latifundiário, que fazia, assim, diversos pedidos de titulação junto à RURALMINAS de áreas com até 750 hectares.<sup>154</sup>

Desta forma, a RURALMINAS transferiu terras do Estado para empresas e grandes proprietários, o que motivou diversos conflitos no meio rural. As áreas, na maior parte das vezes, já eram ocupadas por camponeses, que viviam da pequena produção das terras e, muitos deles, passaram a sofrer ameaças de expulsão, o que gerou inúmeras tensões no campo em Minas Gerais a partir de 1966.

Além da legitimação de terras devolutas e da implantação do PLANOROESTE, ao longo do tempo, a RURALMINAS passou a ser responsável ainda por diversos projetos implementados no meio rural mineiro. Um deles, o Projeto Jaíba, foi reativado e reformulado por esta fundação. Esse projeto visava promover a irrigação de vastas

---

<sup>152</sup> Relatório final da CPI RURALMINAS, [1984], p. 6-7. Acervo ALMG.

<sup>153</sup> Documentação produzida pela RURALMINAS e recolhida pela CPI RURALMINAS, s/d. Acervo ALMG.

<sup>154</sup> Segundo Jafete Abrahão, em depoimento para a COVEMG, essa prática de dividir as áreas em terrenos menores começou a ser praticada pelos latifundiários após terem sido instruídos por um funcionário da RURALMINAS.

extensões de terra no Norte do estado.<sup>155</sup> Em sua primeira fase previa-se a irrigação de cerca de 28.200 hectares, no prazo de 52 meses, além de realizar o assentamento, de forma gradual, de cinco mil famílias.<sup>156</sup> Contudo, o projeto acabou por favorecer grandes empresas agrícolas que se instalaram na região. A consolidação do projeto culminou, em 1976, na criação do distrito de Otinolândia, atual município de Jaíba.<sup>157</sup> De acordo com o funcionário da RURALMINAS à época, Sócrates Rennan de Faria Alvim,

“Havia um Plano Piloto do Projeto Jaíba que se chamava Plano Mocambinho. Era um projeto mais modesto, não tinha nada de faraônico como o atual Projeto Jaíba. (...) Esse projeto pretendia gerar irrigação, ministrar cursos, previa um Centro de Treinamento, e previa a utilização dele exclusivamente para colonos de baixa renda. Ele não previa, na época, projetos de grandes indústrias de açúcar e álcool, em hipótese alguma. Quando o engenheiro agrônomo Alisson Paulinelli, assumiu o cargo de Secretário da Agricultura o projeto foi reformulado. Ele resolveu pegar toda a região da Jaíba (...) e fazer um grande projeto (...) dentro desta nova programação, 6.000 hectares seriam irrigados e o resto seria distribuído entre empresas que desenvolveriam um tratamento empresarial na região.”<sup>158</sup>

O engenheiro agrônomo Alysson Paulinelli havia sido convidado pelo governador Israel Pinheiro para colaborar no Projeto Jaíba.<sup>159</sup> Em 1971, quando assumiu a Secretaria de Agricultura do estado, já no governo de Rondon Pacheco (1971-1975), Paulinelli adotou medidas de incentivo para que o Projeto Jaíba, a partir da irrigação, cumprisse a função de modernização do meio rural no Norte de Minas, atraindo para a área grandes empresas agrícolas.<sup>160</sup> O Grupo Ometto, por exemplo, recebeu 34.000 hectares de terra na região.<sup>161</sup> Mais uma vez, a população camponesa, que já habitava a área, passou a ser alvo de ameaças de expulsão e muitos foram os conflitos rurais existentes na região Norte

---

<sup>155</sup> O projeto Jaíba, anteriormente chamado de projeto Mocambinho, foi criado na década de 1950 com a finalidade de colonização da região por pequenos produtores rurais. No período do regime militar, esse projeto foi reformulado e passou a visar a irrigação da área para atrair modernas empresas agrícolas. Na década de 1970, o governo federal, através da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), incorporou-se ao empreendimento e contratou um empréstimo especial junto ao Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), para a execução de obras de infraestrutura coletiva de irrigação.

<sup>156</sup> Ata da 4ª reunião da CPI RURALMINAS, 17/06/1984. Acervo ALMG.

<sup>157</sup> O município de Jaíba foi emancipado em 20/01/1992.

<sup>158</sup> Ata da 7ª reunião da CPI RURALMINAS, 22/11/1984. Acervo ALMG.

<sup>159</sup> Alysson Paulinelli depois de exercer o cargo de Secretário da Agricultura de Minas Gerais foi ministro da Agricultura no governo do general Geisel, entre 1974 e 1979, atuando intensamente na promoção da modernização conservadora no campo.

<sup>160</sup> Atualmente a região da Jaíba é um polo produtor de frutas e está entre as maiores do país no suprimento de banana e é a número 1 na produção de sementes de hortaliças. Para saber mais ver: <https://www.projetojaiba.com.br/>

<sup>161</sup> Relatório final da CPI RURALMINAS, [1984], p. 7. Acervo ALMG.

do estado no período, tanto em consequência da concessão de terras devolutas para latifundiários, quanto das iniciativas decorrentes do Projeto Jaíba.

Outros projetos ainda foram coordenados pela RURALMINAS no período como, por exemplo, o Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba (PADAP), destinado à colonização de imigrantes japoneses na região do Alto Paranaíba. O programa foi realizado juntamente com a Cooperativa Agrícola de Cotia, por meio de parceria entre os governos brasileiro e japonês. O PADAP foi implementado em 1973, em uma área de aproximadamente 600 km<sup>2</sup> entre os municípios de São Gotardo, Rio Paranaíba, Ibiá e Campos Altos e foi o primeiro projeto de colonização do cerrado brasileiro.<sup>162</sup> Contudo, esse programa estimulou a ocupação da área por imigrantes japoneses em detrimento da população camponesa que já vivia na região, que não foi beneficiada.

Outro programa foi o Programa de Desenvolvimento Rural da Zona da Mata (PRODEMATA), iniciado em 1976, que contou com a coordenação executiva da RURALMINAS e com um financiamento de U\$ 42 milhões do BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento. O PRODEMATA era voltado para pequenos produtores rurais e, segundo o governo do estado, atendeu com crédito orientado 25.500 famílias de agricultores, em quatro anos e meio.<sup>163</sup>

Mais tarde, em 1987, também sob a coordenação da RURALMINAS, foi instituído o Programa de Assentamento Dirigido do Vale do Jequitinhonha (PADVALE), que objetivava criar quatro núcleos de colonização na região do Vale do Jequitinhonha, especificamente nos municípios de Taiobeiras, Grão Mogol, Jequitinhonha e Minas Novas. Contudo, os núcleos de colonização não chegaram a ser implementados.

A partir de 1975, a RURALMINAS, por meio do Programa de Distritos Florestais, também arrendou terras devolutas, pelo prazo de aproximadamente 25 anos, para empresas reflorestadoras, que deveriam plantar eucalipto nas áreas. O eucalipto era utilizado como matéria-prima na produção de carvão, que abasteceria as siderúrgicas existentes no estado. Duas das maiores beneficiárias do programa foram a Planta 7 - Empreendimentos Rurais, que recebeu 53.668,93 hectares e a Florestaminas –

---

<sup>162</sup> SANTOS, Mauro Augusto dos; BARBIERI, Alisson Flávio; MACHADO, Carla Jorge; CARVALHO, José Alberto Magno de. Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba: O Marco Inicial do Processo de Ocupação do Cerrado Brasileiro. *Revista Brasileira de Educação e Cultura*, n° VIII, jul-dez 2013, p. 19.

<sup>163</sup> MINAS GERAIS. A Experiência do Estado de Minas Gerais na Implementação de Programas de Desenvolvimento Rural. Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral. Arquivo Fundação João Pinheiro. s/d. Disponível em: <http://www.repositorio.fjp.mg.gov.br/bitstream/123456789/2699/1/FJP07-000334.pdf>. Acesso em 21/05/2021.

Florestamentos Minas Gerais S/A, arrendatária de 76.977,00 hectares.<sup>164</sup> O Programa Distritos Florestais arrendou terras situadas no Norte, Noroeste e Vale do Jequitinhonha, que eram regiões, segundo a RURALMINAS, que possuíam “áreas de terras devolutas, de propriedade do Estado de Minas Gerais, inteiramente desocupadas e inaproveitadas.”<sup>165</sup> Contudo, a maior parte dessas áreas já era habitada e/ou utilizada por comunidades camponesas, que novamente não foram consideradas pela fundação, que via essas áreas como “vazios” improdutivos que necessitavam ser aproveitados para se tornarem produtivos.

Esse programa pretendia criar distritos florestais considerados modernos, que nutririam a indústria siderúrgica, em áreas entendidas como “vazios” demográficos e econômicos. No entanto, como não existiam “vazios”, a chegada das reflorestadoras foi fator motivador de diversos conflitos e inúmeras expulsões arbitrárias de camponeses. De acordo com Paulo Gomes Ferreira, liderança sindical rural no Norte de Minas, “as empresas de reflorestamento chegavam, cercavam a terra e o que tinha de posseiro ali dentro eles tiravam tudo para fora e mandavam para cidade, jogava no caminhão e jogava para fora. Isto aconteceu muito, expulsão de posseiro.”<sup>166</sup>

Segundo a pesquisadora Dayana Martins Silveira, no Norte de Minas Gerais, durante o período da ditadura militar, a RURALMINAS financiou e apoiou a expropriação fundiária, disfarçada de desenvolvimento e legitimada pelo discurso do progresso.

“Essa autarquia Estadual [RURALMINAS], mais uma vez na história da regulamentação territorial, privilegiou grupos econômicos externos à região e adotou práticas de exclusão da população mais desprovida de capital econômico e do acesso aos centros de decisão.”<sup>167</sup>

O governo estadual nesse período destinou muitos recursos e poderes à RURALMINAS, que beneficiou, por meios dos seus diversos projetos, o latifúndio. Além dos projetos, a entidade também atuou de forma irregular na destinação de terras públicas, como apresentado acima. De acordo com a CPI da Ruralminas, instaurada na ALMG, que

<sup>164</sup> BISPO, Eluiz Antônio Ribeiro Mendes e. *Regularização fundiária rural de terras devolutas no Norte de Minas*. Dissertação (Mestrado). Montes Claros, UFMG, 2020, p. 127.

<sup>165</sup> RURALMINAS sobre os Distritos Florestais, s/d. In: DAYRELL, Carlos Alberto. *Geraizeiros e biodiversidade no Norte de Minas: a contribuição da agroecologia e da etnoecologia nos estudos dos agroecossistemas tradicionais*. Dissertação (Mestrado). Espanha: Universidade Internacional de Andalúcia, 1998, p. 77.

<sup>166</sup> Depoimento prestado por Paulo Gomes Ferreira para a COVEMG em 19/07/2017, por telefone.

<sup>167</sup> SILVEIRA, Dayana Martins. *Comunidades Tradicionais do Norte de Minas: estratégias de luta e acesso a direitos territoriais*. Dissertação (Mestrado). Montes Claros: Unimontes, 2014, p. 49.

trabalhou entre 1984 e 1985 na investigação de possíveis irregularidades cometidas pela fundação, uma série de pessoas físicas obtiveram vantagens na alienação de terras pelo órgão, sem contrapartida comprovada, além de várias inconsistências nos trâmites em que se deram as transações. A CPI terminou por comprovar as práticas de empreguismo, nepotismo e desmando na política de pessoal, venda irregular de gado e alienação irregular de terra, notadamente na gestão do diretor Moacyr Lopes, entre os anos 1983 e 1984, mas também nas administrações anteriores.<sup>168</sup>

A modernização conservadora no meio rural mineiro, iniciada no governo Israel Pinheiro (1966-1971) e que se estendeu nos governos subsequentes, Rondon Pacheco (1971-1975), Aureliano Chaves (1975-1979) e Francelino Pereira (1979-1983), concentrou terras, favoreceu a migração de camponeses, principalmente para os centros urbanos e aumentou as desigualdades no campo. A RURALMINAS foi o órgão no estado de Minas Gerais responsável pela concessão de terras ao latifúndio e de incentivo à mecanização e modernização no campo, visando o aumento da produção agrícola, seguindo, assim, a política rural estabelecida pelo regime militar.

As denominadas empresas rurais, às quais, pelo Estatuto da Terra, foi concedido o benefício de não serem passíveis de desapropriação, mantiveram-se intocadas. O que também beneficiou os latifúndios improdutivos, que, muitas vezes, mascararam a improdutividade colocando bois nas áreas no momento da vistoria, para terem a terra classificada como empresa rural. Desta forma, o Estatuto da Terra ao instituir que a categoria de empresa rural não poderia ser desapropriada, acabou por favorecer o latifúndio. Além disso, as demais políticas adotadas durante o regime militar para o meio rural, tanto em Minas Gerais quanto no Brasil de maneira mais ampla, também privilegiaram o mesmo grupo. Em Minas Gerais, conforme apresentado acima, a RURALMINAS foi a autarquia estatal responsável pela concessão de terras, muitas vezes de forma irregular, ao latifúndio.

Os efeitos dessa modernização conservadora para a população camponesa foram devastadores. Comunidades inteiras foram expulsas das terras em que viviam, sem terem direito a qualquer tipo de indenização. Diversos são os relatos de casas e plantações queimadas no momento das expulsões e de camponeses sendo obrigados a deixarem as terras levando apenas os pertences que conseguiam carregar. Alguns camponeses

---

<sup>168</sup> É possível consultar todas as atas das reuniões desta CPI e, também, seu relatório final na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais - Gerência-Geral de Documentação e Informação.

resistiram, de formas diversas, para permanecer nas áreas e muitos foram os conflitos contra o latifúndio, que contava com a chancela do Estado.

Esses camponeses resistentes não associavam as expulsões violentas a que estavam sendo submetidos às políticas do Estado, tanto do regime militar quanto do governo de transição democrática. Nesse sentido, é possível estender, para o caso brasileiro, o argumento do historiador Eric Hobsbawn, quando analisa ocupações realizadas por camponeses no Peru do século XX. O autor afirma que “é muito frequente que a demanda pela terra, ainda que objetivamente revolucionária, não requeira qualquer contestação ideológica da legalidade existente.”<sup>169</sup> Tanto é que, com frequência, em busca de apoio contra o latifúndio, os camponeses recorriam ao próprio Estado, pois consideravam que esse seria capaz de solucionar os conflitos. Ou seja, não havia pelos camponeses aqui analisados uma contestação direta ao regime militar. Para esses, a luta era contra o latifúndio, que não era associada ao Estado, mesmo com o latifúndio contando com o apoio e a chancela desse mesmo Estado. A grande questão para os camponeses resistentes era conseguir sobreviver e permanecer nas terras onde viviam. A luta diária pela sobrevivência na terra era o que movia as múltiplas resistências existentes em Minas Gerais no período estudado.

Em 1985, com a posse de José Sarney na presidência da República e a criação do PNRA, foi também estabelecido um Plano Regional de Reforma Agrária para o estado de Minas Gerais. A sua execução, assim como a do PNRA, ficaria a cargo do INCRA e, inicialmente, foram priorizadas algumas regiões do estado: Noroeste, Norte e Pontal do Triângulo Mineiro. Os critérios para a escolha dessas áreas foram: 1 - Número de beneficiários potenciais; 2 - Disponibilidade de terras; 3 - Capacidade de atendimento; 4 - Grau de concentração de terras; 5 - Número de áreas de tensão social; 6 - Presença de programas especiais.<sup>170</sup>

Porém, essa seleção de regiões não chegou a ser implementada. Em maio de 1986, pelo Decreto nº 92.694 o governo federal declarou que toda a área rural do estado de Minas Gerais seria zona prioritária para efeito de execução e administração da reforma agrária.<sup>171</sup> De acordo com a socióloga Nair Costa Muls,

---

<sup>169</sup> HOBBSAWN, Eric. *Pessoas extraordinárias: resistência, rebelião e jazz*. São Paulo: Paz e Terra, 1998, p. 247.

<sup>170</sup> INCRA PNRA/MG, 1986. In: ZANGELMI, Arnaldo José. *Traduções e bricolagens: mediações em ocupações de terra no Nordeste Mineiro nas décadas de 1980 e 1990*. Tese. Rio de Janeiro: UFRJ, 2014, p. 88.

<sup>171</sup> Decreto nº 92.694 de 19/05/1986. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1980-1989/1985-1987/D92694.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/1985-1987/D92694.htm). Acesso em 11/06/2021.



“O Plano Regional de Minas Gerais, quando da sua elaboração, foi fundado num diagnóstico da estrutura agrária em Minas. O INCRA se baseou em determinados critérios, por exemplo: número de beneficiários potenciais, disponibilidade de terra, número de latifúndios e áreas de tensão social. Estabeleceram-se, assim, as vinte e seis áreas prioritárias para a Reforma Agrária em Minas Gerais e cinco áreas de ação imediata para o período de 86 a 89. Isso organizaria e ordenaria a implantação da Reforma Agrária porque, inclusive, foram estabelecidas, também, as cinco áreas de ação. Isso implicaria uma ação organizada, sistemática, planejada. Quando o plano foi para o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário – MIRAD e, depois, para a Presidência da República, **a oligarquia agrária pressionou para que se acabasse com as áreas prioritárias**, já que isso traria uma influência negativa, em termos de queda dos preços da terra.”<sup>172</sup>

Assim como no caso do PNRA, no momento de divulgação final do Plano Regional de Reforma Agrária de Minas Gerais, os latifundiários exerceram forte pressão para que não fossem estabelecidas áreas prioritárias no estado, o que de fato ocorreu. Mais uma vez o latifúndio conseguiu o que queria. Assim, no Plano Regional acabaram não existindo regiões prioritárias, todo o estado de Minas Gerais foi considerado prioritário, o que tornou as ações do INCRA lentas, desordenadas e incipientes. Afinal, Minas Gerais é um estado de grandes extensões e a equipe do INCRA lotada em Minas era bastante reduzida, contava com apenas quatro comissões de vistoria. Essas comissões percorriam todo o estado visitando as fazendas, com o objetivo de elaborarem laudos que seriam utilizados nos processos de desapropriação das terras. Contudo, segundo o Plano Regional, a desapropriação por interesse social só poderia ser realizada pelo Poder Executivo, o que retirava do INCRA a capacidade de ação em favor da realização da reforma agrária. Desta forma, apenas o Presidente da República era capaz de aprovar a desapropriação de terras, o que dificultou enormemente o andamento do próprio Plano Regional de Reforma Agrária no estado.

Sua meta era realizar no período de 1986 a 1989, o assentamento de 138.400 famílias, das quais 14.900 em seu primeiro ano, já em 1986.<sup>173</sup> De acordo com o Plano era urgente a realização da reforma agrária em Minas Gerais, uma vez que o estado

“possui, segundo os dados do Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA de 1985, um total de 484.900 beneficiários potenciais da reforma

<sup>172</sup> Entrevista concedida por Nair Costa Muls para *O Indicador*, em outubro de 1986, p. 330. Disponível em <https://dspace.almg.gov.br/bitstream/11037/1649/3/1649.pdf>. Acesso em 11/06/2021. Grifos meus.

<sup>173</sup> Decreto nº 92.694 de 19/05/1986. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1980-1989/1985-1987/D92694.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/1985-1987/D92694.htm). Acesso em 11/06/2021.

agrária, incluindo-se aí apenas os trabalhadores sem terra (parceiros, arrendatários, 2/3 do número médio dos trabalhadores assalariados e o total dos demais trabalhadores não-assalariados). Somando-se a esse contingente os proprietários e posseiros minifundiários, **seriam 861.251 os trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra, o maior número entre os estados brasileiros.** Ao lado disso, o levantamento cadastral do INCRA registra que os latifúndios por exploração e por dimensão no Estado ocupam quase 31 milhões de hectares, dos 53,7 milhões cadastrados. No interior desses latifúndios, de acordo com os dados do Cadastro, **as áreas aproveitáveis não-exploradas representariam 10,1 milhão de hectares.**<sup>174</sup>

Ou seja, havia uma enorme população sem-terra em Minas Gerais e muita terra não aproveitada, concentrada nas mãos de poucos e precisando de gente para torná-la produtiva. Equacionar essa questão, contudo, não era fácil. Havia muita resistência do latifúndio, que se beneficiou enormemente das políticas públicas adotadas durante o regime militar e continuava possuindo força política e poder de mobilização. O próprio governador do estado no período, Hélio Garcia (1984-1987), do PMDB, era proprietário de terras e não se mostrava favorável à adoção de políticas que favorecessem a redistribuição de terras em Minas Gerais. Segundo Emílio Dias Aguilar, tesoureiro da FETAEMG, em 1986, o governador era contrário à realização da reforma agrária no estado – o que, para ele, foi um dos principais entraves para a implantação da reforma agrária em Minas Gerais. Outros complicadores eram a falta de vontade política do presidente José Sarney e a escassez de recursos financeiros e humanos do INCRA.<sup>175</sup>

Com todas essas dificuldades, o Plano Regional de Reforma Agrária desapropriou área reduzida e assentou um número pequeno de famílias em todo o estado. A partir da pesquisa realizada para esta tese foi possível levantar que, de 1964 até 1988, somente 19 fazendas foram desapropriadas em Minas Gerais.<sup>176</sup> Dessas 19 desapropriações, apenas duas ocorreram em período anterior à implantação do Plano Regional de Reforma Agrária. A primeira ocorreu em 1983, foi parte da fazenda Vereda Grande, 13.067 hectares, localizada no município de São Francisco, no Norte do estado. Já a segunda área foi desapropriada em 1984, a fazenda Saco Grande, de 11.540 hectares, situada em Unaí, na região Noroeste. Essas foram as duas únicas fazendas desapropriadas em Minas Gerais

---

<sup>174</sup> Ibidem. Grifos meus.

<sup>175</sup> Entrevista concedida por Emílio Dias Aguilar para *O Indicador*, em outubro de 1986, p. 329. Disponível em <https://dspace.almg.gov.br/bitstream/11037/1649/3/1649.pdf>. Acesso em 11/06/2021.

<sup>176</sup> A relação das fazendas desapropriadas e seus respectivos municípios encontra-se no Anexo 2 desta tese. Importante ressaltar que nem todas as fazendas desapropriadas eram áreas de conflito por terra. Algumas fazendas foram levantadas pelo INCRA como improdutivas e, a partir da indicação do órgão, famílias camponesas passaram a ocupá-las para que fossem criados, nas áreas, projetos de assentamento.

pelo Estatuto da Terra durante o regime militar, já no período de abertura política após a Lei de Anistia de 1979, quando a ditadura agonizava.

As duas áreas eram de tensão social por intensos conflitos. Na fazenda Vereda Grande viviam 120 famílias camponesas que, desde 1977, estavam sendo ameaçadas de expulsão pelo conhecido político e grileiro Antônio Luciano Pereira Filho.<sup>177</sup> Já na fazenda Saco Grande, eram 183 famílias que estavam sendo ameaçadas de expulsão pelo maior latifundiário da região, Juscelino Geraldo.<sup>178</sup> Ambas foram transformadas, em 1986, em projetos de assentamento: PA Vereda Grande e PA Palmeirinha, respectivamente. Segundo Moreira e Pinheiro, “os assentamentos rurais representam a criação de territórios – oriundos da organização e luta camponesa e, também, da intervenção do estado – onde se viabiliza a recriação do campesinato brasileiro.”<sup>179</sup> Foram apenas dois os assentamentos criados em Minas Gerais frutos de desapropriações ocorridas durante o regime militar. Mas os assentamentos só foram instituídos em 1986, já no período de transição democrática.

As demais desapropriações, ocorridas no governo Sarney, foram fruto do Plano Regional de Reforma Agrária, que pretendia ser mais extenso e beneficiar um número significativo de famílias camponesas no estado. Segundo dados levantados pela pesquisa DATALUTA, vinculada ao Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA, em parceria com o Laboratório de Geografia Agrária – LAGEA da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), até 1989, em Minas Gerais, foram criados somente doze projetos de assentamentos com capacidade para abrigar, ao todo, 1.634 famílias.<sup>180</sup> Esse número correspondia a apenas 1,6 % da meta estipulada pelo Plano

---

<sup>177</sup> AMÂNCIO, Robson. *Participação de trabalhadores rurais em assentamento de reforma agrária: o caso da fazenda Vereda Grande (MG)*. Dissertação (Mestrado). Lavras: UFLA, 1991, p. 38 e 44.

Antônio Luciano foi o maior proprietário de terrenos urbanos da história de Belo Horizonte, incluindo bairros e favelas inteiras. Entre os bens conhecidos, constavam pelo menos mil fazendas em Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Bahia, Tocantins, além de outras no Uruguai e no Paraguai. Somente na região metropolitana de Belo Horizonte chegou a ter, segundo sua própria estimativa, cerca de cem mil lotes. A Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (Urbel) estimava entre 60 e 80 mil o número de lotes. Tinha também aproximadamente mil casas alugadas, dois hotéis de três e quatro estrelas, várias áreas de estacionamento, postos de gasolina, oito aviões e 11 dos 18 cinemas da capital mineira. Fonte: Verbete CPDOC disponível em: <http://fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/pereira-filho-antonio-luciano>. Acesso em 20/12/2019.

<sup>178</sup> FERREIRA NETO, José Ambrósio, [et al.]. A dinamização dos assentamentos rurais para o desenvolvimento econômico do Noroeste de Minas Gerais. *Revista de C. Humanas*, Viçosa, v. 11, n. 1, jan./jun. 2011, p. 91.

<sup>179</sup> MOREIRA, Pedro; PINHEIRO, Leonel de O. Situação e política agrária. In: SADER, Emir et ali (orgs.). *Portal Brasil Contemporâneo: Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Périplos 2018, p. 351.

<sup>180</sup> Os projetos de assentamento criados foram: PA Iturama (1986), PA Palmeirinha (1986), PA Vereda Grande (1986), PA Córrego Comprido (1987), PA Aliança (1987), PA Bálamo (1987), PA Japoré (1988),

Regional de Reforma Agrária, que pretendia assentar 138.400 famílias no estado até o final do ano de 1989. Na realidade, as desapropriações e os posteriores projetos de assentamentos criados no estado foram exceções, frente a um quadro de forte concentração de terras e de vultosos conflitos que se avolumavam em Minas Gerais na segunda metade da década de 1980.

#### *1.4 As resistências camponesas em Minas Gerais*

Um panorama dos problemas referentes à questão agrária em Minas Gerais foi traçado pela FETAEMG.

“No Estado de Minas Gerais a concentração da propriedade em mãos de um reduzido número de pessoas e empresas, e [a] existência de grandes extensões de terras mantidas ociosas apenas para fins especulativos, a ocupação de áreas cada vez maiores por parte de Empresas de Reflorestamento e culturas voltadas para exportação (por exemplo cana de açúcar, café e soja), exploração de carvão vegetal destruindo reservas naturais e o incentivo à pecuária extensiva, determinam o aprofundamento da pobreza, da miséria e da marginalização do homem do campo.”<sup>181</sup>

Esta descrição do meio rural mineiro foi elaborada pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do estado em 1985, ano do fim da ditadura militar no Brasil, e expressa a situação a que o campo mineiro ficou submetido após a implementação das políticas de modernização conservadora. Concentração de terras, plantação de culturas de exportação, destruição de reservas naturais, plantação de eucalipto e pecuária extensiva foram os principais fatores apontados para o aumento da pobreza, da miséria e da marginalização dos camponeses em Minas Gerais.

Em 1985, o meio rural mineiro estava convulsionado, muitos eram os conflitos por terra. Nesse momento, a mobilização camponesa ganhava força e apoio de novos mediadores, como, por exemplo, o MST, que iniciou sua atuação no estado no ano de 1984.<sup>182</sup> Os novos movimentos sociais, formados por categorias de trabalhadores urbanos e rurais, além de movimentos de gênero, ambientalistas, étnicos, entre outros,

---

PA São João do Boqueirão (1988), PA Cruz e Macaúbas (1988), PA Mimoso (1989), PA Brejo Verde (1989) e PA Boa Esperança (1989). Para informações sobre a pesquisa DATALUTA e os dados coletados ver: SOUZA, Luciana Carvalho e; JÚNIOR, João Cleps. Análise Temporal das Políticas Nacionais de Reforma Agrária: os impactos regionais na criação dos assentamentos rurais no Triângulo Mineiro/ Alto Paranaíba. *Horizonte Científico*, Uberlândia, volume 5, 2011, pp. 1-22.

<sup>181</sup> Publicação “Conflitos de terra”, produzida pela FETAEMG, 1985, p. 2. Acervo CPDA.

<sup>182</sup> A atuação do MST em Minas Gerais no período de 1984 a 1988 é descrita e analisada no Capítulo 2 desta tese.

contestavam diversos problemas que se acentuaram durante o regime militar, sendo um deles a questão da terra e a necessidade de realização da reforma agrária no país.

A concentração de terras nas mãos de poucos não era uma novidade no país. Esse não era um problema que surgiu com o regime militar, já era antigo e vinha desde o período colonial, quando da criação do sistema de sesmarias.<sup>183</sup> O tema da reforma agrária, por sua vez, havia sido amplamente debatido no pré-1964 e, nesse período, a discussão girava entorno de quais seriam os critérios para a sua implementação, já que a realização dessa reforma era dada como inevitável. Contudo, com o golpe civil-militar de 1964 o cenário se modificou e mesmo com a promulgação do Estatuto da Terra, o regime militar, conforme já apresentado, acabou promovendo um aumento da concentração de terras no país.

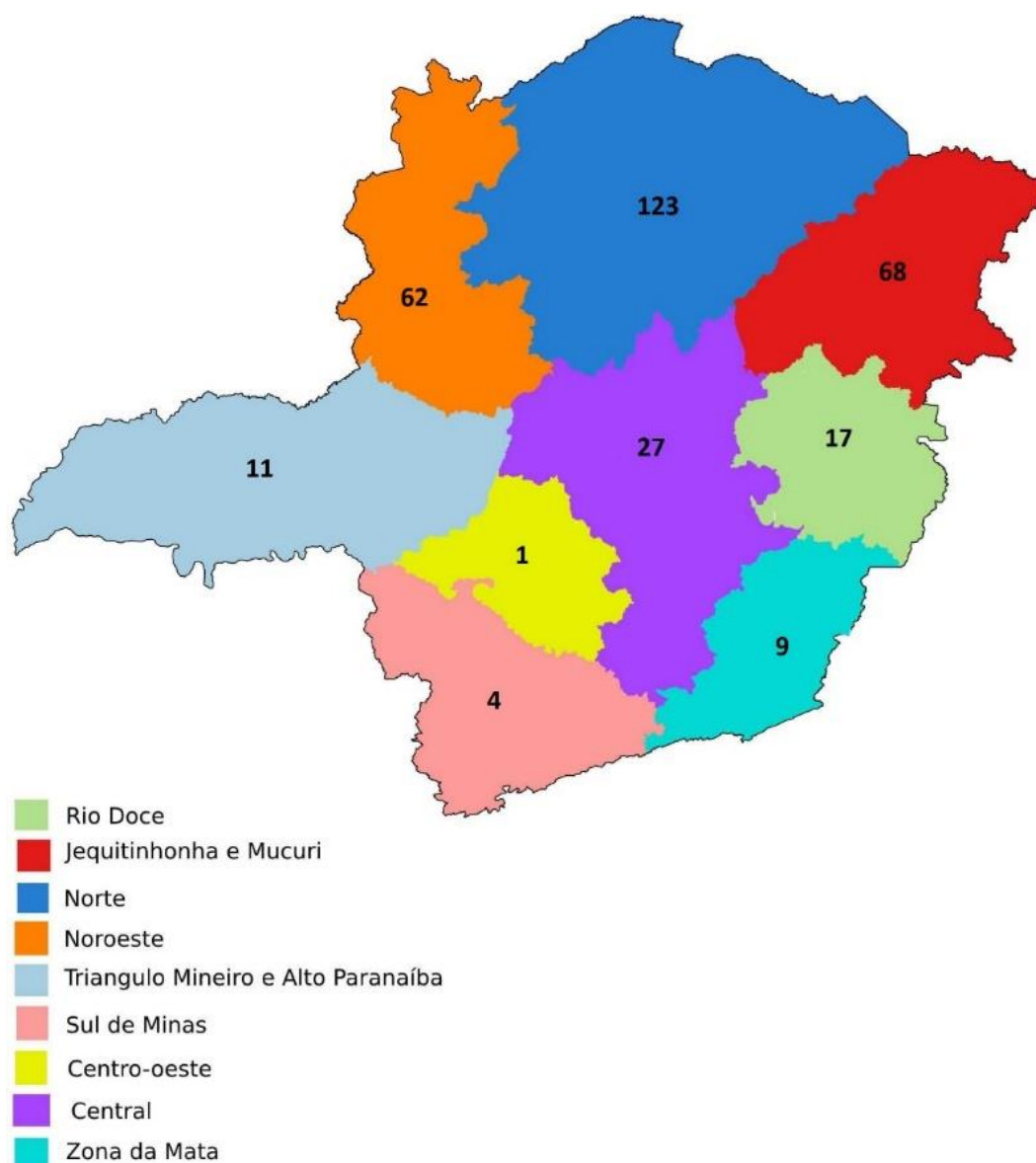
Em Minas Gerais, não foi diferente, mas os efeitos das políticas de modernização para o campo tiveram impactos diferenciados nas diversas regiões do estado. Foram mais perversos nas regiões onde existiam grandes extensões de terras devolutas, que deram lugar à agropecuária, à agroindústria e ao reflorestamento. Essas áreas, na maior parte das vezes, eram ocupadas por camponeses que praticavam a agricultura de subsistência e passaram a ser ameaçados de expulsão das terras, fator que motivou conflitos.

A partir da pesquisa realizada nas diversas fontes, foi possível levantar a existência de 322 conflitos por terra em Minas Gerais, no período de 1964 a 1988, que foram distribuídos espacialmente de acordo com as nove regiões de planejamento do estado a saber: Rio Doce, Jequitinhonha e Mucuri, Norte, Noroeste, Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, Sul de Minas, Centro-oeste, Central e Zona da Mata.

---

<sup>183</sup> A sesmaria se constituiu a partir da doação de títulos de concessão de terras a proprietários individuais sob o encargo de serem cultivadas. A concessão das terras pertencia aos governadores e capitães-gerais, que representavam a Coroa portuguesa. Nesta concessão, a Coroa desconsiderou a presença de indígenas nas terras e as entendeu como desocupadas. No entanto, concedia-se apenas o uso, pois as terras continuavam pertencendo à Coroa. De acordo com Marés, o estatuto de propriedade privada da terra no Brasil tem sua raiz na Lei da Sesmaria, uma legislação completamente regida como instrumento de conquista, mas também de garantia aos capitalistas mercantilistas de que sua mão de obra, escrava ou livre não se tornaria proprietária de terras vagas. Ver: MARÉS, Carlos Frederico. *A função social da terra*. Porto Alegre: S. A. Fabris Editor, 2003.

*Mapa - Conflitos de terra em Minas Gerais por região (1964-1988)<sup>184</sup>*



*Número total de conflitos em Minas Gerais: 322<sup>185</sup>*

Fonte: Dados levantados por esta pesquisa.

A partir dos dados levantados e apresentados no mapa acima, nota-se que o Norte de Minas foi a região onde foi encontrado o maior número de conflitos: 123, cerca de 38,20% do total. As outras duas regiões com expressiva quantidade de conflitos foram

<sup>184</sup> As cidades foram classificadas a partir das nove regiões de planejamento do estado de Minas Gerais presentes em listagem disponível em: [https://www.mg.gov.br/sites/default/files/paginas/arquivos/2016/ligminas\\_10\\_2\\_02\\_regplan\\_listamunicipios.pdf](https://www.mg.gov.br/sites/default/files/paginas/arquivos/2016/ligminas_10_2_02_regplan_listamunicipios.pdf). Acesso em 02/12/2019.

<sup>185</sup> A listagem das áreas de conflito discriminadas por regiões do estado e por municípios encontra-se no Anexo 1 desta tese.

Jequitinhonha e Mucuri, com 68 casos, que representam 21,12% e Noroeste, com 62, que somam 19,25% do total. Os dados sobre os conflitos de terras existentes em Minas Gerais, levantados por esta pesquisa, certamente não dão conta da totalidade dos casos. As informações sobre algumas regiões são mais esparsas e o baixo número de conflitos localizados, principalmente no Centro-Oeste (1) e no Sul de Minas (4) não devem ser vistos como indicadores de áreas pacíficas ou com justa distribuição da terra. O Sul de Minas, por exemplo, se destacou, na década de 1980, na luta dos trabalhadores assalariados para a implantação dos direitos trabalhistas no campo. A primeira greve de trabalhadores rurais no estado ocorreu nessa região, no município de Passos (MG), no ano de 1980, e paralisou cerca de cinco mil canavieiros. Essa greve, segundo a FETAEMG, se tornou “um símbolo da capacidade de organização e da força dos trabalhadores rurais assalariados”<sup>186</sup> em Minas Gerais. Possivelmente essas eram regiões onde predominava o trabalho assalariado no meio rural e, por isso, as lutas e reivindicações eram outras, como o pagamento do salário-mínimo estipulado por lei, de férias remuneradas e do 13º terceiro salário ao final de cada ano. Daí o baixo número de conflitos por terra encontrado pela pesquisa.

Já o Norte de Minas, região mais conflituosa do estado, na primeira metade do século XX, era constituído por grandes áreas de terras devolutas, com pouca infraestrutura e que estavam isoladas dos principais polos econômicos de Minas Gerais. Parte dessas terras era ocupada por posseiros e pequenos agricultores, que praticavam a agricultura de subsistência e de pouca inserção comercial. Sobre a ocupação camponesa no Norte de Minas o pesquisador Carlos Dayrell afirma que:

“Nas regiões de terra fértil de caatinga e matas, estes ocupantes localizaram-se nos interstícios das grandes fazendas ou em áreas distantes e ainda isoladas (...). Já nas áreas de gerais, cujas terras de baixa fertilidade ainda eram pouco cobiçadas pela grande fazenda, este povo miúdo saiu à cata de terrenos mais férteis e úmidos (...).”<sup>187</sup>

Estas terras – que na primeira metade do século XX eram ocupadas pelo “povo miúdo”, a população camponesa que plantava de forma nômade e colhia o necessário para sobrevivência – passaram a ser alvo de interesse após a criação da RURALMINAS, em 1966, e a implantação de seus projetos e programas, principalmente o Programa de

---

<sup>186</sup> Revista *FETAEMG 30 anos de luta*, 1968-1998, p. 14. Acervo CEDEFES.

<sup>187</sup> DAYRELL, Carlos Alberto. *Geraizeiros e biodiversidade no Norte de Minas: a contribuição da agroecologia e da etnoecologia nos estudos dos agroecossistemas tradicionais*. Dissertação (Mestrado). Espanha: Universidade Internacional de Andalúcia, 1998, p. 70.

Legitimação de Terras Devolutas, o Projeto Jaíba e o Programa de Distritos Florestais. Além disso, sob o discurso governamental da necessidade de integração da região ao processo de desenvolvimento nacional, agências federais, como a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF) viabilizaram grandes investimentos financeiros na região. Essas duas agências concederam também incentivos fiscais para o desenvolvimento da agropecuária empresarial, da agroindústria irrigada e do reflorestamento no Norte de Minas.<sup>188</sup>

A partir dessas políticas públicas os conflitos por terra na região proliferaram e o Norte do estado se tornou o centro das disputas por terra. Não por acaso a COVEMG levantou que essa foi a região com o maior número de assassinatos e desaparecimentos de camponeses no estado no período de 1961 a 1988: 32 casos, cerca de 30% do total.<sup>189</sup> Isso revela a relação direta entre a existência de conflitos por terra e a violência empreendida contra a população camponesa. Afinal, bastava reivindicar a permanência na terra para que os camponeses fossem vítimas de ameaças e violências, muitas das quais marcadas por mortes ou desaparecimentos. Tal como ocorreu com o camponês Joaquim Soares da Silva, que foi assassinado, em 1988, na comunidade do Espigão, município de Coração de Jesus, situado no Norte de Minas Gerais. Joaquim foi morto pelo pistoleiro José Lúcio de Souza, a mando do latifundiário Valter Pinto Mota. Esse último vinha ameaçando o camponês de expulsão da terra onde ele morava desde que nasceu e Joaquim levou o caso às autoridades competentes. No dia do assassinato, haveria uma audiência referente ao conflito, na qual Joaquim prestaria seu depoimento, o que não chegou a acontecer.<sup>190</sup> Esse foi apenas um exemplo de como o fato de resistir às expulsões era perigoso e poderia custar a própria vida.

Por sua vez, os vales do Jequitinhonha e Mucuri, localizados no Nordeste de Minas Gerais, foram a segunda região com maior número de conflitos, 68. Esses dois vales constituem, cada um deles, segundo o IBGE, uma mesorregião do estado. No entanto, aqui eles foram considerados conjuntamente, devido às suas semelhanças, e por terem sido agrupados na listagem das regiões de planejamento do estado sob a

---

<sup>188</sup> COMISSÃO DA VERDADE EM MINAS GERAIS. *Relatório final*. Volume 2. As graves violações de direitos humanos no campo. Belo Horizonte: Covemg, 2017, p. 164.

<sup>189</sup> No total a COVEMG localizou a ocorrência de 109 mortes ou desaparecimentos de camponeses e seus apoiadores em Minas Gerais.

<sup>190</sup> Jornal *Pelejando*, n° 53, junho de 1988, p. 8. Acervo CEDEFES.



denominação de “Jequitinhonha-Mucuri”, que foi utilizada como referência nesta pesquisa.

Essa região começou a ser mais densamente povoada no século XIX, com a migração em direção ao Baixo Jequitinhonha e ao Mucuri, áreas que possuíam terras férteis e devolutas, o que atraiu muitos migrantes sem posses. Mas essas pessoas não se fixavam na terra, era um povoamento errante, pois os posseiros iam em busca da fertilidade e quando a terra se esgotava saíam à procura de novas áreas para o plantio.<sup>191</sup>

Segundo Zangelmi,

“esse processo de ocupação de terras devolutas foi largamente estimulado pelo Estado, principalmente através de incentivo fiscal. Assim, muitos trabalhadores rurais se tornaram posseiros na região, desbravando a mata, constituindo família, enfrentando índios e produzindo lá por décadas. No entanto, esse processo foi desestruturado pela penetração de fazendeiros (principalmente de gado) e, posteriormente, por grandes empresas interessadas nos recursos naturais. Assim, chancelados pelo Estado, esses grupos passaram a expulsar os trabalhadores rurais das terras, em direção às cidades, ou incorporá-los em condições precárias de trabalho.”<sup>192</sup>

Esse transcurso que promoveu a expulsão dos camponeses das terras, assim como no Norte do estado, não aconteceu sem resistências. Apesar de muitos posseiros terem migrado para cidades, outros permaneceram e procuraram, de maneiras diversas, resistir às expulsões. A região do Jequitinhonha e Mucuri, de acordo com levantamento da COVEMG, foi a segunda em número de camponeses mortos e desaparecidos, com 19 casos.<sup>193</sup> O que corrobora a afirmação feita acima, sobre a relação direta entre a presença de conflitos por terra e a violência, que, muitas vezes, culminou com o assassinato de camponeses.

A terceira região com maior número de conflitos, o Noroeste, no período estudado, era a menos densamente povoada do estado. De acordo com o professor e pesquisador Sérgio Sauer, no final da década de 1970 e início dos anos 1980,

“começaram a ser introduzidas no Noroeste mineiro as culturas de eucalipto e soja, principalmente nos municípios de Unaí e Paracatu. Essas mudanças não causaram qualquer democratização da estrutura agrária regional. (...) As florestas nativas da região Noroeste foram

<sup>191</sup> RIBEIRO, Eduardo Magalhães (org). *Lembranças da terra: histórias do Mucuri e Jequitinhonha*. Contagem: CEDEFS, 1996.

<sup>192</sup> ZANGELMI, Arnaldo José. *Traduções e bricolagens: mediações em ocupações de terra no Nordeste Mineiro nas décadas de 1980 e 1990*. Tese. Rio de Janeiro: UFRRJ, 2014, p. 38.

<sup>193</sup> COMISSÃO DA VERDADE EM MINAS GERAIS. *Relatório final*. Volume 2. As graves violações de direitos humanos no campo. Belo Horizonte: Covemg, 2017, p. 124-126.

completamente dizimadas, especialmente na década de 1970, através das derrubadas e produção do carvão vegetal. Essa produção chegou a ser a principal atividade econômica no meio rural da região nesse período. (...) A crise do cultivo do eucalipto, já a partir da segunda metade da década de 1980, voltou os investimentos para as grandes lavouras de soja e milho.”<sup>194</sup>

Esses cultivos introduzidos no Noroeste mineiro nas décadas de 1970 e 1980, não promoveram a democratização do acesso à terra, ao contrário, incentivaram a sua concentração. De acordo com a FETAEMG, no Noroeste, na década de 1980, era “comum haver um único proprietário para mais da metade da área de um município.”<sup>195</sup> Segundo dados do IBGE de 1980, a região Noroeste se estendia por cerca de 60 mil quilômetros quadrados, cobrindo quase 10% de Minas Gerais. Sendo que 46% dos imóveis possuíam menos de 100 hectares e ocupavam 5,6% da área, enquanto 7,4% dos imóveis possuíam mais de mil hectares e ocupavam 54% da região.<sup>196</sup>

Fazendas com grandes extensões de terras, muitas vezes improdutivas, eram a marca do Noroeste mineiro, por isso, na primeira metade da década de 1980, com o crescimento da mobilização camponesa, muitos eram os processos de desapropriação de terras nessa região que tramitavam no INCRA. Exemplos são os casos das fazendas Bom Jesus e Guariroba, situadas em Paracatu; Mimoso e Rancharia, localizadas em Arinos; Saco Grande, Bálsamo, Tabocas, Barreirinho, São Pedro, Cipó, Picos, Extrema e Salitre, no município de Unaí; Barreirão e Prata dos Netos, no município de Presidente Olegário; Mamoneiras, Saco do Rio Preto, Assa Peixe e Riacho dos Cavalos, no município de Bonfinópolis de Minas; e Curalinho, no município de João Pinheiro.<sup>197</sup>

O pedido de desapropriação de terras foi um meio empregado com muita recorrência pelos camponeses resistentes para tentar solucionar os conflitos, garantindo, assim, a permanência na terra de forma legal, sem promover rupturas com a ordem estabelecida. Era recorrendo ao Estado para que esse realizasse a desapropriação, considerada como a atitude justa e correta a ser adotada, que os camponeses, em sua maioria, se propunham a solucionar os conflitos com os latifundiários. Ao recorrer à instância superior, o Estado, as resistências camponesas se mostravam legalistas,

---

<sup>194</sup> SAUER, Sérgio. *Reforma agrária e o sindicalismo rural: a luta pela terra no “entorno” de Brasília*. Brasília: Contag, 1999, p. 24-25.

<sup>195</sup> Documento produzido pela FETAEMG em 22/10/1988 em que a entidade denuncia os conflitos agrários existentes no Noroeste de Minas e solicita ao MIRAD a desapropriação e o assentamento de camponeses na região. Acervo CPDA-UFRRJ.

<sup>196</sup> Dados localizados em recorte do jornal *Estado de Minas*, 27/09/1988. Acervo CPDA-UFRRJ.

<sup>197</sup> Fazendas levantadas pela pesquisa.

cumpridoras das leis vigentes, dando pouca margem para serem vistas pelo regime militar como “subversivas”. Contudo, existiram conflitos em que os camponeses, por adotarem práticas de *confronto direto* ao latifúndio, acabaram sendo considerados “uma ameaça à segurança nacional” e alguns foram até mesmo investigados e presos pelos órgãos de repressão.

Outra atitude de resistência camponesa que ocorreu em alguns conflitos por terra analisados pela pesquisa foi a “justiça com as próprias mãos”. Foram localizados casos de latifundiários que assassinaram camponeses e que foram mortos, pouco tempo depois, por outros camponeses em atitude de vingança.<sup>198</sup> Fato que revela uma característica presente nas resistências no campo: como a maioria dos casos não chegava a ser julgada e predominava a impunidade, os camponeses, com alguma frequência, optaram pelo *confronto direto* e “pagaram com a mesma moeda” os assassinatos cometidos pelo latifúndio.

A violência contra camponeses foi uma constante nos conflitos por terra em Minas Gerais. Segundo a COVEMG, ao menos 109 camponeses foram mortos ou desapareceram no estado no período de 1961 a 1988. A maioria dessas mortes ocorreu devido a conflitos por terra. Os municípios que concentraram o maior número de execuções foram Varzelândia (MG), no Norte do estado – principalmente o povoado de Cachoeirinha, hoje Verdelândia (MG) – com oito registros de camponeses mortos e/ou desaparecidos; e Miradouro (MG), na Zona da Mata, com sete registros.<sup>199</sup> O caso de Cachoeirinha, por ser considerado emblemático pela intensidade e longa duração da violência e das resistências camponesas, é discutido detalhadamente no Capítulo 3 desta tese. No momento, vale destacar que essa foi a localidade com o maior número de assassinatos e/ou desaparecimentos de camponeses em Minas Gerais, violações praticadas pela polícia e por jagunços. Foi a união de esforços da milícia privada e das forças policiais que promoveu perseguições, torturas, prisões, desaparecimentos e assassinatos de camponeses em Cachoeirinha.

---

<sup>198</sup> A pesquisa localizou três casos de assassinatos de latifundiários que haviam matado camponeses, nos municípios de Miradouro (MG), Iturama (MG) e Bocaiúva (MG). Em Bocaiúva, o médico, latifundiário e presidente do Sindicato Rural da cidade, José Maria Caldeira Brant, foi assassinado após ter matado dois camponeses, pai e, alguns anos depois, um dos seus filhos. O assassinato do latifundiário foi cometido por outro filho da vítima que, em legítima defesa, deu duas facadas em José Maria. O caso teve forte repercussão na cidade e o rapaz, que possuía apenas 16 anos, foi preso e encaminhado para Febem de Couto Magalhães. Após completar 18 anos saiu da Febem, mas não retornou a Bocaiúva, pois estava ameaçado de morte. Com a ajuda do movimento sindical rural foi para Belo Horizonte e depois para Mateus Leme. O caso de Iturama é descrito no Capítulo 3 desta tese e o de Miradouro é apresentado na sequência deste capítulo.

<sup>199</sup> COMISSÃO DA VERDADE EM MINAS GERAIS. *Relatório final*. Volume 2. As graves violações de direitos humanos no campo. Belo Horizonte: Covemg, 2017, p. 126.

A segunda localidade, Miradouro (MG), foi marcada por uma especificidade: a atuação de uma mesma família de latifundiários em todos os sete crimes. A família Ribas, cujos irmãos ficaram conhecidos como “irmãos Cadetes”, desde que se instalou no povoado de Monte Alverne, distrito de Miradouro, passou a espalhar o medo e a ameaçar camponeses da região.<sup>200</sup> Os Ribas se mudaram para Monte Alverne em meados da década de 1970 e, a partir daí, a violência se propagou não apenas em Miradouro, mas também nas cidades próximas, como Araçuaia e Ervália. De acordo com carta denúncia escrita pela CPT-MG, “conforme a população, pesam sobre os “Cadete” pelo menos 12 assassinatos, sendo que 5 dos quais foram confessados pelos autores.”<sup>201</sup> Duas dessas mortes ocorreram em 1977.

“Segundo a versão da polícia Antônio Ribas (Cadete), em companhia de Jair Pimenta e Edinho Pimenta, entraram encapuzados na casa de Maria Bernardina. Ao abrir a porta Antonio “Veio” foi esfaqueado no peito. Ouvindo gritos, Maria Bernardina chegou em socorro de seu filho. Reconhecendo Antônio Cadete, pedia pela vida de seu filho. Não foi atendida, sendo prontamente degolada.”<sup>202</sup>

Ao que tudo indica, o que motivou os assassinatos de mãe e filho, foi o desejo dos Cadetes de se apossar da pequena propriedade de Maria Bernardina. Em 1985, outro camponês foi assassinado, em emboscada, pelos irmãos Cadetes: Nelson Fernandes Espínola, conhecido como Nelson Randolpho. Seu corpo foi encontrado esquartejado dentro de um saco em um córrego do Rio Glória.<sup>203</sup> Após esse assassinato, em 19 de janeiro de 1986, um dos irmãos Cadetes, Antônio Ribas, foi morto em vingança à morte do camponês Nelson, o que acabou por fomentar ainda mais a violência na região.

Nesse mesmo ano, os irmãos Cadetes assassinaram o cunhado de Nelson, João Dia Paes, conhecido como João Laurindo, e, também, seu filho Wantuil Paes.

“Eles foram sequestrados no dia 21-03-1986, em sua propriedade, por quatro pessoas vestidas de policiais, que os levaram algemados. Três dias depois seus corpos foram encontrados na estrada de Raul Soares, apresentando sinais de tortura. Pelas condições constatou-se que foram

---

<sup>200</sup> Ibidem, p. 207.

<sup>201</sup> Carta denúncia enviada pela CPT-MG para o Secretário de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, Bías Fortes, em 15/04/1986. Acervo CPT-MG.

<sup>202</sup> Relatório escrito pela CPT-MG sobre a violência em Miradouro/Monte Alverne, s/d, p. 1. Acervo CPT-MG.

<sup>203</sup> COMISSÃO DA VERDADE EM MINAS GERAIS. *Relatório final*. Volume 2. As graves violações de direitos humanos no campo. Belo Horizonte: Covemg, 2017, p. 209.

desnudados e arrastados pelo chão. Traziam espalhados por todo o corpo cortes que mostravam uma morte lenta e dolorosa.”<sup>204</sup>

De acordo com o jornal *Gazeta de Muriaé*, das oito pessoas que participaram do crime, quatro usavam farda da Polícia Militar.<sup>205</sup> Todas as mortes foram causadas por conflitos por terras, uma vez que a família Ribas, em 1982, havia conseguido legalizar junto à RURALMINAS a propriedade da Fazenda Pai Inácio, de 5.236 hectares., que era composta por terras devolutas, e tentava expulsar as famílias camponesas que viviam nas proximidades.<sup>206</sup>

Em 1986, carta escrita pelo padre Agostinho Vanden Broek, então responsável pela paróquia São Paulo, de Muriaé, revela o clima de terror que acometia Miradouro, mesmo após o fim do regime militar:

“(…) devido à inoperância da polícia, o povo acabou fazendo justiça pelas próprias mãos matando o sr. Antônio Cadete. No início parece que a situação melhorou, mas logo depois foram surgindo ameaças a muitas pessoas. (...) Tem uns trinta capangas da família Cadete que armam tocaias e à noite ninguém mais tem coragem para sair. O povo está com medo e ninguém mais quer se comprometer com nada.”<sup>207</sup>

A impunidade e a inoperância da polícia em defesa da população camponesa não eram peculiaridades de Miradouro. Essas eram marcas presentes em todo meio rural brasileiro. A violência da polícia perante a população marginalizada, pobre, com pouco estudo e, em sua maioria, negra, aliás é sistêmica no Brasil. No presente, com frequência são divulgadas reportagens nas mídias sobre as arbitrariedades cometidas pela polícia nos subúrbios e favelas de todo país, muitas vezes provocando a morte, principalmente, de jovens negros das periferias.

Nas décadas de 1970 e 1980, segundo a advogada da FETAEMG, Sônia Prata, era comum que ao se dirigirem até a delegacia local para denunciarem os abusos que sofriam, os camponeses serem vítimas também da violência policial. Ela se recorda de fato ocorrido na cidade de João Pinheiro, situada no Noroeste de Minas:

---

<sup>204</sup> Relatório escrito pela CPT-MG sobre a violência em Miradouro/Monte Alverne, s/d, p. 2. Acervo CPT-MG.

<sup>205</sup> Recorte do jornal *Gazeta de Muriaé*, 29/03/1986, p. 1. Acervo CPT-MG.

<sup>206</sup> Despacho de concessão de terras no qual a RURALMINAS concede a Antonio Ribas de Oliveira lote de terras devolutas situados na Fazenda Pai Inácio, no município de Miradouro, em 06/05/1982. Arquivo RURALMINAS.

<sup>207</sup> Correspondência enviada para Durval pelo padre Agostinho Vanden Broek, em 26/03/1986. Acervo CEDEFES.

“fui com uma senhora até a delegacia que ela queria fazer uma denúncia contra o proprietário [da fazenda], e aí o delegado de polícia, que não me lembro o nome, deu uns tapas nela, perto de mim. Ela apanhou e ele gritava “puta”, “sem vergonha” e tudo era muito triste. Não adianta dizer pra vocês que fiquei valente, fiquei morrendo de medo e assustada né, muito assustada. Aliás, ser maltratada na delegacia de polícia no período que acompanhei era uma coisa corriqueira, uma coisa que sempre acontecia (...) por isso que a gente tentava sempre ir junto na delegacia.”<sup>208</sup>

As violências nas delegacias de polícia eram e, infelizmente ainda são, frequentes em todo o país, principalmente direcionadas, como já afirmado, à população negra, pobre e marginalizada. Em alguns casos, no período estudado, a violência policial foi além dos maus tratos e agressões e se tornou assassinato.

Ficaram bastante conhecidos no país alguns casos de assassinatos, em estabelecimentos policiais, de presos políticos, ocorridos durante o regime militar, como o do estudante Stuart Angel, filho da estilista Zuzu Angel, morto em 1971, e do jornalista Wladimir Herzog, assassinado em 1975 nos porões do DOI-CODI, em São Paulo. No caso de Herzog, a polícia alegou que o jornalista havia cometido suicídio por enforcamento. Todavia, pouco se conhece sobre a violência que se abateu sobre camponeses e outros grupos marginalizados dentro das delegacias de polícia, cadeias e presídios durante esse período. Talvez porque essa violência não fosse nova e ocorresse também em períodos anteriores. No entanto, ela precisa ser conhecida e reconhecida também como de responsabilidade do Estado brasileiro.

Um desses assassinatos de camponeses em cadeias públicas ocorreu em 1980, na cidade de Itabira, situada na região Central do estado de Minas Gerais. O camponês Adelino Pereira Guimarães foi morto na cadeia da cidade após ter sido preso na fazenda Lambari, onde residia, no município de Braúnas, localizado na região do Rio Doce. Adelino foi preso devido a conflito por terra com o grileiro Gil Vieira Terra, que, desde 1975, passou a alegar ser o dono da referida propriedade. Adelino vivia com a família na fazenda e reclamava na Justiça o direito sobre a área, já que moravam no local desde os tempos dos seus avós. Em agosto de 1979, Gil Vieira Terra acompanhado de policiais e capangas armados entrou na fazenda “espancando indistintamente homens, mulheres e crianças. Ao se despedirem o sr. Gil e seus acompanhantes prometeram voltar. Então seria

---

<sup>208</sup> Depoimento prestado por Sônia Mara de Souza Prata para a COVEMG em 20/03/2017, na cidade de Belo Horizonte.

para matar a todos.”<sup>209</sup> Segundo a camponesa Daria Conceição Guimarães, provavelmente tia de Adelino, que relatou o ocorrido em carta,

“(…) com toda a crueldade pegaram todos e algemaram (sic) e bateram com correia (sic) de fuzil, ponta pés, cacetada (sic) e inclusive quase que matou um sobrinho e um filho meu Tobias Pereira Guimarães cujo este era de menor. Pegaram este de menor junto com um sobrinho Divino José Guimarães pegaram e amarraram os dois juntos com corda de plástico de cabresto com as mãos amarrada para trás deu tanta cacetada (sic) na cabeça nas costas enfim em todo corpo (…).”<sup>210</sup>

Temendo as ameaças, Adelino Pereira Guimarães procurou advogados, em Belo Horizonte, para defender sua família e permanecer na terra através de meios legais, já que eles viviam naquela fazenda havia aproximadamente 80 anos. Todavia, no dia 6 de outubro de 1980, Gil Vieira retornou à fazenda, desta vez com cinco policiais à paisana, um empregado e um oficial de justiça.

“Adelino estava no campo [...] quando viu os homens virem no meio da boiada, ele desceu deixando duas crianças no alto da serra, onde trabalhava. Conseguiu chegar à casa antes dos elementos. Estes começaram logo a atirar. Adelino rebateu a tiros e acertou dois policiais, um deles vindo a falecer.”<sup>211</sup>

Em legítima defesa Adelino matou um cabo da PMMG, José Gonçalves Ferreira, achando que esse era um jagunço. Temendo o retorno do grileiro, Adelino se refugiou no mato.<sup>212</sup> No dia seguinte, uma guarda policial formada por 60 homens foi até a fazenda Lambari lançando bombas e tiros em direção à residência de Adelino, que já não estava no local. Seu pai, Avelino, que estava dentro da casa com a esposa, a nora e os netos, após o lançamento de bombas de gás lacrimogênio, se viu obrigado a sair da residência juntamente com o restante da família. Avelino foi recebido com um tiro de fuzil e morreu no local. Em seguida, a casa foi revirada e saqueada pelos policiais. Segundo a esposa de Avelino, Otávia Conceição Guimarães:

“Quem atirou em Avelino estava postado junto a porteira (...) que a declarante quis socorrer seu marido, mas foi brutalmente empurrada por alguns soldados afastando-a do corpo de Avelino e conduzida até uma

<sup>209</sup> Carta denúncia escrita pelo bispo auxiliar da Diocese de Itabira-Coronel Fabriciano, Dom Lélis Lara, em 20/11/1980. Acervo CEDEFES.

<sup>210</sup> Cópia de carta escrita por Daria Conceição Guimarães em 29/08/1979. Acervo CEDEFES.

<sup>211</sup> Carta denúncia escrita pelo bispo auxiliar da Diocese de Itabira-Coronel Fabriciano, Dom Lélis Lara, em 20/11/1980. Acervo CEDEFES.

<sup>212</sup> Nota de culpa de Adelino Pereira Guimarães, 13/10/1980. Pasta 88-Braúnas. Acervo COSEG.

horta pouco distante da casa e aí agredida a murros e pontapés por um soldado de cor morena e bigode preto e que estava fardado.”<sup>213</sup>

Na ocasião, os policiais também prenderam os camponeses Afonso Pereira Guimarães, filho de Avelino, Tobias Pereira Guimarães, primo de Afonso, José Paulo Pereira Filho, irmão de Avelino, e Divino. Os dois últimos foram amarrados com um cabresto e espancados com coronhadas de fuzis e pancadas de cassetete. Os quatro foram liberados após o pagamento de fiança no valor de 2 mil cruzeiros.<sup>214</sup>

Adelino Pereira Guimarães foi encontrado seis dias depois, na casa de um vizinho, que também teve a residência depredada e saqueada pelos policiais. O camponês procurou abrigo devido às intensas chuvas que caíam na região e, após ser localizado, foi levado para a delegacia da cidade de Braúnas e depois transferido para Itabira, onde foi assassinado. A polícia alegou que Adelino cometera suicídio por enforcamento, assim como no assassinato de Wladimir Herzog, e que o camponês tinha utilizado, para se matar, de um fio condutor de energia elétrica.<sup>215</sup>



Fotografias de imagens de microfilme do suposto suicídio de Adelino Pereira Guimarães na cadeia de Itabira (MG). Pasta 88-Braúnas Acervo: COSEG.

<sup>213</sup> Depoimento prestado por Otávia Conceição Guimarães em 21/10/1980 na Corregedoria Geral de Polícia, em Belo Horizonte. Pasta 88- Braúnas. Acervo COSEG.

<sup>214</sup> Informações presentes em depoimentos prestados pelos camponeses em outubro de 1980 na Corregedoria Geral de Polícia, em Belo Horizonte. Pasta 88-Braúnas. Acervo COSEG.

<sup>215</sup> Recorte do jornal *Diário da Tarde* de 16/10/1980. Pasta 88-Braúnas. Acervo COSEG.



Assim como no caso de Wladimir Herzog, a imagem da direita mostra que parte da perna de Adelino tocava o chão, com os joelhos dobrados – posição em que o enforcamento era impossível. Segundo o jornal *Diário da Tarde*, de 16 de outubro de 1980, o médico legista Celso Botelho Falcão ainda não havia elaborado o laudo sobre a morte de Adelino, mas afirmou ao periódico que “não há dúvida que o rapaz foi espancado seriamente. Ele tinha contusões no duodeno e no cérebro, além de equimoses nos olhos e na testa, o que sugere espancamento.”<sup>216</sup>

Os assassinatos dos camponeses Adelino e Avelino foram denunciados pelo bispo auxiliar da Diocese de Itabira-Coronel Fabriciano, Dom Lélis Lara. O bispo exigia que os crimes fossem apurados e julgados. Em resposta, o secretário de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, Armando Amaral, informou que o inquérito sobre a morte de Adelino Guimarães havia sido encaminhado à comarca de Itabira e que outro foi instaurado, presidido inicialmente pelo capitão Expedito Antônio Almeida, para apurar as violências cometidas contra o mesmo camponês.<sup>217</sup>

Em informe da COSEG de 23 de março de 1982, a Coordenadoria afirmou que “em relação à apuração da morte de Adelino Pereira Guimarães numa cela da cadeia pública de Itabira, (...) não à referência à conclusão do caso e envio para Justiça.”<sup>218</sup> Os dois assassinatos não foram a julgamento e os responsáveis, policiais e grileiro, permaneceram impunes. Na verdade, Adelino figurou como réu em inquérito instaurado para apurar o assassinato do cabo José Gonçalves Ferreira, e o ferimento de outro cabo, quando esses entraram na fazenda Lambari em 6 de outubro de 1980.<sup>219</sup> Após a morte de Adelino, de acordo com sua tia Eufrosina Barbosa Guimarães, “toda a família (..) encontra-se ameaçada pela Polícia Militar local, (..) que não tem tranquilidade para levar sua vida rotineira.”<sup>220</sup> Ou seja, a família de Avelino e Adelino, além de perder dois parentes assassinados pela polícia, continuou sendo ameaçada por policiais. O que mostra como as resistências camponesas para permanecerem na terra tiveram, muitas vezes, consequências drásticas e violentas, sendo a morte a mais definitiva delas. Diante da morte nada poderia ser feito; as resistências em alguns conflitos até se mantiveram após

<sup>216</sup> Recorte do jornal *Diário da Tarde* de 16/10/1980. Pasta 88- Braúnas. Acervo COSEG.

<sup>217</sup> Recorte do *Jornal do Brasil* de 05/01/1982. Pasta 88-Braúnas. Acervo COSEG.

<sup>218</sup> Informe nº 58 produzido pela COSEG em 23/03/1982. Pasta 88-Braúnas. Acervo COSEG.

<sup>219</sup> Nota de culpa de Adelino Pereira Guimarães, 13/10/1980. Pasta 88-Braúnas. Acervo COSEG.

<sup>220</sup> Declarações prestadas por Eufrosina Barbosa Guimarães à Corregedoria Geral de Polícia em 21/10/1980. Pasta 88- Braúnas. Acervo COSEG.

o assassinato de um camponês, mas, na maior parte dos casos, provocou a saída das famílias das áreas.

Em muitos conflitos localizados por esta pesquisa, após assassinatos de camponeses as famílias precisaram sair da terra para que não ocorressem novas violências. Ou seja, elas optaram por abandonar as resistências já que o preço a ser pago por permanecer na terra poderia ser a perda da própria vida, como já havia ocorrido com outro familiar. Mas algumas famílias consideraram que o melhor era deixar a terra frente à violência, enquanto outras optaram por permanecer na terra mesmo diante de novas ameaças. Não houve, portanto, um padrão de resistência camponesa frente à violência.

Em alguns conflitos as lutas pela terra foram bem-sucedidas e as áreas, ou parte delas, foram desapropriadas, mas a maioria não teve o mesmo desfecho. Conforme explicitado anteriormente, o número de fazendas desapropriadas em Minas Gerais, no período de 1964 a 1988, foi bastante reduzido. Em certos conflitos, houve a proposta de transferência dos camponeses para outras áreas. Nesses casos o que se percebeu foi o desejo dos camponeses de permanecer nas terras em que viviam. Foi possível notar que havia um sentimento de pertencimento a determinada área, que se relacionava a experiências que iam muito além da questão econômica. A terra não era vista apenas como fonte de sustento, pois, se assim o fosse, ela poderia facilmente ser trocada por outra. O relato de um camponês da região do Rio do Peixe, situada no município de Januária, no Norte de Minas, é revelador dessa relação estabelecida com a terra.

“Estou na minha terra tem 35 anos e 6 meses. Depois esse doutor chegou e foi mesma coisa que botar poeira nos meus olhos. Seu empregado chegou pra mim e disse: quem mandou o senhor pra cá? Respondi: Precisão, necessidade de um lugar pra morar. (...) Procurei o STR de Januária antes da terra ter sido cercada, mas não resolveu o problema. Na delegacia o fazendeiro fez uma proposta ao presidente do STR para trocar as terras por outra escriturada. (...) Eu falo por mim e por meus 14 companheiros, só aceito trocar essas terras por ela mesma.”<sup>221</sup>

Nesse sentido, é possível pensar a terra como território, conforme propõem Felisa Anaya e Mário do Espírito Santo, que afirmam que o território é mais do que um pedaço de terra ou de chão: ele expressa a identidade dos diversos povos e comunidades que dele se apropriam. Para os autores, o território se associa às memórias, às tradições, à cultura e, também, às regras sociais e aos conhecimentos que são construídos coletivamente pelos

---

<sup>221</sup> Relato de um posseiro do Rio do Peixe, região de Januária, s/d. Pasta 0 - Ilha Marinha, Acervo CPT Nacional– Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. Sublinhado no original.

povos, sendo “o meio necessário à reprodução social, cultural, religiosa e econômica destes grupos.”<sup>222</sup> A noção de território está assim fortemente associada à ideia de pertencimento a um lugar, que é produzida ou acionada nos momentos de conflitos. Afinal, são nessas situações limite que os camponeses de uma determinada área sentem a necessidade de se unirem para defenderem o seu território. No território, há uma ideia de pertencimento e reconhecimento social dos sujeitos “de dentro” em relação aos “de fora”. Nas resistências do período é possível notar a defesa coletiva dos camponeses para permanecerem no território, em oposição aos “de fora”, que queriam expulsá-los da área. A chegada do outro, o latifundiário, era, assim, sempre uma ameaça.

---

<sup>222</sup> ANAYA, Felisa; ESPÍRITO SANTO, Mário Marcos do. *De gentes, plantas e bichos: diversidade e conservação nas matas secas do norte de Minas*. Montes Claros: Unimontes, 2014, p. 29.

## Capítulo 2: Os mediadores

Os conflitos de terra em Minas Gerais durante o período de 1964 a 1988 foram bastante intensos e, em muitos deles, os camponeses resistiram para permanecer nas terras. Nessas ações de resistência, em diversos conflitos, os camponeses contaram com a atuação de mediadores. O “mediador”, segundo Eric Wolf, seria o responsável pela *mediação* e tradução das demandas locais de grupos de camponeses no plano institucional.<sup>223</sup> Sua função se relaciona à contribuição da transposição do conflito local para além das fronteiras da fazenda, já que o mediador estima ser portador.<sup>224</sup> De acordo com Marcus Dezemone,

“É um equívoco considerar [os] mediadores como seres todo-poderosos que manipulavam ou conduziam os camponeses por um rumo traçado. Seu discurso só foi bem-sucedido ao ser percebido como algo que minimamente encontrava acolhida nas experiências efetivamente vividas pelas populações rurais.”<sup>225</sup>

Para ser mediador era preciso então encontrar respaldo diante dos camponeses. Segundo Zangelmi, “as ações de mediação não apenas levam significados de um lado para outro, mas principalmente os transformam, compondo novos arranjos. Aqueles que fazem a mediação não são neutros, mas sim elementos da relação, transformando-a continuamente.”<sup>226</sup> Desta forma, os mediadores aqui analisados deram visibilidade aos conflitos rurais, fazendo com que as tensões, muitas vezes restritas às fazendas, se tornassem públicas. Mas ao divulgarem e levarem as reivindicações camponesas para outras esferas, os mediadores transformaram as resistências e, também, foram transformados por elas. De acordo com Delma Pessanha Neves, nos processos de *mediação*,

“os desdobramentos não são dados a priori, sua dinâmica é relativamente indefinível. Há desdobramentos inesperados e múltiplas formas de reapropriação dos objetivos e intenções, demonstrando que atos de mediação também são procedimentos para transformação.”<sup>227</sup>

<sup>223</sup> WOLF, Eric. *Las Luchas Campesinas del Siglo XX*. 5ª ed. México, DF, Siglo Veintiuno, [1969], 1979.

<sup>224</sup> NEVES, Delma. P. *Mediação social e mediadores políticos*. In: NEVES, Delma P (org.). *Desenvolvimento social e mediadores políticos*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008, p. 31.

<sup>225</sup> DEZEMONE, Marcus. *Do cativo à reforma agrária: colonato, direitos e conflitos (1872-1987)*. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em História. Niterói (RJ): UFF, 2008, p. 183.

<sup>226</sup> ZANGELMI, Arnaldo José. *Traduções e bricolagens: mediações em ocupações de terra no Nordeste Mineiro nas décadas de 1980 e 1990*. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro: UFRJ, 2014, p. 7.

<sup>227</sup> NEVES, Delma. P. *Mediação social e mediadores políticos*. In: NEVES, Delma P (org.). *Desenvolvimento social e mediadores políticos*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008, p. 38.

Além de transformadoras, as relações de *mediação* são dinâmicas, podendo ser construídas e desconstruídas continuamente por uma multiplicidade de atores envolvidos nos diferentes conflitos.<sup>228</sup>

O intuito neste capítulo é compreender as ações de mediadores organizados que procuraram, de diferentes formas, atuar em defesa dos camponeses, sem deixar de perceber que essas práticas eram dinâmicas e fluídas, podendo variar ao longo do tempo e em espaços diversos. Além disso, são analisadas as diferentes formas de atuação desses mediadores frente ao Estado, tendo como referência a tríade conceitual proposta por Rodrigo Sá Motta, adesão, resistência e acomodação, apresentada na introdução desta tese.<sup>229</sup> As tensões e disputas existentes entre os diferentes mediadores também são problematizadas e examinadas, de forma a não obter generalizações.

Ainda que o marco temporal deste trabalho se restrinja ao período de 1964 a 1988, para a análise de alguns mediadores se faz necessário recuar no tempo, já que sua atuação se iniciou em período anterior ao estabelecimento do regime militar no Brasil. Além disso, optou-se por analisar somente mediadores organizados, por meio de grupos ou instituições, o que não significa afirmar a inexistência de pessoas que atuaram isoladamente em determinadas áreas ou conflitos. No entanto, a localização dessas pessoas não é tarefa fácil e a pesquisa não conseguiria abarcar todas elas, por isso a escolha pela análise dos mediadores organizados. Cumpre, portanto, neste momento do trabalho, apresentar e discutir a atuação desses mediadores junto ao campesinato mineiro.

### 2.1 *Sindicalismo rural: CONTAG, FETAEMG e STR's*

No Brasil, até o início da década de 1960, o reconhecimento de sindicatos de trabalhadores rurais era dificultado pelos sucessivos governos, embora houvesse leis que garantissem a formação de sindicatos no campo.<sup>230</sup> A legislação não era devidamente aplicada e constantes eram os empecilhos criados para barrar o reconhecimento desses. Até o ano de 1960, havia no país apenas cinco sindicatos de trabalhadores rurais

---

<sup>228</sup> ZANGELMI, Arnaldo José. *Traduções e bricolagens: mediações em ocupações de terra no Nordeste Mineiro nas décadas de 1980 e 1990*. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro: UFRRJ, 2014, p. 9.

<sup>229</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A estratégia de acomodação na ditadura brasileira e a influência da cultura política. *Revista Páginas*, ano 8, n° 17, maio - agosto de 2016, pp. 9-25.

<sup>230</sup> O Decreto n° 979 de 1903 foi o primeiro ato governamental que tornou possível a constituição de sindicatos rurais, todavia, não fazia distinção entre empregadores e empregados. A sindicalização rural foi novamente tratada no Decreto-Lei n° 7.038 de 1944, que tornou lícita a organização de empregados rurais, porém, excluiu desta categoria pequenos produtores, arrendatários, posseiros e parceiros.

reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, o mais antigo deles era o Sindicato dos Empregados Rurais de Campos (RJ), cuja fundação datava da década de 1930. Os demais eram o Sindicato dos Empregados Rurais de Belmonte (BA), o Sindicato dos Empregados Rurais de Ilhéus e Itabuna (BA), o Sindicato dos Empregados Rurais de Tubarão (SC) e o Sindicato dos Empregados Rurais de Barreiros, Rio Formoso e Sirinhaém (PE).<sup>231</sup>

Em Minas Gerais, não havia sindicatos rurais, as organizações camponesas existentes no estado recebiam a denominação de associações de lavradores e trabalhadores agrícolas. Eram entidades civis, que para serem fundadas necessitavam apenas da aprovação de um estatuto e do seu registro em cartório. Não existiam obstáculos legais que dificultassem a sua fundação, por isso elas foram criadas em maior número em todo o país. Contudo, era preferível criar sindicatos rurais, já que esses possuíam o respaldo governamental e representavam a coletividade de maneira institucionalizada.<sup>232</sup>

Entre os anos de 1960 e 1961, o número de associações de lavradores e trabalhadores agrícolas cresceu sensivelmente em Minas Gerais, saltando de 13, no fim da década de 1950, para 22 em 1961.<sup>233</sup> Este crescimento foi favorecido pelo contexto de luta pela realização da reforma agrária em todo o país e, também, pela situação de miséria vivenciada nas áreas rurais mineiras. Todavia, a partir de 1962, com a investida do governo João Goulart para tentar institucionalizar o crescente movimento camponês, o quadro começou a se alterar. Nesse mesmo ano foi editada a Portaria 209-A, em 25 de junho, que criava um quadro de atividades e profissões rurais que nortearia a formação dos sindicatos, bem como das associações de grau superior, as federações e confederações. Ficou prevista a criação de uma Confederação Nacional da Agricultura (CNA), reunindo empregadores, e de uma Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), que foi reconhecida em janeiro de 1964.

Em 20 de novembro de 1962, a Portaria 355-A instituiu as seguintes categorias de trabalhadores do campo: 1- trabalhadores na lavoura; 2- trabalhadores na pecuária e similares; 3- trabalhadores na produção extrativa rural (empregados na extração de lenha, carvão etc.); 4- produtores autônomos (pequenos proprietários, arrendatários e

---

<sup>231</sup> GRZYNSZPAN, Mário. *Mobilização camponesa e competição política no Estado do Rio de Janeiro (1950-1964)*. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro: Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1987, p. 112. Porém Luiz Flavio Carvalho Costa, na obra *Sindicalismo rural brasileiro em construção*. Rio de Janeiro: Forense Universitária: UFRRJ, 1996, p. 95, afirma que até 1962 existiam seis sindicatos rurais reconhecidos em todo o país, o autor também incluiu na listagem o Sindicato dos Empregados Rurais do Rio de Janeiro (GB).

<sup>232</sup> CAMISASCA, Marina Mesquita. *Camponeses mineiros em cena: mobilização, disputas e confrontos (1961-1964)*. Dissertação (Mestrado). Belo Horizonte: UFMG, 2009, p. 51.

<sup>233</sup> Idem, p. 53

trabalhadores autônomos que possuam uma atividade rural, sem empregados, em regime de economia familiar ou coletiva).<sup>234</sup> A partir daí, os camponeses puderam se organizar em sindicatos rurais de acordo com a categoria profissional e era proibida a constituição de mais de um sindicato, de uma mesma categoria, em um único município. Além disso, os sindicatos deveriam ser formados por um número mínimo de 50 membros, que no prazo máximo de dois anos da data do seu reconhecimento, deveriam atingir pelo menos 200 sindicalizados.<sup>235</sup>

Em junho de 1963, a Portaria nº 346 alterou as categorias de trabalhadores rurais a serem reunidas por sindicato, que, ao invés de quatro, passaram a ser cinco: 1- trabalhadores na lavoura; 2- trabalhadores na pecuária e similares; 3- trabalhadores na produção extrativa rural; 4- trabalhadores autônomos e 5- pequenos proprietários. A novidade trazida por esta portaria foi a inclusão dos pequenos proprietários como uma categoria de trabalhadores rurais que poderia, inclusive, constituir sindicato próprio.

Desta forma, a sindicalização rural passou a ser estimulada e, de uma organização camponesa pouco expressiva, se tornou a forma mais recorrente e dominante de mobilização no campo. De apenas cinco sindicatos reconhecidos em todo país, o número saltou, em dezembro de 1963, para 270 sindicatos reconhecidos e 557 aguardando reconhecimento.<sup>236</sup> Estima-se que até o golpe de 1964 cerca de 1.200 sindicatos rurais, de diferentes categorias, haviam sido criados em todo o Brasil.<sup>237</sup>

“Assim, para o movimento camponês que ganhava força em Minas Gerais no início dos anos 1960, a sindicalização rural foi fundamental para consolidar a presença desse novo sujeito coletivo no espaço público. A fundação desses sindicatos possibilitou a constituição de espaços para onde os camponeses se dirigiam com o objetivo de discutirem questões que os afligiam, além de produzir resoluções a serem adotadas pela coletividade. O sindicato rural se tornou, deste modo, um local produtor de um “nós”. ”<sup>238</sup>

Mas com o golpe de 1964 a crescente mobilização camponesa foi duramente reprimida. A recém-fundada CONTAG sofreu intervenção imediata de membros dos

<sup>234</sup> Portaria 355-A de 20/11/1962 do Ministério do Trabalho e Previdência Social. Disponível em: [http://r1.ufrj.br/cpda/als/corpo/html/legislacao/leg\\_port355a.htm](http://r1.ufrj.br/cpda/als/corpo/html/legislacao/leg_port355a.htm). Acesso em 11/02/2021.

<sup>235</sup> Portaria 346 de 17/06/1963.

<sup>236</sup> IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. 3ª ed., rev. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975, p. 89.

<sup>237</sup> CUNHA, Paulo Ribeiro da (org.). *O camponês e sua história: a construção da Ulatb e a fundação da Contag nas memórias de Lyndolpho Silva*. São Paulo: Instituto Artrojildo Pereira, 2004, p. 207.

<sup>238</sup> CAMISASCA, Marina Mesquita. *Camponeses mineiros em cena: mobilização, disputas e confrontos (1961-1964)*. Dissertação (Mestrado). Belo Horizonte: UFMG, 2009, p. 67.

Círculos Operários.<sup>239</sup> De acordo com Marco Antônio Teixeira, havia uma estreita ligação entre os militares e os Círculos Operários que faziam parte de uma aliança mais abrangente que envolvia militares e setores da Igreja Católica que apoiaram o golpe de 1964.<sup>240</sup> Por esse motivo, circulistas passaram a dirigir organizações sindicais. Para a presidência da CONTAG, anteriormente ocupada por Lyndolpho Silva ligado ao PCB, foi nomeado José Rotta, que dirigia antes de 1964, a federação de linha cristã em São Paulo.<sup>241</sup> Silva, além de ser deposto do cargo, teve seus direitos políticos cassados por dez anos e se manteve na clandestinidade até 1973, quando exilou-se em Praga. Nessa cidade permaneceu até 1979, quando conseguiu retornar ao Brasil após a promulgação da Lei de Anistia.<sup>242</sup>

Em Minas Gerais, as três federações criadas em dezembro de 1963, Federação de Trabalhadores na Lavoura, Federação de Produtores Autônomos e Federação de Trabalhadores na Produção Extrativa, foram extintas. A maior parte dos sindicatos rurais foi fechada ou sofreu intervenção e as principais lideranças foram presas. Christóvão Mourão, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Autônomos de Piumhi, fundado em outubro de 1963, se lembra do movimento de pessoas estranhas na cidade em 1964:

“Eu não lembro se foi numa segunda-feira, disseram: você não está notando que tem gente estranha aí não? Eu disse: não. Eu dei uma volta na praça lá e notei que tinha gente estranha mesmo (...). Eram policiais (...). Aí a polícia chegou, o Exército, lá eles nunca viram nem um soldado do Exército, viram lá um batalhão do Exército na cidade, a turma apavorou. Eles foram ao sindicato e nos roubaram tudo. É roubo. Tinha lá uma pequena biblioteca e eles levaram falando que era material subversivo.”<sup>243</sup>

Joaquim Pereira da Silva Neto, conhecido como Joaquim de Poté, um dos líderes do Sindicato dos Trabalhadores Autônomos de Poté, fundado em julho de 1962, também se recorda do que ocorreu em 1964:

---

<sup>239</sup> O movimento dos Círculos Operários, surgido no início da década de 1930, estava diretamente ligado à Igreja Católica e era marcado por seu caráter de ordem assistencialista, paternalista e conciliatório.

<sup>240</sup> TEIXEIRA, Marco Antônio. *Sindicalismo rural e conflitos de terra na Baixada: 1967-1979*. In: ANPUH, *XXV Simpósio Nacional de História*. Fortaleza: 2009, p. 3.

<sup>241</sup> MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989, p. 89.

<sup>242</sup> TEIXEIRA, Marco Antônio; PORTO, Cleia Anice da Mota. *Ação e resistência da CONTAG na ditadura civil-militar no Brasil*. In: SAUER, Sérgio (org.). *Lutas, memórias e violações no campo brasileiro: conflitos, repressão e resistência no passado e presente*. São Paulo: Outras Expressões, 2020, p. 265.

<sup>243</sup> Entrevista concedida por Christóvão Mourão para Lucília de Almeida Neves e Maria Eliza Linhares em 06/11/1990, na cidade de Belo Horizonte. Acervo Núcleo de História Oral.



“No dia 02 de abril, às 06 horas da manhã chegou em Poté um grupo de policiais armados de fuzis e outras armas. Foi fácil para eles. Eu e meu primo Ary, secretário do sindicato, morávamos na mesma rua e o tesoureiro Serafim um pouco mais longe. O comandante da equipe foi em nossas casas dizendo que tínhamos de ir à delegacia de polícia prestar umas informações e queria que levássemos todos os papéis do sindicato (...). Chegando na praça Frei Gaspar, ela estava parecendo um campo de guerra; o povo de Poté nunca tinha visto tanto soldado. Na verdade, eu estava sendo preso.”<sup>244</sup>

Joaquim foi levado para Teófilo Otoni e depois para Governador Valadares, sendo solto dias depois pela intercessão do Padre Teodoro e do capelão militar do batalhão, Dom Quirino. Contudo, teve seus direitos políticos e sindicais cassados por 11 anos e foi perseguido por muito tempo.<sup>245</sup> Assim como ele, vários líderes sindicais rurais foram detidos em 1964. Alguns permaneceram pouco tempo presos, outros passaram longas temporadas na cadeia, enquanto outros optaram pelo exílio, dentro ou fora do país. O líder do Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura de Governador Valadares, Francisco Raymundo da Paixão, conhecido como Chicão, foi preso em 1964 e levado para Belo Horizonte. Posteriormente, conseguiu se exilar na Bulgária, onde residiu até 1967, ano em que se mudou para o Uruguai. Regressou ao Brasil em 1969, vivendo na clandestinidade até o final do ano, quando foi preso no Rio de Grande do Sul. Em carta, ele relata as torturas sofridas no cárcere:

Eu, FRANCISCO RAYMUNDO DA PAIXÃO (Chicão) ex-sindicalista de Governador Valadares/MG, perseguido, preso, torturado barbaramente no Terceiro Exército – Porto Alegre/RS, final do ano de 1969, passando pelo DOPS. Três meses mais tarde [fui] transferido para a base área do Galeão, Rio de Janeiro/RJ, onde [continuei] sendo torturado, perdendo todos os dentes superiores com as coronhadas de fuzis e metralhadoras, [posso] três marcas de baioneta no braço esquerdo, uma com mais de 8 (oito) centímetros, sem ter direito a qualquer assistência, [fiquei] com cicatrizes visíveis.<sup>246</sup>

Chicão ficou preso até 1971, quando se exilou no Chile e, posteriormente, na Suíça. Retornou ao Brasil somente em 1979, com a Lei de Anistia e não voltou mais a Governador Valadares (MG), temendo novas perseguições.

<sup>244</sup>NETO, Joaquim Pereira da Silva. *Semear esperanças*. Belo Horizonte: O Escriba, 1996, p. 31.

<sup>245</sup> ZANGELMI, Arnaldo José. *Traduções e bricolagens: mediações em ocupações de terra no Nordeste Mineiro nas décadas de 1980 e 1990*. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro: UFRRJ, 2014, p. 67.

<sup>246</sup> Carta escrita por Chicão, s/d. Acervo privado do jornalista Alpiniano Silva Filho. In: COMISSÃO DA VERDADE EM MINAS GERAIS. *Relatório final*. Volume 2. As graves violações de direitos humanos no campo. Belo Horizonte: Covemg, 2017, p. 52.

Em Três Marias, os camponeses que exerciam a liderança do Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura, Raimundo Nonato Pereira e Randolfo Fernandes também foram presos em 1964 e levados para o DOPS/MG, em Belo Horizonte. Em depoimento prestado nesse departamento, Randolfo Fernandes negou que o sindicato estivesse armando os camponeses da região e, também, que fosse adepto do comunismo.<sup>247</sup> Raimundo Nonato, em depoimento para a COVEMG, afirmou que permaneceu 78 dias preso e que depois de passar pelo DOPS/MG, foi encaminhado para a Penitenciária Agrícola de Neves e, posteriormente, para a Colônia Penal Magalhães Pinto.<sup>248</sup> Também informou que, após a repressão e o fechamento do sindicato em 1964, esse não foi mais reaberto.<sup>249</sup>

A dura repressão às lideranças sindicais e o fechamento de muitos sindicatos em 1964, fez com que o movimento sindical rural precisasse se adaptar ao novo contexto. A intenção do regime militar não era acabar com o sindicalismo rural, mas sim dar-lhe outra direção.<sup>250</sup> Para isso, já em fevereiro de 1965, o Ministro do Trabalho, Arnaldo Sussekind, editou portaria que eliminou as cinco categorias de atividades profissionais rurais estabelecidas em 1963, unificando-as em apenas um Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) por município. Instituiu-se, assim, a categoria do “trabalhador rural”, “pessoa física que exerça atividade profissional rural sob a forma de emprego, ou como empreendedor autônomo, neste caso, em regime de economia individual, familiar ou coletiva e sem empregados.”<sup>251</sup> Essa mudança, de acordo com Clifford Welch, “forçou trabalhadores com diferentes problemas e perspectivas a se unirem em um único sindicato por município, pondo os camponeses uns contra os outros e causando incontáveis problemas internos para o movimento.”<sup>252</sup> Para Medeiros, a constituição de um único sindicato, agregando grupos diversos e, por vezes, com interesses distintos, fez com que algumas categorias se sentissem menos representadas do que outras no sindicato e sequer dele participassem.<sup>253</sup>

---

<sup>247</sup> APM. DOPS. Pasta 3876.

<sup>248</sup> Depoimento prestado por Raimundo Nonato Pereira para a COVEMG no dia 29/04/2017, na cidade de Três Marias (MG).

<sup>249</sup> Idem.

<sup>250</sup> MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989, p. 87.

<sup>251</sup> Portaria nº 71 do Ministério do Trabalho, de 02/02/1965.

<sup>252</sup> WELCH, Clifford. Os camponeses, a verdade e a história da ditadura em São Paulo. *Revista Mundos do Trabalho*, v. 6, n. 11, janeiro-junho 2014, p. 76,

<sup>253</sup> MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989, p. 94.

Além do estabelecimento de um STR por município, o regime militar também interveio na composição das diretorias sindicais. A nomeação de Juntas Governativas se tornou uma prática comum, que perdurou até a década de 1980. Além disso, todos os candidatos a cargos de diretoria dos STR's precisavam apresentar atestados de antecedentes políticos e sociais e as assembleias sindicais eram, frequentemente, monitoradas.<sup>254</sup>

Em Minas Gerais, como as três federações existentes foram fechadas, em 1965, foi criada, em Belo Horizonte, uma Delegacia Regional da CONTAG, coordenada por Geraldo Nacib Salomão, liderança ligada aos Círculos Operários.<sup>255</sup> O objetivo dessa delegacia era ampliar o número de STR's no estado, além de fundar, novamente, uma federação.<sup>256</sup> Segundo Joaquim de Poté, nessa Delegacia da CONTAG existiam funcionários que eram dos quadros da polícia e dos órgãos de informações e eram eles que controlavam o funcionamento da instituição.<sup>257</sup>

Em 1967, a Delegacia Regional da CONTAG foi comunicada que camponeses da região de Cachoeirinha, no Norte do estado, estavam sendo ameaçados de expulsão das terras em que viviam, além de sofrerem constantes violências, sendo que um deles havia sido assassinado.<sup>258</sup> Após tomar conhecimento dos fatos, Geraldo Nacib Salomão e a secretária da Delegacia Regional da CONTAG, Nelita Pereira de Melo, se deslocaram para a região de Cachoeirinha e, para isso, solicitaram autorização policial da ID-4, que consentiu com a viagem.<sup>259</sup> João Dalício, liderança sindical, se recorda que “Geraldo Nacib Salomão e a secretária Nelita Pereira de Melo, chegaram a ser detidos lá, em função do conflito de Cachoeirinha.”<sup>260</sup> Os dois membros da CONTAG foram presos pelo delegado de polícia de Janaúba (MG), quando chegavam na região e não conseguiram se reunir com os camponeses. Ficaram dois dias detidos e, quando liberados, retornaram imediatamente a Belo Horizonte. A CONTAG, mesmo sendo dirigida por lideranças conservadoras ligadas aos Círculos Operários e com autorização policial para se deslocar até a região, não conseguiu sequer encontrar com os camponeses de uma área marcada

<sup>254</sup> COMISSÃO DA VERDADE EM MINAS GERAIS. *Relatório final*. Volume 2. As graves violações de direitos humanos no campo. Belo Horizonte: Covemg, 2017, p. 84.

<sup>255</sup> Depoimento prestado por João Dalício de Resende para a COVEMG em 18/07/2017, na cidade de Belo Horizonte.

<sup>256</sup> FERREIRA NETO, José Ambrósio. *Lideranças Sindicais e Ação Coletiva: A FETAEMG e a luta pela terra em Minas Gerais*. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro: UFRJ, CPDA, 1999, p. 204.

<sup>257</sup> NETO, Joaquim Pereira da Silva. *Semear esperanças*. Belo Horizonte: O Escriba, 1996, p. 38.

<sup>258</sup> APM. COSEG. Pasta 709.

<sup>259</sup> Idem.

<sup>260</sup> Depoimento prestado por João Dalício de Resende para a COVEMG em 18/07/2017, na cidade de Belo Horizonte.

por violento conflito de terra em Minas Gerais. A Confederação não retornou mais a Cachoeirinha e comunicou o ocorrido ao delegado do DOPS/MG.<sup>261</sup>

Nesse período, não foi possível se aproximar dos camponeses para realizar um trabalho de *mediação* e talvez a CONTAG nem mesmo se dispusesse a atuar de tal maneira. O não retorno à região pode ser indicativo de um trabalho mais institucional e conservador da Confederação, que preferiu comunicar o ocorrido à polícia política a se envolver diretamente no conflito.

Em 1968, a Diretoria Regional da CONTAG foi novamente acionada, desta vez pelo camponês Acácio Alves Ferreira, residente na Fazenda Fortuna, no município de Baldim (MG), pois esse havia sido preso por quatro policiais da cidade ao tentar realizar uma reunião de STR na sede da referida fazenda. Mais uma vez, a CONTAG encaminhou o caso à polícia, solicitando abertura de inquérito policial para investigação “já que o Código Penal define como crime atentar contra a liberdade sindical.”<sup>262</sup> A Confederação se utilizou de preceitos legais para validar a demanda diante da polícia e, repetidamente, optou por não intervir.

A partir dos casos apresentados é possível notar a atuação limitada dessa Diretoria da CONTAG, que pouco defendeu o campesinato quando foi solicitada. Provavelmente, seu trabalho se restringiu a fundar alguns STR's e a estabelecer as bases para a criação da nova federação no estado.

Essa fundação ocorreu somente em 27 de abril de 1968, quando foi instituída a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG), que foi composta pelo número mínimo de cinco sindicatos, exigidos por lei, para a sua criação. Afinal, em 1968, havia somente cinco STR's reconhecidos pelo Ministério do Trabalho em Minas Gerais. Esses estavam situados nos municípios de Poté, Três Pontas, Araçuai, Esmeraldas e Brumadinho.<sup>263</sup>

Neste momento, segundo Ferreira Neto, o movimento sindical rural tentava se reestruturar em Minas Gerais, mas ainda não conseguia atuar de maneira efetiva contra a violência e as arbitrariedades cometidas nas áreas rurais.<sup>264</sup> De acordo com Medeiros, na segunda metade da década de 1960, a maior parte dos STR's existente no país não se

---

<sup>261</sup> APM. COSEG. Pasta 709.

<sup>262</sup> APM. DOPS. Pasta 0349.

<sup>263</sup> Revista *FETAEMG 30 anos de luta, 1968-1998*, p. 6. Acervo CEDEFES.

<sup>264</sup> FERREIRA NETO, José Ambrósio. *Lideranças Sindicais e Ação Coletiva: A FETAEMG e a luta pela terra em Minas Gerais*. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro: UFRRJ, CPDA, 1999, p. 29.

constituía em um referencial para as demandas da população do campo.<sup>265</sup> Ao que tudo indica, os poucos STR's existentes no estado realizaram um trabalho limitado até o final da década de 1960 e foram alvo de constantes interferências do Ministério do Trabalho. O sindicalismo rural teve grandes dificuldades em se recompor em Minas Gerais, mesmo que sob novos moldes, após o golpe de 1964.

A primeira diretoria da FETAEMG, instituída em 1968, era composta por pessoas ligadas à Federação dos Círculos Operários Cristãos de Minas Gerais, que já controlava a Diretoria Regional da CONTAG e permaneceu no comando da federação até o ano de 1975.<sup>266</sup> Conforme Ferreira Neto, as principais bandeiras de luta encaminhadas por essa primeira diretoria foram a ampliação do número de STR's e a atuação dentro dos limites institucionais e jurídicos impostos pelo governo.<sup>267</sup> Essa forma de trabalho foi a mais recorrente em todo o país no período. A rearticulação dos STR's e o encaminhamento de ações na Justiça para que o Estatuto da Terra e o Estatuto do Trabalhador Rural fossem cumpridos eram ações possíveis de serem realizadas em contexto marcado pela intensa repressão. Se determinado sindicato ou federação de trabalhadores rurais agisse de forma muito combativa, era grande a possibilidade de sofrer intervenção ou ter a diretoria cassada. Assim, em concordância ao afirmado por Novaes sobre o sindicalismo rural paraibano,

“Era preciso ter “muito cuidado” e “muita cautela” para ali permanecer. Nesta situação se impôs a construção de um perfil de dirigente sindical rural, cuja espinha dorsal residia na prudência, que se tornou um parâmetro vital para a ação sindical, baseada na seguinte máxima: “é preferível fazer pouco do que não fazer nada”.”<sup>268</sup>

A ação dos poucos STR's existentes em Minas Gerais no final da década de 1960 e da federação recém-criada foi reduzida e restrita, mas não inexistente. Em 1969, a FETAEMG recebeu pedido do camponês Domiciano José da Silva, residente em Cordão de Macaúbas, distrito de Campo Redondo, município de Varzelândia, no Norte de Minas Gerais, que solicitava providências da Federação, pois suas roças haviam sido destruídas e suas cercas queimadas pelo fazendeiro Ataliba. A FETAEMG enviou então ofício para

---

<sup>265</sup> MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989, p. 88.

<sup>266</sup> FERREIRA NETO, José Ambrósio. *Lideranças Sindicais e Ação Coletiva: A FETAEMG e a luta pela terra em Minas Gerais*. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro: UFRJ, CPDA, 1999, p. 218.

<sup>267</sup> Idem, p. 221- 222.

<sup>268</sup> NOVAES, Regina Reyes. *De corpo e alma. Catolicismo, classes sociais e conflitos no campo*. Tese (Doutorado). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1987, p. 188.

a DVS (Delegacia de Vigilância Social), nome que recebeu o DOPS no período de 1963 a 1969, requisitando a atuação do órgão para “as providências **necessárias e justas** para o caso do Sr. Domiciano José da Silva.”<sup>269</sup> A Federação se limitou a encaminhar a questão para a polícia política, possivelmente por considerar que aquele era um caso que ela não poderia solucionar. No entanto, solicitou da polícia que agisse de forma “necessária e justa” em defesa do camponês. É provável que encaminhar a questão para a polícia fosse a ação de *mediação* possível de ser realizada naquele contexto em busca de resolução para o conflito. Outra hipótese é que a FETAEMG, nesse momento, por suas ligações estreitas com a polícia política mineira optasse por encaminhar os casos de conflito para esse órgão, que então tomaria as medidas cabíveis.<sup>270</sup>

Em dezembro de 1969, a FETAEMG editou o seu primeiro *Boletim Informativo* e na publicação informava que:

“As mutações políticas de nosso país não impedirão que a Federação dos Trabalhadores na Agricultura **desenvolva seu trabalho no sentido da firme implantação da reforma agrária**. Lutaremos pela Justiça Social com reflexo naturalmente no meio rural, para liberdade de funções, para dizimar o desemprego e para criação de novas áreas de atividades. O homem do campo não será mais marginalizado, mas integrará a vida política e social da nação. **O que importa em alcançar a meta traçada pelo governo revolucionário em prol do campo.**”<sup>271</sup>

Interessante observar que apesar da atuação da FETAEMG, nesse momento, estar mais relacionada à aplicação do Estatuto da Terra e do Estatuto do Trabalhador Rural, a federação se propunha, ao menos no discurso, a desenvolver um trabalho voltado para a realização da reforma agrária. Chama a atenção ainda, que, para a FETAEMG, a implementação da reforma agrária não era vista como uma ação que pretendia romper com a ordem estabelecida pelo regime militar. Pelo contrário, a FETAEMG se propunha a realizar suas atividades visando “alcançar a meta traçada pelo governo revolucionário”, já que para a federação era isso “o que importa”. Ou seja, a FETAEMG pretendia deixar claro em seu boletim a sua adesão ao governo ditatorial.

De acordo com João Dalício de Resende, secretário da FETAEMG de 1968 a 1972, nesse período

<sup>269</sup> APM. DOPS. Pasta 1031. Grifos meus.

<sup>270</sup> Muitos dirigentes sindicais ligados à FETAEMG, em entrevistas para a COVEMG em 2017, trataram dessa proximidade entre o DOPS/MG e a FETAEMG, havendo inclusive um funcionário do DOPS/MG ou da COSEG que trabalhava na FETAEMG, chamado Estevão Salvador Mansur Brina.

<sup>271</sup> APM. DOPS. Pasta 5304.

“a FETAEMG tinha uma equipe de cinco advogados na época, que a gente chamava de um quadro jurídico. E esses advogados começaram a dar assistências aos sindicatos, através dos sindicatos aos empregados rurais, começou a ser exigida, conforme própria lei da época, Estatuto do Trabalhador Rural, a assinatura de carteira, o pagamento de férias, de 13° (...). E a assistência chamada ambulatorial, porque nesse período (...) foi criado o Funrural, e através do Funrural eles fizeram os convênios hospitalares, e fizeram também convênios ambulatoriais com os sindicatos, onde eles forneciam um equipamento para assistência médica e, (...) em bastante casos, convênios para a assistência dentária.”<sup>272</sup>

Em 1971, homens e mulheres do campo obtiveram uma conquista importante, a instituição da Previdência Social Rural, prevista pelo Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PRORURAL), criado pela Lei Complementar nº 11 de 25 de maio desse mesmo ano. O PRORURAL deveria ser administrado pelo Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL) e instituíam benefícios como aposentadoria por velhice ou invalidez, pensão, auxílio-funeral, serviços de saúde e assistência social. De acordo com José Murilo de Carvalho, os recursos do FUNRURAL vinham de um imposto sobre produtos rurais, pago pelos consumidores, e de um imposto sobre as folhas de pagamento de empresas urbanas, cujos custos eram também, repassados pelos empresários para os consumidores.<sup>273</sup> Segundo Medeiros,

“Apesar de os benefícios terem valores inferiores aos pagos aos trabalhadores urbanos (50% do salário-mínimo, podendo ser concedido a apenas uma pessoa da família), o Programa representava uma mudança nas condições dos trabalhadores rurais, até então destituídos de qualquer proteção social.”<sup>274</sup>

Conforme a mesma lei que criou o PRORURAL, os sindicatos de trabalhadores rurais seriam as instituições responsáveis pela prestação dos benefícios e receberiam os recursos para arcar com serviços médicos e dentários, sendo o local de encaminhamento dos pedidos de aposentadoria.<sup>275</sup>

<sup>272</sup> Depoimento prestado por João Dalício de Resende para a COVEMG em 18/07/2017, na cidade de Belo Horizonte.

<sup>273</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: 16ª edição, Civilização Brasileira, 2013, p. 171.

<sup>274</sup> MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Ditadura, conflito e repressão no campo*. A resistência camponesa no estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Consequência, 2018, p.75-76.

<sup>275</sup> Lei Complementar nº 11 de 25/05/1971. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp11.htm#:~:text=Institui%20o%20Programa%20de%20Assist%C3%Aancia,sancionou%20a%20seguinte%20Lei%20Complementar%3A&text=1%C2%BA%20%C3%89%20institui%C3%ADdo%20o%20Programa,termos%20da%20presente%20Lei%20Complementar](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp11.htm#:~:text=Institui%20o%20Programa%20de%20Assist%C3%Aancia,sancionou%20a%20seguinte%20Lei%20Complementar%3A&text=1%C2%BA%20%C3%89%20institui%C3%ADdo%20o%20Programa,termos%20da%20presente%20Lei%20Complementar) Acesso em 16/10/2020.

O governo militar ao transferir recursos e responsabilidades para os sindicatos rurais pretendia esvaziá-los da tarefa de organização política exercida anteriormente por essas instituições. Se por um lado, a prestação de serviços assistenciais pelos sindicatos promoveu melhorias na qualidade de vida dos homens do campo, por outro, retirou parte do seu poder de mobilização na luta pela reforma agrária. De acordo com José Murilo de Carvalho, a transferência das tarefas de assistência aos sindicatos de trabalhadores rurais, gerou dividendos políticos para os governos militares, que pôde contar com o apoio do eleitorado rural em todas as eleições.<sup>276</sup> Para o caso de Minas Gerais, contudo, essa afirmação não parece ser válida, já que nas eleições para o governo do estado, ocorridas em 1982, os camponeses apoiaram em massa o candidato da oposição Tancredo Neves (PMDB), que venceu a disputa contra Eliseu Resende (PDS), o candidato do regime militar.<sup>277</sup>

Mesmo com limitações para a atuação política, os sindicatos exerceram papel importante na defesa dos camponeses e, muitas vezes, além de espaços de prestação de serviços foram também locais para denúncias, resistências e fortalecimento das lutas.<sup>278</sup> O sindicalismo rural ocupou um dos poucos espaços legais que lhe restava: a promoção de ações na justiça e pedidos junto ao poder Executivo para que desapropriasse áreas em litígio.<sup>279</sup> Foi utilizando dos preceitos contidos no Estatuto da Terra que o sindicalismo rural baseou suas ações durante toda a ditadura. A pesquisadora Regina Bruno aponta para a importância do Estatuto da Terra para o sindicalismo rural nesse período:

“Sabemos que o fato de existir uma legislação agrária marcou todo o *ethos* do sindicalismo rural. (...) é o Estatuto, que vai fazer a relação entre o Estado e o sindicalismo na luta por terra. É ele que abre o diálogo - tenso, difícil e com lutas - entre os trabalhadores rurais e o Estado.”<sup>280</sup>

De acordo com Fernando Henrique Barcellos,

<sup>276</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: 16ª edição, Civilização Brasileira, 2013, p. 172.

<sup>277</sup> Foi possível notar esse forte apoio à Tancredo Neves a partir da leitura à documentação pesquisada. No Capítulo 3 é descrita a relação que o candidato estabeleceu com os camponeses de Cachoeirinha, prometendo, durante a campanha, resolver o conflito existente na região com a destinação das terras aos camponeses.

<sup>278</sup> ZANGELMI, Arnaldo José. et al. Da sindicalização às Ocupações: luta pela terra em Minas Gerais (1940-1980). *Revista de Ciências HUMANAS*, v. 47, n. 2, out.2013, p. 316.

<sup>279</sup> BARCELLOS, Fernando Henrique. *Ação sindical e luta por terra no Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro, UFRRJ, CPDA, 2008, p. 64-65.

<sup>280</sup> BRUNO, Regina. O Estatuto da Terra: entre a conciliação e o confronto. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 5, novembro 1995: p. 28-29.



“Com o FUNRURAL cresceram por parte do governo federal as tentativas de influenciar na escolha de direções dos sindicatos e controlá-los através da transferência de serviços assistenciais. Se antes o sindicato em muitos municípios tinha pouco prestígio, ele passou a ser objeto de cobiça por diferentes setores que queriam controlar os serviços de assistência.”<sup>281</sup>

Além de prestar serviços de assistência médica e odontológica, com a publicação do Decreto nº 57.870, em 25 de fevereiro de 1966, os sindicatos também passaram a ser responsáveis pela distribuição de bolsas de estudos concedidas pelo Programa Especial de Bolsas de Estudo (PEBE). Esse programa visava oferecer aos trabalhadores sindicalizados e seus dependentes suporte, àqueles carentes, para a realização do ensino médio através de bolsas de estudos e, também, de recursos para suprir os gastos com alimentação, transporte, material escolar, vestuário, assistência médica e odontológica.<sup>282</sup>

Ademais, os STR's atuaram ainda no trabalho de alfabetização no campo. De acordo com a FETAEMG, a sua meta para o ano de 1971 era desenvolver no meio rural “o binômio educação-saúde.”<sup>283</sup> No que se referia à educação a federação afirmou que: “a alfabetização é a meta principal que atacamos. Através de nossos próprios recursos e do MOBREAL, iremos ao campo para a alfabetização dos velhos e pequenos, sem distinção.”<sup>284</sup> O MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização) foi criado pela Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967, ligado ao Ministério da Educação. Tinha como meta alfabetizar 11,4 milhões de adultos até 1971, objetivando a eliminação total do analfabetismo no país até 1975.<sup>285</sup> O MOBREAL contou com o apoio da FETAEMG e de vários STR's que auxiliaram no programa de alfabetização em massa da população. Muitas escolas, templos religiosos, sindicatos e outras instituições abriam suas portas, à noite, para que o curso pudesse ser ministrado. Com isso, diversos STR's se tornaram locais de referência para camponeses que começaram a ser alfabetizados.

<sup>281</sup> BARCELLOS, Fernando Henrique. *Ação sindical e luta por terra no Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro: UFRRJ, CPDA, 2008, p. 69.

<sup>282</sup> Decreto nº 57.870 de 25/02/1970. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-57870-25-fevereiro-1966-398491-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Institui%20o%20Programa%20Especial%20de,trabalhadores%20sindicalizados%20e%20seus%20dependentes.&text=1%C2%BA%20Fica%20institu%C3%ADdo%20o%20Programa,a%20estudantes%20carentes%20de%20recursos>. Acesso em 22/03/2021.

<sup>283</sup> Botem informativo da FETAEMG, nº 8, outubro-novembro 1970. Pasta 5304. Acervo APM. DOPS.

<sup>284</sup> Idem.

<sup>285</sup> Verbete CPDOC Movimento Brasileiro de Alfabetização. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/movimento-brasileiro-de-alfabetizacao-mobreal#:~:text=Pela%20Lei%20n%C2%BA%205.379%2C%20de,analfabetismo%20no%20pa%C3%AAs%20at%C3%A9%201975>. Acesso em 23/03/2021.

Todas essas políticas criadas pelo regime militar atribuíram novas funções aos STR's, que deveriam se tornar entidades prestadoras de serviços assistenciais, com o intuito de promover o esvaziamento da organização política dos camponeses. Contudo, essas mesmas medidas acabaram por propiciar a aproximação entre camponeses e sindicatos. Segundo Grynszpan, os sindicatos se tornaram um local de encontro, o que pesou “favoravelmente ao trabalho sindical, criando espaços para o esclarecimento e estimulando a sindicalização.”<sup>286</sup>

Apesar da estrutura sindical ter encontrado grandes dificuldades para se manter após a instalação do regime militar, ao longo do tempo ela foi se fortalecendo e, em algumas regiões, os STR's se tornaram espaços importantes para as resistências camponesas. No entanto, é importante ressaltar que não havia no período um padrão de ação sindical, na prática as ações variaram e uma análise que faça “grandes generalizações estará longe de contemplar a complexidade do que foi o sindicalismo rural brasileiro no regime militar.”<sup>287</sup>

Na década de 1970, o movimento sindical rural cresceu. Só no período de 1971 a 1980 foram fundados, em todo o país, 1.206 STR's.<sup>288</sup> Esse aumento também ocorreu em Minas Gerais. De acordo com a FETAEMG, no período de 1971 a 1975, foram criados 174 STR's no estado.<sup>289</sup> Com essa ampliação, a atuação da FETAEMG também se expandiu. Em maio de 1970, a Federação enviou correspondência para a polícia federal solicitando proteção para seu advogado, Murilo C. Barbosa da Silva, que defenderia trabalhadores rurais em audiência na cidade de Nanuque, situada no Vale do Mucuri. Ao final da correspondência a Federação afirmou:

“Cumpre-nos informar a V. Excia, que os casos em registro foram já pesquisados pela Polícia Federal e a **Federação agiu em colaboração e em coordenação com a ID-4**, razão pelas quais solicitamos garantias.”<sup>290</sup>

Segundo a Federação, sua atuação estava pautada em parceria com a própria polícia, ID- 4, por isso, demandava garantias. Ao que tudo indica, a FETAEMG, ao enviar

---

<sup>286</sup> GRYSZPAN, Mario. Da barbárie à terra prometida: o campo e as lutas sociais na história da República. In: GOMES, Ângela de Castro; PANDOLFI, Dulce Chaves; ALBERTI, Vera (orgs.). *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, CPDOC, 2002, p. 142.

<sup>287</sup> MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Trabalhadores no campo, luta pela terra e o regime civil-militar. In: PINHEIRO, Milton (org.). *Ditadura: o que resta da transição*. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 209.

<sup>288</sup> IBGE. *Sindicatos: indicadores sociais*. Rio de Janeiro: FIBGE, 1989, v. 2.

<sup>289</sup> Revista *FETAEMG 30 anos de luta, 1968-1998*, p. 7. Acervo CEDEFES.

<sup>290</sup> APM. DOPS. Pasta 1031. Grifos meus.

correspondência para a polícia, desejava obter proteção policial para o trabalho em região marcada pela violência no campo, além de deixar claro para o regime que a sua atuação era legal, não pretendendo, portanto, romper com as regras estabelecidas.

Em janeiro de 1974, a Federação enviou correspondência, desta vez ao DOPS-MG, para comunicar:

“que nos dias 3 a 17 de janeiro de 1974, esta Federação, fará realizar nos municípios de Rubim e Rio do Prado, no Vale do Jequitinhonha, sua primeira “Operação Presença”, que tem por finalidade a assistência médica e odontológica, levantamentos sócio-econômicos, tudo dentro da filosofia do governo federal.”<sup>291</sup>

Mais uma vez a FETAEMG informou à polícia sobre a legalidade da sua atuação, e, desta feita, convidou o delegado do DOPS-MG, David Hazan, para comparecer à solenidade de instalação dos trabalhos, que seria realizada na cidade de Rubim (MG).<sup>292</sup> Conforme já afirmado, a FETAEMG, nesse período, realizou o trabalho possível, dando ênfase ao desenvolvimento da assistência médica e odontológica para homens e mulheres do campo por meio dos STR's, além de encaminhar à Justiça processos para que as leis fossem cumpridas no meio rural. De acordo com Ferreira Neto,

“Mantendo a estrutura de ação legalista orientada pela CONTAG e privilegiando as questões assistencialistas, a FETAEMG restringia suas ações à denúncia das arbitrariedades cometidas contra trabalhadores e ao encaminhamento jurídico de questões trabalhistas e de determinadas questões fundiárias que podiam ser tratadas legalmente a partir do Estatuto da Terra.”<sup>293</sup>

Apesar de, nesse momento, a ação de *mediação* da Federação ser restrita, é preciso atribuir importância para esse trabalho, afinal, no campo, a lei era constantemente descumprida e a sua aplicação não era fácil, exigindo, muitas vezes, longas disputas na Justiça. O encaminhamento jurídico dos conflitos era de suma importância, pois inseria o caso no ordenamento legal do país e tornava possível a realização da desapropriação por interesse social, nos termos propostos pelo Estatuto da Terra.

---

<sup>291</sup> APM. DOPS. Pasta 1031.

<sup>292</sup> Idem.

<sup>293</sup> FERREIRA NETO, José Ambrósio. *Lideranças Sindicais e Ação Coletiva: A FETAEMG e a luta pela terra em Minas Gerais*. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro: UFRJ, CPDA, 1999, p. 237.

O trabalho da FETAEMG, de acordo com André Montalvão, liderança sindical rural da cidade mineira de Muzambinho, se manteve limitado até o ano 1975, quando a chapa de oposição venceu as eleições para a diretoria do órgão.<sup>294</sup>

“A FETAEMG até 1975 não tinha nenhuma proposta de defesa dos trabalhadores, a Federação era uma entidade assumida politicamente, controlada pelos políticos da época, do Estado. [...]. Não havia uma programação a não ser assistência médica através do Funrural.”<sup>295</sup>

A chapa eleita, contudo, só conseguiu tomar posse em junho de 1975, pois uma liminar foi impetrada pela chapa perdedora e, durante dois meses, uma Junta Governativa assumiu o comando da Federação.<sup>296</sup> Ao que tudo indica, com a posse da chapa de oposição, a atuação da FETAEMG começou a se alterar. Segundo informe reservado produzido pela COSEG,

“Até por volta de 1974, a FETAEMG não se envolvia em qualquer tipo de propaganda ou de divulgação de doutrinas incompatíveis com instituições legais, porém, nos últimos anos, a FETAEMG tem acolhido inúmeros movimentos comprometidos com correntes ideológicas de contestação, agrupando à sua volta entidades estranhas à categoria trabalhador rural, aliciando e admitindo como funcionários agitadores e líderes grevistas profissionais oriundos de outras classes trabalhadoras.”<sup>297</sup>

Os anos de 1978 e 1979 parecem ter sido significativos nesse processo de mudanças na FETAEMG. Em 1978, a Federação criou os chamados polos sindicais, que passaram a prestar assistência jurídica e, posteriormente, educacional aos STR's existentes no estado. Esse sistema de polos, de acordo com a polícia, “consiste em colocar em cidades onde existem grandes concentrações de trabalhadores rurais, elementos encarregados da conscientização e organização do sindicato de trabalhadores rurais.”<sup>298</sup> Foram criados polos sindicais nas cidades de Governador Valadares, no Vale do Rio Doce, Montes Claros, no Norte de Minas e João Pinheiro, no Noroeste do estado.<sup>299</sup> Essas

<sup>294</sup> A chapa eleita era composta por: João Batista de Souza (presidente), Ceciliano Gonçalves de Matos (vice-presidente), Adrião Moreira Lopes (1º secretário), Ronan Rodrigues de Castro (2º secretário), André Montalvão da Silva (1º tesoureiro) e Joaquim Moreira de Oliveira (2º tesoureiro).

<sup>295</sup> Depoimento prestado por André Montalvão da Silva para COVEMG em 17/07/2017, por telefone.

<sup>296</sup> Revista *FETAEMG 30 anos de luta*, 1968-1998, p. 7. Acervo CEDEFES.

<sup>297</sup> APM. COSEG. Rolo 21. Pasta CB01. Informe de setembro de 1983.

<sup>298</sup> APM. COSEG. Rolo 21. Pasta CB01.

<sup>299</sup> FERREIRA NETO, José Ambrósio; DOULA, Sheila Maria. Assentamentos Rurais: Organização, Mobilização e Imaginário Social. Visconde do Rio Branco: Suprema, 2003. Apud: ZANGELMI, Arnaldo José. *Traduções e bricolagens: mediações em ocupações de terra no Nordeste Mineiro nas décadas de 1980 e 1990*. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro: UFRRJ, 2014, p. 78.

três regiões eram marcadas por violentos conflitos entre latifundiários e camponeses e, possivelmente, por esse motivo, foram escolhidas as suas maiores cidades para sediarem os polos da FETAEMG.

O 3º Congresso da CONTAG, realizado entre os dias 21 e 25 de maio de 1979, na cidade de Brasília (DF), também influenciou nas mudanças ocorridas na Federação mineira. A demanda resultante deste Congresso foi a realização de uma reforma agrária ampla, massiva, imediata e com a participação dos trabalhadores.<sup>300</sup> Além disso, passou a ser proposta a pressão coletiva, com estímulo à mobilização, à ênfase nas ações de resistência e à valorização das iniciativas dos trabalhadores. Tratava-se não mais de pedir, mas de exigir.<sup>301</sup> Esse congresso tornou-se também um marco na trajetória política da própria CONTAG, que a partir de então passou a orientar-se para o desenvolvimento de ações coletivas de massa.<sup>302</sup> De acordo com Teixeira, essa mudança na forma de orientação da CONTAG “não deve ser vista como uma decisão de diretores da Confederação, mas como resposta do conjunto do movimento sindical aos processos em curso no país.”<sup>303</sup>

Segundo a própria FETAEMG, a instituição “transformou as resoluções deste Congresso em programa de trabalho e se lançou na superação de um sindicalismo assistencialista rumo à democratização da estrutura do movimento sindical.”<sup>304</sup> Esse congresso foi um marco para o movimento sindical rural também porque

“(…) só havia a figura do assessor jurídico, foi criada a figura do assessor educacional. Essa entrada do assessor educacional deu uma qualificação diferente para o movimento sindical dos trabalhadores rurais. (...) se constituiu um modelo no qual as assessorias vinham da área de ciências sociais, antropologia.”<sup>305</sup>

A partir desse congresso, houve uma mudança “na concepção de educação sindical, que passou a ser vista como processo constante e crescente que conduz o trabalhador à transformação de sua realidade atual.”<sup>306</sup> Para auxiliar nesse processo

<sup>300</sup> Revista *CONTAG 30 anos de luta*, novembro de 1993, p. 21. Acervo CEDEFES.

<sup>301</sup> MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989, p. 118.

<sup>302</sup> TEIXEIRA, Marco Antonio dos Santos. *Movimentos sociais, ações coletivas e reprodução social: a experiência da Contag (1963-2015)*. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro: UERJ, 2018, p. 112.

<sup>303</sup> Idem, p. 113.

<sup>304</sup> Revista *FETAEMG 30 anos de luta*, 1968-1998, p. 8. Acervo CEDEFES.

<sup>305</sup> Depoimento prestado por Ana Maria Motta Ribeiro para COVEMG em 31/03/2017, na cidade de Niterói (RJ).

<sup>306</sup> MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989, p. 118.

contínuo de educação foi criado o cargo de assessor educacional e pessoas qualificadas, geralmente estudiosos que pesquisavam temas ligados à questão agrária, passaram a dar suporte ao movimento. A CONTAG e as federações estaduais começaram então a contratar um número considerável de pessoas, principalmente acadêmicos, para trabalhar no meio rural como assessores educacionais ao lado dos assessores jurídicos. Segundo Zangelmi, na FETAEMG

“A contratação dessas pessoas estava ligada tanto a busca por uma maior inserção da Federação no espaço político, quanto sua maior ramificação por toda a estrutura sindical. Eles [os assessores educacionais] tinham uma tarefa “para cima”, analisando a conjuntura econômica e política, sistematizando as demandas e produzindo documentos para interlocução com o Estado; e outra “para baixo”, visando formação política através de projetos educacionais dirigidos aos sindicatos.”<sup>307</sup>

De acordo com Ferreira Neto, a FETAEMG contratou “cerca de 30 assessores e orientadores sindicais, na maioria sociólogos, advogados e jornalistas, que acompanhavam, em média, 15 a 20 sindicatos.”<sup>308</sup> Para o autor, essas contratações foram o passo mais importante na tentativa de construção de um novo modelo de atuação para o movimento sindical rural em Minas Gerais. No início da década de 1980, os pesquisadores Edgar Gadelha, Alex Sgreccia e Ana Motta foram contratados pela FETAEMG como assessores educacionais. Ana Motta se recorda que dava cursos para membros dos STR's com o objetivo de formar massa crítica, que sua função enquanto assessora educacional era de formação e mobilização.

“A gente dava estrutura para esses dirigentes [sindicais], dinheiro, passagem, estadia e duas vezes por ano eles vinham para a sede de Belo Horizonte, apresentavam para a gente os problemas, a gente fazia os encaminhamentos, definia uma pauta de luta comum para o estado inteiro e as específicas, onde todo mundo apoiava. Tratava das questões em particular e eles voltavam para aplicar. Ao longo do ano, qualquer necessidade emergencial ou um deles vinha ou fazia contato comigo, eu e Alex mediávamos a relação deles com a FETAEMG, mas nós éramos os intermediários que articulávamos o território inteiro e sempre ao longo do ano, quando eu ia para um lado, dificilmente o Alex ia junto, a gente se dividia.”<sup>309</sup>

<sup>307</sup> ZANGELMI, Arnaldo José. *Traduções e bricolagens: mediações em ocupações de terra no Nordeste Mineiro nas décadas de 1980 e 1990*. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro: UFRJ, 2014, p. 79.

<sup>308</sup> FERREIRA NETO, José Ambrósio. *Lideranças Sindicais e Ação Coletiva: A FETAEMG e a luta pela terra em Minas Gerais*. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro: UFRJ, CPDA, 1999, p. 267.

<sup>309</sup> Depoimento prestado por Ana Maria Motta Ribeiro para COVEMG em 31/03/2017, na cidade de Niterói (RJ).

Os cursos e as cartilhas instrumentalizavam os sindicalistas para mobilizarem os camponeses de suas respectivas regiões. O trabalho realizado pela FETAEMG no início da década de 1980 passou a ser descentralizado e os assessores educacionais atuavam localmente, de acordo com as demandas de determinada área. Além dos assessores educacionais e jurídicos, a FETAEMG também contava com orientadores sindicais, que passaram a trabalhar nos polos recém-criados. Um deles foi Luiz Antônio Chaves, ex-seminarista gaúcho ligado à CPT, que em 1979 começou a trabalhar no polo de Montes Claros e passou a atuar em todo Norte de Minas Gerais. Ele se lembra quando iniciou contato com posseiros de Varzelândia, onde estava situado o povoado de Cachoeirinha, região de violento conflito agrário.

“Quando eu comecei as primeiras reuniões (...) foi uma meia dúzia de posseiros que comecei conversando, comecei reunindo, aí foi tomando força. **Foi a primeira vez que o sindicato chegou até eles. Foi a primeira vez que a FETAEMG chegou até eles.**”<sup>310</sup>

O conflito em Cachoeirinha era antigo, datava de 1964, e foi apenas no início dos anos 1980 que a FETAEMG iniciou trabalho de *mediação* na área. Precisaram ocorrer mudanças significativas no movimento sindical rural para que a federação mineira passasse a trabalhar efetivamente em defesa dos camponeses. O contexto nacional também influenciou nessas alterações. O país começava a viver o período de abertura política, com a Lei de Anistia, o fim do bipartidarismo, a volta da liberdade de imprensa e o surgimento de novas greves na cidade e no campo. O retorno à democracia passou a ser vislumbrado como condição indispensável para a realização da reforma agrária no país e outros movimentos surgiram em defesa dessa bandeira. A FETAEMG, em consonância com as mudanças vivenciadas pelo movimento sindical rural e, também, pelo país, passou a defender os camponeses de forma mais incisiva, sem abandonar, contudo, seu caráter legalista, institucional e conciliador. No conflito de Cachoeirinha, por exemplo, a federação passou a mediar as relações dos camponeses junto ao poder público, levando suas reivindicações, realizando audiências e pressionando através da imprensa, tendo impacto decisivo em suas lutas.<sup>311</sup> De acordo com Zangelmi, em Cachoeirinha,

<sup>310</sup> Depoimento prestado por Luiz Antônio Chaves para COVEMG em 26/05/2017, na cidade de Belo Horizonte (MG). Grifos meus.

<sup>311</sup> ZANGELMI, Arnaldo José. *Traduções e bricolagens: mediações em ocupações de terra no Nordeste Mineiro nas décadas de 1980 e 1990*. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro: UFRRJ, 2014, p. 84.

“A atuação da FETAEMG contribuiu para a constituição de novas significações nesse contexto local, possibilitando que os trabalhadores rurais articulassem suas demandas específicas pela permanência em suas terras com bandeiras mais amplas, ascendentes nesse período, como a reforma agrária, o combate a desigualdade social, democratização política etc.”<sup>312</sup>

A FETAEMG iniciou, desta forma, um trabalho de *mediação* ativo e eficaz em todo o estado e que não foi fácil. A violência marcava as relações no campo e os assessores da FETAEMG eram alvo de constantes ameaças. No Norte do estado Luiz Chaves se recorda que

“Antônio Luciano era o terror da região, um dos motivos das nossas ameaças de morte, eu e Afrânio [assessor jurídico], sofremos diversas ameaças. Naquele momento ali, eram no mínimo três conflitos pesados, que era Cachoeirinha, que a ameaça vinha direto do coronel Georgino, era a fazenda Menino, com ameaça direta da turma do [Antônio] Luciano Pereira, e era fazenda Flores em Varzelândia, também vindo de um coronel da aeronáutica aposentado chamado Barros Lima. (...) as ameaças a gente nunca sabia de onde vinham, mas vinham desses três grandes conflitos, e obviamente todos eles envolvendo a polícia, de uma forma ou de outra, né? Forças públicas.”<sup>313</sup>

No Norte de Minas, três grandes conflitos por terra, Cachoeirinha, Fazenda Menino e Fazenda Flores, eram, segundo Luiz Chaves, os principais focos geradores das ameaças sofridas pelos assessores da FETAEMG. O assessor sindical não trabalhava sozinho, junto dele havia sempre um advogado, assessor jurídico. O trabalho dos advogados nesse momento foi essencial para o movimento sindical rural. Conforme Barcellos,

“Os advogados não se restringiam ao exercício da advocacia, mas participavam da construção de boletins, notas, relatórios e diversas outras atividades, o que, no dia a dia [sic], significava andar junto com o dirigente sindical, percorrendo áreas em conflito, visitando outros sindicatos, delegacias de polícia para buscar soltar lavradores presos etc.”<sup>314</sup>

O advogado Afrânio de Oliveira e Silva, que trabalhou junto com Luiz Chaves, iniciou sua atuação na região Norte de Minas no início de 1978, e se lembra que:

---

<sup>312</sup> Ibidem, p. 85.

<sup>313</sup> Depoimento prestado por Luiz Antônio Chaves para COVEMG em 26/05/2017, na cidade de Belo Horizonte (MG).

<sup>314</sup> BARCELLOS, Fernando Henrique. *Ação sindical e luta por terra no Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro: UFRRJ, CPDA, 2008, p. 81.



“Cheguei no começo de 78 e (...) fui para Januária, porque lá estava um período mais conturbado, mais complicado. Fiquei lá uns dois dias só, porque, na verdade, eu ficaria localizado no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Francisco em razão do presidente do sindicato, que era o Marcelinho ter ido lá em Belo Horizonte e reivindicado para que a Fetaemg contratasse um advogado, porque lá em São Francisco ele não estava conseguindo fazer com que as ameaças, as violências se resolvessem.”<sup>315</sup>

Afrânio de Oliveira e Silva começou a trabalhar pela FETAEMG no STR de São Francisco, no Norte do estado. Posteriormente, quando o polo de Montes Claros foi criado, ele passou a advogar em favor dos camponeses de toda a região Norte. O SNI monitorava as atividades do advogado e, em informe de outubro de 1980, afirmou:

“Após iniciar seus trabalhos [no STR de São Francisco], conseguiu junto à direção do “Jornal de São Francisco”, pertencente à Fundação Municipal de Assistência Social – FAMAS, um espaço a fim de divulgar o seu trabalho e as atividades do Sindicato. Logo após sua chegada o número de sindicalizados elevou-se de 600 para 2.200 associados. Com o fortalecimento do Sindicato e a atuação do advogado exigindo o cumprimento das leis trabalhistas, os fazendeiros da região ficaram alvoroçados, dando origem a um clima de grande tensão.”<sup>316</sup>

Afrânio relatou inúmeras intimidações e dificuldades enfrentadas no trabalho, assim como Luiz Chaves. O último se recorda da vigilância constante a que eram submetidos.

“Lembro muito bem que a gente fazia uma reunião para fundar o sindicato, a gente era cercado de olheiros, de longe, inclusive armados, né? A gente costumava muito fazer reuniões embaixo de árvores, né, no interior, reunia uma região de posseiros você não tinha uma casa para reunir, não tinha espaço. Fazia reunião embaixo do pé de manga, embaixo do pé de jatobá etc. e tal. Aí constantemente pessoas de longe, armados, armados com rifles, observando de longe, sempre observando, tudo jagunço, né? Então era uma luta, assim, difícil.”<sup>317</sup>

Ambos sofreram ameaças de morte de latifundiários e grileiros da região e para denunciá-las a CONTAG, a FETAEMG e o STR de Montes Claros promoveram um ato público na cidade no dia 07 de novembro de 1981.<sup>318</sup> A realização de atos públicos passou

<sup>315</sup> Depoimento prestado por Afrânio de Oliveira e Silva para COVEMG em 07/06/2017, na cidade de Montes Claros (MG).

<sup>316</sup> Informe n° 248/115 produzido pelo SNI em 01 de outubro de 1980. Documento pertencente ao fundo Serviço Nacional de Informações disponível no banco de dados do projeto Memórias Reveladas.

<sup>317</sup> Depoimento prestado por Luiz Antônio Chaves para COVEMG em março de 2017, na cidade de Belo Horizonte (MG).

<sup>318</sup> Recorte do *Jornal do Norte* de 04/11/1981. Acervo pessoal de Luiz Chaves.

a ser uma *estratégia* utilizada pelo movimento sindical rural, a partir da década de 1980, para tornar pública a violência ocorrida no campo.

Encontros e congressos também começaram a ser realizados com bastante frequência. Em julho de 1983, por exemplo, a FETAEMG promoveu o I Encontro Estadual de Conflitos de Terra, dando visibilidade para a gravidade da situação nas áreas em conflito.<sup>319</sup> No ano seguinte, entre os dias 26 e 28 de novembro, ocorreu, em Belo Horizonte, o 1º Congresso Estadual dos Trabalhadores Rurais, também organizado pela FETAEMG.



Cartaz do 1º Congresso Estadual dos Trabalhadores Rurais  
Acervo CEDEFES.

No temário do Congresso, dentre outras reivindicações, a federação clamava pelo fim da violência no campo:

“no III Congresso [da CONTAG] o tema violência não é colocado em destaque nos grupos de trabalho. De 1979 para cá aumentou assustadoramente o número de casos de violência contra trabalhadores

<sup>319</sup> Revista *FETAEMG 30 anos de luta*, 1968-1998, p. 13. Acervo CEDEFES.

rurais, líderes sindicais e assessores do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais respaldados pela impunidade dos culpados.”<sup>320</sup>

A partir do temário é possível notar que a FETAEMG passou a debater e a denunciar a violência que acometia o meio rural. Muitas foram as manifestações públicas contra a violência no campo realizadas em Minas Gerais na década de 1980. No ano de 1985, por exemplo, a FETAEMG organizou manifestação, em Belo Horizonte, no dia 11 de maio, quando do enterro do camponês Durvalino Soares dos Santos, assassinado em Porteirinha, no Norte de Minas. O evento reuniu 90 lideranças rurais que protestaram contra a violência e exigiram a punição dos culpados. Havia faixas de protestos e uma delas estampava a frase: “Democracia com reforma agrária”<sup>321</sup>. Outro exemplo ocorreu no ano de 1986, quando foi realizado ato público no município de Capelinha, “que contou com a participação de todos os Sindicatos do Alto Jequitinhonha, FETAEMG, parlamentares, Entidades Sindicais Urbanas e Populares.”<sup>322</sup>

Além das manifestações públicas outra *estratégia* utilizada pela FETAEMG e pelos STR's era o envio de correspondências às autoridades, tanto federais quanto estaduais, denunciando as arbitrariedades cometidas no meio rural mineiro e exigindo providências. Em 08 de setembro de 1982, por exemplo, a FETAEMG encaminhou ofício ao Coordenador Regional do INCRA.

“A Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais - FETAEMG, **vem denunciar** as pressões sofridas pelos posseiros da Fazenda Vereda Grande, município de São Francisco, e **exigir** das autoridades competentes uma solução urgente aos problemas atualmente enfrentados pelos trabalhadores.”<sup>323</sup>

Além dela mesma mandar cartar às autoridades competentes, a FETAEMG solicitava que os STR's e outras entidades que atuavam em defesa dos camponeses também enviassem correspondências no mesmo sentido. A federação considerava que quanto maior o número de pedidos, maior seria a chance de serem atendidos. Em 1985, por exemplo, a FETAEMG, juntamente com o STR de Unaí, enviou carta aberta às

---

<sup>320</sup> Material produzido pela FETAEMG para o 1º Congresso Estadual dos Trabalhadores Rurais, 1984. Acervo CEDEFES.

<sup>321</sup> Relatório de atividades da FETAEMG do ano de 1985 e *Informativo Terra*, nº 2, maio de 1985. Acervo CEDEFES.

<sup>322</sup> Relatório de atividades da FETAEMG do ano de 1986. Acervo CEDEFES.

<sup>323</sup> Ofício nº 00643 encaminhado pela FETAEMG ao Coordenador Regional do INCRA em 08/09/1982. Acervo CEDEFES. Grifos meus.

entidades e movimentos populares em que relatava as violências ocorridas na fazenda Riacho dos Cavalos e ao final afirmava:

“Para obtermos vitória nestas lutas, é importante que o Movimento Sindical e Popular continuem atentos e solidários. Neste momento, seria importante escrever para o MIRAD e INCRA/MG exigindo a desapropriação da Fazenda Riacho dos Cavalos, município de Bonfinópolis [de Minas].”<sup>324</sup>

A atuação mais combativa da FETAEMG e dos STR's na década de 1980 obteve conquistas importantes para os camponeses, dentre as quais se destacou a desapropriação de algumas fazendas no estado. Além disso, “a luta pela terra se intensificou projetando Minas entre os Estados de maior número de conflitos pela posse da terra. Lutas como a de Cachoeirinha tiveram repercussão nacional.”<sup>325</sup>

À medida em que a organização sindical rural crescia aumentava também a violência no campo mineiro. A então presidente do STR de Unai, fundado em 1981, Maria Aparecida Rodrigues de Miranda, de origem camponesa, discorreu sobre a questão:

“Enquanto não existia ninguém ou nenhuma organização ao lado dos trabalhadores, é como se houvesse uma total invisibilidade, como se a gente não existisse como cidadão. Na medida em que o Sindicato foi criado e os trabalhadores começaram a acreditar, a procurar o Sindicato e participar das assembleias, das discussões e acreditar que era possível juntar força e conseguir conquistas. A partir desse momento, então, a elite, os fazendeiros, os poderes constituídos dos municípios duvidavam da nossa capacidade, mas quando reconheceram essa capacidade, nós passamos a ser perseguidos.”<sup>326</sup>

Nos anos 1980 houve um aumento no número de STR's existentes no estado. Em dezembro de 1986, Minas Gerais já possuía 372 sindicatos rurais fundados, desses 344 eram reconhecidos e 307 filiados à FETAEMG.<sup>327</sup> Nesse mesmo período, de acordo com a FETAEMG, o estado registrava 192 áreas de conflito pela posse da terra.<sup>328</sup> O número de conflitos crescia proporcionalmente ao aumento da organização camponesa, que passava a reivindicar seus direitos.

---

<sup>324</sup> Carta aberta enviada pela FETAEMG e pelo STR de Unai para entidades e movimentos populares, após o assassinato de Júlio Rodrigues de Miranda, em outubro de 1985. Acervo CEDEFES.

<sup>325</sup> Texto *A história do movimento sindical dos trabalhadores rurais (1955-1987)*, elaborado pela Secretaria Rural da CUT-MG, novembro de 1987. Acervo CEDEFES.

<sup>326</sup> Depoimento prestado por Maria Aparecida Rodrigues de Miranda para COVEMG em 21/07/2017, na cidade de Belo Horizonte (MG).

<sup>327</sup> Relatório de atividades da FETAEMG do ano de 1986. Acervo CEDEFES.

<sup>328</sup> *Idem*.

Embora em 1986 o movimento sindical rural tivesse maior liberdade de atuação, já que os militares haviam deixado o poder e o país passara a ser governado por um civil, os STR's ainda eram alvo de intervenções com a nomeação de Juntas Governativas. Foi o que ocorreu no STR de Águas Vermelhas, situada no Norte de Minas. No entanto, a diretoria eleita indignada com a situação encaminhou correspondência ao Delegado Regional do Trabalho em que dizia:

“tivemos uma grande surpresa quanto à sua atitude ao recebermos o aviso da portaria nº 4. 369 de 2 de outubro de 1986, determinando uma junta administrativa para o nosso Sindicato. Sinceramente, senhor Paulo Lott, sentimos tão desvalorizados como se fôssemos um cachorro porque os trabalhadores rurais e a atual diretoria não foram consultados para tão grande decisão.”<sup>329</sup>

Nesse momento, era possível a uma diretoria de um STR, adotar a *estratégia* de se manifestar, por meio de carta, contra uma intervenção e, ao final do documento, afirmar: “Se o senhor não tomar as devidas providências nós a tomaremos.”<sup>330</sup> O que pode ser visto como uma forma encontrada pelos dirigentes sindicais de pressionar o Delegado do Trabalho a colocar fim à intervenção.

Ao longo da década de 1980, os STR's e a FETAEMG foram mediadores importantes para a resistência camponesa em situações de conflitos de terra. Contudo, a federação não apoiou atitudes consideradas mais radicais como as ocupações de terras. Segundo Zangelmi,

“Essa entidade, ao mesmo tempo em que visou abrir espaços de interlocução com o Estado para solucionar o problema de acesso à terra, buscou também evitar que os trabalhadores mantivessem posturas incisivas de enfrentamento - principalmente quanto às reocupações da terra - o que poderia comprometer as boas relações do movimento sindical com o governo.”<sup>331</sup>

Na tentativa de evitar o *confronto direto* entre camponeses e latifundiários, a FETAEMG também buscou estabelecer acordos, não só com o Estado, mas também com o latifúndio. Esses acordos visavam viabilizar a desapropriação de parte das terras em conflito ou a transferência dos camponeses resistentes para outras áreas, pondo fim aos

---

<sup>329</sup> Correspondência enviada ao Delegado Regional do Trabalho, Paulo Lott, pelo STR de Águas Vermelhas em 06/10/1986. Acervo CEDEFES.

<sup>330</sup> Idem.

<sup>331</sup> ZANGELMI, Arnaldo José. *Traduções e bricolagens: mediações em ocupações de terra no Nordeste Mineiro nas décadas de 1980 e 1990*. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro: UFRRJ, 2014, p. 85.

conflitos de forma amistosa. Nos conflitos na fazenda Aliança, situada em Pedra Azul, e na fazenda Córrego Comprido, localizada em Padre Paraíso, ambas na região do Jequitinhonha e Mucuri, por exemplo, a FETAEMG conseguiu realizar acordos com o latifúndio. Assim, as fazendas foram divididas e parte delas foram destinadas aos camponeses.

Desta forma, é possível afirmar que a FETAEMG, após as mudanças vivenciadas a partir de 1979, alterou sua relação com o governo. Se antes ela adotava uma postura clara de adesão ao regime, ela passou ao jogo de mão dupla da acomodação. Assim, ao mesmo tempo que a Federação buscava concessões do Estado e, por vezes, até do latifúndio em favor dos camponeses, também tentava impedir que os camponeses adotassem posturas mais radicais, que promovessem rupturas com o regime e com a ordem até então vigentes.

Essa posição conciliatória e cautelosa da FETAEMG, muitas vezes foi criticada, por camponeses e por outros mediadores, até mesmo por STR's filiados à federação. No I Encontro dos Trabalhadores Rurais do Campo das Vertentes, realizado em São João Del Rey, em dezembro de 1986, foi analisado que na região,

“Os sindicatos não têm completa estrutura. Têm pouca orientação. Estão funcionando em função do Funrural e desviando o seu objetivo. Os interesses da classe estão ficando de lado (...). **A FETAEMG está muito afastada da realidade.** É preciso fazer uma análise do trabalho realizado por ela.”<sup>332</sup>

Em abril de 1987, delegados sindicais do STR de Unai e do STR de Bonfinópolis de Minas também assinaram abaixo-assinado manifestando críticas em relação à atuação da FETAEMG. Alguns dos motivos elencados no documento foram: “Traição nas lutas dos trabalhadores (desapropriação de terra negociada com os fazendeiros e o governo). Falta de assistência nos conflitos e nos casos de violência contra os trabalhadores rurais.”<sup>333</sup>

Na prática, a *mediação* da FETAEMG não foi a mesma em todas as regiões de Minas Gerais. A intensidade do trabalho variou de acordo com as especificidades das regiões. Localidades com conflitos intensos, por exemplo, demandavam uma atuação maior. Além disso, a ação variou conforme quais eram os assessores de determinada

<sup>332</sup> Transcrição do I Encontro Regional de Trabalhadores Rurais do Campo das Vertentes, 1986. Acervo CEDEFES. Grifos meus.

<sup>333</sup> Abaixo-assinado produzido por trabalhadores rurais e delegados sindicais reunidos no STR de Unai em 12/04/1987. Acervo CEDEFES.

região, uma vez que existiram assessores mais atuantes do que outros. A FETAEMG não era uma instituição homogênea e o trabalho de determinados polos, como o de Montes Claros e de João Pinheiro, conseguiu alcançar importantes conquistas para os camponeses, dentre as quais se destacou a desapropriação de terras em conflito. Já em outras regiões do estado, onde o trabalho sindical exercido pela FETAEMG era mais fraco, como no Campo das Vertentes, a atuação foi reduzida e bastante criticada.

O próprio trabalho dos STR's também variou enormemente. Houve sindicatos muito ativos e combativos, enquanto outros eram mais ligados às práticas assistencialistas. No Norte e Noroeste do estado existiram STR's que exerceram papel importante na luta pela posse da terra como, por exemplo, o STR de São Francisco e o STR de Unaí.

O STR de São Francisco foi bastante atuante na região contra a grilagem de terras e em defesa dos posseiros e sofreu fortes represálias. Em 1978, um grupo de latifundiários solicitou uma reunião com o sindicato “para tratar de assuntos de interesses de patrões e empregados do município.”<sup>334</sup> Contudo, no dia que se realizaria a reunião, o STR foi invadido por aproximadamente 50 homens que ameaçaram quebrar a sede, caso os dirigentes não alterassem sua linha de atuação. Dois dias depois dessa ameaça, o sindicato recebeu um convite da Câmara Municipal para participar de uma reunião que discutiria os conflitos existentes na cidade entre latifundiários e camponeses. Foram para a reunião o presidente do STR, Marcelino Pereira Silva e o advogado Afrânio de Oliveira. Novamente, os membros do sindicato foram coagidos, desta vez pelos vereadores municipais, para que deixassem de trabalhar em defesa dos camponeses.<sup>335</sup> Todavia, os líderes sindicais não cederam às ameaças e os vereadores encaminharam, em novembro de 1978, correspondência à FETAEMG pedindo providências em relação ao presidente e ao advogado do STR de São Francisco por realizarem atividades que não eram de competência do sindicato. De acordo com os vereadores, o intuito da carta era “esclarecer que a atitude do sr. Presidente e de seu advogado, assemelha muito ao sistema socialista ou querem transformar o Sindicato Rural de São Francisco em uma célula comunista.”<sup>336</sup> O anticomunismo foi utilizado pelos vereadores como argumento para tentar frear a ação dos sindicalistas. No entanto, a FETAEMG prontamente respondeu aos vereadores e afirmou que o referido sindicato “tem cumprido com seu dever legal”. Ao final da

---

<sup>334</sup> Revista *Montes Claros em Foco*, ano XII, nº 34, abril de 1979, p. 17. Acervo CPT Norte de Minas.

<sup>335</sup> Idem.

<sup>336</sup> Idem.

correspondência, a federação solicitou aos vereadores que “colaborem no sentido de levarem aos fazendeiros da região conselhos para que cumpram a legislação que protege o trabalhador rural.”<sup>337</sup> A resposta da FETAEMG se pautou nas leis em vigor em defesa da atuação do STR de São Francisco, a acusação de comunismo não foi comentada pela federação.

Em fins da década de 1970, a tensão na região era grande e a revista *Montes Claros em Foco* denunciou a existência, em São Francisco, de uma caderneta preta contendo nomes de pessoas marcadas para morrer. Segundo a revista, na caderneta “uma cabeça de posseiro vale de vinte a trinta mil cruzeiros.”<sup>338</sup> Os conflitos eram vários e o principal grileiro da região, Antônio Luciano, foi inclusive barrado pelo STR de São Francisco e pela FETAEMG quando tentava desviar o curso do rio Urucuia, em seu benefício.

Na fazenda Vereda Grande, terra considerada devoluta, onde viviam cerca de 60 famílias de posseiros, a partir de 1977, teve início um conflito, pois Antonio Luciano começou a ameaçá-las de expulsão. Contudo, essas famílias contaram com a *mediação* do STR.

“O STR-São Francisco começou a assessorá-los, promovendo frequentes reuniões e orientando-os como agir frente aos problemas. À medida que os conflitos com o Sr. Luciano se tornavam mais frequentes e violentos, aumentava a presença do Sindicato na área, culminando com a criação de uma delegacia sindical.”<sup>339</sup>

Em 1982, com o crescimento da tensão na área, a FETAEMG denunciou o fato ao INCRA.<sup>340</sup> No ano seguinte, o STR de São Francisco solicitou a colaboração do deputado estadual João Batista do Mares Guia para que, junto ao governador do estado, Tancredo Neves, tentasse solucionar o conflito. Segundo o mesmo STR,

“a [sic] 6 anos [os posseiros da fazenda Vereda Grande] vem sofrendo as maiores consequência[s] cometida[s] por o indigitado Antonio Luciano com o apoio da justiça local, este cruel já tentou de todos os meios violento[s] para expulsar 98 famílias [muitas] delas com 60 anos que vive[m] naquelas terras.”<sup>341</sup>

---

<sup>337</sup> Ibidem, p. 18-19

<sup>338</sup> Idem, p. 17.

<sup>339</sup> AMÂNCIO, Robson. *Participação de trabalhadores rurais em assentamento de reforma agrária: o caso da fazenda Vereda Grande (MG)*. Dissertação (Mestrado). Lavras (MG): Escola Superior de Agricultura de Lavras, 1991, p. 45.

<sup>340</sup> Ofício nº 00643 encaminhado pela FETAEMG ao Coordenador Regional do INCRA em 08/09/1982. Acervo CEDEFES.

<sup>341</sup> Correspondência enviada pelo presidente do STR de São Francisco, Eloy Ferreira da Silva, para o deputado João Batista dos Mares Guia, em 24/09/1983. Acervo CEDEFES.



Em 1983, o número de famílias que vivia na fazenda havia aumentado e o STR atuava para que a área fosse legalizada em favor dos posseiros, já que muitos deles habitavam na terra havia mais de 60 anos. No final desse mesmo ano, a fazenda foi desapropriada por dispositivo do Estatuto da Terra pelo presidente João Baptista Figueiredo (1979-1985). Essa foi a primeira área destinada à reforma agrária, em Minas Gerais, já em fins da ditadura, no período de abertura política. Uma conquista dos camponeses, que resistiram às ameaças de Antonio Luciano e, também, do movimento sindical rural, principalmente do STR de São Francisco, que trabalhou intensamente para que a terra fosse desapropriada por interesse social para fins de reforma agrária.

Além desse conflito de terra, o STR de São Francisco atuou na *mediação* de vários outros na região. Em 1981, o camponês Eloy Ferreira da Silva foi eleito presidente desse sindicato.

“Com a visão de que o Sindicato não tinha fronteiras, Eloy se destacou no movimento sindical pela sua grande capacidade de mobilizar e organizar camponeses, participando da fundação de diversos sindicatos, inspirando o engajamento nas lutas e atuando em vários conflitos de terra.”<sup>342</sup>

Eloy percorria todo o Norte de Minas juntamente com Luiz Chaves e Afrânio de Oliveira no trabalho de fundação de STR's. Ele se tornou uma liderança sindical muito conhecida e, também, ameaçada. Em 21 de abril de 1984, recebeu do governador Tancredo Neves a Medalha da Inconfidência, tendo sido o primeiro camponês a ser condecorado com tal comenda.<sup>343</sup> Seu filho Paulo Gomes Ferreira se lembra que na região de São Francisco,

“Nessa época tinha muita confusão, muito problema com terra. Os caras queimavam casa do pessoal. Corria com o pessoal das pequenas posses e ele vivia nesse combate, né? Combatendo isso. Foi aí que veio a perseguição com a pessoa dele, começaram ameaçar ele de morte, ameaçar os filhos, a gente, a família.”<sup>344</sup>

Além da violência praticada pelo latifúndio, esse contava com o apoio da polícia local, que, com frequência, ia à casa de Eloy procurar por armamentos. Em uma ocasião,

---

<sup>342</sup> COMISSÃO DA VERDADE EM MINAS GERAIS. *Relatório final*. Volume 2. As graves violações de direitos humanos no campo. Belo Horizonte: Covemg, 2017, p. 95.

<sup>343</sup> Idem, p. 175.

<sup>344</sup> Depoimento prestado por Paulo Gomes Ferreira para COVEMG em 19/07/2017, por telefone.

o líder sindical foi preso por portar uma “espingardinha” de matar gavião. Foi o advogado Afrânio de Oliveira, da FETAEMG, que conseguiu soltá-lo da cadeia de São Francisco. Em correspondência enviada para Afrânio, dias antes de ser assassinado, em dezembro de 1984, Eloy denunciava as ameaças que vinha sofrendo.

“(...) o Paulo Leonardo que a [sic] tempos vinha ameaçando posseiros. Então Dr. peço-lhe tomar uma providência em nossa defesa porque não sei mais o que fazer com este homem, ele está procurando todos os meios de colocar agente [sic] em dificuldade ...”<sup>345</sup>

A morte de Eloy Ferreira da Silva foi um “baque” para o movimento sindical rural do Norte de Minas, que viu a sua principal liderança ser assassinada pelo latifúndio, que considerava que ao “eliminar” Eloy colocaria fim à resistência camponesa na região.<sup>346</sup> Contudo, apesar da perda, os camponeses não desistiram de lutar pelas terras. No ano de 1986, Paulo Gomes Ferreira, filho de Eloy, assumiu o comando do STR de São Francisco, dando continuidade ao trabalho do pai. Com isso, os conflitos e a violência na região permaneceram. A família de Eloy, depois da morte do patriarca, com medo de novas represálias preferiu deixar a terra onde vivia na Fazenda Menino e se mudar para a periferia da cidade de São Francisco (MG).

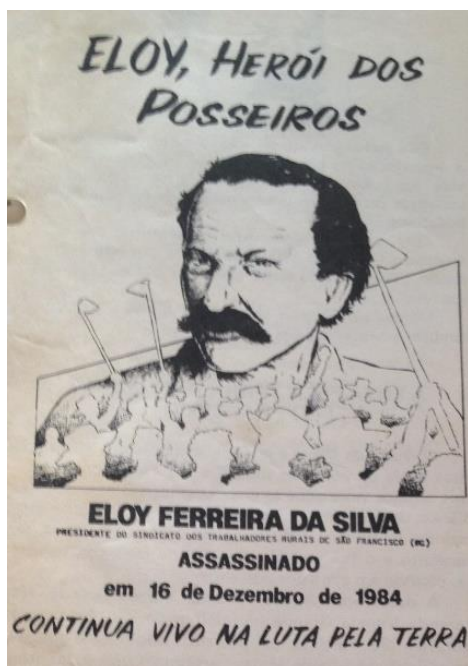
A figura de Eloy se manteve importante para o movimento sindical rural e ele é lembrado como “herói dos posseiros”. “Em Urucuia (MG), uma escola leva o nome do líder como homenagem; assim como o Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva (Cedefes), em Contagem (MG).”<sup>347</sup> A região onde ele residia na Fazenda Menino, denominada Chapada Gaúcha, foi emancipada em 1989 e uma rua, na sede do município, também recebeu seu nome.

---

<sup>345</sup> Correspondência enviada por Eloy Ferreira da Silva para Afrânio de Oliveira e Silva, em 06/12/1984. Acervo CEDEFES.

<sup>346</sup> Depoimento prestado por Paulo Gomes Ferreira para COVEMG em 19/07/2017, por telefone.

<sup>347</sup> CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. *Retrato da Repressão Política no Campo – Brasil 1962-1985 – Camponeses torturados, mortos e desaparecidos*. Brasília: MDA, 2011. 2ª Edição p. 207.




Parte de cartilha produzida pela CPT-MG que conta a história de Eloy Ferreira da Silva, Sem Data.

Acervo CPT Minas Gerais.

12.

## ELOY CONTINUA VIVO

ELOY... HERÓI (Betinha)



Eloy... Herói  
Morto, assassinado  
Por um grileiro  
Miserável.

Eloy... Herói  
Silêncio, dor  
Tombado no  
Chão  
que tanto  
defendeu...

Eloy..,Herói  
"Queremos justiça:  
Grileiro na cadeia".

Eloy  
já não ouve.  
Jaz sob a terra  
de ninguém.


ELOY,  
sem vida.  
ELOY  
com vida  
na nossa  
VIDA!!!

ELOY, herói que com sua valentia sob a LUZ DO EVANGELHO lutava noite e dia, com grande animação E junto com os irmãos de terra, pão e paz Isto seria sua alegria.

Lutava com as forças divinas para que cada irmão tivesse um pedaço de pão tirado do próprio chão.

Mas os grandes poderosos que via sua luta crescer não deixaram que isso pudesse acontecer.

Tiraram a vida desta linda criatura que foi pra sepultura como um anjo de candura pra ter vida segura.



Ele está vivo no meio daqueles que quer a NOVA SOCIEDADE pra viver na amizade e ter tranquilidade.

Deixa esposa e filhos pra luta continuar E com todos os irmãos unidos não devem parar e um dia ver a liberdade CHEGAR.

Neste Norte tão sofrido venos um irmão caído pelas mãos destes grileiros Pedinos pela fé de Deus que proteja os filhos teus destas grandes traiçoeiras.

(Comunidade de Base de Varzelândia)

Textos em homenagem à Eloy Ferreira da Silva publicados no

Boletim *Integração*, ano III, nº 9, jan-fev 1985, p. 12. Acervo CPT Norte de Minas.

Estes textos em homenagem à Eloy foram publicados no Boletim *Integração*, veiculado pela CPT, e apontam para a forte religiosidade do campesinato e, também, para a presença da Igreja Católica junto aos camponeses no Norte de Minas. O primeiro texto do boletim é uma poesia escrita por Betinha, possivelmente uma camponesa, que clama por justiça e trata Eloy como um herói. O segundo texto é assinado pela CEB – Comunidade Eclesial de Base de Varzelândia e, além de descrever Eloy como um herói, o coloca como um homem religioso que lutava sob “a luz do evangelho” e “com forças divinas”. Esse último texto parece aproximar Eloy a um herói messiânico, contemporâneo dessa comunidade, que lutou para que “cada irmão” tivesse um pedaço de terra para retirar seu sustento.

Outro STR importante para a resistência camponesa em situações de conflitos de terras foi o do município de Unaí (MG). Segundo Sauer, na região de Unaí, optou-se pelo cultivo da soja em grandes extensões de terra. “Esse cultivo começou a expulsar centenas e centenas de posseiros que viviam nas propriedades, fenômeno muito comum no município na década de 1980.”<sup>348</sup> Essas expulsões não ocorreram de forma pacífica e diversos foram os conflitos por terra na região.

Depois de um longo processo de organização e luta camponesa, foi criado, em 1981, o STR de Unaí, que, inicialmente, atuou em defesa dos camponeses de toda região Noroeste.

“A cidade de Unaí foi escolhida porque era uma cidade polo, maior, então enquanto não tivesse outros sindicatos na região, ele poderia trabalhar uma base mais extensa. Então o sindicato tinha sede em Unaí, mas abrangia Bonfinópolis [de Minas], Arinos, Buritis, Formoso, hoje a região de Cabeceira Grande, Palmital, Guarapuava. E este sindicato foi criado com objetivo de se transformar num braço de luta, de resistência dos trabalhadores rurais pelos seus direitos, todos direitos e especialmente para conseguir lutar pela reforma agrária.”<sup>349</sup>

Após a assembleia de fundação, ocorrida em 17 maio de 1981, setecentas pessoas filiaram-se ao sindicato. A organização dos posseiros era prioridade do trabalho a ser realizado naquele momento. A fundação do STR marcou o início de um processo mais

---

<sup>348</sup> SAUER, Sérgio. *Reforma agrária e o sindicalismo rural: a luta pela terra no “entorno” de Brasília*. Brasília: Contag, 1999, p. 25.

<sup>349</sup> Depoimento prestado por Maria Aparecida Rodrigues de Miranda para COVEMG em 21/07/2017, na cidade de Belo Horizonte (MG).

acirrado de luta pela terra na região e recebeu o apoio da Igreja Católica, através das Comunidades Eclesiais de Base e da Comissão Pastoral da Terra.<sup>350</sup>



Assembleia de fundação do STR de Unai, 17/05/1981.  
Acervo pessoal de Maria Aparecida Rodrigues de Miranda.

---

<sup>350</sup> SAUER, Sérgio. *Reforma agrária e o sindicalismo rural: a luta pela terra no “entorno” de Brasília*. Brasília: Contag, 1999, p. 27.



Assembleia de fundação do STR de Unaí, 17/05/1981.

Acervo pessoal de Maria Aparecida Rodrigues de Miranda.

Após a criação do sindicato, em junho do mesmo ano, Maria Aparecida Rodrigues de Miranda, conhecida como Cida, filha de posseiros da região, assumiu o cargo de secretária da organização. A jovem, então com 19 anos, deixou a fazenda onde morava com a família, em Bonfinópolis de Minas, e se mudou para Unaí, indo morar na própria sede do STR. Segundo Cida,

“esse lugar de secretária era um lugar muito confortável para os dirigentes (...) não era pra eu exercer liderança (...) A primeira diretoria era provisória, quando foi instalar a diretoria no início de 82, (...) foi fazer a eleição primeira (...) tinha gente defendendo que eu fosse presidente e a Federação desceu lá, o André Montalvão desceu lá e disse: ‘Olha eu vou te aconselhar não queira ser presidente não porque você é mulher, você é muito nova, eles não vão te respeitar, fica como secretária mesmo’.”<sup>351</sup>

Apesar de exercer a liderança no sindicato, Cida não se candidatou para o cargo de presidente, “aconselhada” pelo então presidente da FETAEMG André Montalvão, que

<sup>351</sup> Entrevista concedida por Maria Aparecida Rodrigues de Miranda para Marina M. Camisaca em 01/05/2021, de forma remota via Google Meet.

considerava que os camponeses não iriam respeitá-la por sua pouca idade e pelo fato de ser mulher. Contudo, em 1983, após uma divergência em assembleia com o então presidente do STR de Unaí se deveriam ou não participar da fundação da CUT – Cida defendia que sim e o presidente era contrário – a secretária saiu vitoriosa na assembleia e o presidente optou por renunciar. De acordo com o estatuto do sindicato, no caso de renúncia do presidente, quem deveria assumir o cargo era o secretário, no caso Cida. Todavia, o STR de Unaí sofreu então intervenção do Ministério do Trabalho e foi nomeada uma Junta Governativa para conduzi-lo.

Cida não se conformou com a decisão e foi até a Delegacia Regional do Trabalho, situada em Belo Horizonte, para solicitar a sua posse. O então delegado, Paulo Lott, assentiu com o pedido e Cida pôde assumir o cargo de presidente. Ela foi a primeira mulher a ocupar tal posto em Minas Gerais. Em 1984, ocorreram novas eleições no sindicato e, desta vez, Cida foi eleita para o cargo.

Nesse mesmo ano, através da *mediação* do STR de Unaí os camponeses da região obtiveram a primeira vitória contra o latifúndio: a desapropriação da fazenda Saco Grande, situada em Unaí, que deu origem ao projeto de assentamento Palmeirinha, criado em 1986, e que beneficiou 183 famílias camponesas. O STR de Unaí, ainda em 1981, havia sido acionado pelos camponeses que viviam nessa fazenda, pois esses haviam sido ameaçados de despejo pelo fazendeiro. Esse intimou todas as famílias a abandonarem a fazenda por meio de comunicado veiculado pela rádio da cidade. O STR entrou em contato com a CPT e conseguiu que um advogado, por meio de um mandado de segurança, suspendesse o despejo. A partir disso, o STR iniciou um intenso trabalho com os camponeses da fazenda.

“O sindicato foi lá e a gente ia toda semana até conhecer cada canto da fazenda, cada família que estava lá e conversar, explicar o direito que essas pessoas tinham de resistir. Então tinha lá posseiro que nunca tinha pagado nada para o fazendeiro, tinha parceiro, tinha meeiro, tinha todas as situações que você imaginar. Os empregados da fazenda não tinham carteira assinada, nunca tinham recebido salário, eram empregados que na verdade eram jagunços sem salário, então tinha de tudo. Mas só que a gente foi em cada cantinho, em cada grotinha, reunimos e fomos descobrindo as pessoas que tinham mais jeito de liderança, fomos criando o que a gente chamava de delegacia de base. Então a cada grupo, sei lá, 10, 15, 20 famílias que estavam mais perto a gente tirava um líder e formação, visita e formação, toda semana a gente estava lá.”<sup>352</sup>

---

<sup>352</sup> Ibidem.

Poucos anos depois, em 1984, a fazenda foi desapropriada pelo INCRA. Essa conquista promoveu um acirramento dos ânimos na região e os conflitos se acentuaram, assim como a violência. Os camponeses se animaram com a possibilidade de conquista da terra e os latifundiários se armaram em defesa da mesma.



Cida, a presidente do STR de Unai, em 1985. Acervo CPT Norte de Minas.

A jovem presidente do STR, Cida, passou a ser alvo de inúmeras ameaças. Uma delas veio de um dos filhos do antigo proprietário da fazenda Saco Grande, Juscelino Geraldo, que possuía várias fazendas na região.

“Ele chegou lá [no sindicato], o filho dele, botou os dois braços, assim, do lado da porta, era uma salinha só, e disse: ‘Olha aqui, eu vim aqui te avisar que se você continuar entrando nas fazendas da nossa família você vai amanhecer com a boca cheia de formiga’.”<sup>353</sup>

Outra ameaça contra Cida acabou se concretizando, em outubro de 1985, e ceifou a vida de seu pai, Júlio Rodrigues de Miranda, na fazenda Riacho dos Cavalos, situada na localidade do Mandiocal, no município de Bonfinópolis de Minas. No mesmo ato, sua mãe, Cipriana da Cruz Rodrigues, foi baleada quando tentava socorrer o marido.

“O suposto dono da terra [Boaventura Moreira Magalhães] chegou na comunidade armado com um revólver calibre 38, acompanhado por dois jagunços, também armados. Perguntou a Júlio Rodrigues onde se encontrava sua filha, Maria Aparecida, que era a presidente do STR de

---

<sup>353</sup> Depoimento prestado por Maria Aparecida Rodrigues de Miranda para COVEMG em 21/07/2017, na cidade de Belo Horizonte (MG).



Unai, atuante em toda a região. Boaventura procurava por Maria Aparecida, mas como ela não estava, logo disparou um tiro no rosto de Júlio, disparou o segundo tiro contra Cipriana, pelas costas, e um terceiro tiro fatal, no peito de Júlio.”<sup>354</sup>



Residência da família de Júlio Rodrigues de Miranda, na fazenda Riacho dos Cavalos, em 1985.

Acervo CPT Norte de Minas.

Cida se recorda do dia do assassinato de seu pai,

“Eu não chorei porque eu tinha aquela noção de que eu precisava denunciar. Denunciar e tomar as providências, não eram apenas as providências da família, apoiar a família e resolver as coisas do sepultamento, era as providências de manter de pé o sindicato, manter de pé a luta. (...) fomos para algum lugar para fazer as denúncias. Inclusive o Fantástico deu essa notícia no mesmo dia, naquele domingo à noite.”<sup>355</sup>

O programa semanal *Fantástico*, da Rede Globo, de grande audiência nacional, veiculou a notícia do assassinato do camponês Júlio Rodrigues de Miranda, o que revela o crescimento do poder de mobilização dos camponeses e dos seus mediadores, que atuavam em defesa da luta pela terra no país. No período de transição democrática, no governo Sarney, iniciado em 1985, já era possível denunciar as arbitrariedades cometidas no meio rural, o que não acontecia durante o regime militar.

<sup>354</sup> COMISSÃO DA VERDADE EM MINAS GERAIS. *Relatório final*. Volume 2. As graves violações de direitos humanos no campo. Belo Horizonte: Covemg, 2017, p. 161.

<sup>355</sup> Entrevista concedida por Maria Aparecida Rodrigues de Miranda para Marina M. Camisasca em 01/05/2021, de forma remota via Google Meet.

A presidente do sindicato perdeu seu pai, mas a luta não arrefeceu. Em texto escrito pelo STR de Unaí a organização afirmou:

“A morte (assassinato) do companheiro Júlio não está sendo motivo de desânimo para aquelas famílias, mas se firmaram ainda mais, por entenderem que a causa se tornou mais forte. (...) a luta pela terra e por justiça está sendo levada com toda força, pois está havendo a presença constante de vários trabalhadores rurais e Sindicatos.”<sup>356</sup>

Uma semana após a morte de Júlio, no momento da missa de sétimo dia, em 12 de outubro de 1985, foi realizado ato público em Unaí contra a violência no campo. Dias depois, em 20 de outubro, ocorreu um mutirão no Mandiocal, que contou com a participação de 150 pessoas de outras localidades, que ajudaram no plantio e realizaram consertos na estrada.<sup>357</sup> Segundo Maura Rodrigues de Miranda, outra filha de Júlio, “desde esse acontecimento não estamos mais sós, somos presenciados com a visita de pessoas maravilhosas e importantes, o sindicato de Unaí nos visita a cada 8 dias e muitas vezes com novidades agradáveis.”<sup>358</sup> A esposa de Júlio, Cipriana, também se manifestou sobre o ocorrido: “Sinto satisfação por carregar no meu corpo uma bala... pela causa da justiça. Se fosse preciso repetir tudo de novo por essa causa eu repetiria.”<sup>359</sup>

A morte de Júlio Rodrigues de Miranda teve grande repercussão e foi o primeiro caso de assassinato de camponês que, segundo conhecimento da Anistia Internacional, chegou à fase de julgamento perante tribunal do júri.<sup>360</sup> No entanto, apesar do réu ter sido condenado, ele obteve o direito de não cumprir a pena em regime fechado, exercendo apenas uma pena alternativa: contribuição em dinheiro para a Sociedade São Vicente de Paulo e apresentação mensal à Justiça. A impunidade foi a chancela concedida aos latifundiários da região para continuarem com as violências e as ameaças a Cida Miranda não cessaram.

Na segunda metade da década de 1980, ao mesmo tempo que crescia a organização camponesa, também aumentava a mobilização dos latifundiários,

<sup>356</sup> Texto escrito pelo STR de Unaí intitulado “Na luta pela terra, pai de Cidinha, presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Unaí e da direção nacional da CUT é assassinado”, 1985. Acervo CEDEFES.

<sup>357</sup> Documento intitulado “Trabalhadores em mutirão na luta pela terra”, [1985]. Acervo CEDEFES.

<sup>358</sup> Documento escrito por Maura Rodrigues de Miranda em 09/01/1986, intitulado “Nossa vida é uma grande história”. Acervo CEDEFES.

<sup>359</sup> Texto escrito pelo STR de Unaí intitulado “Na luta pela terra, pai de Cidinha, presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Unaí e da direção nacional da CUT é assassinado”, 1985. Acervo CEDEFES. A mesma fala de Cipriana aparece em reportagens de jornais que tratam do assassinato de Júlio Rodrigues de Miranda que teve grande repercussão na imprensa.

<sup>360</sup> COMISSÃO DA VERDADE EM MINAS GERAIS. *Relatório final*. Volume 2. As graves violações de direitos humanos no campo. Belo Horizonte: Covemg, 2017, p. 162.

principalmente através da UDR, criada em 1985. O nome de Cida passou a constar em lista criada pela UDR das lideranças sindicais e seus apoiadores “marcados para morrer”. Essas listas existiam em todo o meio rural brasileiro e o que afirma Eric Nepomuceno sobre o estado do Pará parece ser válido também para Minas Gerais, aliás para todo o país.

“Seus nomes estão em listas de condenados conhecidas por todos. Um belo dia, de um momento a outro, passam desta para outra lista. Quer dizer: deixam a lista dos ameaçados, passam à dos mortos. Assim simples, assim fácil: o ameaçado vira morto, e não acontece mais nada.”<sup>361</sup>

Para que isso não ocorresse com Cida, o próprio STR de Unaí, juntamente com a CPT e a CUT, em fins dos anos 1980, consideraram que o melhor era que a sindicalista se retirasse da região. A jovem deixou sua família, a mãe e sete irmãos, todos mais novos do que ela, e precisou se refugiar. Foi para Belo Horizonte, mas as ameaças continuavam chegando pelo telefone, passou então uma temporada no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina e, depois, em Cuba. Posteriormente, retornou a Belo Horizonte, onde fixou residência, não voltando mais a morar na região de Unaí.

“Eu me considerei uma exilada política porque eu não tinha concluído o trabalho que precisava ter feito lá em Unaí. (...) Eu fiquei de 85 para cá, depois da morte de pai, com muita restrição de ação por causa dessas ameaças. Então eu fui retirada de lá, eu fui exilada mesmo. Não pude voltar lá por muito tempo, este trabalho foi interrompido de minha parte.”<sup>362</sup>

Nesse momento, o país não era mais governado por militares, mas isso não garantiu o respeito ao direito individual e fundamental à vida de uma liderança sindical rural. Cida precisou se exilar dentro e fora de seu país para não ser assassinada pelo poderoso latifúndio, que mostrava sua força mesmo após o fim da ditadura militar.

Desde a criação do STR de Unaí, em 1981, até o ano de 1988, a organização realizou atos públicos, enviou correspondências, recorreu à justiça e ocupou sedes de órgãos governamentais tanto em Brasília (DF) quanto em Belo Horizonte (MG), com o propósito de obter a desapropriação legal de fazendas alvos de intensos conflitos na região. O STR conseguiu em parte alcançar seu objetivo, já que algumas fazendas na

<sup>361</sup> NEPOMUCENO, Eric. *O Massacre: Eldorado dos Carajás, uma história de impunidade*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007, p. 37.

<sup>362</sup> Depoimento prestado por Maria Aparecida Rodrigues de Miranda para COVEMG em 21/07/2017, na cidade de Belo Horizonte (MG).

região foram desapropriadas, como foi o caso das fazendas Saco Grande, Bálamo, São Pedro e Cipó, todas situadas em Unai. A família de Cida foi despejada do Mandiocal, em Bonfinópolis de Minas, mas conseguiu receber um lote na fazenda São Pedro.

Posteriormente, segundo dados do INCRA, foram criados 53 projetos de assentamentos no Noroeste de Minas, número bastante significativo.<sup>363</sup> Atualmente, Unai é o município mineiro com maior número de assentamentos, são 26 PA's (Projetos de Assentamento), que beneficiam 1.831 famílias camponesas.<sup>364</sup> O município de Buritis, também situado no Noroeste de Minas, ocupa o segundo lugar com 24 PA's, que abrigam 1.072 famílias.<sup>365</sup> No entanto, os assentamentos não foram capazes de alterar o panorama agrário da região. O latifúndio manteve seu poder, a terra permanece altamente concentrada e a violência continua a predominar no Noroeste, assim como em outras regiões do estado. Em 2004, por exemplo, três auditores do Ministério do Trabalho foram assassinados na região de Unai quando realizavam operação de fiscalização em fazendas produtoras de feijão. O objetivo dos auditores era vistoriar as condições de trabalho, remuneração e acomodação dos camponeses contratados para colherem o feijão. Após sofrerem diversas ameaças, os fiscais foram mortos por denunciarem a prática de trabalho escravo adotada pelo agora chamado agronegócio, que apesar da nova nomenclatura utiliza-se de métodos muito semelhantes ao do latifúndio do período estudado.

## 2.2 Ação Popular (AP)

A Ação Popular (AP) foi criada em 1962, por uma ala mais à esquerda da Juventude Universitária Católica (JUC)<sup>366</sup>, que desejava constituir um movimento com atuação especificamente política, permanente e estruturada. Apesar do setor proveniente da JUC ter sido predominante na fundação da AP, outros grupos sociais, religiosos e não religiosos, e mesmo alguns que não estavam mais no meio estudantil, também

---

<sup>363</sup> SAUER, Sérgio. *Reforma agrária e o sindicalismo rural: a luta pela terra no "entorno" de Brasília*. Brasília: Contag, 1999, p. 27.

<sup>364</sup> Relatório DATALUTA Minas Gerais 2016. Disponível em [http://www.lagea.ig.ufu.br/rededataluta/relatorios/minas/dataluta\\_mg\\_2016.pdf](http://www.lagea.ig.ufu.br/rededataluta/relatorios/minas/dataluta_mg_2016.pdf). Acesso em 17/06/2021.

<sup>365</sup> Idem.

<sup>366</sup> A JUC era um setor especializado de um movimento mais amplo, a Ação Católica (AC), apostolado de leigos promovido pela alta hierarquia da Igreja Católica. No Brasil, a AC foi criada em 1935 pelo arcebispo do Rio de Janeiro, D. Sebastião Leme. Por volta de 1950, a JUC organizou-se nacionalmente e se tornou um movimento social significativo. Ela não era um movimento ideologicamente monolítico e, alguns de seus membros, em fins dos anos 50 passaram a questionar aspectos dominantes na Igreja, como a passividade política diante da ordem estabelecida. A partir daí, as discussões mais importantes nas reuniões da JUC se referiam a temas ligados a questões sociais e políticas.

compuseram a nova organização.<sup>367</sup> A ideia de formação da AP surgiu a partir da necessidade de se estabelecer uma ação que ultrapassasse os ditames da Igreja Católica. A organização não se vinculava às autoridades eclesiais, era autônoma, mas possuía clara inspiração cristã. Em sua formulação percebiam-se ecos do pensamento cristão e uma tentativa de síntese com outras referências, como o marxismo e o existencialismo.<sup>368</sup>

No momento de sua fundação, a AP procurou autodefinir-se como um movimento político independente e defensor de ideias humanistas. No seu Documento Base, aprovado durante o seu I Congresso, realizado em fevereiro de 1963 na cidade de Salvador (BA), as ideias marxistas mesclavam-se à inspiração cristã. Segundo Lima e Arantes, o Documento Base definia-se pelo socialismo, pela socialização dos meios de produção. Porém, criticava o meio prático de realizá-lo, a ditadura do proletariado. Este documento defendia um “socialismo como humanismo”, que seria um socialismo sem ditadura do proletariado.<sup>369</sup> Em crítica, portanto, às ditaduras de esquerda e ao chamado socialismo real.

A AP defendia, neste momento, uma revolução imediatamente socialista no Brasil, e rejeitava a tese veiculada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) da necessidade de consolidação do capitalismo no país, como etapa prévia à revolução socialista. Por ser constituída, no momento de sua fundação, por membros da JUC a AP já estava implantada no meio estudantil. Mas a organização pretendia lançar-se com prioridade à organização política de operários e camponeses, sem abandonar o trabalho com os estudantes. A AP desejava se transformar em uma vanguarda revolucionária que liderasse o processo de organização das massas.

Para a atuação junto ao campesinato a organização, em seu Documento Base, considerava que “o trabalho no campo só encontra raízes nos problemas concretos e locais, sendo lento o processo de formação de consciências e extremamente difícil lançar palavras de ordem políticas.”<sup>370</sup> Apesar de considerar difícil realizar uma atuação sólida no campo, até o golpe civil-militar de 1964, a AP conseguiu certa inserção no meio rural mineiro. O trabalho da organização nessas regiões se iniciou com a participação, de

---

<sup>367</sup> SALES, Jean Rodrigues. A influência da Revolução Cubana na história da Ação Popular nos anos 1960. *Antíteses*, v. 11, n. 21, jan./jun. 2016, p. 349.

<sup>368</sup> DIAS, Reginaldo Benedito. Da esquerda católica à esquerda revolucionária: a Ação Popular na história do catolicismo. *Revista Brasileira de História das Religiões*, ano 1, n° 1, maio 2008, p. 166.

<sup>369</sup> LIMA, Haroldo; ARANTES, Aldo. *História da Ação Popular da JUC ao Pc do B*. 2ª ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1984, p. 37.

<sup>370</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de (orgs.). *Imagens da Revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961 a 1971*. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1ª edição, 1985, p. 46.

alguns de seus membros, no Movimento de Educação de Base (MEB), movimento de alfabetização e conscientização das camadas populares fundado em 1961, pela Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Até 1964, o MEB, em Minas Gerais, era dividido em dois setores, escolas radiofônicas e sindicalismo rural.<sup>371</sup> Essas escolas foram fundadas em todo o estado e tinham por meta “não apenas alfabetizar, mas educar no bom sentido, dando ao analfabeto que se instrui uma visão da história e uma consciência de sua posição na sociedade.”<sup>372</sup> Através do MEB a AP atuou, no pré-1964, na alfabetização no campo e, também, na fundação de sindicatos rurais.

Além de participar do MEB, membros da AP fizeram parte ainda dos quadros da SUPRA em Minas Gerais e, por meio dessa instituição, contribuíram para a criação de outros sindicatos rurais. Em pesquisa realizada anteriormente foi possível notar que, no estado mineiro, entre 1962 e 1964,

“A AP realizou um trabalho de politização nas áreas rurais e procurou defender os direitos e anseios do campesinato. Se os camponeses lutavam pelo seu direito de organização por meio da fundação de sindicatos rurais e, muitas vezes, reivindicavam a posse de terras pertencentes ao Estado, foi para atender a essas reivindicações que trabalharam os membros da AP que se dirigiram para as áreas rurais.”<sup>373</sup>

Neste sentido, é possível afirmar que os membros da AP que trabalharam no meio rural, nesse período, atuaram como mediadores. Seus discursos encontraram acolhida entre os camponeses e eles foram capazes de ouvir e de serem ouvidos. Esse diálogo possibilitou à AP trabalhar de acordo com as demandas camponesas, que variaram de local para local. Contudo, com o golpe civil-militar de 1964, a AP passou a ser duramente perseguida e grande parte da militância que atuava no campo, em Minas Gerais, foi presa, o que promoveu a desarticulação do trabalho junto ao campesinato.<sup>374</sup> A organização, assim como outras de esquerda, passou, então, a atuar de forma clandestina.

---

<sup>371</sup> CAMISASCA, Marina Mesquita. *Camponeses mineiros em cena: mobilização, disputas e confrontos (1961-1964)*. Dissertação (Mestrado). Belo Horizonte: UFMG, 2009, p. 104.

<sup>372</sup> *Jornal Binômio*, 02/02/1964, p. 6. In: CAMISASCA, Marina Mesquita. *Camponeses mineiros em cena: mobilização, disputas e confrontos (1961-1964)*. Dissertação (Mestrado). Belo Horizonte: UFMG, 2009, p. 104.

<sup>373</sup> CAMISASCA, Marina Mesquita. *Camponeses mineiros em cena: mobilização, disputas e confrontos (1961-1964)*. Dissertação (Mestrado). Belo Horizonte: UFMG, 2009, p. 108-109.

<sup>374</sup> Muitos desses militantes após serem presos prestaram depoimentos no DOPS/MG, como foi o caso de Geraldo Antonio Pinto, Silvio Diniz Gomes de Almeida e Antonio de Oliveira Lins. Ver: APM. DOPS. Pastas 0003 {1}, 3871 e 4152.

Com as mudanças ocorridas no país, a AP reviu suas posturas teóricas iniciais e, em 1965, publicou o documento “Resolução Política”, no qual confirmou sua opção pelo socialismo e deixou nítida a necessidade da luta armada revolucionária, com forte influência foquista.<sup>375</sup> Assim, o socialismo seria alcançado por meio de uma luta insurrecional. Segundo Jean Rodrigues Sales, havia certas condições para que a luta insurrecional pudesse ocorrer:

“a possibilidade de sustentar militarmente, desde o início, as frentes de luta institucional; **o desenvolvimento da luta a partir do campo, onde são maiores as condições de resistência diante da superioridade do inimigo**; a possibilidade de desgaste progressivo do aparelho policial-militar, simultaneamente à montagem do dispositivo armado; o favorecimento do crescimento das forças populares e a elevação de seu nível de consciência. Em suma, era necessário escolher uma forma de “luta insurrecional” que desse condições para que o povo pudesse “criar gradativamente o seu próprio poder”, “primeiro para vencer o inimigo, e logo como poder para construir a nova sociedade.”<sup>376</sup>

A partir da “Resolução Política” de 1965, foram feitas alterações na estrutura organizacional da AP, sendo criados os Grupos de Ação Armada e de Defesa Popular, incumbidos de atuar na cidade; e uma Comissão Militar, sendo ambos responsáveis pela instauração da futura guerrilha no campo. Um ano depois, em documento de 1966, a organização afirmou:

“Somos ainda uma organização majoritariamente estudantil. É nesta área que tomamos o maior número de iniciativas de lutas. **O trabalho junto à classe operária e camponesa é incipiente.** (...) São poucos [os militantes estudantis] que têm uma experiência de trabalho de massa junto aos operários e camponeses.”<sup>377</sup>

A AP reconheceu que, em 1966, seu trabalho junto aos operários e camponeses era fraco, ainda em estágio embrionário. A luta insurrecional que partiria do campo não havia sido iniciada, mas as ideias cubanas foram fundamentais para o debate ideológico ocorrido dentro da AP nesse período. Tanto é que em 1967, entre os dias 31 de julho e 10

<sup>375</sup> O foquismo caracteriza movimentos que, influenciados por Cuba, acreditavam que seria possível fazer uma revolução socialista através da guerra de guerrilhas, sem a liderança de um partido comunista. Esperava-se que, uma vez iniciados os combates, as massas acabariam por se aliar aos guerrilheiros, e estes conseguiriam aumentar o seu poder ofensivo até a tomada do poder. Ver: GUEVARA, Che. A guerra de guerrilhas. In: *Obras completas*. São Paulo: Edições Populares, v. 9, 1981; DEBRAY, Régis. *Revolução na revolução*. São Paulo: Centro Editorial Latino-Americano, s/d.

<sup>376</sup> SALES, Jean Rodrigues. A influência da Revolução Cubana na história da Ação Popular nos anos 1960. *Antíteses*, v. 11, n. 21, jan./jun. 2016, p. 354. Grifos meus.

<sup>377</sup> APM. DOPS. Pasta 5272. Grifos meus.

de agosto, militantes da organização foram para Cuba participar da Conferência da Organização Latino-Americana de Solidariedade – OLAS.

Enquanto alguns militantes da AP estavam em Cuba, outros foram visitar a China para conhecer melhor as ideias maoístas.<sup>378</sup> No entanto, a aproximação da AP com a China era anterior a 1967. Entre os anos 1965 e 1966, dois militantes foram enviados pela AP para China: Vinicius Caldeira Brant e Aldo Arantes.<sup>379</sup> A AP passou a se interessar pelo maoísmo e vagorosamente renunciou às ideias foquistas, por meio de longos debates internos. O abandono das ideias foquistas foi lento e se processou entre o final de 1966 e durante o ano de 1967.<sup>380</sup> A partir daí, a AP adotou como referencial ideológico o maoísmo – estratégia de guerra prolongada que rejeitava o imediatismo da luta armada – que previa nova forma de atuação: a integração na produção ou proletarianização da militância, com deslocamento de seus quadros para as fábricas e para o campo. De acordo com Santana, a partir de 1967,

“A Ação Popular promoveu uma verdadeira empreitada de pesquisa e preparação dos militantes para pôr em prática a integração. Foi montado um grupo formado por militantes da AP que desenvolveram uma pesquisa que recebeu o nome de PAE (Pesquisa de Áreas Estratégicas) para a escolha das chamadas bases de apoio, também chamadas de áreas prioritárias ou bases estratégicas, para que os militantes colocassem em prática a integração junto às massas.”<sup>381</sup>

Segundo Bertolino, “somente a partir do segundo semestre de 1967 que podemos de fato verificar o início da política de deslocamentos da AP. No campo, a orientação era para que se integrassem como camponeses pobres ou assalariados conforme a região.”<sup>382</sup> Para o autor, “o deslocamento para o campo encontrava algumas facilidades devido à experiência da AP na tarefa de criação de sindicatos de trabalhadores rurais antes do golpe de 1964.”<sup>383</sup> De acordo com Manfredini, os militantes deslocados para o campo tinham a

<sup>378</sup> O maoísmo está relacionado às ideias e práticas do líder revolucionário chinês Mao Tse-Tung. A partir dessa teoria, muitos grupos passaram a defender que a guerrilha rural deveria ser a tática preferencial aplicada nos processos revolucionários ocorridos em países do Terceiro Mundo, sob a forma de uma “guerra popular prolongada”, liderada por um partido comunista.

<sup>379</sup> BERTOLINO, Farley. *Movimento estudantil e esquerda católica na capital mineira: história e memória de uma geração – 1961/1968*. Dissertação (Mestrado). Belo Horizonte: UFMG, 2010, p. 172.

<sup>380</sup> SALES, Jean Rodrigues. A influência da Revolução Cubana na história da Ação Popular nos anos 1960. *Antíteses*, v. 11, n. 21, jan./jun. 2016, p. 360.

<sup>381</sup> SANTANA, Cristiane Soares de. O processo de “integração na produção” da Ação Popular: uma experiência maoísta na Bahia. (1967-1970). *Anais ANPUH*, XXV Simpósio Nacional de História – Fortaleza, 2009, p. 6.

<sup>382</sup> BERTOLINO, Farley. *Movimento estudantil e esquerda católica na capital mineira: história e memória de uma geração – 1961/1968*. Dissertação (Mestrado). Belo Horizonte: UFMG, 2010, p. 174.

<sup>383</sup> Idem, p. 175.



missão de “integrar-se com os camponeses, despertar neles a consciência política, persuadi-los a realizar a guerra popular que, finalmente, libertaria o País e criaria vida nova para o povo.”<sup>384</sup> Além de levar conhecimento para “despertar” a consciência política dos camponeses, os militantes da AP também deveriam ser transformados com a integração. Segundo a militante Gilse Cosenza, o objetivo era que

“em contato direto com a realidade objetiva do operário e do camponês tivéssemos mais facilidade para nos transformarmos ideologicamente, e, ao mesmo tempo, para que indo fazer isso nós também tivéssemos mais facilidade de contribuir para a organização e luta dos operários e camponeses.”<sup>385</sup>

Em Minas Gerais, foi possível identificar a integração de membros da AP no campo, como camponeses, em duas localidades. A primeira ocorreu na região de Cachoeirinha, município de Varzelândia, no Norte do estado, no início de 1968. Já a segunda, aconteceu na região do Vale do Aço<sup>386</sup>, próxima ao município de Coronel Fabriciano, no segundo semestre do mesmo ano. A escolha da primeira região se deu por ser um local com histórico de violentos conflitos de terra e, a segunda, por ser uma região de origem de um militante da organização, que, portanto, já conhecia o local e facilitaria a integração de outros membros.<sup>387</sup>

Na documentação produzida pela polícia política mineira consta também, em relatório policial, que militantes da AP teriam se deslocado para Montes Claros, no Norte de Minas Gerais, onde trabalharam como camponeses, por cerca de três meses, no sítio de um padre, chamado Osmar.<sup>388</sup> Luiz Manfredini, na obra “As moças de Minas”, afirma que Oldack Miranda e Ramiro<sup>389</sup>, ambos membros da AP, permaneceram três meses nas cercanias de Montes Claros, empregados na produção hortigranjeira de um padre, para “se adestrarem no trabalho produtivo quanto recolherem informações úteis”<sup>390</sup>, antes de se deslocarem para a Mata do Jaíba, onde se localizava Cachoeirinha. Ao que tudo indica,

<sup>384</sup> MANFREDINI, Luiz. *As moças e Minas*. São Paulo: Editora Alfa-ômega, 1989, p. 22.

<sup>385</sup> Entrevista concedida por Gilse Cosenza no ano 2000 na cidade de Belo Horizonte. Entrevista realizada por Amaury Carlos Ferreira e Ioni Grossi. Acervo Centro de Memória e pesquisa histórica Puc Minas.

<sup>386</sup> Localizado no Vale do Rio Doce, é formado pelas cidades de Coronel Fabriciano, Ipatinga, Santana do Paraíso, Timóteo e outros 24 municípios com menor população.

<sup>387</sup> Depoimento prestado por Carlos Melgaço Valadares para COVEMG, em 26/05/2017, na cidade de Belo Horizonte. Entrevista concedida por Gilse Cosenza no ano 2000 na cidade de Belo Horizonte. Entrevista realizada por Amaury Carlos Ferreira e Ioni Grossi. Acervo Centro de Memória e pesquisa histórica Puc Minas.

<sup>388</sup> APM. DOPS. Pasta 0040. De acordo com a polícia, foram para o sítio os militantes Roberto Messias Franco, Elmo Coelho da Silva e Oldack Miranda.

<sup>389</sup> Ramiro era o codinome de Elmo Coelho da Silva. Ver: APM. DOPS. Pasta 0040.

<sup>390</sup> MANFREDINI, Luiz. *As moças e Minas*. São Paulo: Editora Alfa-ômega, 1989, p. 29

essa curta permanência no sítio do padre Osmar, foi um período de adaptação ao trabalho rural, realizado por alguns militantes da AP, no Norte de Minas.

Como eram, em sua maioria, jovens estudantes que não tinham experiência de vida em área rural, os militantes participaram de treinamentos antes de serem integrados como camponeses. Carlos Antônio Melgaço Valadares, casado com Loreta Valadares, ambos membros da AP, se lembra que em 1967,

“A gente teve um período de mais ou menos um mês, eu e Loreta [fomos] para a região de Unaí, preparar melhor. Lá tinha uma pessoa que a gente perdeu o contato que foi da Contag. A gente foi pra terra dele pra poder não só retomar o contato, mas também participar ativamente desse processo de integração maior de costumes e tudo, porque de uma forma ou de outra, a gente era de cidade.”<sup>391</sup>

Após o período de preparação os militantes eram integrados como camponeses. Para a região de Cachoeirinha, situada na Mata do Jaíba, no Norte de Minas Gerais, foram deslocados pela AP os casais Loreta e Carlos Melgaço Valadares, Oldack Miranda e Solange Soares Nobre, além de Betinho Duarte, Elmo Coelho de Souza e Dilermando Nogueira Tony.<sup>392</sup> Antes de se mudarem no início de 1968, em fins de 1967, os militantes Carlos Melgaço Valadares e Elmo Coelho de Souza, que já estavam na clandestinidade, se dirigiram para região com o objetivo de verificarem a viabilidade da integração. De acordo com Carlos Melgaço,

“A gente foi de trem até Janaúba e de Janaúba a gente foi direto a pé, entrando na mata até correr a região. Verificando as condições inclusive de poder chegar lá e como chegar pra poder desenvolver o trabalho, que era basicamente um trabalho de articulação de resistência do pessoal e estabelecer os contatos, porque a gente achava que não era a gente que ia fazer, quem ia fazer era o povo da região, então precisava ter esse contato maior com o povo.”<sup>393</sup>

A partir dessa fala de Carlos Melgaço é possível notar a mudança de orientação da organização. Neste momento, fins de 1967, não se previa mais a instauração de uma guerrilha insurrecional no campo. Os camponeses seriam responsáveis por liderar a guerra prolongada e, para isso, era necessário que os militantes da AP se integrassem ao trabalho rural. Contudo, os membros da AP que se deslocaram para a região de

---

<sup>391</sup> Depoimento prestado por Carlos Melgaço Valadares para COVEMG, em 26/05/2017, na cidade de Belo Horizonte.

<sup>392</sup> Idem.

<sup>393</sup> Idem.

Cachoeirinha encontraram enormes dificuldades. Ainda segundo Carlos Melgaço Valadares,

“Era uma área de polígono da seca, dificilmente se encontrava água (...) então era uma situação extremamente difícil pra quem vivia ali. Os posseiros praticamente só comiam fava, quando tinha sal era uma raridade, porque era praticamente isolada também a área (...). Você conseguir sal era uma dificuldade. Carne você ouvia às vezes falar que mataram um boi, não sei onde, mas você não tinha inclusive recursos pra pegar, então era uma situação extremamente difícil.”<sup>394</sup>

Além da extrema pobreza da região, que convivia com a falta constante de água e de alimentos para a subsistência, os militantes da AP enfrentaram também obstáculos para se aproximarem dos camponeses,

“A gente chegou, ficou na casa e em contato com o pessoal, os vizinhos, assim que eram relativamente distantes. Você tinha contato, o pessoal às vezes chamava pra você caçar com eles e tudo, mas era uma atividade que se você tivesse algum problema, você podia recorrer, mas não tinha assim... os próprios posseiros não tinham uma organização, um movimento de resistência ou aquela resistência assim, de defender a sua terra.”<sup>395</sup>

De acordo com Carlos Melgaço, os próprios camponeses não possuíam um movimento articulado de resistência e isso, para ele, também foi um obstáculo para a atuação da organização. Além disso, o trabalho no campo era duro, Betinho Duarte se recorda:

“Fui fazer um trabalho camponês em Varzelândia, em Minas. Nós montamos 2 ou 3 focos, frentes de trabalho. E eu fui trabalhar inclusive na plantação. E eu não aguentei. Não aguentei. Eu brinco, mas é verdade, que o sonho da revolução, daquela revolução, terminou num cabo da enxada, porque eu não aguentei dois meses. E me mandaram de volta [para Belo Horizonte].”<sup>396</sup>

Já Loreta Valadares sentiu na pele as dificuldades de ser mulher camponesa,

“As mulheres trabalhavam na terra, faziam comida, lavavam a roupa, carregavam pesadas latas d’água, remendavam roupas, varriam folhas e insetos dos barracos (às vezes tinham até que matar cobras), cuidavam das crianças, enfim, além de enfrentar o trabalho da terra, junto com os homens, tinham que se encarregar de todo o trabalho de manutenção e

---

<sup>394</sup> Ibidem.

<sup>395</sup> Idem.

<sup>396</sup> Entrevista concedida por Betinho Duarte, em 04/09/1997, na cidade de Belo Horizonte (MG). Entrevista realizada por Sandro Amadeu Cerveira e Michel M. Le Ven. Acervo Núcleo de História Oral – UFMG.

preservação da casa. É bem verdade que esta é a rotina da maioria das mulheres, mas, no campo, a ausência de infraestrutura, a falta de qualquer conforto ou instrumento facilitador do trabalho tornam o cotidiano da mulher uma permanente e conflitiva batalha para o simples viver a vida.”<sup>397</sup>

O “simples viver a vida” em uma área rural marcada pelos conflitos de terra, pela violência e pela falta de infraestrutura mínima que garantisse a sobrevivência, foi tarefa árdua para os jovens militantes da AP. Em relatório, a polícia política afirmou que, no período em que permaneceram na Mata da Jaíba, os militantes Oldack, Miranda, Solange Soares Nobre e Elmo Coelho, tentaram aproximação com a família de um camponês, chamado Saluzinho.<sup>398</sup> Saluzinho estava preso desde fins de 1967, por ter resistido à violência do latifúndio e da polícia se escondendo em uma gruta.<sup>399</sup> O caso ganhou repercussão na imprensa e os militantes da AP, já sabendo da prisão quando se deslocaram para região, conseguiram que um advogado da organização atuasse em defesa do camponês. Além da assistência jurídica a Saluzinho, não foi localizada outra aproximação dos militantes com a população local.

Loreta e Carlos Melgaço Valadares permaneceram aproximadamente 40 dias na região e retornaram para Belo Horizonte (MG) para participarem de uma reunião da AP, que discutiria o trabalho no campo. Contudo, não voltaram mais para Cachoeirinha, pois foram orientados pela organização a trabalharem na preparação da greve que ocorreria em Contagem (MG) no mês de abril de 1968, ocasião em que Carlos Melgaço foi preso pela primeira vez.<sup>400</sup> Posteriormente, Carlos Melgaço conheceu Saluzinho nas celas do DOPS-MG, em Belo Horizonte (MG), caso que é descrito detalhadamente no capítulo seguinte da presente tese.

Elmo Coelho de Souza, por sua vez, informou para a polícia que fez

“uma viagem ao Norte de Minas – Serra Azul e Mata da Jaíba – a serviço do partido, cumprindo ordens da Direção em Minas Gerais – transmitida por Carlos Antônio Melgaço e Loreta Kiefer Valadares. (...) no dia da sua prisão [em 1969] regressava de Serra Azul e Mata da Jaíba, cumprindo ordens da direção do partido que julgou desnecessária a continuação do trabalho na região.”<sup>401</sup>

<sup>397</sup> Entrevista concedida por Loreta Valadares para Olivia Rangel Jofilly. In: JOFILLY, Olivia Rangel. *Esperança equilibrada: resistência feminina à ditadura militar no Brasil (1964-1985)*. Tese (Doutorado). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2005, p. 115.

<sup>398</sup> APM. DOPS. Pasta 0040.

<sup>399</sup> O caso é descrito detalhadamente no Capítulo 3 desta tese.

<sup>400</sup> Fatos narrados por Carlos Melgaço Valadares em depoimento prestado para COVEMG, em 26/05/2017, na cidade de Belo Horizonte (MG).

<sup>401</sup> APM. DOPS. Pasta 0040.

O casal Oldack Miranda e Solange Soares Nobre, juntamente com Elmo Coelho de Souza, permaneceu em Cachoeirinha até o início de 1969. De acordo com Oldack, o trabalho foi descontinuado por uma decisão política da organização. A AP optou por enviar o casal Oldack e Solange para outra região do país, o vale do Pindaré-Mirim, no estado do Maranhão, e lá eles foram, novamente, integrados ao campo.<sup>402</sup> Além da região de Cachoeirinha não ter densidade populacional para a realização de uma guerra popular, segundo Oldack, após a edição do AI-5, em dezembro de 1968, “já havia sinais evidentes do cerco da repressão. A nossa casa em Belo Horizonte, com outros ocupantes, havia sido invadida, militantes presos e barbaramente torturados, estávamos localizados.”<sup>403</sup> Desta forma, por decisão da própria organização, foi encerrado o trabalho da AP em Cachoeirinha.

Na avaliação de Carlos Melgaço Valadares, a atuação da AP em Cachoeirinha foi muito inicial, a organização não conseguiu se aproximar dos camponeses, pois o tempo de permanência na região foi curto.<sup>404</sup> Em Inquérito Policial Militar instaurado em 1969 para apurar as atividades “subversivas” praticadas pela Ação Popular, a polícia afirmou que: “na região da Jaíba foi feito um reconhecimento no qual tomaram parte Elmo Coelho, Dilermando, Oldack, Solange Nobre, Carlos Melgaço e Loreta Valadares. Entretanto este reconhecimento parece não ter resultado em grande proveito.”<sup>405</sup> A própria polícia considerou o trabalho incipiente. No mesmo IPM a polícia transcreveu trecho de documento da AP, de março de 1969, provavelmente apreendido, no qual a organização afirmava:

“As nossas análises do movimento camponês sofrem ainda grandes limitações. A penetração no campo ainda é reduzida e são poucas e precárias as fontes de informação sobre a situação no campo e da luta dos camponeses. O nível de organização é muito baixo, o número de camponeses organizado é mínimo.”<sup>406</sup>

<sup>402</sup> O casal permaneceu no vale do Pindaré-Mirim até o ano de 1971, nesse momento, Solange Soares Nobre optou pelo exílio na França, já Oldack mudou-se para Salvador (BA), onde foi preso em 1973.

<sup>403</sup> Depoimento prestado por Oldack Miranda para a Comissão da Verdade da Bahia em 29 de julho de 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=37uJXA35PiE>. Acesso em 03/12/2019.

<sup>404</sup> Depoimento prestado por Carlos Melgaço Valadares para COVEMG, em 26/05/2017, na cidade de Belo Horizonte.

<sup>405</sup> APM. DOPS. Pasta 0040. Neste IPM a polícia informa sobre a constituição de uma nova organização “presumivelmente denominada Partido Revolucionário do Proletariado (PRP)”, contudo, a partir da leitura do inquérito é possível perceber com clareza que se trata da Ação Popular. Ao longo do próprio IPM a polícia abandona a denominação PRP e passa a utilizar AP. Segundo Manfredini, o PRP era sigla usada pela AP para determinar um partido genérico que a organização procurava, junto com outras forças, construir. Ver: MANFREDINI, Luiz. *As moças e Minas*. São Paulo: Editora Alfa-ômega, 1989, p. 90.

<sup>406</sup> APM. DOPS. Pasta 0040.

Em 1969, ano em que optou por descontinuar o trabalho em Cachoeirinha, a AP constatou a limitação de sua atuação junto ao campesinato. Talvez por isso, tenha preferido retirar seus militantes daquela região. O pesquisador Arnaldo Zangelmi, ao analisar a presença dos militantes da AP em Cachoeirinha considera que:

**“esses militantes realizaram algumas ações de *mediação* ao articularem, por um lado, as condições de vida e os conflitos pela terra vividos por esses posseiros e, por outro, os objetivos da AP, construindo alguns arranjos de significados para situar essas experiências específicas nas mobilizações políticas contra a ditadura militar. Ao que tudo indica, diante da forte repressão, essas ações não puderam ser desenvolvidas por muito tempo, não obtendo os resultados desejados. No entanto, é plausível que, mesmo indiretamente, as reflexões desencadeadas nessas ações tenham influenciado nas mobilizações dos posseiros durante a década de 1970 na região, assim como a retomada mais explícita de suas lutas na década de 1980.”**<sup>407</sup>

A partir da documentação pesquisada não foi possível identificar as ações de *mediação* a que se refere Zangelmi. Se para que a *mediação* aconteça é preciso que a população camponesa acolha o discurso do mediador, não foram encontradas fontes que possam comprovar essa recepção. Se o discurso da AP chegou aos ouvidos dos camponeses o mais provável é que não tenha tido uma acolhida que pudesse compor, naquele momento, novos arranjos das resistências camponesas na região. O trabalho foi incipiente e, possivelmente, não foi capaz de construir “alguns arranjos de significados para situar essas experiências específicas nas mobilizações políticas contra a ditadura militar.”<sup>408</sup> É certo que a resistência camponesa em Cachoeirinha ganhou novos contornos posteriormente, em fins da década de 1970, cerca de 10 anos depois da presença da AP na região. Todavia, não foram localizados, por esta pesquisa, indícios que possam relacionar a mobilização futura dos camponeses com a integração de militantes da AP na localidade.

Já o segundo trabalho de integração no campo ocorreu na região de Coronel Fabriciano, para onde foram o casal Gilse Maria Westin Cosenza e Abel Rodrigues

---

<sup>407</sup> ZANGELMI, Arnaldo José. Mediações políticas silenciadas: Repressão, resistência e luta pela terra em Cachoeirinha (1964-1985). *Varia História*, v. 35, 2019, p. 934. Grifos meus.

<sup>408</sup> Idem.

Avelar, além de um militante da AP que nascera naquela localidade.<sup>409</sup> Gilse se recorda que:

“Arranjamos lá uma terrinha pra trabalhar “de meia”, um casebre, e fomos pra lá como trabalhadores rural sem-terra. Isso eu tava no incincho da gravidez. Lá fui aprender a ser camponesa, bater enxada, cozinhar no fogão de lenha, lavar roupa no rio (risos). E conversar com as mulheres, com os trabalhadores, etc. e tal, pra tentar fazer eles pensarem nos direitos deles e na luta que tinha que ser feita.”<sup>410</sup>

Gilse e Abel foram trabalhar como meeiros e, segundo Manfredini, ela chegou na região em outubro de 1968 e ele já estava no local há pouco mais de um mês.<sup>411</sup> Abel foi primeiro, conseguiu uma casa para eles morarem e já se integrou ao trabalho na área. Gilse narra algumas dificuldades enfrentadas: “No começo eu dava enxadada era só no pé, não sabia manejar aquilo, me queimava, chorava para acender fogão à lenha.”<sup>412</sup> Ela conta também que antes de irem para o campo eles fizeram treinamento de primeiros socorros com os médicos da AP, Roberto e Zecão, e ganharam deles uma maleta contendo amostras grátis de remédios e o livro “As plantas curam”. Com conhecimento básico sobre saúde, Gilse, que adotou o codinome de Ceci, passou a ajudar as famílias camponesas ensinando noções de higiene e até conseguiu salvar a vida de uma criança, com menos de um ano, que possuía uma ferida exposta no corpo. A jovem limpava todos os dias o ferimento, passava pomada e fazia curativo para que as moscas não pousassem no corpo da criança que, após algumas semanas de cuidados, melhorou. Com isso, Ceci ganhou fama de curandeira na região e passou a atender aos enfermos, já que no local não havia médico.

“Começaram a me chamar em casa para tudo quanto era doença e eu então ia com a maletinha de amostra grátis e com meu livrinho das plantas curam e atendia. (...). De repente as pessoas eram tratadas, elas não tinham nada disso. (...). Eu comecei a ganhar presentes, ganhei galinha, comecei a ter um galinheiro, outro me deu um porquinho, começaram a me dar as coisas assim.”<sup>413</sup>

<sup>409</sup> Gilse, em entrevista, não se recordou do nome do “companheiro” e a informação não foi encontrada pela pesquisa.

<sup>410</sup> Entrevista concedida por Gilse Cosenza para Débora Raiza Rocha. ROCHA, Débora R. História e Memórias das mulheres na Ação Popular (AP). In: DELLAMORE, Carolina; AMATO, Gabriel; BATISTA, Natália. *A ditadura aconteceu aqui*. São Paulo (SP): Letra e Voz, 2017, p. 145.

<sup>411</sup> MANFREDINI, Luiz. *As moças e Minas*. São Paulo: Editora Alfa-ômega, 1989, p. 22.

<sup>412</sup> Entrevista concedida por Gilse Cosenza no ano 2000 na cidade de Belo Horizonte (MG). Entrevista realizada por Amaury Carlos Ferreira e Ioni Grossi. Acervo Centro de Memória e pesquisa histórica Puc Minas.

<sup>413</sup> Idem.

A partir desses atendimentos, Gilse ganhou reconhecimento na comunidade camponesa. Ela e Abel passaram também a conversar com os camponeses para tentar mudar a forma de trabalho.

“Nós achamos que era importante tirar do individualismo deles, começar a criar coisas coletivas, então nós começamos a propor um sistema de trabalho em mutirão. Ao invés de cada um trabalhar a sua terra, mas isso assim na conversa demorada como quem não quer nada. Se não renderia melhor juntar um grupo de trabalhadores e aí trabalhar a terra de um, depois do outro, do outro, coletivo. E começamos a organizar coletivos para produzir melhor, para melhorar a vida.”<sup>414</sup>

Depois de conseguir se inserir na comunidade, apesar das dificuldades, o casal obteve conquistas no trabalho com os camponeses, como, por exemplo, a adoção do trabalho em mutirão. Gilse relata que outra mudança foi na forma de sociabilidade, antes as mulheres não participavam das conversas e das rodas de viola, ficavam só na cozinha preparando os “tira-gostos”. Com o tempo, elas começaram a participar “passamos a discutir a vida em conjunto, passamos a discutir a produção., a exploração, etc. (...) Ia bem esse trabalho até que veio o AI-5.”<sup>415</sup>

Após a promulgação do Ato Institucional nº 5, em dezembro de 1968, a AP convocou o casal, em janeiro de 1969, para uma reunião, em Belo Horizonte (MG), em que seriam discutidos os planos para a organização tentar se adequar ao contexto imposto pelo novo Ato Institucional. O casal veio para a capital mineira em fevereiro, a reunião estava marcada para o dia 26, Gilse estava grávida de sete meses. No meio da reunião essa precisou ser suspensa, pois a bolsa de Gilse arrebentou.<sup>416</sup> Gilse estava grávida de gêmeas, que nasceram prematuras, e, ao sair do hospital, precisava cuidar das bebês, sendo que uma delas sofrera compressão cerebral ao nascer e vivera somente por quinze dias. Sua outra filha, Juliana estava muito frágil e precisava de cuidados, e, quando essa ainda tinha poucos meses de vida, em julho de 1969, Gilse foi presa e não retornou mais ao trabalho no campo.<sup>417</sup>

O trabalho na região de Coronel Fabriciano durou pouco tempo, cerca de quatro meses, mas, segundo Gilse, obteve pequenas conquistas. Neste caso, de acordo com a

---

<sup>414</sup> Ibidem.

<sup>415</sup> Idem.

<sup>416</sup> MANFREDINI, Luiz. *As moças e Minas*. São Paulo: Editora Alfa-ômega, 1989, p.46.

<sup>417</sup> Gilse foi presa em julho de 1969, mês em que várias mulheres da AP foram detidas em Belo Horizonte, como Loreta Valadares, Maria do Rosário Cunha Peixoto, Laudelina Maria Carneiro e Delcy Gonçalves. Sobre essas prisões ver: MANFREDINI, Luiz. *As moças e Minas*. São Paulo: Editora Alfa-ômega, 1989.



memória da militante, a *mediação* aconteceu, o discurso da AP teve acolhida junto aos camponeses e promoveu transformações nas formas de viver e trabalhar daquela população. Contudo, não foi possível identificar se essas mudanças de fato ocorreram, se foram permanentes ou tiveram curta duração.

Os estudos que tratam da integração promovida pela AP no campo e na cidade, como camponeses ou operários, possuem olhares diversos sobre o tema. Segundo Herbert de Souza, o Betinho, uma das principais lideranças da AP no período, a política de integração na produção foi "resultado de uma perda de pé na realidade", um retrocesso mesmo em relação ao início da AP, que alocava os militantes no seu próprio meio de origem, onde tinham condições de fazer um trabalho político, ao invés de deslocá-los de sua cidade e círculo social.<sup>418</sup> Já a pesquisadora Alessandra Ciambarella considera que a inserção de militantes da AP na experiência operária ou camponesa foi responsável por importantes trabalhos desenvolvidos em meios populares, como a participação da organização no movimento operário do ABC paulista.<sup>419</sup> De fato, a AP realizou trabalhos significativos junto a operários e camponeses, um deles na região do Pindaré-Mirim, no Maranhão, para onde foram Oldack Miranda e Solange Soares Nobre.<sup>420</sup> Contudo, em Minas Gerais, a presença da AP no campo teve curta duração e aconteceu pontualmente em duas localidades. A partir da documentação levantada não é possível afirmar que essa atuação tenha sido significativa para as resistências camponesas ocorridas no estado no período. As diferenças entre dois universos tão distintos, dos camponeses e da militância urbana de esquerda, dificultaram a aproximação. "Tamanho hiato não se supera sem um longo e continuado investimento de tempo e esforço no sentido de compreender e compartilhar a realidade camponesa, para, a partir disso, estabelecer um diálogo político."<sup>421</sup> Todavia, em Minas Gerais, a AP não realizou esse longo e continuado investimento.

Após o encerramento dos trabalhos em Cachoeirinha e Coronel Fabriciano, a AP ainda passou por algumas mudanças. Em 1971, na sua III Reunião Ampliada, a organização teve a sua denominação alterada para Ação Popular Marxista Leninista

---

<sup>418</sup> SOUZA, Herbert José de. *No fio da navalha*. Rio de Janeiro: Revan, 1996, p. 84-93.

<sup>419</sup> CIAMBARELLA, Alessandra. Do Cristianismo ao Maoísmo: a história da Ação Popular. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. *Revolução e Democracia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 122.

<sup>420</sup> Sobre o conflito em Pindaré-Mirim ver: SANTOS, Manoel da Conceição. *Essa terra é nossa*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1980; SANTOS, Manoel da Conceição. *Chão de minha utopia*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

<sup>421</sup> TELÓ, Fabrício. *Organizações armadas e camponeses: comunicação, emoções e engajamento político (1968-1975)*. Tese (doutorado). Rio de Janeiro: UFRRJ, CPDA, 2019, p. 208.

(APML), assumindo, assim, o formato de partido leninista. Em 1973, o grupo incorporou-se ao Partido Comunista do Brasil (PC do B), tornando-se formalmente extinta a organização surgida no início dos anos 1960. Alguns militantes que discordavam de questões teóricas e organizativas relacionadas com a incorporação, por sua vez, mantiveram-se organizados sob a sigla APML, que continuaria existindo até os anos 1980, quando se dissolveria no Partido dos Trabalhadores (PT).

### 2.3 Comissão Pastoral da Terra (CPT)

Na década de 1970, setores progressistas da Igreja Católica que atuavam em defesa dos camponeses que estavam sendo expulsos das terras, em diversas regiões do país, começaram a se organizar institucionalmente. A própria Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), no período, se posicionou favorável à luta pela realização da reforma agrária. Porém, o apoio aos camponeses e à reforma agrária não era um consenso dentro da Igreja Católica. De acordo com Poletto, agentes pastorais, no início dos anos 1970, sofreram dupla repressão: do regime e de setores da própria Igreja. Bispos mais conservadores, apoiadores do regime militar, moviam campanhas contra os religiosos que se colocavam em defesa dos camponeses.<sup>422</sup> Em oposição aos conservadores, bispos ligados às causas populares, realizaram, em 1974, na cidade de Salvador (BA), o I Encontro de Articulação e, na ocasião, foram criadas comissões para mapear as tentativas que estavam sendo empreendidas de trabalho no meio popular.<sup>423</sup> No ano seguinte, em Encontro de Bispos e Prelados da Amazônia, realizado em Goiânia (GO), foi fundada a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Segundo a própria organização, a sua criação tinha como objetivo central:

"interligar, assessorar e dinamizar os que trabalham em função dos homens sem-terra e dos trabalhadores rurais. É um serviço na defesa e reconstrução da vida, a partir da luta pela terra, é uma ajuda para sustentar a esperança do povo que está sendo pisada; uma colaboração eclesial para as classes oprimidas se sentirem gente, se organizarem e procurarem uma saída para a situação de desespero e morte que pesa sobre elas, é um esforço que visa recolocar o homem, o filho de Deus, no centro da história."<sup>424</sup>

<sup>422</sup> POLETTI, Ivo. As contradições sociais e a Pastoral da Terra. In: PAIVA, Vanilda (org). *Igreja e questão agrária*. São Paulo: Loyola, 1985.

<sup>423</sup> MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Trabalhadores no campo, luta pela terra e o regime civil-militar. In: PINHEIRO, Milton (org.). *Ditadura: o que resta da transição*. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 215.

<sup>424</sup> Cartilha *O que é CPT?*, s/d. Acervo CEDEFES.

A CPT nasceu vinculada à CNBB e em um contexto de grande violência praticada contra camponeses e, também, de renovação da missão da Igreja Católica, advinda do Concílio do Vaticano II, das conferências de Medellín e Puebla e do surgimento da Teologia da Libertação. O concílio e as conferências ofereceram fundamentos teológicos e pastorais às novas práticas. Já a emergência da Teologia da Libertação favoreceu a mobilização de um contingente considerável de católicos na promoção da justiça social, pois fundava-se na concepção de que agentes da Igreja Católica deveriam atuar na promoção social e na justiça econômica.<sup>425</sup>

Como foi criada como uma pastoral, a CPT tinha assegurada sua autonomia em relação à sua organização e às formas de atuação. Contudo, tinha alguns limites impostos pela própria lógica da hierarquia da Igreja Católica como, por exemplo, a dependência da aprovação do bispo local para a realização do seu trabalho.<sup>426</sup> Segundo Medeiros,

“No geral, a ação da CPT voltava-se sobretudo para áreas onde a questão da luta pela terra era a mais candente. O trabalho junto a assalariados, por exemplo, nunca marcou sua prática, sendo a única exceção à área de atuação do padre Bragheto em São Paulo. E isso se dava (e se dá) muito em função da visão ruralista da Igreja, segundo a qual a sociedade é vista predominantemente sob a ótica da terra e onde o modelo ideal seria a comunidade de pequenos produtores.”<sup>427</sup>

O trabalho pastoral no campo, realizado por padres e agentes ligados à CPT, consistia na discussão com os camponeses da importância deles se organizarem para lutarem pela terra. Através de missas e encontros, os membros da CPT articulavam fé e política, organizavam os camponeses para a resistência nos conflitos e apoiavam a sindicalização rural. Contudo, muitos foram os STR's criticados pela CPT por serem considerados pouco ativos, “medrosos” ou “pelegos”. A organização defendia a autonomia camponesa e atuou na denúncia das arbitrariedades ocorridas no meio rural, além de mobilizar outras Igrejas cristãs em defesa da população do campo e, também, assessorá-la juridicamente quando necessário. De acordo com Ferreira, o trabalho da CPT envolvia várias frentes:

“formação político-religiosa; assessoria jurídica; mediação no conflito com o Estado (constituindo-se em várias ocasiões como partícipe nesse,

<sup>425</sup> OLIVEIRA, Fabrício Roberto Costa. *Religião, política e comunidade: emergência e politização do Movimento da Boa Nova*. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro: UFRRJ, 2012, p. 24.

<sup>426</sup> MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Trabalhadores no campo, luta pela terra e o regime civil-militar. In: PINHEIRO, Milton (org.). *Ditadura: o que resta da transição*. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 216,

<sup>427</sup> MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989, p. 112.

em oposição aos governos); e ainda como responsável por divulgar e implantar projetos de desenvolvimento econômico, a partir de constantes debates com teóricos do meio científico e dos movimentos populares.”<sup>428</sup>

O caráter religioso da CPT exigiu que ela olhasse para os problemas do campo como uma questão de fé e justiça, no seu aspecto social e bíblico. A organização tinha um caráter missionário e de atendimento à população rural mais necessitada.<sup>429</sup> Com isso, ela passou a se fazer presente nas áreas de conflitos de terra e, rapidamente, expandiu sua atuação para todo o país. A imbricação dos aspectos sociais e religiosos pode ser percebida em *Boletim da CPT*, publicado em 1980, no qual a entidade afirmava: “O Brasil não é um país cristão, seguidor de Cristo: aqui “não há lugar para ele”, pois os pobres não têm terra para plantar e nem terreno para morar.”<sup>430</sup> Nota-se, a partir desse trecho, que para a CPT, a condição para o Brasil se tornar um país cristão era promover o acesso dos pobres à terra para morarem e plantarem. Isso explica o trabalho mais direcionado à luta pela terra, em detrimento das questões dos assalariados do campo.

A partir das reflexões trazidas pela CPT, em 1980, a Igreja Católica publicou o documento “A Igreja e os problemas da terra” de conteúdo doutrinal inovador.

“Avançou-se na definição do que a Igreja defende como direito à propriedade da terra. A propriedade de “terra de trabalho” é legítima, pois seu uso, através do trabalho, a coloca a serviço da vida. A propriedade de “terra de negócio”, destinada à exploração e à especulação, favorecendo praticamente só ao proprietário, contudo, não realiza sua destinação social e não é, por isso, legítima.”<sup>431</sup>

Por meio desse documento foram denunciados o modelo econômico vigente no Brasil, a concentração fundiária, as migrações forçadas de trabalhadores, a violência e a exploração no campo.<sup>432</sup> Ao assumir oficialmente a defesa do campesinato a Igreja Católica dava uma legitimidade maior às lutas no meio rural. O que foi positivo para a CPT, que passou a contar com maior respaldo da própria Igreja. Segundo Medeiros, à

<sup>428</sup> FERREIRA, Silvana Maria. Peregrinos da Terra Prometida: Comissão Pastoral da Terra e trajetória político-religiosa (1975-2003). *Sacrilegens*, Juiz de Fora, v.1, n.1, 2004, p. 138.

<sup>429</sup> GONÇALVES, Renato Luiz. *A atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) em Campos dos Goytacazes, RJ: uma análise do assentamento Zumbi de Palmares*. Dissertação (Mestrado). Viçosa (MG): Universidade Federal de Viçosa, 2012, p. 35.

<sup>430</sup> *Boletim da CPT*, ano VI, n° 31, novembro-dezembro 1980, p. 14. Acervo CEDEFES.

<sup>431</sup> POLETTO, Ivo. A Igreja, a CPT e a mobilização pela reforma agrária. In: CARTER, Miguel (org.). *Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2010, p. 144.

<sup>432</sup> MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989, p. 154.

medida que expandia seu trabalho, tanto do ponto de vista geográfico quanto qualitativo, a CPT desenvolvia uma “Teologia da Terra”, que refletia sobre os elos entre a fé e a vida dos camponeses, tendo a terra como elemento central.<sup>433</sup>

Quando de sua criação, em 1975, a CPT iniciou seu trabalho com os posseiros da região da Amazônia. A organização nasceu da prática das Igrejas envolvidas com a violência nesta área, que atingia índios e posseiros. Quatro anos depois, a CPT já havia se expandido e existiam 15 regionais organizadas, sendo uma delas em Minas Gerais.<sup>434</sup>

No estado mineiro, os trabalhos da CPT iniciaram-se em 1977, mas a regional só foi instituída formalmente dois anos depois, em 1979. A CPT de Minas Gerais, quando da sua fundação, passou a ser coordenada pelo padre português Manuel Jerônimo Nunes, que exerceu papel importante nas resistências camponesas no estado, principalmente na região do Jequitinhonha e Mucuri.<sup>435</sup> O trabalho da CPT-MG foi iniciado nessa região, onde Pe. Jerônimo, como era conhecido, já atuava por meio da Pastoral Rural.<sup>436</sup>

A CPT-MG apoiou a fundação de vários STR's, além de ter prestado assessoria jurídica aos camponeses e ter, com frequência, denunciado a violência ocorrida no meio rural. Exemplo pode ser visto em nota de denúncia, produzida pela entidade, contra a violência na fazenda Menino, na qual a instituição frisou que:

“Como Igreja acreditamos na palavra dos bispos no documento Igreja e Problema da terra: “É o trabalho que legitima a posse da terra. É o que entendem os posseiros quando dão a si mesmos o direito de abrir suas posses em terras livres, desocupadas e não trabalhadas, pois eles entendem que a terra é patrimônio comum e que, enquanto trabalham nela não poderão ser expulsos.” Com essas palavras os bispos apoiam a luta do povo pela terra. Apoiados na mesma fé, a CPT-MG protesta contra o uso da polícia contra os trabalhadores e **exige que a terra seja entregue aqueles que dela precisam para viver.**”<sup>437</sup>

Utilizando como referência o documento “A Igreja e os problemas da terra” a CPT-MG respaldou seu protesto contra a atuação da polícia na fazenda Menino e

---

<sup>433</sup> Ibidem, p. 156.

<sup>434</sup> Idem, p. 112.

<sup>435</sup> Em 1970, padre Jerônimo foi trabalhar na Diocese de Teófilo Otoni, no Vale do Mucuri, juntamente com outros padres da Sociedade Missionária Portuguesa, a pedido de Dom Quirino, bispo dessa Diocese. Pouco tempo depois, o padre coordenou a criação da Pastoral Rural Diocesana, que foi uma das bases que propiciou a fundação da CPT em Minas Gerais.

<sup>436</sup> Em 1980, a Pastoral Rural passou a se chamar Pastoral do Interior por ter compreendido que os problemas do campo estavam relacionados aos problemas das cidades.

<sup>437</sup> Nota denúncia produzida pela CPT-MG contra violência na Fazenda Menino, s/d. Acervo CPT-MG. Grifos meus.

legitimou sua exigência de que a área fosse desapropriada e entregue aos camponeses que lá residiam, pois esses “dela precisam para viver”.

Em Minas Gerais, a organização atuou também através de grupos de reflexão, em que agentes pastorais discutiam com os camponeses, por meio de exemplos bíblicos, as injustiças sociais. Em 02 de setembro de 1979, por exemplo, a CPT-MG, Diocese de Teófilo Otoni, escreveu em uma espécie de folhetim, que denominou de folha:

“O mês de setembro é o mês da bíblia. O livro do Gênesis fala que naquele tempo os homens não viviam de acordo com a Palavra de Deus, praticando o mal, inventavam brigas, alimentavam invejas, ganância, exploração, praticavam muitas injustiças. A coisa foi piorando a tal ponto que alguns homens decidiram ser donos do mundo, iniciaram a construir uma torre e ficaram em cima mandando e desmandando sobre a vida alheia. E foi aí que se deu a grande confusão, a confusão da torre de Babel, pois os de cima não entendiam os de baixo, os interesses e as palavras eram diferentes. E hoje ainda tem essa torre? Aonde fica? Quem a constrói? Naquele tempo vigorava a lei da força e da violência. (...) Ninguém preocupava com ninguém. (...) Tinha o costume de usar a força, as armas, achando que isso era bom, estava de acordo com a lei. (...) Vamos refletir: No seu lugar estão acontecendo essas coisas? Se aconteceu, o que os lavradores estão fazendo? Que você acha de ficar atento a esses casos e difundi-los no meio dos companheiros?”<sup>438</sup>

A partir do trecho acima é possível notar que a bíblia era utilizada para reflexão sobre o que ocorria nas localidades onde os camponeses viviam. A conscientização era feita por meio de perguntas, que levavam os camponeses a tirarem suas próprias conclusões sobre as injustiças e violências a que estavam submetidos. Desta forma, eram evidenciadas as diferenças entre “os de cima”, que mandavam e desmandavam, e “os de baixo”, que não eram compreendidos e ficavam à mercê dos desmandos, marcados pelo uso da força e das armas. Situação semelhante àquela vivida no meio rural entre latifundiários (de cima) e camponeses (de baixo). O método utilizado nesse folhetim e, também, nos grupos de reflexão era o “ver-julgar-agir”, que já havia sido empregado, anteriormente, por outras organizações católicas.<sup>439</sup> Esse método consistia em: ver e descrever a situação em que trabalhavam ou viviam, julgar a situação à luz dos princípios cristãos e, então, agir para corrigir ou melhorar a situação.<sup>440</sup>

<sup>438</sup> CPT Nacional– Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. Pasta 4 – Correio do Bananal. Folha produzida pela CPT, Diocese de Teófilo Otoni, em 02/09/1979.

<sup>439</sup> Esse método teve como um de seus primeiros formuladores o sacerdote belga León Joseph Cardjin e foi empregado pela Ação Católica desde a década de 1950.

<sup>440</sup> OLIVEIRA, Fabrício Roberto Costa. *Religião, política e comunidade: emergência e politização do Movimento da Boa Nova*. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro: UFRRJ, 2012, p. 54-55.

A CPT-MG contou também com o apoio de diversas Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), no trabalho junto ao campesinato. Segundo Ivo Poletto, as CEB's são grupos formados por cristãos que, inspirados na leitura comunitária da Bíblia, atuam na realidade através da organização de diferentes formas de reivindicação, junto com a promoção de iniciativas de trabalho cooperativo e a criação de frentes populares que visam conquistar transformações estruturais.<sup>441</sup>

Na década de 1970, as CEB's foram criadas nas igrejas que procuraram colocar em prática as orientações do Concílio Vaticano II, animadas por bispos que se posicionaram contra a ditadura militar e as violações de direitos humanos.<sup>442</sup> Nesse trabalho de base, os bispos contaram com o trabalho de agentes pastorais que, por meio de cursos oferecidos às comunidades, incentivavam o associativismo e a sindicalização. De acordo com Schettini, em estudo sobre a Zona da Mata mineira, na região,

“As CEBs foram criadas, o povo se reunia para discutir o evangelho e agir localmente para melhorar a vida da população local, entretanto as CEBs começam dar outra tônica às reuniões: a falar sobre o desrespeito aos direitos do trabalhador rural, a condenar a ação de donos de terras e patrões gananciosos, bem como a criticar os políticos locais e suas práticas clientelistas. Junto a esse processo começam a discutir a necessidade de se criar associações ou sindicatos para melhor tutelar seus interesses.”<sup>443</sup>

Assim, nos primeiros anos da década de 1980, a partir do trabalho das CEB's passaram a ser fundados STR's na região.<sup>444</sup> Num primeiro momento, quando foram iniciadas as discussões para a criação dos STR's, a FETAEMG e a CONTAG não apoiaram a iniciativa. A federação e a confederação só reconheceram esses sindicatos após eles terem sido criados e já estarem em funcionamento.<sup>445</sup> Segundo Comerford, a Zona da Mata não era região priorizada pela FETAEMG para a abertura de STR's.<sup>446</sup> Provavelmente por ser uma região com menor número de conflitos rurais, a criação de

---

<sup>441</sup> POLETTI, Ivo. A Igreja, a CPT e a mobilização pela reforma agrária. In: CARTER, Miguel (org.). *Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2010, p. 141.

<sup>442</sup> Idem.

<sup>443</sup> SCHETTINI, Fernando Gomes. *A ação mediadora da Igreja Católica e a formação dos sindicatos de trabalhadores rurais da Mata de Muriaé- MG*. Dissertação (Mestrado). Niterói (RJ): Universidade Federal Fluminense, 2013, p. 106

<sup>444</sup> Na década de 1970 como não existiam STR's na região os serviços prestados através do Funrural eram realizados pelos sindicatos rurais patronais.

<sup>445</sup> SCHETTINI, Fernando Gomes. *A ação mediadora da Igreja Católica e a formação dos sindicatos de trabalhadores rurais da Mata de Muriaé- MG*. Dissertação (Mestrado). Niterói (RJ): Universidade Federal Fluminense, 2013, p. 115.

<sup>446</sup> COMERFORD, John Cunha. *Como uma família: sociabilidade, territórios de parentescos e sindicalismo rural*. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 2003, p. 256.

STR's não tenha sido privilegiada pela federação, que atuou mais intensamente em outras áreas do estado, como o Norte e o Noroeste, conforme já apresentado. Assim, na Zona da Mata mineira foram as CEB's, juntamente com a CPT-MG e a CUT, que investiram na fundação de STR's.

Após realizar entrevistas na região da Zona da Mata, Comerford afirma que, nas narrativas, é frequente a justificativa para a criação dos STR's como uma missão da comunidade em favor dos pobres e explorados. A fundação do sindicato era vista como uma missão cristã de ajuda aos necessitados. Em entrevista citada pelo autor, uma liderança sindical afirmou que Deus queria a justiça, sendo, por isso, necessário que se fundassem STR's, com o intuito de combater as injustiças que ocorriam no campo.<sup>447</sup>

Buscando referências na Bíblia que contribuíssem para a percepção das injustiças sociais, membros das CEB's e da CPT-MG foram fundamentais para despertar um sentido de organização entre os camponeses da região, o que contribuiu para a formação de STR's. Além disso, as CEB's e a CPT-MG também apoiaram as primeiras ações desses sindicatos recém-criados, que atuaram para que as leis trabalhistas fossem cumpridas no meio rural, além de prestarem serviços assistenciais por meio do FUNRURAL. Na Zona da Mata, membros dos STR's passaram a acompanhar os empregados durante a homologação dos acordos trabalhistas, para que todos os direitos fossem assegurados. Segundo Schettini, a ação dos STR's se limitou a conscientização e orientações individuais, buscando, sempre que possível, a conciliação.<sup>448</sup> De acordo com o autor, na Zona da Mata, o perfil dos STR's fundados não era de confronto:

“A solução conciliatória atendia a dois aspectos: primeiramente ajudava os STR's a eliminar a fama de radicais ou agitadores que a classe dominante local tentava lhes impingir; não bastasse isso, era uma forma de lidar com ameaças e práticas violentas que os empregadores eventualmente lhes destinavam.”<sup>449</sup>

Desta forma, é possível notar que na Zona da Mata mineira, região marcada pelo trabalho no campo de assalariados, parceiros e meeiros, o perfil de atuação dos STR's, que foram criados com o apoio das CEB's e da CPT-MG, era legalista e conciliador evitando conflitos com os empregadores rurais.

---

<sup>447</sup> Ibidem, p. 263.

<sup>448</sup> SCHETTINI, Fernando Gomes *A ação mediadora da Igreja Católica e a formação dos sindicatos de trabalhadores rurais da Mata de Muriaé- MG*. Dissertação (Mestrado). Niterói (RJ): Universidade Federal Fluminense, p. 136-137.

<sup>449</sup> Idem, p. 137.



Assim, em Minas Gerais, a CPT-MG não atuou somente nas regiões de intensos conflitos por terra. Em áreas como a Zona da Mata, onde os problemas no campo se relacionavam, principalmente, ao não cumprimento da legislação trabalhista, a CPT-MG também esteve presente e apoiou a criação de STR's. Tal qual na Zona da Mata, na região Noroeste a CPT-MG trabalhou com o apoio das CEB's "fornecendo subsídios, promovendo encontro de trabalhadores e apoiando concretamente as lutas nas áreas de conflito."<sup>450</sup> Já no Vale do Jequitinhonha, a CPT-MG se tornou

"uma ferramenta importante no trabalho pastoral no campo apoiando os sindicatos autênticos e conscientizando o povo. Ela tem ajudado muito com encontros, cartazes, cantos, cartilhas, concentrações e manifestações de apoio e fazendo a ligação entre luta e fé, está dando ao povo do vale que tem uma religiosidade popular muito enraizada um meio importante na sua caminhada de libertação."<sup>451</sup>

A forte religiosidade da população rural certamente contribuiu para o trabalho de *mediação* realizado pela CPT-MG, que em 1986, já era composta por nove regionais em todo o estado. Nesse mesmo ano, a instituição organizou assembleia estadual, que contou com a presença de membros de suas nove regionais. Na ocasião, Pe. Jerônimo Nunes enfatizou a importância de denunciar as violências ocorridas no campo. Segundo ele, as denúncias "devem continuar para levar os fatos para a opinião pública e, também, fazer pressão sobre o governo que não pode ser insensível aos anseios populares."<sup>452</sup> Além de realizar denúncias, no evento, a CPT-MG enfatizou que:

"Outra forma de trabalho que a CPT desenvolve é a assessoria jurídica, econômica e bíblica aos trabalhadores rurais. Isto é, a CPT está ao lado do trabalhador na luta pela terra, na atuação na Constituinte, formação de sindicatos e aprofundamento da fé."<sup>453</sup>

O trabalho da CPT-MG era amplo indo de questões religiosas às políticas relacionadas à luta pela terra. Na região dos mais intensos e violentos conflitos por terra, o Norte de Minas, a regional da CPT-MG foi criada, em 1984, na cidade de Montes Claros (MG), sob a coordenação de Luiz Antônio Chaves, que também pertencia aos quadros da FETAEMG.<sup>454</sup> Essa dupla militância do coordenador regional não isentou a FETAEMG

---

<sup>450</sup> Relatório da 6ª Assembleia da Comissão Pastoral da Terra de Minas Gerais, Cachoeira do Campo (MG), 28 e 30/06/1985, p. 2. Acervo CPT Norte de Minas.

<sup>451</sup> Idem, p. 10-11.

<sup>452</sup> Jornal *Pelejando*, nº 30, ano IV, julho de 1986, p. 11. Acervo CEDEFES.

<sup>453</sup> Idem.

<sup>454</sup> Assembleia da Comissão Pastoral da Terra do Norte de Minas, 1984. Acervo CPT Norte de Minas.

de críticas realizadas pela CPT-MG, inclusive por sua atuação nessa região do estado. Em 1987, por exemplo, quando da fundação do STR de Francisco Sá, o boletim *Integração*, produzido pelas CEB's, CPT e PO (Pastoral Operária) do Norte e Noroeste de Minas, afirmou que “a FETAEMG não mandou nenhum representante. Isso mostra o descomprometimento dela com a verdadeira organização dos trabalhadores rurais do Norte de Minas.”<sup>455</sup>

Alguns membros da CPT-MG consideravam que a FETAEMG era subserviente ao governo e excessivamente temerosa no que se referia à luta pela terra.<sup>456</sup> A federação mineira foi muitas vezes criticada por não atuar em áreas de conflito e, também, por não apoiar a criação de STR's. O jornal *Pelejando*, veiculado pelas CEB's, PO e CPT-MG, mencionou a falta de atitude da federação, em 1985, ao tratar de conflito entre posseiros e latifundiário na fazenda Capivara, situada em Januária, no Norte do estado. De acordo com o periódico,

“O fazendeiro não permite que esses posseiros plantem, criem animais e isolou as estradas não deixando saída. (...) Agora os jagunços estão matando as criações dos posseiros, por espancamentos ou colocando veneno nas rações de milho e ao redor das moradias envenenando porcos e galinhas. (...) Os posseiros diante da situação estão sendo obrigados a buscar o sustento em fazendas distantes e em péssimas condições de trabalho, enquanto esperam uma solução da terra que nunca vem. (...) **A FETAEMG está ciente de todos esses fatos e ainda não tomou nenhuma providência.**”<sup>457</sup>

Nesse mesmo ano, a CPT-MG, as CEB's, a CUT e o STR de Iturama apoiaram camponeses que ocuparam a fazenda Bartira, situada no município de Iturama (MG), no Triângulo Mineiro. Essas entidades tentaram dialogar com o MIRAD, em Brasília (DF), para que a área fosse desapropriada e, também, com o polícia, para conseguir que camponeses presos fossem soltos. Já a FETAEMG, segundo a Comissão Coordenadora dos Acampados, “seu apoio se resumiu a três visitas e acusações de que a luta era coisa de partido político”.<sup>458</sup> A *mediação* da FETAEMG, conforme apontado anteriormente, foi muitas vezes reprovada não só por outros mediadores, mas também pelos camponeses. Contudo, a relação entre a CPT-MG e a FETAEMG não foi marcada somente por

<sup>455</sup> Boletim *Integração*, ano V, nº 28, novembro de 1987. Acervo CPT Norte de Minas.

<sup>456</sup> ZANGELMI, Arnaldo José. *Traduções e bricolagens: mediações em ocupações de terra no Nordeste Mineiro nas décadas de 1980 e 1990*. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro: UFRRJ, 2014, p. 102.

<sup>457</sup> Recorte do jornal *Pelejando*, nº 14, ano III, fevereiro de 1985, p. 8. Acervo CPT-MG. Grifos meus.

<sup>458</sup> Histórico da ocupação da fazenda Bartira, produzido pela Comissão Coordenadora dos Acampados em 03/09/1985. Acervo CEDEFES.

divergências. Ocorreram situações em que a CPT-MG apoiou a FETAEMG e os dois mediadores também realizaram ações em conjunto. Além disso, inúmeras foram as denúncias de violências ocorridas no meio rural assinadas juntamente pelas duas instituições.

Exemplo de ação conjunta ocorreu em 1984, quando posseiros que viviam na fazenda Formoso, situada no município de Januária, no Norte de Minas, passaram a ser ameaçados pela empresa Nog Rural. Nesse conflito, membros da CPT-MG, da FETAEMG e do STR de Januária foram juntos até a fazenda, “no dia 31 de outubro, para discutir e encaminhar com os posseiros uma solução para o problema”.<sup>459</sup> A *mediação* foi coletiva, sendo exercida pelas três entidades em diálogo com os camponeses.

A *mediação* exercida pela CPT-MG foi em defesa dos camponeses, para que esses permanecessem nas terras em que viviam. Não foram encontrados casos em que a organização buscou soluções negociadas com o latifúndio, como realizado pela FETAEMG. Sua posição foi de apoio às resistências camponesas e incentivo à luta para que esses permanecessem na terra. Em 1985, a CPT do Norte de Minas, após realizar reunião interna de avaliação “da caminhada”, publicou em boletim:

“Reafirmamos nosso compromisso de apoio à organização e conscientização dos trabalhadores fortalecendo sua participação no seu sindicato, nos movimentos dos Sem-Terra e na sua articulação a nível estadual e nacional através da CUT – Central Única dos Trabalhadores.”<sup>460</sup>

No período de abertura política novos movimentos sociais surgiam na cena pública e, alguns deles, atuaram no meio rural. A CPT procurou apoiá-los, conforme apontado no boletim acima, em que a CPT do Norte de Minas reafirmou seu apoio aos sindicatos, ao Movimento dos Sem-Terra e à CUT. Esses novos movimentos atuantes no meio rural, a partir da década de 1980, são objeto de análise a seguir.

#### 2.4 Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Central Única dos Trabalhadores (CUT) e Partido dos Trabalhadores (PT)

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) foi criado oficialmente no Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, realizado em janeiro de 1984 na cidade de Cascavel, no Paraná. O movimento nasceu no estado do Rio Grande

<sup>459</sup> Boletim *Integração*, ano II, n° 7, set-out 1984, p. 11. Acervo CPT Norte de Minas.

<sup>460</sup> Boletim *Integração*, ano III, n° 10, março-abril 1985, s/p. Acervo CPT Norte de Minas.

do Sul com pequenos produtores rurais gaúchos que estavam sendo expulsos do campo e, posteriormente, se expandiu para todo o país. Uma de suas principais bandeiras, no momento, era “terra para quem nela trabalha”, criada e, também, adotada pela CPT. Além da conquista da terra, outros objetivos do movimento, quando da sua criação, eram: “lutar por uma reforma agrária ampla; lutar por um sindicalismo autêntico que organiza os agricultores para defender seus direitos; e lutar por uma sociedade justa, onde não haja tantas injustiças.”<sup>461</sup>

É importante ressaltar que no momento da sua criação, em 1984, o Brasil vivia em clima de abertura política e de luta pelo retorno da democracia a partir da campanha pelas “Diretas Já!”. Esse contexto propiciou o aparecimento na cena pública de novos movimentos sociais, entre eles o MST, que, segundo um de seus fundadores, “não surgiu só da vontade do camponês. Ele só pôde se constituir como um movimento social importante porque coincidiu com um processo mais amplo de luta pela democratização do país.”<sup>462</sup>

Desde a sua fundação, o MST apresentou algumas características que o diferiam das demais organizações que lutavam pela terra. Uma delas era a necessidade de luta das massas para a realização da reforma agrária. “Esse negócio de assembleia, de abaixo-assinado para o governo, de audiência, isso não resolve”<sup>463</sup>, era o que acreditavam as lideranças do movimento. Outra característica importante era a adoção da *estratégia* de ocupação de terras. Segundo João Pedro Stédile, membro da Coordenação Nacional do MST e um de seus fundadores,

“ela [a ocupação] é fundamental, é a essência do movimento. O que o MST faz é aglutinar pessoas. (...) A ocupação dá esse sentido de unidade às pessoas, para lutarem por um mesmo objetivo. (...) Outro aspecto é que ela desmascara a lei. Se não ocupamos, não provamos que a lei está do nosso lado. (...) A lei só é aplicada quando existe iniciativa social, essa é a norma do direito.”<sup>464</sup>

A ocupação fundou novas concepções de direito: não era questionada a legalidade da propriedade da terra, mas principalmente sua legitimidade, uma vez que não ocorria uma destinação produtiva. Assim, foi atualizada, por meio dessa prática, a própria noção

<sup>461</sup> *Jornal Sem Terra*, n° 38, setembro de 1984, p. 2. Disponível em <http://armazemmemoria.com.br>. Acesso em 06/04/2021.

<sup>462</sup> STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. *Brava Gente: A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, coedição Fundação Perseu Abramo, 2ª edição, 2012, p. 24.

<sup>463</sup> *Idem*, p. 52.

<sup>464</sup> *Idem*, p. 116-117.

de função social da terra.<sup>465</sup> Em janeiro de 1985, no I Congresso Nacional do MST, realizado em Curitiba (PR), já surgiu a bandeira “Ocupação é a única solução”. A partir desse lema, o MST mostrava que não estava de acordo com as propostas de reforma agrária da Nova República e que sua política era de resistência ao latifúndio e, também, ao Estado. Em documento do mesmo ano o MST afirmou:

“Está claro que o governo não quer fazer a reforma agrária. (...) Em nossa avaliação da conjuntura política atual, consideramos de fundamental importância conseguir fazermos manifestações massivas, com o máximo de trabalhadores possíveis, em todas as capitais que pudermos, para forçarmos o governo a iniciar imediatamente as desapropriações.”<sup>466</sup>

A *estratégia* proposta pelo movimento para obter do governo a desapropriação de terra era a realização de grandes manifestações nas capitais do país. O MST optava pela ocupação do espaço público para ganhar visibilidade e, assim, “forçar o governo” a realizar as desapropriações.

Ainda em 1984, no mês de setembro, foi realizado, em Contagem (MG), o I Encontro dos Trabalhadores Sem Terra de Minas Gerais, com forte influência das mobilizações que ocorriam no Sul do país. Em uma reportagem do *Jornal Sem Terra*, de 1984, é possível perceber as articulações entre integrantes da CPT de Minas Gerais e do MST do Sul do país no Encontro. No evento foram apontadas as principais regiões nas quais as mobilizações deveriam ocorrer no estado – Nordeste e Norte – áreas consideradas de maior exploração e conflitos pela terra.<sup>467</sup> No Encontro também foi feita uma análise sobre o Estatuto da Terra e concluiu-se que “não é o ideal para quem não possui terra para trabalhar e ajuda a preservar os grandes latifúndios improdutivos.”<sup>468</sup>

O MST desde a sua fundação se diferenciava do movimento sindical rural, pois não se mostrava disposto a reivindicar a terra dentro dos mecanismos legais como o Estatuto da Terra. Além disso, trouxe a novidade da ocupação de terras, que não costumava ser uma prática bem-vista pelo sindicalismo tradicional.

Em Minas Gerais, o MST iniciou seu trabalho na região do Jequitinhonha e Mucuri, já em 1984, com o apoio da CPT. “Membros do MST vinham para a região, de

---

<sup>465</sup> MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Movimentos sociais no campo, lutas por direito e reforma agrária na segunda metade do século XX. In: CARTER, Miguel (org.). *Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2010, p. 128.

<sup>466</sup> Documento intitulado “Como o movimento está vendo a situação atual”, produzido pelo MST em 1985. Acervo CEDEFES.

<sup>467</sup> *Jornal Sem Terra*, nº 38, setembro de 1984, p. 12. Disponível em <http://armazemmemoria.com.br>. Acesso em 06/04/2021.

<sup>468</sup> Idem.

tempos em tempos, para fazer reuniões e escolhiam algumas pessoas das comunidades para recrutar e cadastrar mais interessados.”<sup>469</sup> Na cidade de Poté (MG) foram realizadas as primeiras reuniões de articulação para a construção do MST mineiro. De acordo com Fernandes,

“No ano de 1985, os sem-terra começaram a manter contatos com os Sindicatos de Trabalhadores Rurais para discutirem a formação de uma articulação estadual e fortalecer a luta. Com esse objetivo, em junho, os sem-terra promoveram, com o apoio da CPT, um encontro regional em Teófilo Otoni, quando reuniram experiências de lutas e propuseram a organização dos trabalhadores nos municípios. Elegeram uma coordenação regional e iniciaram os trabalhos de base nos municípios de Ladainha, Teófilo Otoni, Pavão, Ouro Verde de Minas e Frei Gaspar. Em agosto, realizaram um encontro estadual na cidade de Belo Horizonte, com representantes das regiões: vale do Mucuri, Norte de Minas, Jequitinhonha e Zona da Mata.”<sup>470</sup>

Nesse encontro estadual, ocorrido entre os dias 10 e 11 de agosto de 1985, na capital mineira, após a discussão plenária concluiu-se que:

“Tá faltando gente para o Movimento. Temos que organizar na base. Pessoas assumindo 3 ou 4 coisas ao mesmo tempo. Movimento sem terra sem o Sindicato não funciona. (...) O povo ainda não entende o que é o Movimento Sem Terra. (...) Não existe movimento dos Sem Terra organizado em Minas Gerais.”<sup>471</sup>

Nota-se a partir do documento, que o MST estava enfrentando dificuldades para se organizar em Minas Gerais, entre elas a falta de membros e o desconhecimento da população sobre o movimento. A partir desse mesmo encontro, o MST decidiu pela formação de comissões municipais que deveriam “ver o andamento do trabalho; agrupar mais gente: lideranças; [fazer] o levantamento de terras e mobilizar para luta.”<sup>472</sup>

Em março de 1986, de acordo com ata de reunião da executiva estadual do MST, no Vale do Mucuri o “espaço dos Sem Terra ainda não foi conquistado. (...) Há espaços para o movimento sindical da região apoiar a caminhada dos Sem Terra.”<sup>473</sup> Além disso,

<sup>469</sup>ZANGELMI, Arnaldo José. *História, Identidade e Memória no Assentamento Aruega – Novo Cruzeiro/MG*. Dissertação (Mestrado). Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2007, p. 63.

<sup>470</sup>FERNANDES, Bernardo Mançano. *Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro: formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST (1979-1999)*. Tese (Doutorado). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1999, p. 125.

<sup>471</sup>Relatório do Encontro dos Sem Terra – Minas, 10 a 11 de agosto de 1985, BH, p. 1. Sublinhado consta no original. Acervo CEDEFES

<sup>472</sup>Idem, p. 4.

<sup>473</sup>Ata de reunião executiva estadual do MST ocorrida em 15 e 16 de março de 1986, na cidade de Belo Horizonte. Acervo CEDEFES.

o documento informa sobre a criação de uma Comissão Regional, que ficaria responsável por coordenar o movimento na região, com o apoio da CPT. Segundo Fernandes,

“No início do primeiro semestre de 1987, foi realizada uma assembleia municipal do MST, em Poté, com a participação de aproximadamente trezentos trabalhadores. Em abril, organizaram um encontro regional em Teófilo Otoni, onde deliberaram pela ocupação de terra para fazerem avançar a luta.”<sup>474</sup>

A primeira ocupação de terra sob a liderança do MST ocorreu um ano depois, em fevereiro de 1988, no município de Novo Cruzeiro, situado no Vale do Jequitinhonha, com a participação de aproximadamente 300 famílias da região. Essa ocupação ocorreu na fazenda Aruega de 630 hectares, que foi desapropriada, em setembro do mesmo ano, e deu origem, posteriormente, ao assentamento Aruega.

No trabalho de arregimentação dos camponeses para a ocupação, foi enfatizado pelo movimento “que a terra era devoluta e improdutiva, pois as pessoas tinham certa resistência em ocupar uma terra que tinha dono.”<sup>475</sup> Ou seja, para que a *mediação* acontecesse o discurso do movimento precisou ser acolhido e considerado válido pelos camponeses. Para participarem daquela ocupação os camponeses consideraram aquele ato como legítimo, caso contrário, não teriam tomado parte. Segundo Zangelmi, no caso da fazenda Aruega,

“à princípio as relações entre os mediadores do MST e os camponeses se caracterizou principalmente pela tutela e pela pouca liberdade atribuída aos camponeses. (...) Os mediadores do MST para atingirem resultados mais diretos e imprescindíveis, necessitaram de uma grande objetividade nas ações. Organizar 300 famílias - em mais de 11 municípios, sincronizar essas ações e executar estratégias ao revés das elites e das autoridades locais, em um curto tempo - requer uma capacidade de dirigir esforços tremenda. Essa necessidade destoava do ambiente de discussão, que tem um ritmo mais lento...”<sup>476</sup>

Para a ocupação de Aruega, os camponeses foram recrutados pelo MST e pouco influíram na forma como se daria a ação. A maioria deles nem mesmo sabia qual seria a fazenda a ser ocupada, visto que o movimento optou pelo sigilo das informações para garantir que os adversários não tivessem conhecimento da ação antes que ela ocorresse.

---

<sup>474</sup> FERNANDES, Bernardo Mançano. *Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro: formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST (1979-1999)*. Tese (Doutorado). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1999, p. 126.

<sup>475</sup> ZANGELMI, Arnaldo José. *História, Identidade e Memória no Assentamento Aruega – Novo Cruzeiro/MG*. Dissertação (Mestrado). Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2007, p. 65-66.

<sup>476</sup> Idem, p. 80.

Logo quando ocuparam a fazenda, os camponeses ergueram barracas de lona, foram criados grupos de trabalho e comissões e, em uma das barracas, foi improvisada uma escola.<sup>477</sup> No entanto, a ocupação teve que enfrentar forte oposição das autoridades locais e de fazendeiros da região. A polícia realizou frequentes operações na fazenda e os camponeses foram alvo de interrogatórios, perseguições, agressões físicas, além de ordens de despejo. Segundo o próprio MST, imediatamente após a ocupação, a polícia permaneceu na entrada da fazenda “controlando o movimento de pessoas e revistando quem entra e quem sai.”<sup>478</sup>

Apesar de institucionalmente se posicionar contra a ocupação de terras, ao menos um diretor da FETAEMG apoiou os camponeses de Aruega. De acordo com documento do MST, “foi interceptado pela polícia o diretor da FETAEMG Sílvio Rodrigues Gomes que ia levar alimentos aos acampados. Depois de meia hora, o carro foi liberado e ele pôde ir ao acampamento.”<sup>479</sup> Os acampados contaram também com o apoio incisivo do STR de Novo Cruzeiro e da CPT, que, com frequência, forneciam remédios e alimentos às famílias de Aruega. O secretário do STR de Novo Cruzeiro foi inclusive ameaçado de morte, em 1988, por sua atuação na fazenda.<sup>480</sup>

A conquista de Aruega não foi fácil, mas impulsionou uma série de movimentações que transformaram o cenário de luta pela terra na região.<sup>481</sup> Contudo, essas mudanças em favor das ocupações de terra ocorreram após 1988, período não contemplado por esta pesquisa. O MST em Minas Gerais ganhou força na década de 1990, no período de 1984 a 1988 o movimento deu seus primeiros passos no estado e conseguiu realizar sua primeira ocupação. O auxílio da CPT foi fundamental para esse início do trabalho do MST no estado. Padre Manuel Jerônimo Nunes, coordenador da CPT em Minas Gerais, por exemplo, foi um dos grandes apoiadores do MST na região do Jequitinhonha e Mucuri e conseguiu que muitos leigos, ligados à CPT, entrassem para os quadros do MST de Minas Gerais.

A relativa demora de Minas Gerais em realizar ocupações é relatada a Zangelmi pela primeira liderança feminina do MST mineiro:

---

<sup>477</sup> Ibidem, p. 67.

<sup>478</sup> Documento produzido pelo MST “Acampados de Aruega começam a plantar”, de 17/02/1988. Acervo CPT Minas Gerais.

<sup>479</sup> Documento produzido pelo MST “Polícia procura liderança da fazenda Aruega e dono da terra pede reintegração de posse”, de 19/02/1988. Acervo CPT Minas Gerais.

<sup>480</sup> Documento produzido pela CPT contendo descrição datada dos fatos ocorridos na fazenda Aruega, s/d. Acervo CPT Minas Gerais.

<sup>481</sup> ZANGELMI, Arnaldo José. *Traduções e bricolagens: mediações em ocupações de terra no Nordeste Mineiro nas décadas de 1980 e 1990*. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro: UFRRJ, 2014, p. 107-108.



“Enquanto nós ocupávamos uma terrinha aqui, no Espírito Santo ocupava seis, dez... Tinha muita liderança, muito povo com coragem. Aqui foi devagar. Até que João Pedro Stédile falava assim: “Minas Gerais precisa sair a bunda do banco” (risos) Foi bem devagar, porque, além da dificuldade financeira que nós tínhamos, também tinha a repressão. Nós tínhamos muito medo, eu fui ameaçada várias vezes, a gente não podia sair sozinha.”<sup>482</sup>

No período de transição democrática, a violência no meio rural mineiro era grande e as ameaças vinham tanto dos latifundiários quanto das autoridades locais. A polícia não garantia proteção, muito pelo contrário, na maioria das vezes era a responsável pelas ações arbitrárias e violentas. O que revela que o fim da ditadura militar não implicou fortes rupturas no campo, a violência se manteve e, em alguns locais, até aumentou devido ao crescimento e fortalecimento da organização camponesa.

Além da CPT-MG, o MST também buscou apoio no movimento sindical rural e muitos foram os STR's que deram suporte às ocupações em Minas Gerais. Em 1989, o MST expandiu-se para o Noroeste e para o Triângulo Mineiro e, posteriormente, para o Norte de Minas. A partir daí, as ocupações de terras se tornaram frequentes no estado e as lutas pela terra ganharam novos contornos. O MST se tornou um forte mediador e o acampamento se tornou uma referência para os camponeses. De acordo com Zangelmi,

“O acampamento não é exatamente um espaço de “limpeza” da cultura anterior, mas sim um ambiente propício para que os camponeses tenham uma experiência coletiva baseada em uma nova perspectiva de mundo, uma interpretação da realidade que acrescenta novas referências sem, com isso, se sobrepor as já existentes de forma artificial.”<sup>483</sup>

Assim como o MST, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Partido dos Trabalhadores (PT) também foram fundados no contexto de reabertura política e luta pela redemocratização do país. A CUT foi criada em agosto de 1983, durante o 1º Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat), ocorrido em São Bernardo do Campo (SP), em contraposição ao sindicalismo até então vigente. A Central congregava trabalhadores urbanos e rurais e objetivava lutar pela mudança da estrutura sindical brasileira, com o

---

<sup>482</sup> Trecho de entrevista realizada por Arnaldo Zangelmi em 22/10/2012 com liderança do MST que o autor atribuiu o pseudônimo de Estefani. In: ZANGELMI, Arnaldo José. *Traduções e bricolagens: mediações em ocupações de terra no Nordeste Mineiro nas décadas de 1980 e 1990*. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro: UFRJ, 2014, p. 120.

<sup>483</sup> ZANGELMI, Arnaldo José. *História, Identidade e Memória no Assentamento Aruega – Novo Cruzeiro/MG*. Dissertação (Mestrado). Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2007, p. 108-109.

objetivo de conquistar a liberdade e a autonomia sindicais. As principais resoluções desse congresso, que culminou com a sua fundação, foram: “a luta contra o desemprego e a defesa da estabilidade, a reivindicação da redução da jornada de trabalho sem redução de salário, a luta pela extinção da hora extra e contra o arrocho salarial, a defesa dos servidores públicos, das empresas estatais, do direito à habitação, da reforma agrária, e a luta pelas liberdades democráticas.”<sup>484</sup> Assim, desde a sua fundação a realização da reforma agrária foi vista pela CUT como um direito a ser conquistado.

Em seu primeiro congresso, ocorrido em agosto de 1984, a entidade, dentre outras proposições, defendeu a realização de uma reforma agrária “radical, ampla, massiva e imediata, sob controle dos trabalhadores.” Dois anos depois, quando do seu segundo congresso, ocorrido na cidade do Rio de Janeiro (RJ), os trabalhadores rurais tiveram lugar de destaque, somando 35% dos presentes.<sup>485</sup> Nas suas resoluções, constantes em texto de 71 páginas, 17 delas foram dedicadas à questão agrária e à violência no campo, o que aponta para o papel relevante que os problemas do campo possuíam para a CUT e a expressiva representatividade que os trabalhadores rurais tinham em seus quadros.

Em Minas Gerais, o primeiro Congresso Estadual da CUT (CECUT) ocorreu em abril de 1985, quando foi fundada a CUT-MG. Assim como nacionalmente, no estado, a CUT atuou em oposição ao sindicalismo considerado “pelego” e apoiou a fundação e o trabalho de STR’s considerados mais atuantes e menos ligados às políticas assistencialistas promovidas pelo Estado. A CUT-MG propunha a implementação de um “sindicalismo classista, unitário, democrático e de massas: independente do Estado e autônomo em relação aos partidos políticos.”<sup>486</sup> Em fevereiro de 1986, lideranças sindicais de 26 STR’s de Minas Gerais de diferentes partes do estado criaram a Secretaria Rural da CUT-MG com o intuito de estabelecer um sindicalismo rural independente do Estado e organizado pela base.

A FETAEMG foi criticada pela Secretaria Rural CUT-MG, em 1987, por sua aproximação com o Estado: “A Federação tem usado sua ascendência sobre os sindicatos para levá-los a acatar os programas e projetos oficiais do Governo, comprometendo-os com sua implantação e execução.”<sup>487</sup> De acordo com a CUT-MG,

---

<sup>484</sup> Verbete CPDOC Central Única dos Trabalhadores. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/central-unica-dos-trabalhadores-cut>. Acesso em 13/04/2021.

<sup>485</sup> Idem.

<sup>486</sup> Texto *A história do movimento sindical dos trabalhadores rurais (1955-1987)*, elaborado pela Secretaria Rural da CUT-MG, novembro de 1987, p. 15. Acervo CEDEFES.

<sup>487</sup> Idem, p. 12.

“A FETAEMG deixou de investir no apoio a outras frentes de luta existentes no Estado. O projeto de ação sindical, elaborado entre 1982 e 85, foi abandonado, com a demissão dos assessores e educadores sindicais. O trabalho de formação sindical foi interrompido.”<sup>488</sup>

Ainda em 1987, a Secretaria Rural da CUT-MG constituiu chapa para concorrer às eleições para diretoria da FETAEMG. A chapa denominava-se “Pé no Chão”, mas não conseguiu sair vitoriosa. Entre os anos de 1985 e 1988, a CUT-MG, por meio de correspondências, assim como outros mediadores, realizou várias denúncias sobre as violências que ocorriam no meio rural. Além disso, a Central defendeu a realização da reforma agrária denominada pela organização como radical, com críticas veementes ao Plano Nacional de Reforma Agrária, proposto pelo presidente José Sarney.<sup>489</sup>

A CUT-MG apoiou também a ocupação de terras e contribuiu para a conformação do MST no estado. Por outro lado, o MST, nos seus momentos iniciais, incentivou a filiação sindical à CUT.<sup>490</sup> Sobre a ocupação da fazenda Aruega a CUT-MG se manifestou em apoio aos acampados e divulgou material denominado “Só a luta faz a lei”, em que apontava que só restava um caminho para a conquista da terra: a luta. “Nesta luta, de interesse geral, todos os trabalhadores devem participar solidarizando-se com os trabalhadores sem-terra da Fazenda Aruega e de todos os rurais do país”<sup>491</sup>

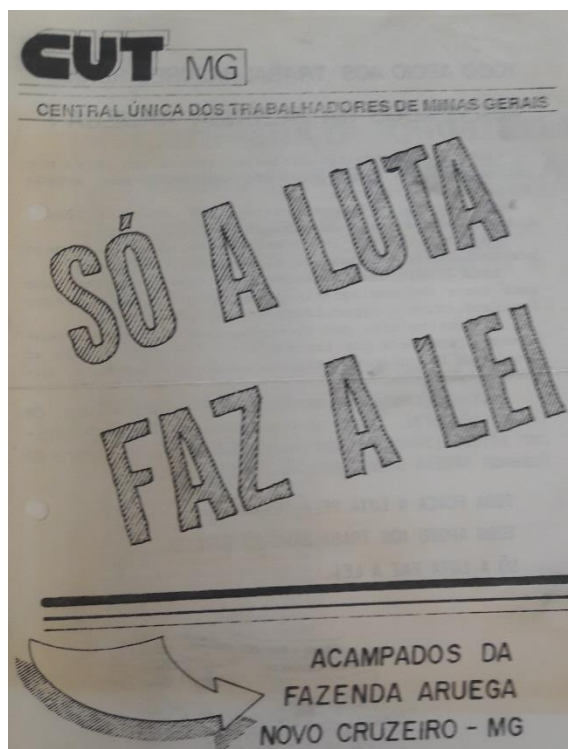
---

<sup>488</sup> Ibidem, p. 11.

<sup>489</sup> Documento produzido pela CUT-MG denominado “Fim à violência do latifúndio! Reforma agrária radical!!” [1986]. Acervo CPT Minas Gerais.

<sup>490</sup> ZANGELMI, Arnaldo José. *História, Identidade e Memória no Assentamento Aruega – Novo Cruzeiro/MG*. Dissertação (Mestrado). Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2007, p. 116.

<sup>491</sup> Documento produzido pela CUT-MG denominado “Só a luta faz a lei”. [1988]. Acervo CPT Minas Gerais.



Capa de material produzido pela CUT-MG: “Só a luta faz a lei”. Acervo CPT Minas Gerais.

A CUT exerceu papel importante na defesa das desapropriações de terra e da realização da reforma agrária no país e, no final da década de 1980, a Central havia se tornado a principal expressão do sindicalismo brasileiro, cujas conquistas e avanços eram inegáveis.<sup>492</sup>

O Partido dos Trabalhadores (PT), por sua vez, foi fundado em 1980 por um grupo heterogêneo de pessoas que defendia a autonomia dos movimentos e organizações populares. No momento da sua criação, o partido definia-se como socialista e democrático, ao lutar pela livre organização dos trabalhadores, ao propor o combate aos instrumentos de repressão, ao defender a alteração da estrutura fundiária no país, ao combater a política de arrocho salarial e ao defender uma política social efetiva.<sup>493</sup> De acordo com Zangelmi,

“O segmento rural teve participação importante no PT e na CUT, compondo seus quadros e direcionando parte significativa de suas mobilizações. Destaca-se a constituição da reforma agrária como uma das grandes bandeiras dessas organizações, sendo as ocupações de

<sup>492</sup> COSTA, Hélio da. O novo sindicalismo e a CUT: entre continuidades e rupturas. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. *Revolução e democracia (1964-...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 621.

<sup>493</sup> Verbete CPDOC Partido dos Trabalhadores. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-dos-trabalhadores-pt>. Acesso em 11/05/2021.

terras consideradas como estratégias legítimas de pressão sobre o poder público.”<sup>494</sup>

Em Minas Gerais, pessoas ligadas aos STR's mais progressistas compuseram os quadros do PT e da CUT. Além disso, pessoas oriundas da CPT ou que possuíam ligações com a Teologia da Libertação também fizeram parte da militância do PT no estado. Esse foi o caso, por exemplo, de Durval Ângelo, que antes de entrar para o PT já atuava na CPT, e de Tilden Santiago, importante liderança do PT mineiro, que havia sido padre operário ligado à Teologia da Libertação. Esses militantes do partido que já atuavam em outras organizações progressistas ligadas ao meio rural podem ter contribuído para a inserção do PT no campo. O partido foi responsável por realizar diversas denúncias na Assembléia Legislativa de Minas Gerais e, também, na Câmara e no Senado contra as violências ocorridas no meio rural do estado. Até mesmo o presidente do PT à época, Olívio Dutra, em 1988, denunciou ao presidente do MIRAD, Jader Barbalho as arbitrariedades cometidas contra camponeses na fazenda São Pedro, situada em Unaí (MG).<sup>495</sup>

Em 1986, o deputado estadual pelo PT, João Batista do Mares Guia, requiriu junto à ALMG que fosse aberta uma CPI para apurar a violência no campo ocorrida no estado no período de 1983 a 1986. O mesmo deputado, em fala na CPI, denunciou a inoperância da RURALMINAS na solução dos conflitos de terra.

“Devo confessar com todo respeito ao corpo técnico da Ruralminas e à entidade que eu, pessoalmente, não sei mais, quando sou procurado por trabalhadores e posseiros, se compensa encaminhar as demandas à Ruralminas porque não se tem resposta nem uma comunicação sobre o andamento dos processos. Na verdade, neste particular de conflito de terras a Ruralminas tem neste caso pouco contribuído.”<sup>496</sup>

Durante os trabalhos da CPI, Mares Guia também falou da sua presença em regiões de conflitos.

“Cheguei nesta madrugada do Vale do Jequitinhonha. Estive pela segunda vez na região de Turmalina onde há muito tempo se arrasta um problema envolvendo numerosas famílias de posseiros há mais de duas décadas. Recentemente, para se ter uma ideia, 7 mil metros de arame

<sup>494</sup> ZANGELMI, Arnaldo José. *Traduções e bricolagens: mediações em ocupações de terra no Nordeste Mineiro nas décadas de 1980 e 1990*. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro: UFRRJ, 2014, p. 30.

<sup>495</sup> Telex enviado pelo deputado do PT Olívio Dutra para o ministro do MIRAD, Jader Barbalho em 04/04/1988. Acervo CEDEFES.

<sup>496</sup> Ata da 4ª reunião da CPI violência no campo, 17/06/1986, p. 5. Acervo ALMG.

farpado, foi arrancada [sic] por um fazendeiro que tem abusado de seus poderes.”<sup>497</sup>

Na década de 1980 era frequente a presença de deputados estaduais do PT nas regiões de intensos conflitos de terra. Em Unaí, por exemplo, destacou-se a atuação do deputado estadual Chico Ferramenta, que também pertencia à CUT. Os políticos ligados ao PT também apoiaram a fundação de muitos STR's como foi o caso, na Zona da Mata, do deputado estadual Raul Messias, que também era ligado às CEB's e à CPT-MG.

Apesar das diferenças em termos de propostas e metodologias de ação, em Minas Gerais, até o ano de 1988, o MST, o PT e a CUT atuaram em conjunto com a CPT-MG constituindo uma aliança para a formação de oposições aos sindicatos considerados “pelegos”. Com os STR's mais atuantes essas organizações mantiveram um relacionamento estreito e atuaram em colaboração no trabalho de luta pela terra.

\* \* \*

A partir da atuação dos mediadores aqui analisados foi possível perceber que, na prática, a ação variou. Alguns mediadores não tiveram um padrão de atuação igual em todo estado em todo o período analisado. No sindicalismo rural a presença mais forte junto aos camponeses alterou-se conforme a região e o período, além de depender das lideranças que estiveram à frente dos STR's. Houve regiões marcadas pela presença de um sindicalismo rural mais atuante e combativo, em defesa dos camponeses e da permanência desses na terra, como o STR de Unaí e o STR de São Francisco. Por outro lado, houve locais em que o sindicalismo rural era bastante atrelado ao Estado autoritário, pouco contribuindo para a organização camponesa. Não houve, portanto, um padrão de ação do movimento sindical rural em todo o estado. Os STR's não constituíam um bloco homogêneo e as suas ações foram diversas, variando de local para local e, também, de acordo com as lideranças. Muitas vezes a mudança da diretoria sindical acarretava alterações na forma de atuação daquele mediador. Desta forma, foram múltiplas as possibilidades de atuação dos STR's em Minas Gerais no período estudado. Já a FETAEMG, que também fazia parte do movimento sindical rural, optou, na maior parte das vezes, por propor soluções negociadas junto ao Estado e muitas vezes foi criticada pelos próprios STR's e ela filiados. Contudo, o trabalho da FETAEMG variou de acordo

---

<sup>497</sup> Ibidem, p. 4

com o período e a região do estado. Em algumas regiões, principalmente na primeira metade da década de 1980, a FETAEMG exerceu papel decisivo nas lutas camponesas e foi mediador importante.

A CPT-MG, por sua vez, atuou na defesa mais incisiva dos camponeses e foi contrária a muitos acordos propostos pela FETAEMG. Essa federação, em alguns momentos, adotou posturas de adesão ao regime militar e, em outros, optou por estratégias de acomodação. A FETAEMG atuou junto a muitos STR's exercendo papel importante na fundação desses, mas foi também, em determinadas ocasiões, criticada por alguns desses mesmos sindicatos. As organizações AP, CPT, MST, CUT e PT, por sua vez, em momento distintos, foram resistência e, no campo, atuaram de maneiras diversas e plurais em defesa dos camponeses.

A AP tentou realizar um trabalho no campo antes do AI-5, de dezembro 1968. Após esse ato institucional, muitos dos seus membros, em Minas Gerais, foram presos e o trabalho no campo descontinuado. A CUT, o PT e o MST, por outro lado, só passaram a atuar em defesa dos camponeses mineiros em meados da década de 1980, período em que os conflitos estavam mais acirrados, mas a atuação dos mediadores podia ser exercida de forma mais aberta, já que, nesse período, a ditadura agonizava. Todavia, ao mesmo tempo que o trabalho, nesse momento, não precisava ser clandestino ele necessitava de cuidados, pois a violência era muito intensa, afinal, os latifundiários não estavam dispostos a democratizar o acesso à terra no país. O intuito era manter as terras concentradas nas mãos de poucos, o que de fato ocorreu.

### Capítulo 3: Casos emblemáticos

Muitos foram os conflitos por terra em Minas Gerais no período que vai do golpe de 1964 até a promulgação da Nova Constituição em 1988. Os casos apresentados neste capítulo são aqueles considerados emblemáticos, a partir da pesquisa realizada, tanto pela multiplicidade de formas de resistências, quanto pela intensidade da repressão, praticada por agentes públicos e/ou privados. Cada caso possui as suas especificidades e os selecionados para compor este capítulo são tratados de forma individual, sem que haja classificação. Em todos os conflitos descritos, os camponeses resistiram, no entanto, cada resistência foi única e a essas não são atribuídas categorizações ou tipologias comparativas. O objetivo é discutir os casos e apontar as múltiplas possibilidades de resistências em período marcado pela repressão e violência no campo.

#### 3.1 A resistência individual de Saluzinho

“O latifúndio é o diabo!” Essa frase, que dá título à presente tese, foi repetida inúmeras vezes por Salustiano Gomes Ferreira, mais conhecido como Saluzinho, camponês nascido no Norte de Minas Gerais, em 1919<sup>498</sup>, que resistiu à tentativa de expulsão das terras em que vivia em Serra Azul, no município de Varzelândia (MG), em fins de 1967.<sup>499</sup>

Quando jovem, diante da pobreza da família, Saluzinho decidiu abandonar o Norte de Minas e ir para o Paraná, em busca de terras, que diziam ser devolutas, e de uma vida melhor. No Paraná passou a residir no município de Loanda, onde se casou, teve filhos, mas não conseguiu a tão sonhada terra.<sup>500</sup> Envolveu-se em conflito por terra, foi preso e, após sair da cadeia, recebeu a notícia de que seu pai havia falecido. Sua esposa também tinha morrido em Loanda e Saluzinho decidiu retornar para o Norte de Minas, para viver e trabalhar nas terras de seu pai, situadas no Morro do Sabonete, no município de Varzelândia. Quando chegou à região, as terras haviam sido griladas e vendidas e Saluzinho não conseguiu reavê-las. Mas ele não desistiu do sonho de ter uma terra, continuou vivendo na região, casou-se novamente e teve mais três filhos, com a também

---

<sup>498</sup> De acordo com Hugo Moreira (2009) Saluzinho nasceu em 1917, mas de acordo com a certidão de óbito de Saluzinho, datada de 09/02/1990, ele possuía 71 anos. Na mesma certidão consta que ele não possuía documento de identificação.

<sup>499</sup> O município de Varzelândia encontra-se a 140 km de Montes Claros e 562 km de Belo Horizonte.

<sup>500</sup> MOREIRA, Hugo Fonseca. *Se for para morrer de fome, eu prefiro morrer de tiro: o Norte de Minas e a formação de lideranças rurais*. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro, UFRRJ, 2010, p. 104.



viúva, Durce Gonçalves de Araújo: Izael, e os gêmeos Adão e Daniel.<sup>501</sup> Durce possuía três filhos do primeiro casamento, Gervásia, Maria e Manoel, sendo que esse último foi registrado como filho de Saluzinho, tendo convivido com ele desde muito pequeno.

Em 1963, Saluzinho ficou sabendo da existência de terras devolutas, que estavam sendo ocupadas por posseiros em Serra Azul, também no município de Varzelândia, e decidiu ir para a região com a família. Nesse período, a luta pela reforma agrária estava na ordem do dia em todo o país, o que incentivou muitos camponeses a ocuparem terras, principalmente aquelas consideradas devolutas. Em Serra Azul, Saluzinho construiu um pequeno rancho e passou a plantar cana, residindo no local de 1963 a 1967. Contudo, o fazendeiro e proprietário de *O Jornal de Montes Claros*, Oswaldo Antunes, também tinha interesse na área. O próprio latifundiário relatou em texto, que escreveu na terceira pessoa, como adquiriu as terras:

“A compra fora feita no escuro, sem o candeio da consciência ou da escolha. Quando foi lá conhecer, defrontou com enorme mata virgem de aproximadamente trezentos alqueires, **incluindo pedaço de terra devoluta**, incluído no negócio por desconhecimento do vendedor e do comprador. A propriedade dessa terra posseada, o advogado regularizou depois, com uma nova compra, junto à Ruralminas.”<sup>502</sup>

A “compra” da terra incluía parte de área devoluta que estava ocupada por posseiros, que viviam no local devido ao fato de a terra pertencer ao Estado. Oswaldo Antunes começou então a ameaçar os posseiros para que deixassem a área. Alguns acabaram abandonando as posses, outros optaram por permanecer e resistir às ameaças de expulsão; um deles foi Saluzinho. Segundo o próprio camponês, “eles queriam jogar nós tudo na rua também, sendo que as terras eram do Estado. Queria incluir a minha posse com a dele (Oswaldo Antunes), fazer uma fazenda só.”<sup>503</sup>

Em sua versão sobre o episódio, o latifundiário afirmou que Gerônimo Mendes dos Santos, homem que era o responsável por tomar conta de suas terras, começou a ser ameaçado por Saluzinho. O fazendeiro, temendo uma possível violência, procurou, em Montes Claros (MG), o Delegado Especial, o coronel reformado, Afílio Fallieri.<sup>504</sup> O

<sup>501</sup> O nome da esposa consta na certidão de óbito de Salustiano Gomes Ferreira e o dos filhos foi obtido a partir de entrevista realizada com dois dos seus filhos, Daniel Gomes Ferreira e Manoel Gomes Ferreira na cidade de Itacarambi (MG) em 03/08/2018.

<sup>502</sup> ANTUNES, Oswaldo. *Sons do entardecer*. Brochura, s/d, p. 125. Grifos meus.

<sup>503</sup> Entrevista concedida por Salustiano Gomes Ferreira para Leonardo Álvares da Silva Campos, na cidade de Itacarambi, no ano de 1979. In: CAMPOS, Leonardo Álvares da Silva. *Saluzinho: luta e martírio de um bravo*. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2014, p. 113.

<sup>504</sup> ANTUNES, Oswaldo. *Sons do entardecer*. Brochura, s/d, p. 126.

coronel designou, então, um cabo do destacamento, de nome Luiz Barral, e um soldado, chamado Delarui, para se deslocarem até a região.

Em 15 de novembro de 1967, os dois policiais, à paisana, juntamente com jagunços de Oswaldo Antunes, dirigiram-se até a residência de Saluzinho, que assim narrou o evento para a polícia:

“que no mês de novembro de 1967 compareceu à sua residência na posse mencionada, seis pessoas à paisana, sendo que duas ficaram atrás de uma árvore e quatro se dirigiram até a porta de sua casa. (...) quando então uma delas perguntou a sua esposa se era ali que morava Saluzinho, tendo sua esposa respondido que sim (...), que imediatamente após um elemento que mais tarde veio saber ser um Cabo da Polícia de Minas Gerais, sacou um revólver e fez um disparo (...) que este disparo não o acertou (...) os outros policiais que se achavam à paisana também atiraram em direção ao depoente (...) que o depoente em legítima defesa atirou na pessoa que deu o primeiro disparo, acertando-o o braço.”<sup>505</sup>

Após atirar com sua garrucha no braço do cabo Luiz Barral, o tiroteio continuou e Saluzinho pegou a arma que o cabo havia deixado cair, ao ser atingido, e acertou o motorista do fazendeiro Oswaldo Antunes, João Gonçalves Ruas, conhecido como João Brejeiro. Após os dois ferimentos, os policiais e jagunços se retiraram do local o mais depressa possível, temendo novos tiros. Quando notou que a arma que pegou no chão era da polícia, Saluzinho, para se eximir da acusação de roubo, tratou logo de pedir para o posseiro Pedro Lucas que levasse os quatro cavalos, abandonados pelos que foram até a sua casa, para o juiz de paz da Colônia de Jaíba. Saluzinho solicitou a Pedro que avisasse ao juiz que policiais foram até a sua casa e tentaram baleá-lo. Temendo novas represálias, o camponês se escondeu em uma pequena gruta próxima à sua residência e levou consigo uma cabaça de água, sua garrucha e o revólver que o cabo havia deixado cair. Foi então que teve início a saga policial para retirá-lo da gruta e sua resistência em permanecer lá dentro, por temer a morte.

A esposa e os filhos de Saluzinho, com medo da violência, saíram de casa e buscaram refúgio na residência de um tio, que também era posseiro na região, chamado Marçal. Conforme relato de Durce Gonçalves<sup>506</sup>, esposa de Saluzinho, ao jornal *Diário*

<sup>505</sup> Depoimento de Salustiano Gomes Ferreira colhido em Belo Horizonte, no dia 30 de dezembro de 1969, pelo capitão Sebastião Geraldo da Paixão. APM. DOPS. Pasta 0040.

<sup>506</sup> Na reportagem o nome aparece como Dulce, mas na certidão de óbito de Saluzinho consta como Durce. Optou-se por utilizar a grafia da certidão.

de Montes Claros, assim que os policiais a encontraram, levaram-na de volta ao rancho em que vivia, junto com Marçal.

“amarrou meu tio pendurado numa vara entre dois caixotes, assim como carrega caça morta, e deixaram ele que nem bicho durante mais de uma hora. O sargento pegou uma tábua de bater sabão, me chamou de sem-vergonha, ladrona e criminosa e bateu muitos bolos em minha mão.”<sup>507</sup>

Durce relatou aos jornalistas que, da segunda vez que os policiais foram à sua procura, apanhou o dia inteiro e que um dos policiais tocou no seu corpo, perguntou se tinha filho e disse que mataria seu marido e ficaria no lugar dele. Ela disse que a levaram para a gruta e a mandaram gritar chamando por Saluzinho. Além disso, queriam queimar seus olhos com um cigarro e jogaram nela pedras e torrões.<sup>508</sup> De acordo com o pesquisador Hugo Fonseca Moreira, quando localizaram a família de Saluzinho,

“os “militares” deram início, então, à operação mais brutal. Na presença dos filhos e de alguns posseiros, quiseram obrigar a mulher a dizer onde o seu marido estava escondido. Por ordem do Tenente Petrônio, ela foi despida e pendurada de cabeça para baixo, em um pé de umbuzeiro. Em seguida, com uma vara de feijão-andu, ela foi açoitada barbaramente até sangrar, enquanto seus filhos pequenos eram obrigados a comer feijão misturado com terra. Sem conseguir arrancar da mulher uma palavra sequer, os militares partiram para a tortura ainda mais repugnante e covarde. Queimaram a ponta de seus seios com cigarro e introduziram a ponta de uma vara em seu ânus.”<sup>509</sup>

Depois de descobrirem onde Saluzinho estava escondido, os policiais para lá rumaram, chefiados pelo Tenente Petrônio Rodrigues Silva. Eles chegaram atirando para dentro da gruta e não escutaram reação. O próprio Tenente foi até a cavidade de abertura da gruta para se certificar da presença do camponês e foi alvejado com um tiro no pescoço.<sup>510</sup> Saluzinho estava vivo e disposto a resistir via *confronto direto*.

Novo reforço policial foi solicitado em Montes Claros (MG). Dois dias depois, chegou na região um novo arsenal de armas, inclusive dinamites destinadas a explodir a gruta. O barulho das explosões foi tão ensurdecedor que Saluzinho perdeu parte da audição, mas permaneceu lá dentro. Oswaldo Antunes, por ser proprietário de um jornal

<sup>507</sup> *Diário de Montes Claros*, 05/12/1967. In: CAMPOS, Leonardo Álvares da Silva. *Saluzinho: luta e martírio de um bravo*. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2014, p. 75.

<sup>508</sup> *Idem*, p. 75-76.

<sup>509</sup> MOREIRA, Hugo Fonseca. *Se for para morrer de fome, eu prefiro morrer de tiro: o Norte de Minas e a formação de lideranças rurais*. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro, UFRRJ, 2010, p. 112.

<sup>510</sup> CHAVES, Luiz Antônio. Saluzinho e a luta pela terra no Norte de Minas. *Revista Verde Grande*. Montes Claros: Ed. Unimontes, v.1, n.3, dez./fev. 2005, p. 102.

em Montes Claros (MG), tinha muitos contatos na imprensa nacional e tratou logo de divulgar entre seus colegas a notícia do misterioso camponês que enfrentava a polícia à bala no Norte de Minas.<sup>511</sup> Desta forma, em 22 de novembro de 1967, o jornal *Correio da Manhã* noticiou:

“Um líder camponês chamado Saluzinho, armado com uma espingarda de carregar e à frente de um bando de sem-terra está em guerrilha com grileiros e a polícia, nos sertões do Jaíba.”<sup>512</sup>

*O Estado de São Paulo* do mesmo dia, por sua vez, publicou:

“A polícia afirma que Saluzinho é um homem muito perigoso que age sob as ordens de Pedro Laurentino agitador profissional, que já pertenceu à SUPRA e tenta agora impedir a implantação de um plano de reforma agrária na região, onde moram 200 famílias.”<sup>513</sup>

Os dois jornais procuraram associar a figura de Saluzinho a um movimento maior. O *Correio da Manhã* afirmou que o camponês liderava uma guerrilha, movimento temido no contexto do regime militar e que, na visão dos militares, deveria ser extirpado, pois se tratava de uma ameaça à “segurança nacional”. Já *O Estado de São Paulo* associou Saluzinho a um antigo funcionário da SUPRA – órgão criado em 1962 que era responsável pela execução da reforma agrária e que foi extinto em 1964 – e que tentava impedir um plano de reforma agrária na região. Possivelmente, esse plano a que se referiu o jornal tratava-se do Projeto Jaíba, executado pelo governo por meio da RURALMINAS e que visava irrigar e distribuir terras no Norte de Minas e que acabou beneficiando o latifúndio e não os camponeses da região.

Saluzinho foi descrito pela imprensa como um homem perigoso, um líder camponês responsável pela invasão de terras no interior de Minas. O *Jornal do Brasil* informou ainda que “os companheiros de Saluzinho haviam debandado e ele ficara só escondido na gruta.”<sup>514</sup> Ou seja, que ele integrava um movimento, não era uma fuga individual, mas sim uma ação coletiva que necessitava ser contida pelas autoridades responsáveis. As notícias que circularam na imprensa acabaram por contribuir com a grande operação policial criada para capturar o camponês, vivo ou morto.

<sup>511</sup> ANTUNES, Oswaldo. *Sons do entardecer*. Brochura, s/d, p. 127-128.

<sup>512</sup> *Jornal Correio da Manhã*, 22/11/1967, 1º caderno, p. 9. Acervo Hemeroteca Digital.

<sup>513</sup> *Jornal O Estado de São Paulo*, 22/11/1967, p. 5. Acervo Hemeroteca Digital.

<sup>514</sup> *Jornal do Brasil*, 22/11/1967, 1º caderno, p. 7. Acervo Hemeroteca Digital.

No quinto dia do cerco a Saluzinho, um comando especial do DOPS/MG, então chamado de Departamento de Vigilância Social (DVS), situado em Belo Horizonte, foi destacado para ir até a região e negociar a sua saída da gruta.<sup>515</sup> Nesse momento, com a divulgação do fato na imprensa nacional, a repercussão do caso era grande e era preciso ter cautela para que a violência arbitrária que acometia o meio rural não fosse estampada nas páginas dos grandes jornais do país. Provavelmente por esse motivo, um dos principais delegados do DOPS/MG à época, foi pessoalmente tentar solucionar o caso. Segundo o *Jornal do Brasil*, “a função do delegado especial [Thacyr Omar Menezes Sia] é eminentemente técnica, pois só o DVS dispõe de material para esse tipo de operação com o mínimo de riscos para os policiais.”<sup>516</sup> Em seu depoimento para a polícia Saluzinho afirmou:

“chegou ao local o Dr. Tacir Omar Menezes Sia, que usando um megafone disse ao depoente: ‘Saluzinho pode sair que aqui fora da gruta tem autoridade para garantir sua vida e médico para tratar da sua saúde; que após isto o depoente saiu da gruta com as mãos para o alto.’”<sup>517</sup>

O camponês se escondeu na gruta temendo a ação do latifúndio, que contava com o apoio da polícia local para realizar a expulsão violenta dos posseiros. Quando ele foi informado de que havia autoridades que “garantiriam sua vida”, que estava ameaçada desde que os policiais e jagunços foram até sua casa, resolveu sair. Ele disse ainda que não se entregara antes porque pensava estar sendo perseguido por jagunços.<sup>518</sup> Saluzinho não confiava no latifúndio, mas se sentia seguro frente às autoridades, no caso o DOPS/MG. A sua postura de se opor ao latifúndio sem hostilizar o governo e as autoridades que o chancelavam, pode ser caracterizada como uma ambivalência. Porém é preciso salientar que, nesse caso, a ambivalência não é em relação a um mesmo sujeito, o Estado, como nos termos propostos por Denise Rollemberg.<sup>519</sup> Para Saluzinho, latifúndio e governo eram sujeitos muito distintos.

Essa não era uma atitude incomum, Saluzinho foi um dos muitos camponeses que resistiu ao latifúndio sem romper com a ordem instituída pelo regime militar. A sua

<sup>515</sup> A nomenclatura do órgão da polícia política sofreu alterações ao longo do tempo e voltou a se chamar DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) em 1969.

<sup>516</sup> *Jornal do Brasil*, 22/11/1967, 1º caderno, p. 7. Acervo Hemeroteca Digital.

<sup>517</sup> Depoimento de Salustiano Gomes Ferreira colhido em Belo Horizonte, no dia 30 de dezembro de 1969, pelo capitão Sebastião Geraldo da Paixão. APM. DOPS. Pasta 0040.

<sup>518</sup> *Jornal O Estado de São Paulo*, 24/11/1967, p. 5. Acervo Hemeroteca Digital.

<sup>519</sup> ROLLEMBERG, Denise. As trincheiras da memória. A Associação Brasileira de Imprensa e a ditadura (1964-1974). In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha (org.). *A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina*. Volume II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 116.

resistência, via *confronto direto*, era contra o latifúndio e aqueles grupos que o apoiavam. Ao ter conhecimento da presença de autoridades de fora do município, que ele julgava não estarem ligadas ao latifúndio, o camponês se sentiu seguro para abandonar o esconderijo.

Após a saída da gruta, Saluzinho foi levado para o 10º Batalhão da Polícia Militar em Montes Claros (MG), posteriormente, foi encaminhado para a cadeia no município de São João da Ponte (MG) e, por fim, para o DOPS/MG, em Belo Horizonte (MG). Provavelmente, o camponês foi encaminhado para o DOPS/MG devido ao fato de a polícia considerar que sua resistência teria relação com as atividades exercidas por membros da Ação Popular na região. Em seu depoimento, Saluzinho afirmou que, quando estava na cadeia em São João da Ponte (MG), seu sobrinho João Gomes foi visitá-lo juntamente com um rapaz, cujo nome ele desconhecia, que aparentava ter 23 ou 24 anos. Esse rapaz disse que era estudante, estava morando em uma posse na Mata do Jaíba e tinha um advogado conhecido, em Belo Horizonte, que poderia ajudá-lo na defesa judicial.<sup>520</sup> A polícia suspeitou que o rapaz a quem Saluzinho se referia fosse Oldack Miranda, membro da AP que havia ido morar na Mata do Jaíba, junto com outros militantes, para iniciar um trabalho com o campesinato da região, conforme apresentado no capítulo anterior. Já o advogado, segundo Saluzinho, chamava-se Anatólio Soares Aranha, que também pertencia aos quadros da AP.<sup>521</sup> Possivelmente por esse advogado ter assumido o caso de Saluzinho, o camponês foi considerado “subversivo” e levado para a cela número 1 do DOPS/MG.

Em pasta do DOPS/MG, contendo investigação relativa a membros da AP, a polícia relata atividades exercidas por Elmo Coelho e, dentre outros fatos, afirma que:

“Acusado de ter procurado auxiliar os posseiros da mata da Jaíba além de ter prestado assistência a família de Saluzinho e ao próprio Saluzinho, visando ganhá-los para o movimento de Ação Popular.”<sup>522</sup>

Membros da AP se instalaram na região em 1968, quando Saluzinho estava preso, e conseguiram um advogado para o camponês, o que foi visto pela polícia como uma tentativa de inseri-lo no movimento político. É provável que Saluzinho não tenha sido

---

<sup>520</sup> Depoimento de Salustiano Gomes Ferreira colhido em Belo Horizonte, no dia 30 de dezembro de 1969, pelo capitão Sebastião Geraldo da Paixão. APM. DOPS. Pasta 0040.

<sup>521</sup> Sobre a participação de Anatólio Soares Aranha na AP ver documentação do Arquivo Público de Pernambuco: <http://200.238.112.225/index.php/anatolio-soares-aranha> Acesso em 02/12/2019.

<sup>522</sup> APM. DOPS. Pasta 0040.

considerado pela polícia como “subversivo” logo após sair da gruta, pois senão o camponês teria sido encaminhado diretamente ao DOPS/MG – e não o foi. Quando do cerco ao camponês na gruta, em novembro de 1967, o *Jornal do Brasil* divulgou a seguinte informação:

“A Secretaria de Segurança Pública, a Delegacia de Vigilância Social e o Comando do 10º Batalhão de Infantaria negaram qualquer vinculação dos invasores de terras no Norte de Minas com movimentos políticos, acentuando que tudo não passa de briga pessoal, limitada à colocação de cercas, ou apossamento puro e simples de terras.”<sup>523</sup>

Possivelmente a polícia só caracterizou a ligação de Saluzinho com movimentos políticos após a presença de pessoa “suspeita” na cadeia de São João da Ponte (MG) e a consecutiva atuação de advogado da AP em sua defesa, por isso seu posterior encaminhamento ao DOPS/MG.

Inicialmente, Saluzinho respondeu a dois processos por crime comum: um na comarca de São João da Ponte e outro na de Manga, sendo o primeiro referente ao fato de ter resistido na gruta e atirado contra o Tenente Petrônio Rodrigues; e o segundo, à tentativa de homicídio contra o cabo Luiz Barral e o motorista de Oswaldo Alves Antunes, quando agiu em legítima defesa durante a invasão de sua residência. Só posteriormente o camponês passou a responder a um terceiro processo, desta vez por crime político.

No DOPS/MG, Saluzinho passou a dividir cela com outros presos políticos. Um deles era Carlos Melgaço Valadares, membro da AP, que se recordou do camponês:

“[Saluzinho] esteve preso aqui no DOPS, e aí foi quando eu o conheci pessoalmente. Eu conhecia a história dele, mas aí [o]conheci pessoalmente. (...) ele tinha assim um sentimento em termos da terra, da posse da terra e da terra que ele tinha herdado também lá no Norte de Minas, esse sentimento profundo de vinculação com a terra e que precisava de manter esse vínculo.”<sup>524</sup>

A história de Saluzinho ficou bastante conhecida à época e Carlos Melgaço se lembrou que já sabia o que tinha acontecido com o camponês antes de conhecê-lo, tamanha a repercussão da resistência. Na cadeia, Saluzinho aprendeu a ler e, após fazer amizade com os presos políticos, outro advogado, Flávio Antônio Carneiro Carvalho, decidiu interceder por ele. Inicialmente, o advogado teve grande dificuldade de se

<sup>523</sup> *Jornal do Brasil*, 22/11/1967, 1º caderno, p. 7. Acervo Hemeroteca Digital.

<sup>524</sup> Depoimento prestado por Carlos Melgaço Valadares para COVEMG, em 26/05/2017, na cidade de Belo Horizonte (MG).

comunicar com Saluzinho, devido ao seu alto grau de surdez. No entanto, percebeu de pronto que se tratava de um preso comum e entrou com pedido de *habeas corpus*, junto ao Supremo Tribunal Federal.<sup>525</sup> O pedido foi deferido e Saluzinho saiu da prisão em 1971, quatro anos depois de se refugiar na gruta temendo a violência do latifúndio, que queria expulsá-lo da terra.

Apesar de resistir, Saluzinho não conseguiu se manter na terra. Após sair da cadeia não mais retornou para Serra Azul, afinal, as terras já haviam sido regularizadas em nome de Oswaldo Antunes. O camponês passou então a residir, junto com a família, numa posse às margens do Rio São Francisco, em Itacarambi (MG), também no Norte de Minas. Novamente, teve a posse tomada por um grileiro de nome Almerindo.<sup>526</sup> Perambulou por outras terras até que se estabeleceu entre as cavernas do Rio Peruaçu, na região do Fabião, em Januária (MG), retirando e vendendo madeira. Quando ficou doente e já não conseguia mais trabalhar, foi morar em uma casa na cidade de Itacarambi (MG), local onde faleceu em 09 de fevereiro de 1990, aos 71 anos de idade.

A partir de toda a trajetória de Saluzinho, é perceptível a forte ligação do camponês com a terra. Ele nunca optou pela migração para cidade; diante da adversidade, migrou e se tornou posseiro em outro local e só residiu em área urbana quando ficou doente e não teve mais condições de trabalhar. Nesse sentido, é possível concordar com Martins, quando afirma que a luta do posseiro, mesmo “sujeito a despejo é situação legítima, legitimada pela concepção de que a terra é destinada ao trabalho e à produção dos necessitados. Não legítima é a terra vazia ou, até mesmo, ocupada indevidamente e improdutivamente.”<sup>527</sup>

---

<sup>525</sup> MOREIRA, Hugo Fonseca. *Se for para morrer de fome, eu prefiro morrer de tiro: o Norte de Minas e a formação de lideranças rurais*. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro, UFRRJ, 2010, p. 120.

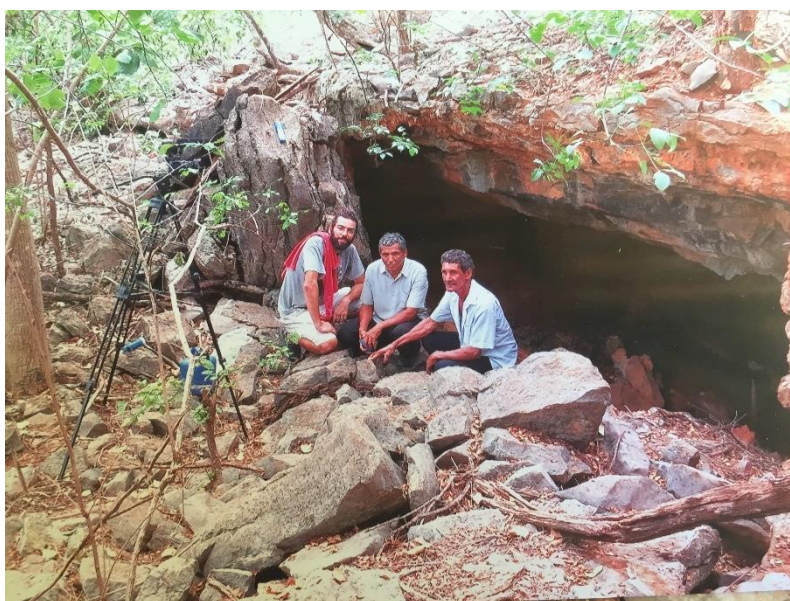
<sup>526</sup> CHAVES, Luiz Antônio. Saluzinho e a luta pela terra no Norte de Minas. *Revista Verde Grande*. Montes Claros: Ed. Unimontes, v.1, n.3, dez./fev. 2005, p. 105.

<sup>527</sup> MARTINS, José de Souza. *A militarização da questão agrária no Brasil* (Terra e poder: o problema da terra na crise política). Petrópolis: Vozes, 1984, p. 95.





Saluzinho em fins da década de 1980.  
Recorte de fotografia do acervo pessoal de Luiz Chaves.



Daniel e Manoel (no meio e à direita) junto com pesquisador (à esquerda) na gruta onde Saluzinho se refugiou. Acervo da família de Saluzinho,

A esposa de Saluzinho, Durce Gonçalves de Araújo, nunca mais se recuperou das torturas sofridas em 1967. Segundo seus filhos, depois da resistência de Saluzinho na gruta, a mãe ficou mais calada e quase não conversava.<sup>528</sup> Até que ela adoeceu, em 1972,

---

<sup>528</sup> Entrevista concedida por Manoel Gomes Ferreira e Daniel Gomes Ferreira em 03/08/2018, para Marina M. Camisasca e Fernanda Nalon, na cidade de Itacarambi (MG).

e foi levada por Saluzinho para consultar com um médico, em Januária (MG). Meses depois, ainda no ano de 1972, Durce foi levada por um parente para se tratar em Montes Claros (MG) e não mais voltou a ver os filhos. Eles não sabem precisar a data do falecimento, pois receberam a notícia posteriormente. Os filhos não sabem onde a mãe foi enterrada e nunca conseguiram requerer um atestado de óbito. Possivelmente, ela foi enterrada como indigente na cidade de Montes Claros (MG).

A morte de Durce em consequência das torturas praticadas pela polícia durante o regime militar não foi reconhecida como de responsabilidade do Estado. Seus filhos sequer sabem onde e quando ela faleceu e esse tipo de violência não é abordado nos estudos que discutem a repressão praticada pelo regime militar. Essa família camponesa não tinha vinculações com movimentos políticos – Saluzinho desejava apenas ter um pedaço de terra para viver – mas sofreu com a imensa violência a que foi submetida. A *confrontação direta* como *tática* de resistência se mostrou inviável em um contexto no qual o latifúndio tinha muita força e poder.

O corpo de Durce pode ser caracterizado como não passível de luto, nos termos propostos pela filósofa Judith Butler, já que a violência cometida contra a esposa de Saluzinho nunca foi reconhecida pelo Estado, e ela não teve direito nem mesmo a um velório e um enterro realizado por familiares e amigos. Até o presente momento não se sabe onde seu corpo foi enterrado. A condição de precariedade da vida foi estendida até o momento da morte. Segundo Butler,

A condição compartilhada de precariedade conduz não ao reconhecimento recíproco, mas sim a uma exploração específica de populações-alvo, de vidas que não são exatamente vidas, que são consideradas “destrutíveis” e “não passíveis de luto”. Essas populações são “perdíveis”, ou podem ser sacrificadas (...) são consideradas como ameaças à vida humana como a conhecemos, e não como populações vivas que necessitam de proteção contra a violência ilegítima do Estado, a fome e as pandemias.”<sup>529</sup>

Nesse sentido, é possível afirmar que, durante o regime militar, os camponeses ficaram sujeitos a violações, violências e mortes praticadas pelo Estado ou com o seu consentimento, já que eram vidas “destrutíveis”, “não passíveis de luto” ou objeto de qualquer tipo de lamentação. Eram corpos que não eram passíveis ao luto por razões diferentes dos estudantes de classe média, políticos ou profissionais liberais, já que se

---

<sup>529</sup> BUTLER, Judith. Quadros de guerra – quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 6ª edição, 2019, p. 53

encontravam nessa condição desde o nascimento e assim seguiam, como perdas menores – talvez necessárias – para que latifundiários fossem capazes de tornar o meio rural moderno e produtivo.

Hoje os dois filhos vivos de Saluzinho vivem em situação de pobreza na cidade de Itacarambi (MG). O filho mais novo, Daniel, no período da colheita do café, migra para trabalhar no estado de São Paulo. No restante do ano, permanece sem emprego em Itacarambi (MG), onde vive com esposa e nove filhos. Já Manoel é aposentado como trabalhador rural, sustenta a família com um salário-mínimo mensal e, também, reside em Itacarambi (MG). O pai e a mãe não foram reconhecidos pelo Estado como vítimas do regime militar e os familiares não entraram com processo na Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos; e, mesmo se o fizessem, atualmente, não conseguiriam obter êxito. Em 14 de janeiro de 2020, essa Comissão teve seu regimento interno modificado, o que retirou seu poder de emitir atestados de óbito e de realizar buscas a mortos e desaparecidos políticos, o que só poderá ser feito pelas famílias das vítimas. No governo de Jair Bolsonaro, a tardia e incipiente Justiça de Transição brasileira parece desmoronar.



Manoel e Daniel em frente à casa da família em Itacarambi (MG). Foto: Fernanda Nalon, 2018.



Fundos da mesma casa. Foto: Fernanda Nalon, 2018.

A resistência de Saluzinho é caracterizada pelo pesquisador Hugo Moreira como coletiva, uma resposta dos posseiros da região ao latifúndio. Segundo o autor, “Saluzinho enfrenta a grilagem de terras iniciada pelo fazendeiro Osvaldo Antunes em nome de “todos os posseiros” da Mata da Jaíba.”<sup>530</sup> Contudo, Saluzinho não se colocou como um representante dos posseiros da região. Os jornais o apresentaram desta forma, como um líder e, posteriormente, o imaginário popular criou várias histórias sobre sua coragem, bravura e valentia. Mas Saluzinho, em seu depoimento à polícia e nas entrevistas concedidas a jornalistas, não mencionou a existência de um movimento coletivo de posseiros. Ele disse que se escondeu na gruta com medo de morrer e que a sua luta era para ter um pedaço de terra. O desejo de possuir uma terra parece ser coletivo, mas a resistência, não. Essa foi individual, via *confrontação direta*, e ocorreu como uma reação à violência praticada pelo latifúndio, com o apoio da polícia. Saluzinho resistiu ao latifúndio da forma que era viável naquele contexto e fez uso das *táticas* possíveis. Diante da situação dada, ao se esconder na gruta e resistir ao cerco policial, o camponês criou um fato novo, com astúcia, e era incapaz de prever o que ocorreria.

A resistência de Saluzinho passou a integrar o imaginário da luta pela terra em Minas Gerais. O folheto “Saluzinho: a fera humana”, por exemplo, narrou com versos simples, à maneira dos cantadores do sertão, “a epopeia do valente homem sozinho, que enfrentou a milícia e sua gente”. Já a música Jaíba, composta pelo Grupo Agreste e

<sup>530</sup> MOREIRA, Hugo Fonseca. *Se for para morrer de fome, eu prefiro morrer de tiro: o Norte de Minas e a formação de lideranças rurais*. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro: UFRRJ, 2010, p. 129.

lançada em disco de 1980, conta que “Certa vez lá na Jaíba sucedeu uma batuscada./Um homem rico e outro pobre./ Duas glebas emparelhadas./ O rico muito sabido inventou uma trapalhada,/ disse que a divisão da terra estava toda errada,/ trouxe um homem da cidade, contratou uma jagunçada/ para garantir o serviço e a terra ser remarcada./ Choveu bala, correu sangue, cachoeira, enxurrada./ No final de algum tempo a sorte tava selada./ O rico ficou com tudo e o pobre ficou sem nada.”<sup>531</sup>

A resistência de Saluzinho foi também recuperada pelos movimentos sindicais na década de 1980 e serviu de inspiração para lutas coletivas. Porém, essas mobilizaram outros recursos, afinal o contexto de abertura política propiciava novas formas de atuação.

### *3.2 Resistências coletivas: os conflitos em Cachoeirinha e nas fazendas Menino, São Pedro e Barreiro*

#### *3.2.1 Cachoeirinha*

Localizado às margens do Rio Verde Grande, no Norte do estado de Minas Gerais, o então povoado de Cachoeirinha, hoje município de Verdelândia (MG), foi palco de forte resistência camponesa, que perdurou por mais de duas décadas, e que foi marcada pela *confrontação direta* e, também, pelas *formas cotidianas de resistência*.

As origens de Cachoeirinha remontam a meados do século XIX, quando escravos negros fugiram em busca da liberdade e encontraram a região da lagoa de Jaíba. De acordo com a comunidade, Nicácio ou Genicaço foi o primeiro escravo a chegar no local. A comunidade negra permaneceu isolada até a construção da Ferrovia Belo Horizonte – Montes Claros, em 1946.<sup>532</sup> Durante a expansão da ferrovia para Janaúba, cidade próxima a Cachoeirinha, chegaram os primeiros imigrantes. Essas pessoas foram atraídas para a região quando da finalização da linha férrea e passaram a ocupar pequenos pedaços de terra e a conviver com a comunidade negra nativa. Já no fim dos anos 1940, o povoado ganhou forma no entorno de uma capela.

No final da década de 1950, uma nova geração de imigrantes tentou se fixar em Cachoeirinha e concentrou-se nas formas legais para assegurar a terra, pagando impostos e buscando documentos de ocupação expedidos por órgãos do Estado. Dessa forma, a população negra nativa e os imigrantes construíram um modo de convivência com laços

<sup>531</sup> A expressão regional “batuscada” significa confronto, conflito.

<sup>532</sup> A cidade de Montes Claros (MG) está localizada a cerca de 200 quilômetros do antigo povoado de Cachoeirinha, hoje cidade de Verdelândia (MG).

comunitários baseados na terra, na religiosidade e no comércio.<sup>533</sup> Na década de 1960, vários deles possuíam documentos oficiais de ocupação emitidos pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA).

Em 1952, a região passou a fazer parte do primeiro plano de colonização da Jaíba. Por meio de convênio com o Governo Federal, o Instituto Nacional de Irrigação e Colonização (INIC) recebeu a doação de uma extensão de 310.000 hectares para o estabelecimento de uma colônia. No entanto, três anos depois da formulação do plano, o projeto foi atestado como fracassado devido à falta de infraestrutura da região.<sup>534</sup> No governo de Magalhães Pinto (1961-1966), o projeto Jaíba foi retomado a partir do Plano de Colonização do Estado de Minas Gerais. Com esse projeto, Magalhães Pinto afirmava que faria a reforma agrária em Minas Gerais. Ambicionando a irrigação de cem mil hectares, distribuição de pequenas glebas de terras mediante o financiamento em 25 anos, oferta de assistência técnica e de crédito, além da previsão de criação de um órgão estadual para a sua administração, o projeto despertou o interesse de fazendeiros em adquirir terras que se valorizariam na região.<sup>535</sup> A região de Cachoeirinha passou, assim, no início da década de 1960, a atrair trabalhadores e latifundiários de várias localidades do país.

“Grande parte [dos] trabalhadores chegaram a Cachoeirinha porque havia a esperança de construir suas vidas, diante das notícias veiculadas na imprensa dos projetos governamentais em processo de implantação e das histórias das terras devolutas existentes na região.”<sup>536</sup>

Com o golpe civil-militar de 1964, a luta pela terra no Norte de Minas ganhou novas formas e mais intensidade com a venda de terras devolutas a particulares, a grilagem de terras e os mandados judiciais que favoreceram grandes latifundiários. Nesse período, a fazenda Arapuá, situada na região de Cachoeirinha, – ocupada por nativos e imigrantes, denominados posseiros, uma vez que não possuíam o título legal de

<sup>533</sup> COMISSÃO DA VERDADE EM MINAS GERAIS. *Relatório final*. Volume 2. Belo Horizonte: Covemg, p. 67.

<sup>534</sup> A falta de água era um dos principais problemas da região, além da dificuldade de acesso, a ausência de posto de saúde e de escola nas proximidades.

<sup>535</sup> Posteriormente, conforme apresentado no capítulo 1 desta tese, o projeto Jaíba foi retomado pela RURALMINAS, Sobre o Projeto Jaíba ver: CAMISASCA, Marina Mesquita. *Camponeses mineiros em cena: mobilização, disputas e confrontos (1961-1964)*. Dissertação (Mestrado). Belo Horizonte: UFMG, 2009, p. 77-87.

<sup>536</sup> SOUZA, Andrey Lopes de. *Memórias e experiências de trabalhadores no processo de luta pela terra em Cachoeirinha: violência, mobilização e conquistas*. Vale do Jaíba, 1960/1980. Tese (Doutorado). Uberlândia: UFU, 2017, p. 95.

propriedade, mas detinham a posse, fruto da ocupação – passou por processo de divisão. Parcelas da fazenda foram divididas judicialmente e repassadas a fazendeiros, entre eles, o médico búlgaro Konstantin Christoff Raeff, residente em Montes Claros (MG). Em julho de 1964, Konstantin vendeu suas terras, mais a parte que possuía dos espólios de seu pai Christo e de seu irmão Raiu, para Manoelito Maciel de Salles, fazendeiro de Vitória da Conquista (BA), e para Sebastião Alves da Silva, gerente do Banco Econômico da Bahia, em Montes Claros (MG).<sup>537</sup>

Diante da presença de inúmeras famílias nas terras, em setembro de 1964, Manoelito e Sebastião entraram com uma ação de manutenção de posse referente a aproximadamente 6.400 hectares, contra 32 famílias. Esta ação foi julgada em menos de duas semanas pelo juiz de paz José Fernandes de Aguiar, da comarca de São João da Ponte (MG). Com uma liminar de imissão de posse, favorável aos fazendeiros, iniciou-se a execução do primeiro despejo.

As experiências de despejo são uma marca na história do meio rural brasileiro e, de acordo com Teló e Brito,

“Trata-se de uma experiência dramática e que, dada a sua recorrência e intensidade, é constitutiva da experiência dos despossuídos rurais no Brasil. Fonte de sofrimento, as ações de despejo desarticulam relações sociais e produzem desenraizamento territorial e cultural, mas ao mesmo tempo ensejam a articulação das resistências individuais e coletivas e novas formas de reinserção social.”<sup>538</sup>

Nesse sentido, é possível notar como em Cachoeirinha os despejos foram motivadores e articuladores das resistências camponesas. Em 1964, ano do primeiro despejo, o advogado de Manoelito e de Sebastião era o então coronel da Polícia Militar (PM), Georgino Jorge de Souza, que exercia, também, o comando do 10º Batalhão de Montes Claros.<sup>539</sup> Como pagamento pelos seus honorários advocatícios, o coronel

---

<sup>537</sup> Histórico da fazenda Arapuá. APM. DOPS. Pasta 1065.

<sup>538</sup> TELÓ, Fabrício; BRITO, Ricardo José Braga. Sob o signo do despejo: a resistência camponesa no estado do Rio de Janeiro (Brasil), a partir da trajetória de Roseli Borges. *Desarrollo Rural Exploraciones*, IPDRS, abril 2019, p. 4.

<sup>539</sup> Georgino Jorge de Souza em 1966 reformou-se, mas continuou atuando como advogado e professor de Direito em Montes Claros. Até os dias atuais, mesmo após sua morte, Georgino é uma figura bem quista em Montes Claros e existe um busto em sua homenagem em frente ao 10º Batalhão da Polícia Militar da cidade. Georgino é também patrono da cadeira nº 43 da Academia de Letras João Guimarães Rosa da PMMG.

Georgino recebeu, em 1968, parte das terras em litígio.<sup>540</sup> As 32 famílias, por sua vez, foram representadas pelo advogado Cassiano Alves de Oliveira. De acordo com Cassiano,

“os posseiros reclamaram-lhe violência por parte dos que procederam ao mandado assinado pelo juiz de paz, que diziam eles que o fazendeiro Manoelito Maciel Salles colocava fogo em barracos e outras arbitrariedades, no que era acompanhado por outras pessoas.”<sup>541</sup>

Contudo, após o cumprimento da liminar, Cassiano preferiu abandonar a defesa por discordar da decisão dos camponeses em continuar com a ação, ao invés de aceitar uma proposta dos latifundiários de transferi-los para outra localidade ou de indenizá-los pelas benfeitorias feitas. Pouco tempo depois do primeiro despejo, as 32 famílias, amparadas pelo argumento de que as terras eram devolutas, reocuparam a fazenda enquanto o processo tramitava na Justiça. Por terem retornado para as terras, os camponeses continuaram sendo vítimas de violências, executadas por policiais militares e por jagunços do fazendeiro Manoelito.<sup>542</sup>

A CONTAG foi comunicada da situação de ameaça em que viviam os camponeses de Cachoeirinha e, em abril de 1967, conforme descrito no Capítulo 2, encaminhou equipe para a região. De acordo com correspondência de junho de 1967, enviada pela Delegacia Regional da CONTAG em Minas Gerais ao Delegado David Hazan,

“Em abril deste ano a Contag, cumprindo ordem do Rio de Janeiro dirigiu-se a Cachoeirinha, município de Varzelândia, comarca de São João da Ponte e jurisdição da Delegacia Especial de Januária, não sem antes dirigir-se, atemorizada, à ID-4 (...) tratava-se de fundar Sindicatos Rurais e encaminhar a solução de problemas de posse, de ocupação de terra devoluta e denúncia de crimes de morte e medonha “grilagem” que ali se levava e se leva a efeito. (...). Face ao que nos informaram, a nós todos da Contag, o capitão Delegado Especial de Polícia de Janaúba José Onofre Alkmim daria todo apoio (...). Na verdade, o que ocorreu foi o contrário. Não permitiu a fundação do sindicato, não quis receber a petição que lhe denunciava o homicídio (...) prendeu mesmo os representantes da Contag. (...) para culminar a violência sob os olhos da autoridade, no dia 9 do corrente mês, começou-se o despejo dos posseiros, com violência nunca vista, espancamentos, incêndios, surras de palmatória ameaças de morte, tiroteios à noite, êxodo em massa de famílias (...) 300 ou mais famílias, naturalmente chamadas de invasoras, de comunistas etc.”<sup>543</sup>

<sup>540</sup> As terras que compunham a fazenda Arapuá foram divididas por Manoelito e Sebastião, que entregaram parte para o Cel. Georgino. A parte atribuída ao Cel. Georgino constituiu a fazenda Caitité, o restante foi dividido em outras 17 glebas que foram, posteriormente, vendidas.

<sup>541</sup> Termo de declarações de Cassiano Alves de Oliveira, de 08/12/1973. APM. DOPS. Pasta 1065.

<sup>542</sup> As violências são descritas como reclamações dos posseiros em relatório policial datado de 17 de dezembro de 1973 e constam no item 2. Da violência. APM. DOPS. Pasta 1065.

<sup>543</sup> APM. COSEG. Pasta 709.



Devido à prisão dos membros da CONTAG quando chegaram em Cachoeirinha, esses, dois dias depois, quando soltos, retornaram a Belo Horizonte e remeteram correspondência ao delegado do DOPS/MG, denunciando a situação. Eles rumaram para a região após comunicarem à polícia, ID-4, que iriam. Mesmo assim foram presos pelo delegado de Januária. Contudo, depois do ocorrido não voltaram a Cachoeirinha. A CONTAG, entre 1964 e 1968, foi dirigida por um interventor e sua atuação esteve bastante limitada.<sup>544</sup> Talvez por esse motivo a entidade apenas comunicou o ocorrido ao delegado do DOPS/MG e tenha considerado que aquela era “uma questão de polícia”, não sendo, portanto, da alçada da Confederação.<sup>545</sup>

Segundo o documento transcrito acima, o objetivo da CONTAG, ao se deslocar para Cachoeirinha, era fundar um STR na região e tentar solucionar o problema da posse da terra. No entanto, a confederação não conseguiu nem mesmo se reunir com os camponeses, pois seus membros foram presos antes. O possível trabalho a ser realizado na área foi abortado, antes de começar, devido à violência policial com que se depararam os membros da CONTAG ao chegarem na região. O mediador, mesmo estando com suas atividades controladas por um interventor imposto pelo regime militar, não conseguiu atuar na área. A arbitrariedade era tamanha que a Confederação nem mesmo chegou a ter acesso aos camponeses.

Conforme explicitado na correspondência da CONTAG, a permanência dos camponeses nas terras da Fazenda Arapuá não durou muito tempo.

“Em 9 de maio de 1967, o Doutor GEORGINO JORGE DE SOUZA requereu a execução da sentença ao Doutor LOURENÇO PIMENTA DE FIGUEIREDO, Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de Montes Claros, que deferiu o pedido, inclusive de cobertura policial para os oficiais de justiça encarregados da diligência.”<sup>546</sup>

Munidos de sentença favorável e utilizando-se de cobertura policial, os latifundiários, com o suporte do advogado e coronel já reformado Georgino Jorge de Souza, deram início ao segundo despejo. Era uma quarta-feira, dia 14 de junho de 1967, período da festa de Santo Antônio no povoado, quando 212 famílias foram retiradas com violência das terras em que viviam. Participavam da festa o bispo de Montes Claros (MG),

---

<sup>544</sup> José Rotta foi o interventor que dirigiu a CONTAG nesse período.

<sup>545</sup> O papel exercido pela CONTAG no período do estudo é descrito e analisado no capítulo 2 desta tese.

<sup>546</sup> APM. DOPS. Pasta 1065.

José Alves Trindade, e o padre espanhol Henrique Munaiz. A escolha de um momento festivo para a realização dos despejos facilitou a ocupação das terras, já que muitos camponeses participavam das celebrações e não estavam em suas residências.<sup>547</sup>

O despejo atingiu a todos de forma indiscriminada, abrangendo uma área equivalente a 14 mil hectares. Os posseiros não puderam levar nada do que possuíam e muitos saíram apenas com a roupa do corpo e os filhos nos braços. Casas foram queimadas e pessoas violentadas, em uma ação que contou com a participação, autorizada judicialmente, de policiais militares do 10º Batalhão de Montes Claros. O vigário de Varzelândia (MG), padre José Silveira dos Anjos, assim descreveu o segundo despejo:

“O Cel. Georgino traz um contingente do Batalhão, com Jeeps, armas pesadas... Expulsa os posseiros a ferro e fogo. Queima as casas ou as destrói com os jeepões do Batalhão da PM. Os posseiros saem às carreiras, sem direito de levar nada, a não ser os filhos e a roupa do corpo!”<sup>548</sup>

Parte das famílias que foi despejada passou a viver de forma precária às margens do Rio Verde Grande no próprio povoado. Algumas preferiram ir embora da localidade e foram viver em outras regiões. As que permaneceram às margens do rio, quando conseguiam algum trabalho, faziam serviços em outras terras como meeiros ou boias-frias, e resistiram de diversas formas, com o objetivo de retornarem para as terras onde viviam. A pesquisadora Sônia Nicolau dos Santos, em 1985, assim descreveu o modo como os camponeses, que optaram por permanecer na região, resistiram:

“Impedidos de se reunir, desenvolvem uma rede particular de comunicação. As crianças, os cachorros, os sinais dissimulados pelas ruas, pelas casas, são os meios que empregam na organização da resistência. (...) Desenvolvem também laços de solidariedade para poderem viajar, enviar seus líderes à capital, denunciar às autoridades o que se passa em Cachoeirinha.”<sup>549</sup>

No final dos anos 1960 e início da década de 1970, diante das adversidades, os camponeses se utilizaram das denominadas *formas cotidianas de resistência*, nos termos

<sup>547</sup> SANTOS, Sônia Nicolau dos. *À procura da terra perdida: para uma reconstituição do conflito de Cachoeirinha*. Dissertação (Mestrado). Belo Horizonte: UFMG, 1985, p. 53.

<sup>548</sup> Texto assinado por padre José Silveira dos Anjos, em 21/06/1983, em que relata o conflito de Cachoeirinha. Acervo CEDEFES.

<sup>549</sup> SANTOS, Sônia Nicolau dos. *À procura da terra perdida: para uma reconstituição do conflito de Cachoeirinha*. Dissertação (Mestrado). Belo Horizonte: UFMG, 1985, p. 58-59.

propostos por Scott, na luta pela sobrevivência em contexto adverso.<sup>550</sup> Foram pequenos atos, gestos e sinais que eles empregaram para subsistir frente à dominação do latifúndio, que contava com o apoio da polícia. Desta forma, crianças levavam pequenos recados, cachorros eram utilizados para avisar da chegada de jagunços ou da polícia, dentre outros.

O pesquisador Mércio Antunes, nos anos 2000, realizou entrevistas em Cachoeirinha, uma delas com Maria Pereira dos Santos, que se lembrou de ter vestido de mulher o camponês Sula, que estava sendo procurado pela polícia, para que ele pudesse chegar em casa.<sup>551</sup> Essa ação pode ser vista como uma *tática*, já que, com astúcia, o mais fraco conseguiu escapar da vigilância do opressor. Já o camponês Jadé de Paula contou da impossibilidade de conversarem, “na hora que tivesse dois ou três conversando, igual nós tá aqui, a polícia já tava aí perseguindo a gente.”<sup>552</sup> Devido às dificuldades encontradas, os camponeses precisaram desenvolver redes de comunicação através de gestos e sinais para que os jagunços e policiais não notassem as movimentações e conversas. Essa rede foi uma das maneiras encontradas pelos camponeses para resistirem à opressão e violência e pode ser caracterizada como uma *forma cotidiana de resistência*. Essas ações subterrâneas e cotidianas de resistência são aqui entendidas como políticas. Segundo Scott,

“enquanto confinarmos a nossa concepção de política às atividades abertas e declaradas seremos levados a concluir que os grupos subordinados carecem, no essencial, de uma vida política ou então que sua vida política se confina a momentos excepcionais de explosão popular.”<sup>553</sup>

A política não se limita a atividades abertas e declaradas, que no período estavam sendo reprimidas e proibidas. Os camponeses de Cachoeirinha também recorreram às autoridades na resistência pelo retorno à terra, mesmo sabendo dos riscos que corriam ao saírem do povoado para realizar denúncias e procurar apoio. Liderados principalmente por Martinho Fagundes Lisboa e Norberto José Lopes, os camponeses levaram ao conhecimento de políticos e instituições, o que acontecia em Cachoeirinha. Existia a crença entre os camponeses de que as autoridades estaduais e federais, quando soubessem

<sup>550</sup> SCOTT, James C. Formas cotidianas da resistência camponesa. *Raízes*, Campina Grande, vol. 21, nº 01, jan.-jun. 2002, pp. 10-31.

<sup>551</sup> ANTUNES, Mércio Mota. *A teoria da experiência hermenêutica na adequação normativa em conflitos agrários e o papel da fraternidade na racionalidade jurisdicional*. Dissertação (Mestrado). Brasília (DF): Unb, 2010. p. 119.

<sup>552</sup> Idem, p. 99.

<sup>553</sup> SCOTT, James C. *A dominação e a arte da resistência: discursos ocultos*. Lisboa: Letra Livre, 1ª edição, 2013, p. 273.

das arbitrariedades ocorridas em Cachoeirinha, tomariam logo atitudes para resolver o problema. O Estado não era associado ao opressor, o latifúndio, mesmo quando esse contava com o apoio de um órgão estatal, como o Batalhão da Polícia Militar de Montes Claros, para executar as arbitrariedades. Nesse sentido, é possível concordar com Butler quando afirma que as populações expostas à violência arbitrária do Estado, com frequência, por não terem opção, recorrem ao próprio Estado contra o qual precisam de proteção.<sup>554</sup>

Nesse caso, também pode-se pensar na ambivalência. Afinal, para os camponeses de Cachoeirinha era possível atuar contra o latifúndio sem hostilizar o governo que o promovia. Ao contrário, recorria-se a esse mesmo governo em busca de apoio e proteção. Ainda em 1968, um grupo de camponeses conseguiu se deslocar até Brasília (DF), sem que os latifundiários e o coronel Georgino soubessem, para falar com o presidente Costa e Silva. “Os jornais noticiaram a entrevista; o Presidente prometeu providências; alguns deputados manifestaram seu apoio – e tudo continuou exatamente na mesma.”<sup>555</sup>

Nesse mesmo ano, membros da AP, sabendo do ocorrido em Cachoeirinha, se deslocaram para a localidade para realizar um trabalho de base junto aos camponeses. Conforme descrito no capítulo anterior, os militantes da AP enfrentaram muitas dificuldades na região e permaneceram curto período na área. O trabalho foi encerrado em 1969, por opção da própria organização.

Em 1971, uma nova tragédia se abateu sob Cachoeirinha. Após uma enchente do Rio Verde Grande, as famílias que continuaram vivendo às margens do rio, perderam 64 crianças. Elas foram abatidas pelo frio, pela fome e por doenças infectocontagiosas, principalmente o sarampo.<sup>556</sup> De acordo com a camponesa Iris dos Santos, “os enterros eram desse jeito: as mães precisavam ficar procurando caixeta de papelão para poder enterrar as pobres das crianças.”<sup>557</sup> Além disso, segundo o camponês Pedro Mendes de Queiroz, “não tinha lugar próprio assim, conforme tem hoje, cemitério. Era meio que bicho do mato.”<sup>558</sup> Estes enterros, realizados de forma extremamente precária, apontam, novamente, para a existência de corpos que não são passíveis de luto. As crianças

---

<sup>554</sup>BUTLER, Judith. *Quadros de guerra – quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 6ª edição, 2019, p. 46-47.

<sup>555</sup> SANTOS, Sônia Nicolau dos. *À procura da terra perdida: para uma reconstituição do conflito de Cachoeirinha*. Dissertação (Mestrado). Belo Horizonte: UFMG, 1985, p. 60.

<sup>556</sup> Recorte do jornal *Informativo FETAEMG*, 30/08/1982, p. 1. Acervo CPT-MG.

<sup>557</sup> Recorte do *Jornal do Norte*, 30/09/1983, p. 7. Acervo CPT-MG.

<sup>558</sup> Entrevista concedida por Pedro Mendes de Queiroz para COVEMG, em 06/06/2017, na cidade de Verdelândia (MG).

camponesas possuíam uma vida tão precária que, quando mortas, não tiveram direito nem a um caixão ou a um atestado de óbito.<sup>559</sup>

Na década de 1970, os governadores de Minas Gerais Rondon Pacheco, Aureliano Chaves e Francelino Pereira foram procurados pelos camponeses, que também visitaram diversas vezes a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. No entanto, poucas foram as medidas adotadas pelos sucessivos governos para solucionar a questão. Em 1973, foi criada uma Comissão Especial da Secretaria de Segurança do Estado de Minas Gerais para investigar a violência na região do Jaíba.<sup>560</sup> O grupo enviado à Cachoeirinha era formado por membros do DOPS/MG, da COSEG e da PMMG.<sup>561</sup> Após realizar a investigação *in loco* a comissão afirmou em nota:

“que já dispõe de elementos seguros e indiscutíveis isentando o sr. Coronel Georgino Jorge de Souza de qualquer responsabilidade no caso, estando provado que sua participação nele limitou-se ao desempenho de seu mandato advocatício, cumprido de maneira absolutamente incensurável.”<sup>562</sup>



Coronel Georgino Jorge de Souza em reunião com a Comissão Especial da Secretaria de Segurança do Estado de Minas Gerais no ano de 1973.

Recorte do jornal *Estado de Minas* de 20/11/1973.

Acervo DOPS/MG, Pasta 1065.

<sup>559</sup> Durante pesquisa de campo realizada em Verdelândia (MG) os camponeses afirmaram que para nenhuma criança foi feito atestado de óbito, pois não havia recursos para isso.

<sup>560</sup> Recorte do jornal *Estado de Minas* de 06/12/1973. APM.DOPS. Pasta 1065.

<sup>561</sup> A comissão era composta pelo delegado Tacir Omar Meneses Sia, pelo delegado Sérgio Francisco de Freitas, pelo inspetor Dante Ribeiro e pelo coronel Walter Rachid Bittar.

<sup>562</sup> Recorte do jornal *Estado de Minas* de 06/12/1973. APM.DOPS. Pasta 1065.

Essa não foi a única missão policial que se dirigiu a Cachoeirinha. De acordo com o jornal *Diário da Tarde*, no final do ano de 1973, já haviam ocorrido cinco investigações policiais no local, para apurar “a expulsão de posseiros, a invasão de terras e cinco homicídios.”<sup>563</sup> Ao que tudo indica, os órgãos estatais estavam preocupados com a repercussão do conflito em Cachoeirinha, por isso a realização de tantas investigações. Em correspondência enviada em 26 de novembro de 1973, pelo chefe do Escritório de Minas Gerais da SUDENE para o chefe da ASI/SUDENE, o primeiro afirmou que:

“O Governo do Estado e os órgãos federais têm procurado criar uma infra-estrutura para aquela Região [Jaíba], no sentido de atrair grandes projetos agro-pecuários. Essa iniciativa até bem pouco tempo vinha obtendo êxito, porém com as recentes notícias [sobre Cachoeirinha] (...) tudo faz com que vários empresários interessados em ali adquirir terras para seus projetos, fiquem intranquilos, temendo problemas com relação à posse e uso das terras que por eles venham a ser adquiridas.”<sup>564</sup>

O temor se relacionava ao fato do Norte de Minas ser alvo de projetos estatais que visavam modernizar o campo e que, com o conflito, os empresários pudessem desistir de investir na região. As ações estatais mais amplas seguiam fortemente a lógica de favorecimento dos latifundiários, sendo os camponeses tratados como obstáculos à modernização e, por isso, passíveis de serem excluídos a qualquer custo.<sup>565</sup>

Apesar do receio de que o conflito pudesse atrapalhar os investimentos na região, na década de 1970, o Estado e os políticos pouco fizeram para tentar solucioná-lo. Em 1975, o então deputado federal Sebastião Navarro Vieira (ARENA), a convite do padre José Silveira dos Anjos, foi até Cachoeirinha. Depois de ver a precariedade em que viviam os camponeses, solicitou ao padre que escrevesse um ofício, relatando o ocorrido no povoado. O próprio deputado entregaria o documento para o presidente Ernesto Geisel (1974-1979). Após o recebimento do ofício, datado de 4 de dezembro de 1975, o então chefe da Casa Civil, Golbery do Couto e Silva, enviou um agente da polícia federal até Cachoeirinha. O agente produziu um relatório, que foi lido para o padre José Silveira, e, em seguida, levou-o até Brasília. Contudo, nenhuma medida foi adotada pelo governo após o recebimento do documento.<sup>566</sup>

---

<sup>563</sup> Recorte do jornal *Diário da Tarde* de 27/11/1973. APM.DOPS. Pasta 1065.

<sup>564</sup> APM. DOPS. Pasta 1065.

<sup>565</sup> ZANGELMI, Arnaldo José. Mediações políticas silenciadas: Repressão, resistência e luta pela terra em Cachoeirinha (1964-1985). *Varia História*, v. 35, 2019, p. 936.

<sup>566</sup> Texto assinado por padre José Silveira dos Anjos, em 21/06/1983, em que relata o conflito de Cachoeirinha. Acervo CEDEFES.

Levar ao conhecimento das autoridades o que ocorria em Cachoeirinha, apesar de ter surtido pouco efeito prático nas décadas de 1960 e 1970, fez com que o conflito fosse conhecido pela opinião pública, tornando-o minimamente visível na cena política brasileira. Essa foi a *estratégia* possível de ser adotada em contexto repressivo e que os camponeses acreditavam que seria eficaz. Sair de Cachoeirinha para denunciar a violência ocorrida na localidade era extremamente difícil e arriscado, mas os camponeses conseguiram realizar tal ação e a fizeram em mais de uma ocasião, o que propiciou a divulgação do conflito, mas não uma solução definitiva como eles almejavam.

Ainda em 1975, a RURALMINAS colocou à venda, no Norte de Minas, terras consideradas devolutas. Um dos compradores foi o coronel Georgino Jorge de Souza, que adquiriu a mesma área que havia recebido de Manoelito e Sebastião como pagamento pelos seus honorários advocatícios, parte da fazenda Arapuá, que foi subdividida e chamada de fazenda Caitité. Segundo Santos,

“de duas uma: ou a Ruralminas, órgão do governo estadual, estava pondo à venda terras que não pertenciam ao Estado (e, mesmo sendo seu legítimo proprietário, Georgino preferiu comprá-las novamente, o que é no mínimo espantoso), ou – o que é mais lógico – as terras eram efetivamente devolutas até 1975, e a propriedade alegada por Georgino, Sebastião e Manoelito em 1964 era completamente falsa. A operação da Ruralminas legalizou-as.”<sup>567</sup>

Com essa compra, parte das terras foi legalizada em nome do coronel Georgino Jorge de Souza, mas os camponeses não desistiram de reavê-las. Durante o período em que resistiram para retornar à terra, alguns camponeses acabaram sendo “eliminados”, como foi o caso do líder Martinho Fagundes Lisboa. Em 1976, ele conseguiu da RURALMINAS autorização para demarcar as terras de sua posse. Todavia, quando, ao lado de um agrimensor do governo, procederia à demarcação, foi impedido por um grupo de pistoleiros. Alguns dias depois, ele foi assassinado com três tiros, no peito, costas e pescoço, por um pistoleiro em uma emboscada em Janaúba (MG).<sup>568</sup> O assassino foi localizado pela polícia e confessou o crime, indicando como mandante Waldir Alves Coutinho, filho de João Antônio, fazendeiro conhecido na região.<sup>569</sup> Contudo, pouco

<sup>567</sup> SANTOS, Sônia Nicolau dos. *À procura da terra perdida: para uma reconstituição do conflito de Cachoeirinha*. Dissertação (Mestrado). Belo Horizonte: UFMG, 1985, p. 52-53.

<sup>568</sup> Recorte do jornal *O Globo* de 15/02/1976, p. 8. Pasta 0 – Assassinato Martinho Fagundes. Acervo CPT Nacional - Centro de Documentação Dom Tomás Balduino.

<sup>569</sup> COMISSÃO DA VERDADE EM MINAS GERAIS. *Relatório final*. Volume 2. As graves violações de direitos humanos no campo. Belo Horizonte: Covemg, 2017, p. 78-79.

tempo depois, o pistoleiro conseguiu fugir da cadeia, não foi mais visto e o caso foi arquivado. Após o assassinato, a família de Martinho Fagundes, com medo de novas represálias, preferiu abandonar Cachoeirinha. A resistência era arriscada, já que uma das consequências poderia ser a perda da própria vida. De acordo com o jornal *Tribuna Operária*, em Cachoeirinha, “o requinte de maldade foi tanto que os posseiros eram enforcados nas árvores e em seus bolsos apareciam bilhetes dizendo que haviam suicidado. Mesmo sendo na grande maioria analfabetos, que não sabiam escrever nem seus nomes!”<sup>570</sup>

Apesar do latifúndio ter conseguido “eliminar” alguns camponeses – sabe-se que pelo menos oito deles foram assassinados ou desapareceram<sup>571</sup> – a resistência não acabou. Nenhum desses crimes chegou a ser julgado pela Justiça e ficaram todos impunes. Contudo, com as mudanças ocorridas no país na década de 1980, a resistência pôde se modificar. Em contexto de crescimento dos novos movimentos sociais, a situação em Cachoeirinha começou a se alterar, com o início de mobilizações organizadas e negociações com os latifundiários. O STR de Montes Claros, a FETAEMG e a CPT passaram a atuar diretamente como mediadores junto aos camponeses e eles puderam lançar mão de outras *estratégias* na luta pela terra.

Um das delas foi a ocupação das terras das quais eles haviam sido expulsos em 1967. A decisão de retornar para a terra foi tomada após muitas discussões, a *estratégia* foi pensada e suas perdas e ganhos calculados. Com isso, os camponeses optaram pelo *confronto direto* e, em 8 de abril de 1981, às 4 horas da manhã, 79 pessoas entraram em cinco fazendas estabelecidas nas suas antigas terras. Dez camponeses foram presos e os demais retirados das fazendas pela Polícia Militar de Montes Claros.<sup>572</sup> Apesar da *estratégia* ter provocado a prisão de alguns camponeses, ela foi eficaz na divulgação da luta dos camponeses, já que o fato foi bastante noticiado na imprensa. Os latifundiários entraram com uma ação contra os “invasores”, mas, desta vez, os camponeses contaram com o apoio do STR de Montes Claros e da FETAEMG, que conseguiram um advogado para defendê-los. De acordo com a CPT, depois desta tentativa de ocupação das terras,

---

<sup>570</sup> Recorte do jornal *Tribuna Operária* de 07/07/1981, p. 5. Pasta 44 – Cachoeirinha. Acervo CPT Nacional - Centro de Documentação Dom Tomás Balduino.

<sup>571</sup> A COVEMG levantou o assassinato ou desaparecimento dos seguintes camponeses: Antônio Manso, Juarez Barbosa da Silva, Marcionílio, Martino Afonso, Martinho Fagundes, Nilo Gomes Teles, Dulce Gonçalves Pereira e Ursino Oliveira Lima. Para mais informações sobre esses casos ver: COMISSÃO DA VERDADE EM MINAS GERAIS. *Relatório final*. Volume 2. As graves violações de direitos humanos no campo. Belo Horizonte: Covemg, 2017.

<sup>572</sup> Cartilha produzida pela CPT “Cachoeirinha terra da esperança” que apresenta um histórico do conflito, p. 10. Acervo CEDEFES.



“O movimento sindical de Montes Claros começou a divulgar o problema para todo o Brasil, através de cartas aos sindicatos, à Igreja e exigiu da FETAEMG um trabalho mais expressivo no caso de Cachoeirinha. Um documento denúncia foi enviado à Secretaria de Agricultura e ao governador Francelino Pereira.”<sup>573</sup>

Segundo a própria FETAEMG, a Federação começou a acompanhar o desenrolar dos acontecimentos em Cachoeirinha, após a tentativa de ocupação das terras, por meio do polo jurídico-educacional de Montes Claros, que contava com um advogado e um assessor.<sup>574</sup>

Neste momento, a ação dos mediadores começou a ser mais eficaz e, junto deles, os camponeses definiram outra *estratégia* de atuação: a organização de um ato público em Cachoeirinha, a ser realizado no dia 31 de julho de 1982. O objetivo do evento era denunciar as arbitrariedades ocorridas na localidade e pressionar as autoridades para desapropriarem a área, que foi tomada pelo latifúndio em 1967. O presidente da FETAEMG, André Montalvão, pediu e obteve autorização da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais para a realização do ato. Apesar da permissão, o evento foi duramente reprimido. Um grande contingente policial foi mobilizado para se deslocar até as imediações do povoado, inclusive do DOPS/MG, e ocorreram diversos abusos contra os participantes, visando à intimidação e desmobilização. Três barreiras policiais foram montadas na estrada de acesso a Cachoeirinha e todo o material produzido para o ato foi apreendido. A Polícia Rodoviária, a pretexto de aplicar a lei que proibia o transporte de pessoas em caminhões descobertos, deteve, antes de chegarem a Cachoeirinha, dezenas de camponeses e dirigentes sindicais que rumavam para o povoado. Já a caravana que vinha de Belo Horizonte, foi parada em uma das barreiras policiais e devido à demora da vistoria, chegou em Cachoeirinha sete horas depois do ato.

O evento foi realizado de forma precária. Das 4 mil pessoas estimadas para participarem estiveram presentes apenas 600, entre convidados e camponeses da região.<sup>575</sup> O país ainda estava sob o comando do regime militar e mesmo com a Lei de

---

<sup>573</sup> Ibidem.

<sup>574</sup> Nota escrita pela FETAEMG em 18 de junho de 1982. In: SANTOS, Sônia Nicolau dos. *À procura da terra perdida: para uma reconstituição do conflito de Cachoeirinha*. Dissertação (Mestrado). Belo Horizonte (MG): UFMG, 1985, Anexo F.

<sup>575</sup> SANTOS, Sônia Nicolau dos. *À procura da terra perdida: para uma reconstituição do conflito de Cachoeirinha*. Dissertação (Mestrado). Belo Horizonte (MG): UFMG, 1985, p. 92-93.

Anistia de 1979<sup>576</sup>, a ditadura continuava a vigiar e reprimir eventos e pessoas, principalmente aquelas que eram, e continuam sendo, alvo constante da repressão: a população mais pobre tanto do campo quanto da cidade. A *estratégia* não obteve, com isso, os resultados esperados pelos camponeses e seus apoiadores. O evento foi bem menor do que o planejado, mas aqueles que discursaram não perderam a oportunidade de denunciar as arbitrariedades cometidas antes do ato e de falar, também, das esperanças mantidas com o retorno das eleições.

“É lamentável que para se fazer um ato público se tenha visto na estrada um aparato policial tão forte. É lamentável que para trabalhador se reunir pela reivindicação de direitos, esse governo mande a polícia para investigar e vigiar o povo.”<sup>577</sup>

“Estou revoltado contra esse regime! Regime autoritário, que está aí pra massacrar o trabalhador! (...) Vamos unir todo mundo junto, e vamos dar a resposta no dia 15 de novembro. Vamos dar a resposta gente a este regime!”<sup>578</sup>

---

<sup>576</sup>A Lei nº 6.683, de 28/08/1979, possibilitou o retorno de exilados políticos e de servidores públicos punidos pelos atos institucionais, além de libertar presos políticos. Contudo, a lei também anistiou os crimes cometidos por membros da repressão, o que significou uma derrota para os setores mais progressistas que reivindicavam a punição das violências cometidas pelo Estado ditatorial. Sobre a Lei de Anistia brasileira existe farta bibliografia, ver, por exemplo: REIS, Daniel Aarão. Ditadura, anistia, reconciliação. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 45, 2010, pp. 171-186; FICO, Carlos. A negociação parlamentar da anistia e o chamado “perdão aos torturadores”. In: *Revista Anistia. Política e Justiça de Transição*, Brasília, v. 4, 2011, pp. 318-333; SILVA, Sandro Héverton Câmara. *O Congresso Nacional Brasileiro e a Luta pela Anistia (1964-1979)*. Rio de Janeiro: Luminária, 2011; SILVA, Haíke (Org.) *A luta pela anistia*. São Paulo: UNESP, Imprensa Oficial e Arquivo Público do Estado, 2009.

<sup>577</sup> Francisco Urbano, dirigente sindical da CONTAG. In: SANTOS, Sônia Nicolau dos. *À procura da terra perdida: para uma reconstituição do conflito de Cachoeirinha*. Dissertação (Mestrado). Belo Horizonte: UFMG, 1985, p. 95.

<sup>578</sup> Eloy Ferreira da Silva, presidente do STR de São Francisco. In: SANTOS, Sônia Nicolau dos. *À procura da terra perdida: para uma reconstituição do conflito de Cachoeirinha*. Dissertação (Mestrado). Belo Horizonte: UFMG, 1985, p. 96.



Ato público ocorrido em Cachoeirinha em 31/07/1982. Acervo pessoal de Luiz Chaves.

Em novembro de 1982, ocorreriam eleições diretas para escolha dos governadores em todos os estados do país. Em Minas Gerais, durante a campanha eleitoral, o candidato Tancredo Neves (PMDB) prometeu solucionar o problema de Cachoeirinha. Após vencer o pleito e antes de tomar posse, Tancredo Neves visitou a FETAEMG e “declarou diante dos posseiros e de representantes do sindicalismo rural de Minas que resolver o caso de Cachoeirinha é uma questão de honra para o seu governo.”<sup>579</sup> Depois de empossado no cargo, o novo governador criou uma Comissão Especial formada por membros da RURALMINAS, INCRA, FAEMG, FETAEMG, Secretaria do Trabalho e Diocese de Montes Claros, para estudar a questão e propor uma solução.<sup>580</sup> As negociações ficaram a cargo do Estado junto aos mediadores e aos representantes dos latifundiários, nenhum camponês foi convidado para participar da comissão, fato revelador da forma como os trabalhos foram conduzidos.

Dessa comissão surgiu a proposta, formulada pelo INCRA e pela FAEMG, de entregar aos camponeses terras na Jaíba, já que as fazendas em Cachoeirinha estavam classificadas como empresas rurais, não sendo, portanto, passíveis de desapropriação. Em 1983, depois de um trabalho de convencimento realizado por representantes da

<sup>579</sup> Cartilha produzida pela CPT “Cachoeirinha terra da esperança” que apresenta um histórico do conflito, p. 13. Acervo CEDEFES.

<sup>580</sup> Ata de reunião da Comissão para estudos de aquisição de terras em Cachoeirinha (Verdelândia) de 18/07/1983. Acervo CPT-MG.

RURALMINAS, 64 famílias camponesas aceitaram se transferir para Jaíba e se instalaram no local batizado de “Nova Cachoeirinha”.<sup>581</sup> Contudo, centenas de outras famílias não concordaram com a proposta, permaneceram em Cachoeirinha e continuaram a luta para receber de volta as terras onde residiam antes de serem despejadas. Para se manterem no local, elas contaram com o suporte da CPT-MG e da FETAEMG.<sup>582</sup>

A Igreja Católica também se manifestou favorável à luta camponesa em Cachoeirinha. Em maio de 1983, os bispos de Minas Gerais e do Espírito Santo reunidos em Assembleia Pastoral lançaram monção de apoio “aos posseiros de Cachoeirinha, diocese de Montes Claros, na luta pela terra que lhes pertencente.”<sup>583</sup> Na mesma Assembleia foi eleita uma comissão de bispos, integrada pelo presidente da CNBB, Dom Serafim Fernandes de Araújo, pelo bispo coadjutor de Montes Claros e outros, que ficou responsável por se dirigir ao governador Tancredo Neves para “pedir que as terras de Cachoeirinha fossem devolvidas.”<sup>584</sup> Em resposta, o governador prometeu atender às reivindicações dos bispos.

Para as famílias camponesas que permaneceram em Cachoeirinha, a reivindicação não era por qualquer terra onde pudessem plantar o que comer, mas, sim, a terra onde haviam construído suas vidas, tinham relações familiares, de amizade e afeto. O espaço possuía uma dimensão que não era apenas econômica, mas também social e cultural – era, portanto, o retorno ao território que eles reivindicavam. Além disso, eles alegavam que as terras na Jaíba eram inviáveis para o plantio e que a região não possuía infraestrutura para fixar residência, não havia escola, energia elétrica, água encanada, posto de saúde e igreja.<sup>585</sup> Um dos camponeses afirmou ao *Jornal do Norte*,

“(…) dizem que não vão dar terras para os posseiros, querendo mandar todo mundo lá para Jaíba. Quem quer um carrasco do inferno, onde não tem água, não tem nada? Viramos caruncho para ficar naquela peste?”

<sup>581</sup> A região de Nova Cachoeirinha, situada no distrito de Matias Cardoso, município de Manga, foi dividida em 226 lotes, com áreas variando de 30 a 40 hectares, mas nem todos os beneficiários eram provenientes de Cachoeirinha. De acordo com depoimento de Hugo Pimentel, ex-diretor da Ruralminas, para a CPI que investigou irregularidades praticadas pela empresa, “dentre esses 226 lotes, já identificamos 90 elementos que não têm absolutamente nada a ver nem com Cachoeirinha, nem com a agricultura.”

<sup>582</sup> Texto escrito por Pe. Manuel Jerônimo Nunes, coordenador da CPT-MG, em 28 de setembro de 1983, sobre a situação em Cachoeirinha. Acervo CPT-MG.

<sup>583</sup> Cartilha produzida pela CPT “Cachoeirinha terra da esperança” que apresenta um histórico do conflito, p. 20. Acervo CEDEFES.

<sup>584</sup> Idem.

<sup>585</sup> Correspondência enviada ao governador Tancredo Neves pelo bispo coadjutor Dom Geraldo Majela de Castro informando as reivindicações dos camponeses de Cachoeirinha. s/d. Acervo CEDEFES.

Não queremos! Nós morreremos de fome ou matado, mas daqui não saímos!”<sup>586</sup>

Parte das famílias que permaneceu em Cachoeirinha, em 19 de setembro de 1983, época do plantio, resolveu entrar mais uma vez nas terras, eram 39 pessoas, entre homens, mulheres e crianças.<sup>587</sup> O *confronto direto* novamente foi utilizado como *estratégia* para pressionar as autoridades para solucionar a questão. A polícia foi acionada e prendeu oito camponeses. No dia seguinte, eles retornaram ao trabalho nas terras, desta vez foram 40 pessoas; a polícia foi outra vez ao local e prendeu mais quatro camponeses. Não houve reação às prisões, os camponeses afirmaram que “na cadeia pelo menos havia comida por conta do Estado, melhor do que passar fome.”<sup>588</sup> A polícia afirmou que havia prendido os líderes dos camponeses e como forma de protesto às prisões, os demais camponeses retornaram às terras e hastearam fogo na área.<sup>589</sup> A camponesa Maria Pereira dos Santos assim narrou o episódio:

“Eles falava era assim: - Eles pegou os cabeças agora! Que era dizendo que eles que era os cabeça, né? Que eles pegou os cabeça. Não, nós também é cabeça! Vamos entrar de novo. (...) Nós riscava fogo ali, aquele trem apitava subia aquele fumaceiro, aquela fumaceira azul. (...) E nós gritava mesmo. Porque eles disse que tinha pegado os cabeça (...).”<sup>590</sup>

O camponês Ursulino Pereira Lima também se lembrou do ocorrido:

“Eles veio, quando chegou aí, as polícia chegou, as polícia chegou, tava o povão torrando, cortando capim de enxada e botando fogo e queimando colcheira de sal pra gado, e tal... Aí a polícia chegou: “Ô meu povo para essas muié! Para, para, para! Parar o quê, as muié riscava o fogo e jogava no pé deles assim e polícia corria.”<sup>591</sup>

Para os camponeses, ter retornado para terra, mesmo após a prisão daqueles que eram considerados líderes, foi importante e emblemático. Foi importante porque mostrava para a polícia que o movimento estava forte e tinha capacidade de mobilização, mesmo após as prisões. Foi emblemático pelo uso do fogo, já que muitos daqueles camponeses

<sup>586</sup> Recorte do *Jornal do Norte*, 30/09/1983, p. 7. Acervo CPT-MG.

<sup>587</sup> Cartilha produzida pela CPT “Cachoeirinha terra da esperança” que apresenta um histórico do conflito, p. 15. Acervo CEDEFES.

<sup>588</sup> Recorte do *Jornal de Montes Claros*, 28/09/1983, p. 1. Acervo CPT-MG.

<sup>589</sup> Entrevista concedida por Jadé de Paula à Mércio Antunes, s/d. In: ANTUNES, Mércio Mota. *A teoria da experiência hermenêutica na adequação normativa em conflitos agrários e o papel da fraternidade na racionalidade jurisdicional*. Dissertação (Mestrado). Brasília (DF): Unb, 2010, p. 104.

<sup>590</sup> Entrevista concedida por Maria Pereira dos Santos à Mércio Antunes, s/d. In: Idem, p. 120-121.

<sup>591</sup> Entrevista concedida por Ursulino Pereira Lima à Mércio Antunes, s/d. In: Idem, p. 103.

foram despejados em 1967 tendo suas casas queimadas. Naquele momento eles consideravam que com o fogo também conseguiriam retornar ao território.

Já para a FETAEMG a atitude foi vista de outra forma. Segundo o seu presidente, André Montalvão, “chegando novamente a época de se plantar, eles [os camponeses] se desesperaram e houve a invasão.”<sup>592</sup> O retorno às terras foi analisado pelo líder da federação como uma atitude impensada, de desespero, ou seja, para a FETAEMG, enquanto mediadora, o *confronto direto* não era visto como a melhor forma de conduta. A entidade tentou então interceder para apaziguar a situação, que estava bastante tensa. A FETAEMG se reuniu com os camponeses e esses decidiram não retornar às terras até 12 de outubro, prazo dado ao governador Tancredo Neves para que esse pudesse resolver o problema.<sup>593</sup>

Em 06 de outubro de 1983, Tancredo Neves assinou o Decreto nº 23.080 para a desapropriação de terras e benfeitorias situadas em Cachoeirinha, que chegavam a 13 mil e 800 hectares, totalizando 16 fazendas.<sup>594</sup> Durante a solenidade de assinatura, Tancredo Neves “manifestou-se feliz por ser o primeiro mandatário mineiro a desapropriar uma faixa tão grande de terras, para fazer justiça aos posseiros.”<sup>595</sup> A conquista foi muito comemorada pelos camponeses de Cachoeirinha. No entanto, o decreto era inconstitucional, dado que a desapropriação para fins de reforma agrária consistia numa prerrogativa da União. Com isso, apesar do governo estadual ter tentado atuar para que os camponeses retornassem às terras, eles não conseguiram de fato reavê-las.

---

<sup>592</sup> Recorte do jornal *Estado de Minas*, 28/09/1983, s/p. Acervo CEDEFES.

<sup>593</sup> Recorte do jornal *Estado de Minas*, 30/09/1983, s/p. Acervo CPT-MG.

<sup>594</sup> Recorte do jornal *Estado de Minas*, 18/11/1987, p. 15. Acervo CPT-MG.

<sup>595</sup> Recorte do jornal *Estado de Minas*, 07/10/1983, s/p. Acervo CPT-MG.



Povoado de Cachoeirinha, em 1985. Acervo CPT Norte de Minas.

A luta continuou, assim como a violência praticada contra os camponeses e seus apoiadores. Em maio de 1986, o presidente do STR de Varzelândia, Valdeci Alves Almeida, foi baleado com três tiros, seu pulmão foi perfurado, mas ele sobreviveu.<sup>596</sup> Valdeci sofreu esta tentativa de assassinato um dia após ter regressado da capital federal, Brasília (DF), onde foi conversar com assessores do Gabinete Civil da Presidência sobre a desapropriação de terras em Cachoeirinha.<sup>597</sup> Valdeci Alves Almeida, ao ser ouvido pela CPI instaurada na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, em junho de 1986, para investigar a violência no campo, declarou:

“Na volta de Brasília para Montes Claros demos uma entrevista à imprensa (...). Voltamos no mesmo dia da entrevista para Varzelândia. Lá, conversando com um companheiro, Filegônio, que trabalha no prédio da Câmara Municipal, recebi pelas costas três tiros vindo de um opala bege. Acho que isso foi a mando de um fazendeiro (...)”<sup>598</sup>

O camponês Adão Alves Barbosa, ao prestar depoimento na mesma CPI, também afirmou que “vem sofrendo grandes pressões por parte dos fazendeiros e que é preciso acabar com o clima de guerra civil que está implantado na região.”<sup>599</sup> “Precisamos andar em grupos para não sermos baleados no meio da estrada. Estamos cansados de tanto sofrer

<sup>596</sup> Documento intitulado “Governo patrocina a violência e a fome do trabalhador” produzido em 1986 pela CUT/Norte de Minas. Acervo CEDEFES.

<sup>597</sup> Recorte do jornal *Estado de Minas*, 09/07/1986, p. 21. Acervo CPT-MG.

<sup>598</sup> Transcrição da terceira reunião da CPI violência no campo, 10/06/1986, segunda parte, p. 6. Acervo ALMG.

<sup>599</sup> Recorte do jornal *Estado de Minas*, 11/06/1986, p. 15. Acervo CPT-MG.

para ganhar o pão e sustentar a família”<sup>600</sup>, narrou Adão. O latifúndio continuava “mostrando as suas garras” e não estava disposto a perder a guerra, mesmo após o fim da ditadura militar.

Em 1986, foi criada, no Norte de Minas Gerais, a Unidade de Defesa do Produtor Rural (UDPR) com o objetivo de defender os latifundiários frente ao Plano Nacional de Reforma Agrária, instituído pelo governo Sarney no ano anterior. De acordo com Edilson Brandão, um dos integrantes da UDPR, o objetivo da entidade “é nos defender dessa reforma agrária exclusiva de comunistas sem-vergonhas e padres vagabundos.”<sup>601</sup> Segundo a CPT-MG, o atentado sofrido por Valdeci Alves foi realizado a mando dos mesmos latifundiários que fundaram a UDPR, “que vem agindo e se armando contra a reforma agrária e a organização dos trabalhadores.”<sup>602</sup> O discurso e as ideias defendidas pela UDPR eram semelhantes aos da UDR, fundada em 1985. Ambas pregavam a defesa da propriedade privada, especificamente das propriedades rurais, contrarreformas e/ou desapropriações. O discurso anticomunista também era recorrente na fala dos membros das duas organizações, que se utilizavam do termo comunista para desqualificar as ações daqueles que reivindicavam a realização da reforma agrária no país.

Ainda em 1986, como forma de pressionar o Estado para desapropriar as terras, dez camponeses de Cachoeirinha foram até Brasília (DF) para conversarem com o então ministro do MIRAD, Nelson Figueiredo Ribeiro. Na ocasião, eles denunciaram a ação dos fazendeiros “que vem trocando gado por armas pesadas, como metralhadoras, a fim de escorraçá-los da ‘terra proibida’.”<sup>603</sup> Em outubro do mesmo ano, mais de cem camponeses de Cachoeirinha acamparam por 17 dias na sede regional do INCRA, em Belo Horizonte (MG), na tentativa de forçar o Estado a resolver o problema. Segundo um dos líderes dos camponeses, Jadé de Paula, “não viemos para fazer farra nem para brigar, só na Justiça. Nós não sai daqui sem uma decisão.”<sup>604</sup> Os camponeses estavam dispostos a permanecerem no instituto até que fosse dada uma solução para o problema em Cachoeirinha. A *estratégia* era ocupar o órgão responsável pelas desapropriações como forma de pressionar o Estado, para que ele solucionasse o conflito com a entrega das

---

<sup>600</sup> Transcrição da terceira reunião da CPI violência no campo, 10/06/1986, segunda parte, p. 10. Acervo ALMG.

<sup>601</sup> Recorte do jornal *Estado de São Paulo*, 21/05/1986, p. 7. Acervo CPT-MG.

<sup>602</sup> Nota produzida pela CPT Norte de Minas em 20/05/1986 denominada *Latifundiários reagem à desapropriação de Cachoeirinha*. Acervo CPT-MG.

<sup>603</sup> Recorte do jornal *Estado de Minas*, 14/05/1986, p. 20. Acervo CPT-MG.

<sup>604</sup> Recorte do jornal *Diário de Minas*, 16/10/1986, p. 1. Acervo CPT-MG.



terras aos camponeses. Para os camponeses que continuavam em Cachoeirinha, resistindo por tanto tempo, essa era a única solução que daria fim ao conflito.

Após vinte anos de resistências, em 1987, depois de longos impasses jurídicos e administrativos, os camponeses conseguiram conquistar parte das terras. Receberam, durante o governo de transição democrática de José Sarney, a fazenda Caitité, a mesma que pertencera ao coronel Georgino Jorge de Souza, de 964 hectares, que foi adquirida pela RURALMINAS com recursos do INCRA. A compra foi decidida por uma comissão formada por representantes do INCRA, RURALMINAS, SUDENOR (Superintendência de Desenvolvimento do Norte de Minas) e FETAEMG, depois de analisada a impossibilidade de desapropriação para fins de reforma agrária, uma vez que se tratava de uma empresa rural.<sup>605</sup>

A fazenda foi destinada a um projeto de assentamento para 33 famílias e cada uma delas recebeu um lote de 23 hectares e determinadas áreas foram separadas para uso comum.<sup>606</sup> Para marcar o ato, o então superintendente regional do INCRA-MG, Jafete Abrahão, e o diretor-geral da RURALMINAS, Ajax Barcelos, entregaram a um dos líderes dos camponeses, Jadé de Paula, as chaves da sede da fazenda.<sup>607</sup> Na entrada, os camponeses colocaram uma faixa com os dizeres: “A esperança de Cachoeirinha começa aqui.” Jafete Abrahão se recorda desse dia:

“(…) saiu o decreto, o pessoal já sabia. Eu fui, peguei a caminhonete do INCRA, fui com o motorista e levei comigo o Paulo Rogedo. Gente, mas eles fizeram uma festa para mim lá. Eles tinham acabado de entrar na casa, eles abriram a porteira e entraram. Eles assumiram aquela mansão. (...) Essa desapropriação foi assim, (...) foi marcante. Eu fiz questão de ir lá (...) A caminhonete veio lotada de presente.”<sup>608</sup>

A antiga sede da fazenda Caitité, que pertencera ao coronel Georgino Jorge de Souza e que havia sido vendida por ele em 1984, passou a ser propriedade da família de Jadé de Paula, já falecido. A casa sofreu poucas alterações em relação à época de Georgino. Desde que a terra foi reconquistada, a piscina nunca mais foi utilizada, pois, para Jadé, era um símbolo do poderio exercido pelo coronel.

<sup>605</sup> Recorte do jornal *Estado de Minas*, 24/02/1987, p. 17. Acervo CPT-MG.

<sup>606</sup> Recorte do jornal *Estado de Minas*, 08/11/1987, p. 27. Acervo CPT-MG.

<sup>607</sup> Recorte do jornal *Estado de Minas*, 23/09/1987, p. 15. Acervo CPT-MG.

<sup>608</sup> Depoimento prestado por Jafete Abrahão para COVEMG em 21/07//2017, na cidade de Belo Horizonte (MG).



Antiga sede da fazenda Caitité, que hoje faz parte do assentamento Caitité.  
Foto: Caroline Cunha Rodrigues, 2017. Acervo COVEMG.



Piscina situada na antiga sede da fazenda Caitité, que hoje faz parte do assentamento Caitité.  
Foto: Caroline Cunha Rodrigues, 2017. Acervo COVEMG.

A conquista dessa primeira área reforçou a luta pela terra na região. Ela abrigou apenas 33 famílias, sendo, portanto, insuficiente para todos os camponeses. Ainda havia muitas famílias que não puderam retornar para a terra e o problema não estava totalmente solucionado. Depois de novas conquistas, hoje a região possui 18 assentamentos e acampamentos e, de acordo com Monção, esses ocupam cerca de 20% da área do atual município de Verdelândia (MG) e abrigam, aproximadamente, 473 famílias.<sup>609</sup>

Alguns dos antigos camponeses, que habitavam a localidade na época dos despejos, conseguiram receber um lote para plantar e residir, o que para eles representou uma enorme conquista do movimento. No presente, algumas organizações atuam na região de Verdelândia (MG) na luta pela terra, a Liga dos Camponeses Pobres do Norte de Minas, a CPT-MG, o MST e a Via Campesina são as principais delas. Atualmente ainda existem muitas famílias sem-terra na localidade e o latifúndio continua a predominar, o que faz com que as violências permaneçam. O presente insiste em lembrar que a situação não foi completamente resolvida e que esse é “um passado que não passa”.

### 3.2.2 *Fazenda Menino*

Localizada nas regiões Noroeste e Norte de Minas Gerais, nos municípios de Arinos e São Francisco, a 200 quilômetros de Brasília (DF), a Fazenda Menino, no período estudado, era o maior latifúndio do estado, com cerca de 89 mil hectares. Na década de 1950, as terras foram adquiridas pela Colonizadora Agrícola e Urbanizadora S.A (CAUSA), com sede no Rio de Janeiro (RJ) e de propriedade do carioca de ascendência alemã, Max Hermann.

“A CAUSA adquiriu tal imóvel do espólio de Trajano Viriato Saboia de Medeiros, em 23 de setembro de 1955, sendo que este havia adquirido aludido imóvel de Martinho Joaquim Estrela, no dia 27 de fevereiro de 1917 (...) existindo uma cadeia dominial que vincula o imóvel a particulares.”<sup>610</sup>

A origem da cadeia dominial da fazenda Menino data de 1847, quando D. Libânia Maria de Jesus e seus filhos levaram a registro paroquial as terras que formavam a referida

---

<sup>609</sup> MONÇÃO, Katia Maria Gomes. *As sementes da luta: conflito agrário de Cachoeirinha - um estudo dos assentamentos e dos acampamentos do município de Verdelândia, Norte de Minas Gerais*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social). Montes Claros: Unimontes, 2009, p. 72-75.

<sup>610</sup> Ação discriminatória movida pela Ruralminas contra a CAUSA, 1979. Pasta Fazenda Menino. Acervo INCRA-MG.

fazenda e que, à época, possuíam outras denominações.<sup>611</sup> A CAUSA ao adquirir essas terras tinha por objetivo desenvolver no local um projeto privado de colonização, em que seria criada a Colônia Agropecuária do Menino, que possuiria até mesmo uma cidade: Marina, nome da esposa de Max Hermann. A colônia teve projeto criado por Oscar Niemeyer, paisagismo de Roberto Burle Marx e previa o estabelecimento, no entorno da cidade de Marina, de “mil fazendas tecnicamente divididas e irrigadas.”<sup>612</sup> Segundo a CAUSA,

“Em virtude da proximidade de Brasília, cerca de 200 quilômetros em linha reta, a Sociedade nutria a esperança de que, com a mudança e instalação definitiva da Capital Federal, viesse o seu desenvolvimento a refletir naquela região, até então abandonada e esquecida pelos sucessivos governos.”<sup>613</sup>

A construção da cidade foi anunciada no ano de 1955 em vários jornais e revistas do país. A CAUSA procurou estabelecer convênios com órgãos estatais e lotes foram colocados à venda. Contudo, o projeto não deslanchou.

“Após a venda dos primeiros lotes, poucos, aliás, verificamos que, infelizmente, por esse meio não alcançaríamos o objetivo visado. A quase totalidade dos adquirentes estava fazendo a compra com o propósito exclusivo de especulação. Compreendemos que não pretendiam participar do empreendimento, transferindo-se para suas glebas, a fim de desenvolvê-las. Aguardariam [que] as terras se valorizassem, para daí revendê-las com grandes lucros. (...) Contrários a essa especulação, resolvemos interromper as vendas ao público.”<sup>614</sup>

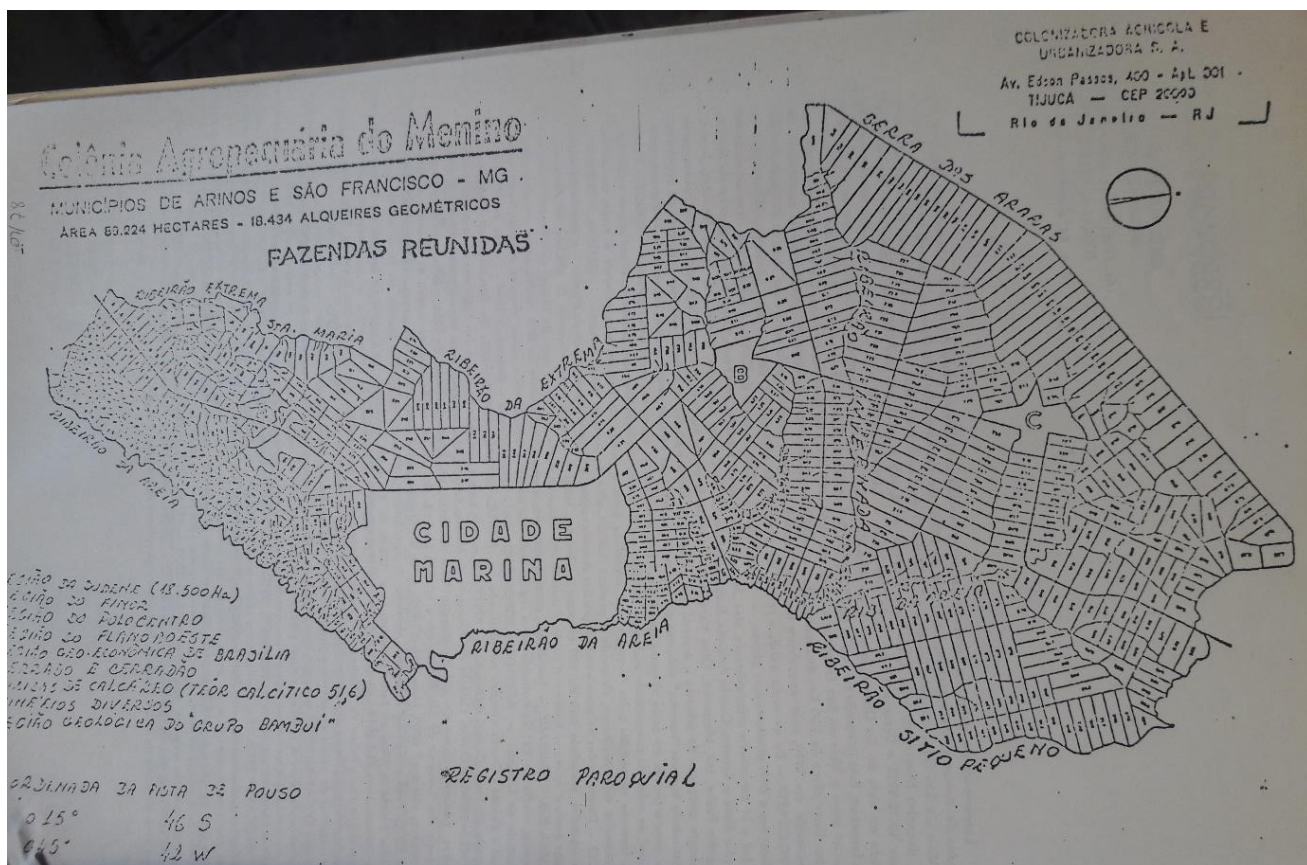
---

<sup>611</sup> Ibidem. A fazenda era composta pelos seguintes retiros: Santo Antonio dos Gerais, Fazenda Chapada do Barroão e Bananeiras, Gentio, Espigão, Menino, Extrema e Vereda Ruim.

<sup>612</sup> Jornal *Última Hora* de 04/11/1955, p. 6. Acervo Hemeroteca Digital.

<sup>613</sup> Correspondência enviada pela CAUSA em 09/08/1971 para o presidente Emílio Garrastazu Médici. Acervo CPT-MG.

<sup>614</sup> Idem.



Cópia de planta da Colônia Agropecuária do Menino. Acevo CPT-MG.

De acordo com o planejamento urbano traçado por Oscar Niemeyer, a área seria dividida em cerca de 1.000 fazendas, compreendendo ainda uma Fazenda-Sede, a cidade de Marina, e três pequenos núcleos urbanos para o abastecimento das zonas rurais. 305 fazendas seriam destinadas à agricultura intensiva, enquanto as outras 695 deveriam ser de tipo misto, ou seja, com a criação de animais e a produção agrícola.<sup>615</sup>

A construção da Colônia Agropecuária do Menino, contudo, não saiu do papel. Apesar do grande investimento da CAUSA na região, o projeto foi abortado.

“Ousamos supor que um empreendimento dessa natureza e com tão importantes propósitos, deveria ter merecido, na época, a compreensão, a colaboração e o apoio das autoridades, para que jamais surgissem obstáculos à sua realização. Infelizmente, tal não se verificou. (...) nossa luta e sacrifício não conseguiram sensibilizar os círculos oficiais e jamais obtivemos o menor apoio, a não ser uma série de vãs promessas, logo esquecidas.”<sup>616</sup>

<sup>615</sup> Documento produzido pela Colonizadora Agrícola e Urbanizadora S/A em que descreve o loteamento denominado Colônia Agropecuária do Menino, s/d. Acervo CPT-MG

<sup>616</sup> Correspondência enviada pela CAUSA em 09/08/1971 para o presidente Emílio Garrastazu Médici. Acervo CPT-MG.

A CAUSA atribuiu o fracasso do empreendimento à falta de apoio dos sucessivos governos, desde o período do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961). Contudo, foi durante o regime militar que a fazenda se tornou área de conflito. Nesse período, a RURALMINAS, criada em 1966 como já mencionado, começou a divulgar a informação de que as terras da fazenda Menino eram devolutas. A Fundação chegou até mesmo a mandar afixar placas na fazenda com os dizeres: “Terras de propriedade do Estado.”<sup>617</sup> De acordo com Max Hermann,

“jamais imaginou a nossa empresa, que fosse deparar com inimigos ferrenhos e inescrupulosos, nascidos na própria administração estadual cuja liderança fatídica coube a Fundação Rural Mineira – Ruralminas.”<sup>618</sup>

A notícia de grande extensão de terras, ditas devolutas, atraiu para a região diversos grileiros, cerca de 25 grandes latifundiários, dentre eles o conhecido político e banqueiro Antônio Luciano Pereira Filho, temido no Norte de Minas por sua truculência contra camponeses. A grilagem visava a especulação imobiliária e a extração de madeira, abundante na fazenda. Em 1971, a CAUSA denunciou ao governador Rondon Pacheco a presença desses grileiros na área.

“Mancomunados com um grupo de pecuaristas, alguns vizinhos da Colônia, e outros que nem sequer [sic] possuem terras na região, estando apenas interessados na invasão e uso das pastagens da propriedade (...) Fecham escolas, barram toda e qualquer iniciativa que nossa firma tem tentado para produzir. Soltam, propositalmente, seu gado nas terras da Colônia e ateiam grandes incêndios.”<sup>619</sup>

Os grileiros passaram a difundir a violência na fazenda, na tentativa de expulsar os posseiros, o que deu origem ao conflito. Centenas de famílias já residiam na área havia muitos anos. Segundo a FETAEMG, em documento datado de agosto de 1979, muitos posseiros “há mais de 40 (quarenta) anos fixaram residências e vem trabalhando a sua posse na fazenda.”<sup>620</sup> Muitas dessas posses eram cercadas e os posseiros possuíam

---

<sup>617</sup> Correspondência enviada pela CAUSA em 09/08/1971 para o presidente Emílio Garrastazu Médici. Acervo CPT-MG.

<sup>618</sup> Correspondência enviada por Max Hermann para o Ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD), Nelson Ribeiro. Correspondência protocolada pelo MIRAD em 16/09/1985. Acervo CPT-MG.

<sup>619</sup> Correspondência enviada pela CAUSA ao governador Rondon Pacheco em 10/08/1971. Pasta Fazenda Menino. Acervo INCRA-MG.

<sup>620</sup> Ofício 00981 enviado pela FETAEMG em 08/08/1979 para o governador do estado de Minas Gerais, Francelino Pereira dos Santos. Pasta Fazenda Menino. Acervo INCRA-MG.

documentação que atestava o direito sobre a terra.<sup>621</sup> Contudo, os grileiros não se intimidaram por esses registros e, após a divulgação da RURALMINAS de que as terras eram devolutas, passaram a ameaçar de expulsão cerca de 320 famílias de posseiros que viviam na área.

A CAUSA, por sua vez, após fazer grande investimento na fazenda, sem o retorno esperado, acabou enfrentando sérios problemas financeiros e deixou de pagar o Imposto Territorial Rural (ITR) dos anos de 1977 a 1981. De acordo com a CAUSA,

“os maiores invasores de nossa terra são grupos influentes, encabeçados por Deputados Federais e Estaduais, Advogados, e Fazendeiros da região. A estes agressores da lei não interessa, sem dúvida, que a desapropriação se concretize.”<sup>622</sup>

Os principais grileiros, de acordo com os camponeses, eram:

“Antonio Luciano Pereira, Agropecuária Fortaleza, Ajax Barcelos (prefeitura de Carmo Paranaíba), José Alves, este segundo denúncias age seguindo ordens do Deputado Federal Jorge Vargas, José Alfredo, Luiz Gastão, família Cordeiro de Pompéu (MG), Renato Cabral do Rio de Janeiro, Antonio Baldez, um grileiro japonês, Geraldo e Antonio Gontijo, Tadeu Miranda, Paulo Leonardo e Vinicius Gomes Barbosa, que normalmente vendem muita terra da fazenda.”<sup>623</sup>

Em 1979, a RURALMINAS entrou com ação discriminatória, na Comarca de Unaí, contra a CAUSA e alguns posseiros que viviam na área, afirmando que as terras da fazenda Menino eram devolutas, portanto, pertencentes ao Estado de Minas Gerais.<sup>624</sup> Em sua defesa, a CAUSA declarou que a afirmação de que as terras eram devolutas “além de joquosa [sic] não encontra no direito positivo qualquer alicerce em que possa se apoiar.”<sup>625</sup> Em dezembro de 1982, não conseguindo quitar os débitos de ITR, a CAUSA sugeriu ao governo que desapropriasse a área, solução que resolveria o problema do ITR e, também, os conflitos existentes na fazenda.

O conflito na Fazenda Menino não era, portanto, entre os camponeses e a empresa proprietária do imóvel, mas, sim, contra os grileiros, que invadiam a área e violentavam

---

<sup>621</sup> Ação discriminatória movida pela Ruralminas contra a CAUSA, 1979. Pasta Fazenda Menino. Acervo INCRA-MG.

<sup>622</sup> Correspondência enviada por Max Hermann para o Ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário (MIRAD), Nelson Ribeiro. Correspondência protocolada pelo MIRAD em 16/09/1985. Acervo CPT-MG.

<sup>623</sup> Correspondência enviada para o governador Tancredo Neves em 05/08/1984. Acervo CPT-MG.

<sup>624</sup> Ação discriminatória movida pela Ruralminas contra a CAUSA, 1979. Pasta Fazenda Menino. Acervo INCRA-MG.

<sup>625</sup> Idem.

os posseiros. A RURALMINAS, órgão estatal responsável pela concessão de terras devolutas, ao informar que o maior latifúndio de Minas Gerais era composto por terras devolutas, acabou por incentivar a grilagem e a violência na região. Os camponeses, por sua vez, procuraram resistir às tentativas de expulsão da fazenda.

O empresário dono da CAUSA, Max Hermann, foi investigado pelos órgãos de segurança do regime militar, por suspeita de ligação com movimentos de esquerda. Em 1972, de acordo com documento do SNI, foi realizada a Operação Vasculhamento “com o fito de investigar, *‘in loco’*, as suspeitas de prática de “movimentação de subversivos” na Fazenda Menino. A operação foi coordenada pela COSEG, com a participação de integrantes do DOI/4ª Brigada de Infantaria, do DOPS-MG e da PM e concluiu como improcedente “as suspeitas relativamente à movimentação de subversivos ou ao uso da área por grupos de esquerda.”<sup>626</sup> O mesmo relatório informou “a existência de registros antigos situando Max Hermann como militante comunista de alto nível, tendo ligação direta com o MCI [Movimento Comunista Internacional].”<sup>627</sup> Sobre a atuação de Hermann na fazenda consta no relatório que:

“Na época em que Max esteve na fazenda, procurou distribuir remédios (D. Geralda confirmou-me) de amostras que recebeu do Rio e ainda roupas usadas aos agregados. Aliás, observou que Max sempre procurou tratar bem à “pobreza”.”<sup>628</sup>

A camponesa Geralda de Brito Oliveira trabalhava para Max Hermann, vivia no local e tomava conta da fazenda e, também, foi acusada de comunismo. Em depoimento, ela afirmou que naquele tempo não sabia o que era comunismo e até hoje não sabe.<sup>629</sup> Durante o período da Operação Vasculhamento, Geralda foi separada de seus sete filhos, todos menores de idade, que foram entregues pela polícia à avó materna. Além disso, a camponesa foi vítima de inúmeras ameaças, a pior delas ocorreu em julho de 1972. Dois soldados a levaram para uma área mais afastada da fazenda, ordenaram que ela caminhasse sem olhar para trás e ameaçaram atirar.

“Dona Geralda obedeceu, ‘sem medo’, segundo ela. Então veio a ordem: ‘O soldado disse: ‘Você se ajoelhe e pede perdão ao seu marido e a Deus.’ Ela retrucou: ‘Não vou ajoelhar, não, nem pedir perdão. A Deus, não vou, porque Deus tá vendo o meu sofrimento. E pra pedir

<sup>626</sup> Informação nº 222/72/ABH/SNI. Documento pertencente ao fundo Serviço Nacional de Informações disponível no banco de dados do projeto Memórias Reveladas.

<sup>627</sup> Idem.

<sup>628</sup> Idem.

<sup>629</sup> Depoimento prestado por Geralda de Brito Oliveira para COVEMG no dia 19/07/2017, por telefone.



perdão a homem, muito pior. Ajoelhar, também não vou. Não ajoelho na frente de homem.’ Como ela resistisse às ordens, um militar gritou: ‘Além de ser uma comunista verdadeira, você ainda é bruta?’ E começaram a disparar. ‘Quando passou o ‘fumacero’, eu estava pólvora pura, e falei: ‘Uh, mas que covardia, seus infelizes, vocês não me mataram.’ Só atiraram pólvora em mim.’ Os tiros falsos foram a derradeira tentativa de intimidá-la. Dona Geralda garante: não falou nada, pois nada sabia sobre as atividades de Hermann. ‘Toda vida fui, e morro sendo, amiga de Max’.”<sup>630</sup>

Neste conflito, o proprietário mantinha boas relações com os camponeses, a resistência começou quando as terras se tornaram alvo de grileiros, a partir da década de 1970. No entanto, foi na década de 1980 que a violência na Fazenda Menino se intensificou, justamente no período pós Lei de Anistia, de 1979, ano considerado por alguns historiadores como marco do fim da ditadura militar no Brasil. Esses estudiosos afirmam que a ditadura findou em 1979 porque esse foi o momento do fim do estado de exceção no país.<sup>631</sup> Segundo Daniel Aarão Reis, nesse ano “o país reingressou no Estado de direito”.<sup>632</sup> No entanto, o que se nota é que, para o meio rural, o estado de exceção perdurou; na década de 1980 as arbitrariedades continuaram e em alguns locais, como na Fazenda Menino, elas se acentuaram justamente no pós-1979.

Conforme a CPT, “o município de Arinos parecia uma praça de guerra. A polícia militar de todo Noroeste do Estado se movimentou para retirar da terra [da Fazenda Menino] trezentos lavradores que ocuparam uma área não explorada.”<sup>633</sup> No ano de 1980, Eloy Ferreira da Silva, que possuía uma posse na fazenda e, no ano seguinte, se tornaria presidente do STR de São Francisco, encaminhou à FETAEMG correspondência denunciando a situação na região. “O grileiro de nome Luiz Gastão (...) pegou o posseiro José dos Santos Ferreira prendeu e fez com que ele assinasse um documento correndo com ele e forçando-o com um revólver.”<sup>634</sup> Eloy também enviou, em 1982, correspondência para Max Hermann informando sobre a grilagem de terras na fazenda e

<sup>630</sup> Trecho de reportagem intitulada *Utopia na Roça*, escrita por Carolina Bataier, revista *Piauí*, edição 161, fevereiro de 2020. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/utopia-na-roca/>. Acesso em 24/06/2021.

<sup>631</sup> Exemplo de historiografia que marca o fim da ditadura em 1979 é desenvolvida na UFF principalmente por Daniel Aarão Reis e Janaína Cordeiro.

<sup>632</sup> REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerda e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2000, p. 69.

<sup>633</sup> Nota de denúncia escrita pela CPT, s/d. Acervo CPT-MG.

<sup>634</sup> Correspondência enviada por Eloy Ferreira da Silva ao presidente da FETAEMG, André Montalvão da Silva, em 04/03/1980. Pasta Fazenda Menino. Acervo INCRA-MG.

solicitando providências. Na carta, Eloy Ferreira da Silva afirmou que caso Max não tomasse as devidas medidas, o próprio STR agiria em defesa das terras e dos posseiros.<sup>635</sup>

Na década de 1980, o movimento sindical atuou fortemente em defesa dos posseiros da Fazenda Menino. Os STR's de São Francisco e de Arinos procuraram mediar a luta contra os grileiros. Em relatório de 1982, sobre a referida fazenda, a FETAEMG informou que “o Movimento Sindical está empenhado em defender os direitos dos posseiros, levando até às bases propostas de luta que assegurem sua permanência definitiva nas terras.”<sup>636</sup>

Em 27 de março de 1984, o jornal *Estado de Minas* veiculou a notícia:

“A Secretaria de Estado da Segurança enviou um delegado especial à Fazenda Menino, no município de Arinos, para tentar uma solução do problema existente entre posseiros e grileiros. Lá estão instaladas 800 famílias e 220 delas estão sendo ameaçadas pelos grileiros e seus jagunços. (...) De imediato, ficou acertada a ida de um delegado especial à região. Ele vai tentar desarmar os grileiros, que estão portando fuzis, rifles e "beretas" de alto calibre.”<sup>637</sup>

De acordo com a matéria, o número de famílias em conflito com grileiros era de 220 e foi preciso deslocar um delegado especial para a região na tentativa de solucionar a questão. No entanto, a violência não findou com a ida de policial especial à área. Ocorreu exatamente o contrário: 300 camponeses foram “desalojados e carregados em carros da polícia e da prefeitura. Uma boa parte [foi] levada para a cadeia.”<sup>638</sup> A polícia agiu em defesa dos grileiros e contou com o apoio da autoridade máxima da cidade de Arinos (MG), o prefeito. Órgãos estatais, a polícia e a prefeitura foram os responsáveis pela violência praticada contra camponeses e atuaram em apoio aos grileiros.

Em agosto de 1984, camponeses da Fazenda Menino foram até Belo Horizonte (MG) para conversar com autoridades e uma carta foi entregue ao governador Tancredo Neves, pedindo a desapropriação urgente das terras por interesse social.<sup>639</sup> Os camponeses denunciaram ao governador a violência praticada pela Polícia Militar, que “prende 71 trabalhadores, entre adultos e crianças de 02 a 12 anos sem a presença dos pais, ficando os mesmos trabalhadores e crianças presos até dois dias, inclusive sem

<sup>635</sup> Correspondência enviada pelo presidente do STR de São Francisco, Eloy Ferreira da Silva para Max Hermann em 30/06/1982. Acervo CPT-MG.

<sup>636</sup> Relatório de atividades FETAEMG, exercício de 1982, p. 18. Acervo CPDA/UFRRJ.

<sup>637</sup> Recorte do jornal *Estado de Minas*, 27/03/1984, s/p. Acervo CPT-MG.

<sup>638</sup> Nota de denúncia escrita pela CPT, s/d. Acervo CPT-MG

<sup>639</sup> Recorte do jornal *Diário de Minas*, 10/08/1984, s/p. Acervo CPT-MG.

alimentação até 24 horas.”<sup>640</sup> Na correspondência, eles solicitaram também a imparcialidade da PM e que ela não fosse arbitrária “conforme demonstrou em experiência recente, garantindo um clima de não violência e também desarmando inclusive os grileiros.”<sup>641</sup> Em contexto de abertura política, os camponeses denunciaram ao governador as arbitrariedades ocorridas na Fazenda Menino e, por meio de carta, exigiram providências. A redação dessa carta demonstra a adoção de uma *estratégia* pelos camponeses na luta pela desapropriação da fazenda. Eles se dirigiram à autoridade máxima de Minas Gerais, na tentativa de conseguirem que suas reivindicações fossem atendidas. Após a eleição de Tancredo Neves como governador, havia uma crença entre os camponeses de que o novo governante, democraticamente eleito, poderia solucionar os conflitos de terra que se avolumavam no estado. Por esse motivo, os camponeses da Fazenda Menino endereçaram correspondência a ele. A resistência camponesa novamente considerou que o Estado fosse capaz de agir em sua defesa.

Apesar das denúncias de violência na Fazenda Menino, a situação pouco se modificou. Em 16 de dezembro 1984, conforme relatado no capítulo 2 desta tese, o presidente do STR de São Francisco, que tinha uma posse na fazenda, Eloy Ferreira da Silva, foi assassinado.

“Eloy e Zuza [seu irmão] foram pra essa terra, na Fazenda Menino. Muitos anos. Eloy comprou a posse. Mas aí começou aquela questão de cerca. Um grileiro grande, homem rico, deu de cortar a cerca. Queria passar a estrada por ali, porque era dono de uma terra acolá. Aí cortou a cerca. Aí os animais espinicaram, fugiram tudo! Eloy tornou a consertar a cerca. Aí de novo eles derrubaram. E assim foi. Começaram a mandar recado, o povo dizendo que iam matar Zuza. Aí mataram Praxedes, o filho de Zuza. Mas continuou aquela mexida de cortar cerca. E Eloy era presidente do sindicato, aí brigava mesmo! E tinha coragem! (...) Mas teve um dia, nesse dia ele veio montado, de burro, ele mais o filho mais velho [Dezinho] tinham levantado a cerca no dia antes. E nesse dia Eloy foi ver a cerca, e foi também apanhar uns pequis. Estava só. Diz que nem teve tempo de apear do burro. Foram seis tiros. Primeiro dois, depois quatro.”<sup>642</sup>

Eloy Ferreira da Silva foi alvejado por Paulo Leonardo Pereira, grileiro conhecido na região. Dois dias antes de ser assassinado, Eloy havia denunciado à Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social de Minas Gerais, novamente por meio de carta, uma

<sup>640</sup> Correspondência enviada para o governador Tancredo Neves em 05/08/1984. Acervo CPT-MG.

<sup>641</sup> Idem.

<sup>642</sup> Trecho de caso contado sobre a morte de Eloy Ferreira da Silva para a pesquisadora Ana Carneiro. In: CARNEIRO, Ana. As duas ou mais mortes de Eloy Ferreira da Silva – narrativas de um crime político. *Ruris*, volume 5, n° 1, março de 2011, p. 63.

série de ameaças que vinha recebendo por parte de Paulo Leonardo Pereira, que arrancava também as cercas de sua posse. Naquele final de semana, Eloy havia programado uma viagem a capital mineira, Belo Horizonte (MG), para denunciar pessoalmente, aos órgãos competentes, as ameaças de morte que vinha sofrendo.

O envio de cartas e a realização de denúncias às autoridades, mostraram-se pouco eficazes para a resistência camponesa no conflito analisado. A violência não foi contida e o principal líder camponês da região foi assassinado. O executor do crime foi condenado a sete anos de prisão, porém, recorreu da decisão e nunca foi preso.<sup>643</sup> Anos antes, em 1978, Praxedes Ferreira da Silva, sobrinho de Eloy, também havia sido assassinado a mando do mesmo grileiro. De acordo com Jô Amado,

“no dia 18 de dezembro enquanto o corpo de Eloy descia à sepultura, latifundiários e comerciantes ricos de São Francisco soltavam rojões, devoravam suculentos churrascos e se embriagavam alegremente. Estavam comemorando, aliviados, o desaparecimento daquele que, com tanta firmeza, liderara a resistência dos trabalhadores do campo contra o latifúndio.”<sup>644</sup>

A descrição de Amado pode ser exagerada, mas é reveladora do poder do latifúndio, que assassinou uma liderança camponesa com o intuito de minar a resistência na região. A morte de Eloy foi amplamente divulgada à época e seu enterro “foi muito concorrido e vários oradores exaltaram a vida de luta e solidariedade de Eloy.”<sup>645</sup>

---

<sup>643</sup> COMISSÃO DA VERDADE EM MINAS GERAIS. *Relatório final*. Volume 2. As graves violações de direitos humanos no campo. Belo Horizonte: Covemg, 2017, p. 174.

<sup>644</sup> AMADO, Jô. *Eloy: morre uma voz nasce um grito*. Belo Horizonte: Sociedade Editora e Gráfica de Ação Comunitária 1985, p. 17.

<sup>645</sup> Recorte do jornal *Estado de Minas*, 19/12/1984, p. 1. APM/COSEG. Rolo 21, Pasta CB.01.



Homenagem a Eloy Ferreira da Silva e protesto por sua morte, em dezembro de 1984.  
Recorte do jornal *Estado de Minas*, 19/12/1984, p.1.  
Acervo COSEG, Rolo 21, Pasta CB 01.



Cortejo fúnebre de Eloy Ferreira da Silva. Recorte do jornal *Estado de Minas*, 19/12/1984, p. 19.  
Acervo COSEG, Rolo 21, Pasta CF 01.

Em contexto de fim da ditadura militar e início da transição democrática, o assassinato de um líder camponês promoveu grande mobilização. Nesse período, já era possível aos camponeses ocuparem os espaços públicos realizando manifestações em repúdio à violência. O enterro de Eloy, o luto por sua morte, foi transformado em um ato público. Na ocasião, várias lideranças rurais fizeram discursos pelo fim da violência no campo, exigindo a punição aos responsáveis por mais um assassinato. O luto público foi,

assim como aponta Butler, um ato de reconhecimento da vida considerada como digna.<sup>646</sup> A *estratégia* utilizada pelos camponeses e seus mediadores foi ocupar as ruas da cidade de São Francisco (MG) com faixas que denunciavam a violência, além do pronunciamento público contra as arbitrariedades que ocorriam na região. O assassinato de Eloy Ferreira da Silva teve grande repercussão na imprensa e o caso, desta vez, foi parar na Justiça. O assassino foi condenado, mas nunca foi preso, permanecendo a impunidade.

Em 1985, o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais decretou a nulidade do processo movido pela RURALMINAS contra a CAUSA, alegando que as terras não eram devolutas. Desta forma, o processo foi extinto sem julgamento do mérito.<sup>647</sup> A questão da desapropriação da Fazenda Menino foi transferida para alçada do INCRA, para que o órgão pudesse encaminhar processo de desapropriação por interesse social. Segundo parecer existente no processo movido pelo INCRA,

“deparamos com um quadro de tensão social de tamanha gravidade, inclusive envolvendo assassinato de posseiro, o qual não nos deixa dúvidas, quanto a necessidade de intervenção do Estado, na busca de uma paz social naquela região corolário de uma maior produtividade e por consequência, maior desenvolvimento.”<sup>648</sup>

Apesar do parecer favorável do INCRA, a desapropriação não ocorreu. Em 1986, o senador Humberto Lucena (PMDB) enviou telegrama ao Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, solicitando a interferência do ministro Nelson Ribeiro no sentido de solucionar o processo da Fazenda Menino. “Desejo ressaltar aspecto social gravíssimo [na] referida fazenda onde estão centenas de posseiros aguardando solução [do] problema da terra.”<sup>649</sup> Em 08 de outubro de 1986, o técnico do INCRA, Renato Godinho, produziu novo parecer sobre a fazenda. Desta vez contrário à desapropriação da área devido ao fato de os solos serem inaptos para a produção agrícola convencional.<sup>650</sup> Esse parecer impossibilitou a desapropriação da terra no contexto de transição democrática, período em que o governo Sarney estava realizando a desapropriação de algumas áreas de intensos conflitos em todo o país.

<sup>646</sup> BUTLER, Judith. *Quadros de guerra* – quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 6ª edição, 2019.

<sup>647</sup> Processo nº 65.892 do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais de 30/04/1985, 1ª C. Cível. Acervo CPT Minas Gerais.

<sup>648</sup> Processo INCRA/CR-06/00842/80. Pasta Fazenda Menino. Acervo INCRA-MG.

<sup>649</sup> Telegrama enviado pelo senador Humberto Lucena em 25/02/1976 para o ministro Nelson Ribeiro. Acervo CPT Minas Gerais.

<sup>650</sup> Resumo do processo INCRA/BR/886/83. Pasta Fazenda Menino. Acervo INCRA-MG.

Somente na década de 1990, após a promulgação da Lei nº 8.629 de 1993 que regularizou as desapropriações, e depois de inúmeras mobilizações e outros assassinatos de camponeses na região, que parte da fazenda foi desapropriada. Anos antes, algumas glebas da fazenda já haviam sido vendidas, inclusive 13.316 hectares para o Grupo Fayal, cujo proprietário era o conhecido grileiro Antônio Luciano.<sup>651</sup>

Atualmente, em parte da área da antiga Fazenda Menino estão 500 famílias camponesas. A cidade de Arinos (MG) possui hoje 27 assentamentos, número bastante elevado, o que aponta para muitas conquistas camponesas na região após o período do estudo aqui empreendido. A resistência camponesa na Fazenda Menino, até 1988, não conseguiu frear a violência e nem alcançou a desapropriação da terra, mas deixou marcas que fizeram com que, no futuro, parte da terra pudesse ser conquistada. Possivelmente, a memória da resistência alimentou novas lutas em contexto e condições mais favoráveis.

### 3.2.3 Fazenda São Pedro

Situada no município de Unaí, na região Noroeste de Minas Gerais, a Fazenda São Pedro, de 5.669 hectares, pertencia a Juscelino Geraldo Martins Carneiro, um grande latifundiário da região.<sup>652</sup> Esse permitia que famílias morassem e plantassem nas terras da fazenda, mediante o pagamento de arrendamento. Na década de 1970, o fazendeiro já praticava várias violências contra cerca de 60 famílias que viviam na área há mais de 30 anos.

“Arrancados à força do trabalho, derrubada de casas e destruição de benfeitorias, de currais e de cercas, mas como existiam processos na justiça de Reintegração de Posse e Indenização de Benfeitorias, o juiz concedeu liminar favorável, os trabalhadores continuaram na terra tentando recuperar os prejuízos.”<sup>653</sup>

Nesse momento, os camponeses utilizaram-se de meios legais e conseguiram voltar para a terra após as arbitrariedades cometidas por Juscelino Geraldo. Contudo, no início da década de 1980, com a morte do proprietário, o conflito ganhou novos contornos, já que a fazenda passou a ser administrada pelos filhos do latifundiário. Esses pretendiam

---

<sup>651</sup> Relação de glebas vendidas da Fazenda Menino, julho 1984. Pasta Fazenda Menino. Acervo INCRA-MG.

<sup>652</sup> Juscelino Geraldo possuía cerca 14 fazendas na região de Unaí, dentre elas estavam, além da Fazenda São Pedro, as fazendas Cipó, Bálsamo, Salitre, Saco Grande, Tabocas, Extrema, Santa Rita e Boqueirão.

<sup>653</sup> Documento produzido pela FETAEMG denunciando conflitos em diversas fazendas de Minas Gerais, s/d. Possivelmente o documento foi escrito na década de 1980. Acervo CEDEFES.

expulsar os camponeses da fazenda e, assim como o pai, fizeram uso de métodos violentos e arbitrários.

Nesse período, conforme analisado no capítulo anterior, o movimento sindical rural ganhava força em todo o país e o STR de Unaí, criado em 1981, passou a atuar em defesa dos camponeses de várias localidades próximas, por ser o único sindicato de trabalhadores rurais da região. A atuação desse sindicato foi intensa no conflito na Fazenda São Pedro. Segundo esse sindicato, “desde o ano de 1984 a Fazenda São Pedro vem sendo palco de muita violência.”<sup>654</sup> Em maio desse mesmo ano, dez barracos foram derrubados por tratores enviados pelos filhos de Juscelino Geraldo. Os tratores eram acompanhados por capangas armados que derrubavam cercas e incendiavam paióis, onde estavam guardados os mantimentos dos camponeses.<sup>655</sup>

“No momento que ocorreu o esbulho, estavam em suas casas somente as mulheres e as crianças, estando seus maridos em suas lavouras fazendo a colheita. Os criminosos covardemente chegaram ameaçando as mulheres e as crianças que choravam assustadas. Um deles apontando suas armas atirou em direção de uma criança (...). Atiraram várias vezes.”<sup>656</sup>

Os tiros não acertaram ninguém e, após o ocorrido, os camponeses procuraram o STR de Unaí. Sua presidente, Maria Aparecida Rodrigues de Miranda<sup>657</sup>, que também era de origem rural, filha de posseiros de região próxima, prontamente se dirigiu até a Fazenda São Pedro, junto com um fotógrafo, para registrar a violência. Ela se recorda que:

“Eles tinham derrubado a casa da pessoa e tavam voltando quando eu tô chegando e aí foi aquele momento assim tenso porque eram 12 jagunços armados e dois deles eram filhos do fazendeiro. Então eles tiveram requinte de violência, porque eles estavam ali autorizados tanto os outros jagunços quanto eles, autorizados a acabarem comigo. Então assim já foi enfiando a carabina nas minhas costas, me empurrando pra fora, tomaram a máquina fotográfica que eu já tinha conseguido fazer algumas fotos deles de longe, tomaram a máquina fotográfica, amarraram o fotógrafo, e foi me empurrando com a carabina e disse: “ou você sai daqui, ou você morre.”<sup>658</sup>

<sup>654</sup> Carta denúncia escrita pelo STR de Unaí, [1986]. Acervo CPT-MG.

<sup>655</sup> Recorte do *Jornal de Brasília*, [1986]. Acervo CPT-MG.

<sup>656</sup> Processo INCRA nº 15.786/85 para desapropriação da fazenda São Pedro. Apresenta histórico do conflito. Acervo CPT-MG.

<sup>657</sup> Sobre a trajetória de Maria Aparecida Rodrigues de Miranda ver Capítulo 2 da presente tese item 2.1: Sindicalismo rural: CONTAG, FETAEMG e STR's.

<sup>658</sup> Entrevista concedida por Maria Aparecida Rodrigues de Miranda para Marina M. Camisasca em 01/05/2021, de forma remota via Google Meet.





Residência destruída na Fazenda São Pedro. Data:1986. Foto: Maria Aparecida Rodrigues de Miranda, que retornou à fazenda para fotografar a derrubada da casa após a máquina do fotógrafo ter sido tomada e o filme destruído. Acervo pessoal de Maria Aparecida Rodrigues de Miranda.

Após ser expulsa da fazenda, a presidente do STR de Unaí foi até a delegacia de polícia da cidade, juntamente com alguns camponeses. Lá eles fizeram uma representação verbal ao delegado, pedindo proteção policial e apreensão das armas. O delegado nenhuma providência tomou.<sup>659</sup> A violência foi denunciada também ao juiz de Unaí, Jairo Boy Vasconcelos, que propôs aos camponeses que fizessem um acordo com os latifundiários. O STR de Unaí se posicionou contrário ao acordo, pois esse beneficiaria apenas alguns camponeses em detrimento dos demais.<sup>660</sup>

Apesar da discordância do STR, no final de 1985, os filhos de Juscelino Geraldo realizaram acordo com oito famílias camponesas, o que acirrou a tensão na área. Afinal, os beneficiários do acordo, por conseguirem permissão para permanecerem na fazenda, passaram a apoiar os latifundiários e a praticar arbitrariedades contra as demais famílias. A *estratégia* do latifúndio se mostrou bastante eficaz: ao negociar com algumas famílias apenas, acirrou a tensão entre os próprios camponeses, provocando uma cisão entre eles. De acordo com técnicos do INCRA,

<sup>659</sup> Relatório produzido pelo STR de Unaí, s/d. Acervo CPT-MG.

<sup>660</sup> Correspondência enviada pelo STR de Unaí para o Secretário de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, Antonio Carlos de Almeida Castro, em 07/04/1986, denunciando as violências ocorridas na fazenda São Pedro. Acervo CPT-MG.

“O Acordo estabelecido ao invés de acabar com o forte clima de tensão social reinante na área, o agravou. Após celebrado o acordo, os novos proprietários começaram a instigar o conflito, botando cercas de arame farpado por toda a propriedade, derrubando as cercas feitas pelos posseiros e cortando as vias de escoamento da produção.”<sup>661</sup>

Em dezembro de 1985, a posse do camponês Pedro Soares de Lima foi cortada ao meio por uma cerca. Alguns dias depois, a sua casa foi cercada por policiais militares que o levaram preso. Pedro de Lima permaneceu 71 horas na cadeia sem que houvesse mandado de prisão.<sup>662</sup> A PM atuou em favor do latifúndio e prendeu o camponês para ameaçá-lo para que abandonasse a Fazenda São Pedro. Contudo, o camponês não cedeu às ameaças e voltou para a área. Esse caso é um dos vários exemplos de que o término da ditadura militar, em 1985, não promoveu o fim das arbitrariedades cometidas pela polícia no meio rural. O órgão estatal continuou a agir em defesa do latifúndio, mesmo em governo de transição democrática.

Em 1986, a tensão na fazenda era grande, os camponeses receberam até mesmo ameaças do advogado da UDR de Unaí, José Adjuto Filho, “você querem briga? Eu vou topar, vou pôr a polícia em cima de vocês”, disse ele.<sup>663</sup> A UDR também estava disposta a defender o latifúndio com o apoio da polícia. A situação piorou quando os filhos de Juscelino venderam 100 hectares da fazenda para Antônio José de Souza, que mandou desmatar a área adquirida contra a vontade dos camponeses, que impediram o funcionamento de dois tratores de esteira com sistema de correntão.<sup>664</sup> De posse de documentação do Instituto Estadual de Florestas (IEF) autorizando o desmate, Antônio José entrou com petição contra a ação dos camponeses. O juiz de Unaí, Jairo Boy Vasconcelos, ordenou então ao delegado que desse garantia policial ao fazendeiro.<sup>665</sup> Assim, em 5 março de 1986, soldados da Polícia Militar comandados pelo cabo Argemiro Mota entraram na Fazenda São Pedro.

“Agindo contra a própria lei, cabo Mota e dois soldados apelidados de “Sardinha” e “Piabinha” atiraram em pais de família. O fazendeiro

---

<sup>661</sup> Relatório da viagem da comissão MIRAD/INCRA ao município de Unaí, Minas Gerais, nos dias 07/08 de março/86. Acervo CPT-MG.

<sup>662</sup> Processo INCRA nº 15.786/85 para desapropriação da fazenda São Pedro. Apresenta histórico do conflito. Acervo CPT-MG.

<sup>663</sup> Jornal *Pelejando* nº 34, ano IV, novembro de 1986, p. 10. Acervo CEDEFES.

<sup>664</sup> Relatório da viagem da comissão MIRAD/INCRA ao município de Unaí, Minas Gerais, nos dias 07/08 de março/1986. Acervo CPT-MG.

<sup>665</sup> *Jornal do Brasil*, 07/03/1986, p. 13. Acervo Hemeroteca Digital

Antônio José de Souza apontava as pessoas e os policiais disparavam. Foram no total 50 tiros. O resultado da chacina foram 7 feridos.”<sup>666</sup>

Após a violência, o filho de um dos baleados precisou andar cerca de oito quilômetros a pé até encontrar um carro que prestasse socorro às vítimas. Os feridos foram levados, horas depois, para o Hospital Santa Mônica, em Unaí.<sup>667</sup> No hospital, os camponeses receberam voz de prisão, por desobediência. Para que fossem soltos, foi necessário o pagamento de uma fiança coletiva no valor de CZ\$300 mil cruzados. Após o tiroteio como o delegado de polícia de Unaí, Raimundo Soares Pereira, prendeu os camponeses ao invés de defendê-los, esses adotaram a *estratégia* de ir até Belo Horizonte (MG) denunciar o ocorrido. Então a violência tornou-se conhecida e o fato teve forte repercussão nacional. Nesse momento, era possível divulgar a agressão arbitrária e torná-la visível na cena pública.



Camponeses feridos no Hospital Santa Mônica, em Unaí. Data: 1986. Fotos: Imagens da Terra. Acervo pessoal de Maria Aparecida Rodrigues de Miranda.

O deputado federal Luiz Guedes (PMDB), dias depois do ocorrido, em 12 de março de 1986, fez pronunciamento na Câmara dos Deputados, em Brasília (DF), sobre a violência na Fazenda São Pedro.

<sup>666</sup> Documento produzido pelo STR de Unaí, em março de 1986, denunciando a violência na fazenda São Pedro. Acervo CPT-MG.

<sup>667</sup> Relatório da viagem da comissão MIRAD/INCRA ao município de Unaí, Minas Gerais, nos dias 07/08 de março/1986. Acervo CPT-MG

“Os posseiros procuraram o proprietário da fazenda para conversar e foram recebidos à bala. Seis foram baleados. Internados em hospital. Na medida que recebem alta médica estão sendo detidos pela polícia militar. Se não fosse lamentável a constatação de fatos como esse seria até engraçado. Por que estão sendo presos? Será que impediram o direito de ir e vir das balas das armas da PM mineira? (...) Sr. Presidente, Srs. Deputados, não posso me calar diante de um fato de tamanha gravidade”<sup>668</sup>

O também deputado federal Ronan Tito (PMDB) se pronunciou dizendo:

“é justamente a polícia, guardião da Lei, que se volta e atira em trabalhadores rurais desprotegidos. Esse ato de selvageria precisa ser punido (...). É preciso uma punição exemplar para que pretensos fazendeiros, grileiros e seus policiais-jagunços percebam que **agora a lei é feita para todos** e que a democracia é o império da lei.”<sup>669</sup>

Já a CONTAG distribuiu nota oficial à imprensa denunciando a violência ocorrida na fazenda.

“Diante da gravidade do ocorrido na Fazenda São Pedro, a CONTAG e seu Conselho de representantes **exigem** do Senhor Ministro da Justiça e do Senhor Governador do Estado de Minas Gerais a apuração dos fatos com vistas à punição de todos os culpados policiais e fazendeiro, sob pena dos trabalhadores rurais [desacreditarem] na Justiça e nos compromissos assumidos pela Nova República.”<sup>670</sup>

Em 1986, com o fim da ditadura militar no ano anterior, era possível a deputados federais repudiarem publicamente a ação da Polícia Militar, denunciarem a violência e a prisão das vítimas sem sofrerem cassação de mandatos. Afinal, “agora a lei é feita para todos”, propalava o deputado Ronan Tito após o fim do regime militar. Certamente o político acreditava que com a democracia a violência diminuiria, já que nesse regime haveria o “império da lei”.

A CONTAG também se pronunciou publicamente contra a violência arbitrária cometida contra os camponeses. Nesse momento, sua atuação era mais direta e apoiava as ações de resistência, a mobilização camponesa e a pressão coletiva. Para a confederação tratava-se não mais de pedir, mas sim exigir mudanças na estrutura agrária brasileira.<sup>671</sup>

<sup>668</sup> Pronunciamento do deputado federal Luiz Guedes (PMDB) no dia 12 de março de 1986, no pequeno expediente da Câmara dos Deputados sobre o conflito ocorrido em Unaí. Acervo CPT-MG.

<sup>669</sup> Recorte do *Jornal de Brasília*, 07/03/1986, s/p. Grifo meu. Acervo CPT-MG.

<sup>670</sup> Recorte de jornal não identificado, 1986. Grifo meu. Acervo CPT-MG.

<sup>671</sup> MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989, p. 118.

À época, o secretário executivo do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, Antônio Carlos Almeida Castro, foi até a região de Unaí para averiguar o ocorrido. Segundo o secretário, “pelo número de denúncias que chegam às nossas mãos, constatamos que o campo hoje vive uma verdadeira guerra civil.”<sup>672</sup> O caso chegou ao Conselho por denúncia dos deputados federais Luiz Guedes e Ronan Tito, ambos do PMDB de Minas Gerais.<sup>673</sup> Após a visita à região, Antônio Carlos afirmou: “o que aconteceu aqui pode se tornar um exemplo perigoso para a Nação. (...) quase que nós presenciamos aqui uma verdadeira chacina.”<sup>674</sup> O secretário se indignou ao ouvir o delegado de Unaí confessar que se viu obrigado a fazer a atuação em flagrante apesar de todos os indícios de que nenhum camponês estava armado ou havia se oposto à ação policial.<sup>675</sup>

O ministro do MIRAD, Nelson Ribeiro, também determinou a ida ao local de uma equipe especialista em conflitos agrários para tomar as providências cabíveis.<sup>676</sup> O ministro adotou tal medida depois de receber documento enviado pela FETAEMG, denunciando o caso.<sup>677</sup> A equipe do MIRAD/INCRA visitou a região e concluiu que “o caso da Fazenda São Pedro é o exemplo mais gritante daquele município, para o qual somente a desapropriação por interesse social da área total poderá significar uma solução definitiva.”<sup>678</sup> Em nota, o ministro Nelson Ribeiro considerou como crime a ação policial na referida fazenda.<sup>679</sup>

Os policiais, por sua vez, depois do episódio, foram afastados do comando da PM e foi aberto um IPM para investigar o caso<sup>680</sup> – fato que demonstra que as arbitrariedades cometidas pela polícia poderiam, naquele período, ao menos ser investigadas, o que seria difícil de acontecer durante o regime militar. A violência no campo, em todo o país, não findou com o término da ditadura, mas passou a ser denunciada e passível de ser investigada e punida.

Os latifundiários e autoridades de Unaí também se pronunciaram a respeito do ocorrido. Segundo o prefeito da cidade, Ardélio Martins Campos, “isto é coisa de um

<sup>672</sup> Recorte do jornal *Diário do Comércio*, [1986]. Acervo CPT-MG.

<sup>673</sup> Relatório produzido pelo Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana em 12/05/1986. Acervo CPT-MG.

<sup>674</sup> Recorte de jornal não identificado, [1986]. Acervo CPT-MG.

<sup>675</sup> Recorte de jornal identificado como JM, 09/03/1986, s/p. Acervo CPT-MG.

<sup>676</sup> Recorte do *Jornal de Brasília*, [1986]. Acervo CPT-MG.

<sup>677</sup> Recorte do jornal *Diário da Tarde*, 10/03/1986, s/p. Acervo CPT-MG

<sup>678</sup> Relatório da viagem da comissão MIRAD/INCRA ao município de Unaí, Minas Gerais, nos dias 07 e 08 de março/1986. Acervo CPT-MG

<sup>679</sup> Recorte do *Jornal do Brasil*, 07/03/1986, s/p. Acervo CPT-MG.

<sup>680</sup> Recorte do jornal *Estado de Minas*, 12/03/1986, s/p. Acervo CPT-MG.

grupo de comunistas e agitadores que querem a todo custo criar uma falsa situação de conflito social.”<sup>681</sup> De acordo com matéria publicada em jornal, “os fazendeiros e o prefeito garantem que não existe sequer um posseiro na fazenda São Pedro, o local de tensão.”<sup>682</sup> Os grupos ligados ao latifúndio procuraram negar a existência de conflitos na região e responsabilizaram o STR de Unaí, principalmente a sua presidente, Maria Aparecida Rodrigues de Miranda, pela criação de uma falsa tensão na área. O discurso do latifúndio, desta feita, pregava pela existência da harmonia no campo, que estava sendo ameaçada por elementos externos, os “agitadores comunistas”. A visão do latifúndio permanecia marcada pelo anticomunismo e os sindicalistas seriam os “agitadores”, responsáveis pela criação de um “falso conflito”.

Os sindicalistas ligados ao STR de Unaí já haviam encaminhado ao INCRA um pedido de desapropriação da Fazenda São Pedro. Em abril de 1986, a presidente do referido sindicato, juntamente com quatro camponeses, foi até Belo Horizonte (MG) entregar ao diretor do INCRA/MG documento que solicitava urgência na desapropriação da fazenda, devido à violência ocorrida em março.<sup>683</sup> O órgão, contudo, caracterizou a propriedade como empresa rural, o que impossibilitava a desapropriação.

As ameaças e violências na Fazenda São Pedro continuavam mesmo após a ampla divulgação e denúncia, até na Câmara dos Deputados, dos fatos ocorridos em março de 1986. Em julho do mesmo ano, o camponês Pedro Soares de Lima denunciou ao juiz de Unaí a presença de jagunços armados na fazenda e solicitou “providências no sentido de fazer com que sejam apreendidas as armas dos denunciados (...) evitando assim acontecimentos ainda mais graves nesta área.”<sup>684</sup>

Em julho de 1987, junto com 60 camponeses, a presidente do STR de Unaí foi novamente até Brasília (DF) para pressionar o INCRA para que a fazenda recebesse nova vistoria.<sup>685</sup> Os camponeses não concordavam com a classificação do imóvel como empresa rural, já que a fazenda não cumpria essa função social, tal como estabelecido pelo Estatuto da Terra. Segundo o jornal *Correio Brasiliense*, durante a permanência na sede do INCRA, “os trabalhadores denunciaram que os proprietários “maquiaram as

---

<sup>681</sup> Recorte de jornal não identificado, [1986]. Acervo CPT-MG

<sup>682</sup> Idem.

<sup>683</sup> Recorte do jornal *Estado de Minas*, 10/04/1986, p. 19. Acervo CPT-MG.

<sup>684</sup> Denúncia encaminhada por Pedro Soares Lima ao juiz de direito da comarca de Unaí, [1986]. Acervo CPT-MG

<sup>685</sup> Resumo da ocupação da sede do INCRA, em julho de 1987, produzido pelo STR de Unaí. Acervo CEDEFES.

fazendas” transportando gado de outras propriedades.”<sup>686</sup> Na ocasião, após tensas discussões, o INCRA concordou em fazer nova vistoria em um prazo máximo de 20 dias para encaminhar o processo em 30 dias para a Comissão Agrária, que era responsável pela aprovação.<sup>687</sup> Nesse momento, não era apenas a Fazenda São Pedro que vivenciava conflito por terra na região de Unaí; havia outras em situação semelhante, como Cipó e Tabocas e, durante a ocupação do INCRA, os camponeses também reivindicaram a desapropriação dessas áreas.

O início do conflito, em fins da ditadura militar e início da transição democrática, revelou que a violência não foi menor devido à mudança de contexto político, mas que a resistência camponesa pôde contar com a ação mais eficaz dos mediadores. Muitos foram os que denunciaram as violências ocorridas na Fazenda São Pedro, mas o mediador mais atuante foi o STR de Unaí, que teve importância decisiva na conquista da terra pelos camponeses. Foi o STR que acompanhou os camponeses nas viagens a Brasília (DF) e Belo Horizonte (MG) e foi esse órgão que entrou com o pedido de desapropriação junto ao INCRA. Foi por meio do STR, que foi instituído no bojo do crescimento dos novos movimentos sociais em todo o país, que os camponeses conseguiram levar suas reivindicações para além da fazenda e, com isso, puderam conquistar a terra.

Em 1988, as fazendas São Pedro e Cipó foram classificadas como latifúndio por exploração e, por meio do Decreto nº 95.828 de 15 de março do mesmo ano, foram desapropriadas para fins de reforma agrária.<sup>688</sup> Em abril de 1988, camponeses de Unaí foram novamente a Brasília (DF), desta vez para conversar com o ministro do MIRAD, Jader Barbalho. Esse se comprometeu, em documento redigido de próprio punho, dentre outras medidas, “a acabar com a violência que reina na fazenda São Pedro.”<sup>689</sup> Mesmo com a expedição de decreto desapropriatório o conflito não foi imediatamente solucionado. Somente dois anos depois, em 1990, foi criado o projeto de assentamento São Pedro Cipó em uma área de 5.279 hectares, que abrigou 80 famílias. O título definitivo dos lotes dos assentados só foi entregue pelo INCRA em 2017. A desapropriação aconteceu antes da implementação da Nova Constituição de 1988, o que tornou possível a conquista da terra pelos camponeses. Afinal, com a promulgação dessa,

---

<sup>686</sup> Recorte do jornal *Correio Brasiliense*, 09/07/1987, s/p. Acervo CPT-MG

<sup>687</sup> Idem.

<sup>688</sup> Decreto disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1988/decreto-95828-15-marco-1988-446082-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 14/01/2020.

<sup>689</sup> Recorte do jornal *Sem Terra*, 30/05/1988, s/p. Pasta 42 - Faz. São Pedro e Faz. Tabocas. Acervo CPT Nacional – Centro de Documentação Dom Tomás Balduino.

as desapropriações acabaram sendo legalmente restritas, conforme apresentado no primeiro capítulo desta tese.

Atualmente, as 80 famílias que vivem no assentamento estão organizadas pela Associação dos Pequenos Produtores Rurais do PA São Pedro Cipó, criada pelos próprios assentados. No local, eles cultivam para o consumo próprio e para comercialização, possuindo lavouras permanentes e temporárias, além de gado leiteiro. A cidade de Unaí hoje possui 26 assentamentos, que abrigam cerca de 2 mil famílias, o que aponta para várias conquistas posteriores dos camponeses da região.

Na Fazenda São Pedro, a resistência camponesa precisou enfrentar o poder do latifúndio, que não estava sozinho e contava com o apoio da polícia e do prefeito da cidade. Contudo, no período de transição democrática foi possível aos camponeses utilizarem *estratégias* de resistência mais eficazes com a *mediação* de movimentos bastante atuantes no contexto, como foi o caso da CONTAG, da FETAEMG e, principalmente, do STR de Unaí. A terra foi desapropriada, o que representou uma vitória para os camponeses da região.

### 3.2.4 Fazenda Barreiro

No Triângulo Mineiro, no município de Iturama (MG), distrito de Limeira D’oeste, situava-se a Fazenda Barreiro de 6.633 hectares. Nessa fazenda, em fins da década de 1970, teve início um conflito de terras cujas raízes “perdem-se no tempo pois algumas famílias de posseiros estavam ali há mais de sessenta anos.”<sup>690</sup> A situação se tornou conflituosa com a divisão da propriedade, que pertencia a Dídimo Soares de Freitas. A terra foi repartida entre Izahú Rodrigues de Lima, filho adotivo de Dídimo, José Alves de Resende e Joaquim Machado, sendo que a Izahú coube uma área onde havia vários posseiros. Esse último começou então a ameaçar 109 famílias de expulsão e, a partir daí, teve início a resistência camponesa para permanecer na terra.

Nesse conflito os camponeses eram liderados por Juraci José Alves, que também vivia na Fazenda Barreiro. Na tentativa de solucionar o problema, eles passaram a se reunir com membros do STR de Iturama. Na maioria das vezes essas reuniões eram realizadas na casa de Juraci José Alves e acompanhadas pelo capataz da fazenda, Jerônimo de Souza Freitas, conhecido como “Jerominho”, que relatava a Izahú o teor das discussões. Apesar das reuniões serem monitoradas por um capataz, elas não eram

---

<sup>690</sup> Dossiê Violência na Fazenda Barreiro produzido pela FETAEMG em 1987. Acervo CEDEFES.



impedidas de acontecer, o que aponta para a existência de uma organização camponesa coletiva, mesmo que precária, em contexto adverso. A partir dessas reuniões os camponeses decidiram entrar com ação de usucapião, já que viviam há muito tempo nas terras, com o objetivo de conseguirem a aquisição e legalização da área que ocupavam.<sup>691</sup>

Além do STR de Iturama, os camponeses da Fazenda Barreiro também contaram com a *mediação* da CONTAG, da FETAEMG e da CPT. A FETAEMG, em diversas ocasiões, denunciou a violência na Fazenda Barreiro e membros da CPT do Triângulo Mineiro, por defender os camponeses da área, passaram a sofrer várias ameaças. De acordo com carta denúncia produzida pela CPT sobre a Fazenda Barreiro, “corre risco de vida o padre Divino Aizza, coordenador da CPT do Triângulo Mineiro, ameaçado por membros da família latifundiária.”<sup>692</sup>

No início de 1984, uma comissão formada por camponeses, membros da FETAEMG e da CONTAG esteve no INCRA para informar sobre a violência e requerer a desapropriação da Fazenda Barreiro. Técnicos do INCRA foram até a área para fazer o levantamento das terras e das famílias camponesas, mas nenhuma medida concreta foi adotada.<sup>693</sup> Os camponeses, com a *mediação* da FETAEMG e da CONTAG, agiram junto aos meios legais para tentarem obter a terra. A *estratégia* adotada mais uma vez foi recorrer ao Estado para que ele desapropriasse a terra.

O latifúndio, por sua vez, não estava disposto a negociar e, em 06 de novembro de 1984, Juraci José Alves foi assassinado. Ele recebeu, na Fazenda Barreiro, às 21 horas, seis tiros a queima roupa na frente de sua esposa, Tereza de Oliveira Alves, que estava grávida. Segundo relatório policial, produzido por detetives encarregados de investigar o crime,

“Juraci (...) foi levado às pressas para o distrito de Limeira do Oeste onde recebeu os primeiros socorros, e [foi] posteriormente transferido para o Hospital Nossa Senhora Aparecida na cidade de Iturama onde faleceu dois dias após ser alvejado; ou seja, dia 08/11/1984 às 21 horas. (...) A vítima Juraci José Alves era homem honesto cumpridor de seus deveres, não tinha inimigos declarados, a não ser após ter chamado para si a responsabilidade de liderar o movimento de luta pela posse da terra, angariando com isso a antipatia do proprietário das terras que já o havia ameaçado de morte caso persistisse em sua teimosia de permanecer em suas terras.”<sup>694</sup>

<sup>691</sup> Termo de acordo estabelecido entre Manoel Mandu dos Santos e Izahú Rodrigues de Lima em 25/05/1984. Acervo CPT-MG.

<sup>692</sup> Carta Denúncia produzida pela CPT em 09/07/1987, sobre a fazenda Barreiro. Acervo CPT-MG.

<sup>693</sup> Recorte do jornal *Diário da Noite*, 10/11/1984, s/p. Acervo CPT-MG.

<sup>694</sup> Relatório policial datado de 07/12/1984. Documento presente nos autos do processo nº 034411001123-8 em que Juraci José Alves figura como vítima de homicídio. Processo localizado na Comarca de Iturama.

A polícia investigou o assassinato de Juraci José Alves e prendeu, um ano depois, em 16 de novembro de 1985, o pistoleiro Ivan Ferreira Neto, conhecido como Tabaquinho, residente na cidade de Paranaiguara (GO). Tabaquinho disse à polícia que foi contratado pelo fazendeiro Izahú Rodrigues de Lima, que lhe deu um revólver calibre 32 e Cr\$ 1 milhão de adiantamento para fazer o “serviço” e, uma semana depois do crime, recebeu mais Cr\$ 3 milhões.<sup>695</sup> Alguns meses após ser preso, em 25 de junho de 1986, Ivan Ferreira Neto prestou novo depoimento e teve a sua prisão preventiva revogada pelo juiz Dário Borges de Paula, que lhe concedeu liberdade provisória.<sup>696</sup>

Em 21 de outubro de 1992, oito anos após o crime, Ivan Ferreira Neto foi novamente interrogado na cidade de Iturama (MG) e negou ter sido o autor dos disparos que mataram Juraci José Alves. Segundo ele, foi Izahú Rodrigues de Lima quem atirou na vítima, ele apenas teria dado dois tiros para o alto.<sup>697</sup> Ivan Ferreira Neto foi julgado e condenado “como incurso nas iras do artigo 121, §2º, inciso I, do Código Penal.”<sup>698</sup> A pena foi de 18 anos de reclusão em regime fechado para o início de cumprimento da pena. Desta vez, o autor do assassinato foi preso, mas seu mandante, o latifundiário Izahú Rodrigues de Lima, teve destino diferente.

Antes do julgamento do assassinato do líder camponês Juraci José Alves, em 20 de dezembro de 1985, Izahú Rodrigues foi assassinado com um tiro na cabeça. Segundo seus herdeiros, os responsáveis pelo crime foram os filhos de Juraci José Alves, que abandonaram a região depois da morte do pai.<sup>699</sup> Os camponeses reivindicavam legalmente a desapropriação da terra, mas não se conformaram com o assassinato do líder Juraci e agiram via *confronto direto*. A morte da liderança camponesa foi “vingada” com o assassinato do latifundiário, o que, conforme apontado anteriormente, ocorreu também em outros conflitos por terra no estado de Minas Gerais. No entanto, o conflito na Fazenda Barreiro não cessou.

Alguns meses antes da morte de Izahú, em agosto de 1985, os camponeses foram despejados da fazenda e acamparam em frente à sede do STR de Iturama.<sup>700</sup> A situação

---

<sup>695</sup> Recorte do jornal *Sem Terra*, nº 49, dezembro de 1985. Pasta 22 - Fazenda Barreiro. Acervo CPT Nacional – Centro de Documentação Dom Tomás Balduino.

<sup>696</sup> Informação retirada do processo nº 034411001123-8, localizado na Comarca de Iturama.

<sup>697</sup> Qualificação e interrogatório de 21/10/1992. Documento presente no processo nº 034411001123-8, localizado na Comarca de Iturama.

<sup>698</sup> Sentença do julgamento de Ivan Ferreira Neto. Documento presente no processo nº 034411001123-8, localizado na Comarca de Iturama.

<sup>699</sup> Recorte do jornal *Estado de Minas*, 14/07/1987, s/p. Acervo CPT-MG.

<sup>700</sup> Recorte do jornal *Estado de Minas*, 28/08/1985, p. 4. Acervo CPT-MG.

na Fazenda Barreiro estava tensa e, com o assassinato de Izahú, a tensão se acentuou. Em 26 de dezembro do mesmo ano, o presidente José Sarney assinou o Decreto nº 92.219 desapropriando parte da fazenda, 2.603 hectares, para fins de reforma agrária. Depois da assinatura do decreto, a diretoria regional do INCRA, com sede em Belo Horizonte (MG), ficou responsável por realizar a desapropriação e a reestruturação do imóvel com o intuito de criar até 130 unidades familiares na área.<sup>701</sup>

Os latifundiários se pronunciaram judicialmente contrários ao decreto.

“É evidente MM. Juiz a ilegalidade e nulidade do Decreto presidencial (...). Deve-se ressaltar, que seu pai e agora os contestantes (seus herdeiros e sucessores), a partir de fevereiro de 1984 pra cá, numa prova insofismável de dinamismo e competência, seguindo-se rigorosamente o máximo da tecnologia de uso corrente naquela região conseguiram dotar o aludido imóvel (fazenda Barreiro) de uma infra-estrutura invejável, altamente adequado para a região, indubitavelmente enquadrável como Empresa Rural (...).”<sup>702</sup>

Ou seja, a defesa dos latifundiários alegava que a referida fazenda era uma empresa rural, por isso não poderia ser desapropriada para fins de reforma agrária. Em 14 de abril de 1986, parte dos camponesas que vivia na Fazenda Barreiro acampou nas imediações do Congresso Nacional, em Brasília (DF), pois no dia seguinte haveria o julgamento da desapropriação pelo Tribunal Federal de Recursos (TFR). Eles montaram suas barracas em local proibido e a Polícia Militar foi acionada e fez a remoção das famílias, que foram levadas para o camping de Brasília.<sup>703</sup> O julgamento foi favorável à desapropriação por oito votos a zero. O INCRA foi imitado na posse do imóvel dias depois, em 25 de abril de 1986, e, no dia 28 do mesmo mês, a área foi registrada em nome do instituto sob o nº 8.040 no Cartório de Registro de Imóveis de Iturama. Foram desapropriadas as terras de Izahú e José Alves, sendo depositado o valor de Cz\$ 264.157,00 para pagamento das benfeitorias e mais Cz\$544.616,00 para pagar as terras. Segundo o INCRA, essa foi a maior indenização dentro do Plano Regional de Reforma Agrária em Minas Gerais.<sup>704</sup> Para garantir o mandado de imissão de posse, o juiz federal

---

<sup>701</sup> Decreto disponível em: <http://legis.senado.leg.br/norma/514859/publicacao/15673211>. Acesso em 07/01/2020.

<sup>702</sup> Documento de defesa encaminhado ao juiz federal da 7ª vara da seção de Minas Gerais pelo advogado Anivaldo Severino em 04/08/1986. Pasta Fazenda Barreiro. Acervo INCRA-MG.

<sup>703</sup> Informe nº 170 de 18/04/1986 produzido pela Divisão de Informações da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal. Documento pertencente ao fundo Serviço Nacional de Informações disponível no banco de dados do projeto Memórias Reveladas.

<sup>704</sup> Recorte do jornal *Estado de Minas*, 14/07/1987, s/p. Acervo CPT-MG.

da 7ª vara da Seção Minas Gerais, João Batista de Oliveira Rocha, endereçou ofício à Polícia Federal do estado solicitando apoio policial.

Os proprietários, assim como outros fazendeiros da região, não ficaram satisfeitos com o valor pago pela desapropriação. De acordo com eles, “o conflito reinante na área foi criado pelo próprio INCRA, que não conduz o projeto de reforma agrária de forma adequada.”<sup>705</sup> Os latifundiários insistiam em utilizar o terreno para pastagem de bois, invadindo a área dos camponeses, destruíam as lavouras e arrancavam as cercas. Essas invasões eram realizadas com a presença de policiais, que apesar de não possuírem mandado judicial para realizar tal ação, agiam juntamente com os fazendeiros e seus jagunços novamente em defesa do latifúndio.

Em 1º de maio de 1986, 117 famílias foram assentadas na Fazenda Barreiro. Em junho do mesmo ano, os proprietários da fazenda entraram com mandado de segurança no TFR e conseguiram uma liminar que os permitia permanecer na área até o fim do processo judicial. De acordo com o então superintendente regional do INCRA-MG, Jafete Abraão, tal medida “tem causado atos abusivos e provocadores, que vão desde ameaças de morte, geralmente transmitidas pelos empregados dos expropriados, até a soltura do gado nas lavouras dos trabalhadores rurais locais, que se sediaram nas regiões lindeiras, não cobertas pela liminar.”<sup>706</sup> De acordo com a Polícia Federal, “os invasores ou acampados estão sob barracas de lonas plásticas, em terras que o INCRA foi imitado na posse, recebendo ainda daquele Instituto, um salário-alimentação, além de tratores e equipamentos agrícolas.”<sup>707</sup> O líder dos camponeses, Neif Chala, segundo a Polícia Federal, “disse ainda que não poderiam aceitar as normas do Estatuto da Terra, pelo fato de ser uma lei feita pelo Governo Militar, e que agora as regras são outras.”<sup>708</sup>

Com a saída dos militares do poder em 1985, a eleição indireta de Tancredo Neves e a posse de José Sarney, havia a esperança entre os camponeses de que o Estatuto da Terra, legislação criada durante a ditadura militar e que se mostrou ineficaz na desapropriação de terras, fosse substituído por leis mais democráticas que efetivamente

---

<sup>705</sup> Informe nº 1034 de 29/07/1986 produzido pelo Centro de Informação da Polícia Federal. Documento pertencente ao fundo Serviço Nacional de Informações disponível no banco de dados do projeto Memórias Reveladas.

<sup>706</sup> Informe nº 059 da Divisão de Segurança e Informações do MIRAD de 04/08/1987. Documento pertencente ao fundo Serviço Nacional de Informações disponível no banco de dados do projeto Memórias Reveladas.

<sup>707</sup> Informe nº 249 do Serviço de Informações da Polícia Federal - Superintendência de Minas Gerais de 22 de agosto de 1986. Documento pertencente ao fundo Serviço Nacional de Informações disponível no banco de dados do projeto Memórias Reveladas.

<sup>708</sup> Idem.

promovessem a reforma agrária no país. Por esse motivo, Neif Chala declarou não aceitar mais os pressupostos do Estatuto da Terra.

No início de julho de 1987, os camponeses resolveram adotar a *estratégia* de retornar para a área que permanecia *sub judice* e começaram a preparar a terra para o plantio. Eles estavam dispostos a partir para o *confronto direto*, caso fosse necessário. De acordo com o jornal *O Globo*,

“Alegando demora na decisão judicial, os assentados resolveram invadir a área com o apoio da Pastoral da Terra de Uberaba. (...) A tensão é grande na área e o Delegado de Polícia de Iturama, Durval Clemente, temia ontem um confronto na madrugada de hoje.”<sup>709</sup>

Para tentar retirar os camponeses da área os latifundiários recorreram ao advogado Almir Aparecido Alves, que pediu a interferência da Polícia Militar.<sup>710</sup> Novamente, o uso da força da polícia foi utilizado para expulsar camponeses durante o período de transição democrática. Com isso, em 09 de julho de 1987, o batalhão de choque da Polícia Militar de Uberaba (MG) invadiu a Fazenda Barreiro. Segundo a FETAEMG,

“de armas em punho, lançando bombas de gás, a fila de soldados marcha sobre eles [os posseiros] e quem não foge é pisoteado e chutado. Estava consumada pela nossa briosa polícia militar a ‘limpeza da área.’”<sup>711</sup>

O tenente Robson Lopes, que comandou a operação, disse que cumpria ordem direta do Secretário de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, Sidney Saffe Silveira.<sup>712</sup> O capitão da Polícia Militar de Iturama, Gilberto Gotelipe, declarou que a tropa de choque permaneceria no local por tempo indeterminado para impedir que os camponeses retornassem à área desocupada.<sup>713</sup> Esse fato é outro exemplo de que a violência empreendida no campo pelo próprio Estado, para garantir o domínio das terras pelo latifúndio, não cessou com o fim do regime militar.

Segundo o INCRA, “por ter sido desapropriada através de decreto presidencial, a Fazenda Barreiro estava na jurisdição da Polícia Federal e não poderia ter sido ocupada pela Polícia Militar sem o porte de mandado judicial.”<sup>714</sup> O superintendente regional do

<sup>709</sup> Recorte do jornal *O Globo*, 09/07/1987, s/p. Acervo CPT-MG.

<sup>710</sup> Recorte do jornal *Estado de Minas*, 14/07/1987, s/p. Acervo CPT-MG.

<sup>711</sup> Dossiê Violência na Fazenda Barreiro produzido pela FETAEMG em 1987. Acervo CEDEFES.

<sup>712</sup> Idem.

<sup>713</sup> Recorte do jornal *Estado de Minas*, 10/07/1987, s/p. Acervo CEDEFES.

<sup>714</sup> Recorte do jornal *Estado de Minas*, 14/07/1987, s/p. Acervo CPT-MG.

INCRA-MG, Jafete Abrahão, inclusive enviou carta a Sidney Saffe Silveira repudiando a ação autorizada pelo secretário de Segurança Pública.<sup>715</sup> Apesar da discordância do superintendente do INCRA-MG, a polícia permaneceu na Fazenda Barreiro.

A força do latifúndio era grande na região e o município de Iturama (MG) era um dos berços da UDR em Minas Gerais, o que dificultava a conquista definitiva da terra. Em telex, a UDR responsabilizou o INCRA por “qualquer violência que vier a acontecer na área em litígio, pois há uma liminar garantindo o espólio Izahú Rodrigues de Lima a posse da terra ora em disputa.”<sup>716</sup> A violência era latente na Fazenda Barreiro e, de acordo com os camponeses, as ameaças eram frequentes.<sup>717</sup> Apesar do INCRA possuir legalmente o imóvel, o processo tramitava no TFR e aguardava sentença final.

Para tentar pressionar o governo, em 1987, cerca de 100 camponeses expulsos da Fazenda Barreiro rumaram para Brasília (DF) e acamparam em frente ao Congresso Nacional, aguardando o julgamento da sentença.<sup>718</sup> Outros foram para Belo Horizonte (MG) encontrar-se com o governador de Minas Gerais, Newton Cardoso, para pedir sua intercessão no conflito.<sup>719</sup> O governador prometeu se empenhar na solução do problema e afirmou discordar da forma como a PM atuou na área, sem ter ordem judicial para intervir no conflito.<sup>720</sup>

Ainda em 1987, foi criada uma Comissão Parlamentar de Sindicância (CPS), presidida pelo deputado estadual José Ferraz (PMDB), que depois de visitar a Fazenda e ouvir as partes redigiu um relatório. Esse foi encaminhado ao TFR e deveria servir de subsídio para o julgamento da ação.<sup>721</sup> A tensão na Fazenda se mantinha e, segundo o jornal *Estado de Minas*, “ameaças, agressões pessoais, destruição de lavouras, matança de animais são queixas comuns entre as partes que dificilmente aceitarão a decisão judicial, seja ela qual for.”<sup>722</sup>

Latifundiários e camponeses optaram pelo recurso à justiça ao mesmo tempo que partiram para o *confronto direto*. A violência na Fazenda Barreiro já havia matado o líder

<sup>715</sup> Correspondência enviada por Jafete Abrahão para Sidney Saffe Silveira em 10/07/1987. Acervo CPT-MG.

<sup>716</sup> Recorte do jornal *Estado de Minas*, 14/07/1987, s/p. Acervo CPT-MG.

<sup>717</sup> Idem.

<sup>718</sup> Recorte do periódico *CNRA*, nº 23, julho-agosto 1987, s/p. Pasta 22 - Fazenda Barreiro. Acervo CPT Nacional – Centro de Documentação Dom Tomás Balduino.

<sup>719</sup> Recorte do jornal *O Estado de São Paulo*, 14/07/1987, s/p. Pasta 22 - Fazenda Barreiro. Acervo CPT Nacional – Centro de Documentação Dom Tomás Balduino.

<sup>720</sup> Recorte do jornal *O Estado de São Paulo*, 14/07/1987, p. 7 e recorte do jornal *O Estado de São Paulo*, 14/07/1987, p. 13. Acervo CPT-MG.

<sup>721</sup> Recorte do jornal *Estado de Minas*, 20/08/1987, p. 15. Acervo CPT-MG.

<sup>722</sup> Idem.

dos camponeses e o principal latifundiário – e parecia estar longe de terminar. Em 1988, com a promulgação da Nova Constituição e a restrição para as desapropriações, a tensão na Fazenda permaneceu inalterada. No ano de 1989, o juiz Leite Soares, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, acabou por negar as ações desapropriatórias referentes à Fazenda Barreiro.<sup>723</sup>

Somente na década de 1990, após a promulgação da Lei nº 8.629, que regularizou as desapropriações, os camponeses conseguiram conquistar efetivamente a terra. Foi criado o primeiro projeto de assentamento da região, que abrigou 131 famílias. No ano de 1993, os camponeses receberam, em solenidade realizada pela Prefeitura de Limeira D'Oeste e pela superintendência estadual do INCRA-MG, a carta de ocupação do núcleo Fazenda Barreiro.<sup>724</sup> Os camponeses comemoraram a conquista com um churrasco.<sup>725</sup>

As resistências na Fazenda Barreiro foram diversas e se mesclaram. Os camponeses fizeram uso de ações via *confronto direto* e, também, de recursos legais; elas não se excluíram, mas se somaram na luta pela terra, que só foi vitoriosa em outro contexto, ainda que a área tenha sido desapropriada em fins de 1985. A intensa força do latifúndio na região dificultou a conquista da terra mesmo após a sua desapropriação.

\* \* \*

Os casos de resistências camponesas apresentados neste capítulo, considerados como emblemáticos, apontam para a pluralidade de *táticas* e *estratégias* empreendidas nessas resistências. Não houve um padrão rígido de ação e a atuação dos mediadores se mostrou muito importante nas resistências contra o latifúndio, visando com que os camponeses permanecessem nas terras na luta por suas desapropriações. Nos casos apresentados os camponeses conseguiram obter relevantes conquistas diante da força do latifúndio no estado. Contudo, essas vitórias foram pontuais e, infelizmente, não foram capazes de alterar o quadro da forte concentração fundiária existente em Minas Gerais. No período estudado inúmeros foram os camponeses despejados que não conseguiram

---

<sup>723</sup> Agravo de Instrumento nº 89.01.21563-2 – MG, de 25/09/1989. Pasta Fazenda Barreiro. Acervo INCRA-MG.

<sup>724</sup> Convite emitido pela Prefeitura Municipal de Limeira D'Oeste para solenidade que ocorreria em 23/10/1993 às 10 horas. Pasta 22 - Fazenda Barreiro. Acervo CPT Nacional – Centro de Documentação Dom Tomás Balduino.

<sup>725</sup> Recorte do jornal *Estado de Minas*, 06/04/1993, s/p. Pasta 22 - Fazenda Barreiro. Acervo CPT Nacional – Centro de Documentação Dom Tomás Balduino.

retornar às suas terras. Aqui foram relatados e analisados casos de resistências parcialmente vitoriosos, mas é importante ressaltar que esses não foram a regra. Ao contrário, na maior parte dos conflitos por terra em Minas Gerais os camponeses foram expulsos sem terem direito nem mesmo à indenização por benfeitorias realizadas nas terras.

Não é objetivo deste estudo fazer comparações em relação a qual local as resistências foram mais intensas ou eficazes, pois todos os casos apresentados foram de fortes e importantes resistências. Um dos casos analisados foi de resistência individual de um camponês, Saluzinho, que não obteve a conquista da tão sonhada terra. Os demais casos foram de resistências coletivas que, após muito enfrentamento, conseguiram conquistas, mesmo que parciais.

A violência contra camponeses e as arbitrariedades cometidas por latifundiários, jagunços e agentes do Estado, principalmente policiais, foram características presentes em todas as resistências analisadas. No caso de Saluzinho houve a peculiaridade dele ter sido encaminhado para o DOPS/MG como preso político, o que não ocorreu com os camponeses resistentes nos demais casos analisados. Cachoeirinha, por sua vez, foi o local onde as resistências tiveram maior duração, cerca de 20 anos, sendo também o conflito que ceifou mais vidas camponesas, no mínimo oitos mortes e desaparecimentos, além das 64 crianças que foram vítimas da fome, do frio e de doenças infectocontagiosas.



## Capítulo 4: Memórias traumáticas

*São cruzes, sem nomes  
Sem corpos, sem datas  
Memória de um tempo onde lutar  
Por seu direito é um defeito que mata*<sup>726</sup>

Recordar fatos passados nem sempre é tarefa fácil. Primeiramente porque a memória é seletiva e nem tudo fica registrado, afinal, a “memória não lida com o tempo homogêneo e vazio, mas preenchido pelo agora, pelo compromisso de reorganizar o tempo de dentro contra aquele de fora, de recuperar a temporalidade da lembrança roubada.”<sup>727</sup> Ou seja, o presente também influi naquilo que é lembrado e no que é esquecido. Além disso, quando os fatos ocorridos no passado foram marcados por grande violência, essa dificuldade de lembrar e falar pode ser acentuada, pois rememorar feridas muitas vezes é doloroso ou até mesmo indizível.

Este capítulo procura apresentar e discutir memórias de camponeses que resistiram ao latifúndio durante o período de 1964 a 1988 e de seus familiares<sup>728</sup>, sabendo das dificuldades inerentes a esse processo de lembrar e falar, de um lado e, do outro, escutar. Essas narrativas foram produzidas em duas situações distintas: através de entrevistas de história oral realizadas por pesquisadores e por meio de testemunhos/depoimentos prestados à Comissão da Verdade em Minas Gerais. Distinguir esses dois tipos de fontes é importante, pois falar para um pesquisador é diferente de prestar um depoimento para uma Comissão da Verdade, que, por ser um mecanismo de justiça de transição, se estabelece a partir do tripé conceitual “memória, verdade e justiça”. Dar um testemunho para uma Comissão da Verdade tem, portanto, uma íntima relação com a busca por reparação e justiça. É a palavra das vítimas que ganha espaço no contexto de denúncia e demanda por justiça. Já na entrevista de história oral não há esse intuito precípua de reparação.

<sup>726</sup> GONZAGUINHA, trecho da música *Pequena memória para um tempo sem memória*, 1981.

<sup>727</sup> ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. Aprendendo a ouvir: a história oral testemunhal contra a indiferença. *História Oral*, v. 16, n. 2, jul./dez. 2013 p. 137.

<sup>728</sup> O intuito inicial era realizar entrevistas de história oral com os camponeses e seus familiares de todos os casos apresentados como emblemáticos no Capítulo 3. Porém, com a pandemia de Covid 19 as entrevistas que seriam feitas em 2020 e 2021, de forma presencial, não puderam ser realizadas e o capítulo precisou ser reformulado e ganhou novo enfoque. Essa menção é apenas para deixar registrado o objetivo inicial e a necessidade de mudança e adaptação a partir do contexto de produção da própria pesquisa. Os pesquisadores também se deparam com imprevistos e nesses momentos é preciso alterar a rota anteriormente traçada.

De acordo com Alessandro Portelli, a entrevista de história oral é por si só um diálogo entre desiguais, “a diferença cultural entre pesquisador e narrador sujeita este último a estímulos imprevistos, força-o a explorar setores e aspectos da sua experiência que geralmente não são mencionados quando ele conta histórias dentro de seu círculo imediato.”<sup>729</sup> Assim, “é no diálogo interativo entre fonte e historiador, entrevistado e entrevistador, que os conteúdos da memória são evocados e organizados verbalmente.”<sup>730</sup> O resultado, a entrevista, é, portanto, produto de ambos, entrevistador e entrevistado. Segundo o mesmo autor,

“não se deve esquecer que a elaboração da memória e o ato de lembrar são sempre individuais: pessoas e não grupos, se lembram. (...) Se toda memória fosse coletiva, bastaria uma testemunha para uma cultura inteira; sabemos que não é assim. (...) a memória é *social* e pode ser *compartilhada* (...), mas (...) ela só se materializa nas reminiscências e nos discursos individuais.”<sup>731</sup>

Desta forma, a partir das experiências individuais de alguns camponeses, se buscará entender processos coletivos vivenciados no meio rural mineiro, sabendo que a memória de um grupo não é um todo sólido e homogêneo. Esses processos coletivos foram marcados pelas resistências camponesas em permanecer nas terras e, também, pela violência e repressão do latifúndio e, muitas vezes, também do Estado. O que faz com que, na maior parte das vezes, essas memórias sejam marcadas pelo trauma, “entendido aqui como ferida aberta na alma e no corpo por acontecimentos muitas vezes indizíveis, que encontram dificuldade para serem elaborados na forma de palavra.”<sup>732</sup>

Para discutir o conceito de trauma produzido em uma coletividade após a ocorrência de um evento marcante, é interessante retomar a análise do historiador francês Henry Rousso, especialista em Segunda Guerra Mundial, que escreveu sobre a memória francesa em relação ao regime de Vichy.<sup>733</sup> Segundo Rousso, o trauma da colaboração com a Alemanha nazista gerou na sociedade francesa o que ele denominou de “síndrome de Vichy”. Essa síndrome é caracterizada pelo autor como um conjunto heterogêneo de

<sup>729</sup> PORTELLI, Alessandro. *Ensaio de história oral*. São Paulo: Letra e Voz, 2010, p.20.

<sup>730</sup> Idem, p. 19.

<sup>731</sup> PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): Mito, política, luto e senso comum. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta Morais (org). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 3ª edição, 2000, p. 127.

<sup>732</sup> ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. Aprendendo a ouvir: a história oral testemunhal contra a indiferença. *História Oral*, v. 16, n. 2, jul./dez. 2013 p. 134.

<sup>733</sup> Com a ocupação pelas tropas do Terceiro Reich de metade do território francês, inclusive Paris, instalou-se no balneário de Vichy um governo, liderado pelo Marechal Philippe Pétain, que colaborou com a Alemanha nazista.

manifestações, que revela a existência de um trauma engendrado pela Ocupação nazista. A psicanálise orientou sua análise da memória da guerra por meio da metáfora de uma neurose coletiva obsessiva, que tem se perpetuado na França, sendo, em algumas épocas, exacerbada.<sup>734</sup> É presente em “A síndrome de Vichy” a crítica ao “dever de memória”, que Rouso enxergou como um sintoma de uma sociedade que vive em desarmonia com seu passado. O “dever de memória” está inscrito na história da memória do regime de Vichy pelo caráter obsessivo da memória, pela necessidade constante de lembrar, consequência do luto inalcançado, que resultou em “um passado que não passa”.

O trauma é capaz de promover, no que se refere à memória, comportamentos diversos que podem ir da amnésia individual às recordações coletivas obsessivas.<sup>735</sup> Diferentemente do ocorrido na França, onde houve uma obsessão da sociedade pelo recordar, o trauma, no caso dos camponeses resistentes em Minas Gerais, gerou, na maior parte das vezes, o silenciamento e a dificuldade em falar sobre o assunto, que é, com frequência, pouco conhecido até mesmo nas localidades que vivenciaram as situações de violência, opressão e violação de direitos. No Brasil, de uma forma geral, o silenciamento é uma característica marcante da forma como a sociedade, de forma coletiva, lida com seus passados traumáticos. O passado sobre o período do regime militar, por exemplo, é pouco lembrado pela memória coletiva. Segundo Marta Rovai,

“Trazer à tona fatos ocorridos durante a ditadura militar, entre os anos de 1964 e 1984, passou a ser entendido por alguns setores como remexer em algo pertencente a outro tempo, sobre o que não valeria a pena debruçar-se. A memória construída oficialmente sobre o período colaborou para esse distanciamento por parte das novas gerações em relação ao passado traumático brasileiro: “O passado passou...”.”<sup>736</sup>

Diferentemente da França, onde o passado traumático fruto da colaboração com o nazismo provocou um “passado que não passa”, no Brasil, o passado sobre o regime militar é visto como “um passado que passou” e, portanto, não necessita ser lembrado. Por esse motivo, poucos foram os movimentos no país em busca desse passado traumático. O que ajuda a entender também porque, no Brasil, uma Comissão Nacional da Verdade (CNV), responsável por investigar os crimes cometidos durante o regime militar, só foi criada em 2012, 27 anos depois do fim desse governo. Iniciativa bastante

<sup>734</sup> ROUSSO, Henry. *The Vichy Syndrome*. Harvard University Press: London, 1991, p. 10.

<sup>735</sup> BUARQUE, Virgínia A. Castro; CUNHA, Nara Rúbia de Carvalho. A historiografia em viés testemunhal. *Locus: revista de história*, Juiz de Fora, v. 20, n. 2, 2015, p. 13.

<sup>736</sup> ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. Aprendendo a ouvir: a história oral testemunhal contra a indiferença. *História Oral*, v. 16, n. 2, jul./dez. 2013 p. 131.

tardia, se comparada às comissões instaladas em outros países da América Latina, como Argentina, Chile, Peru e Uruguai, que desenvolveram ações deste tipo em espaço temporal menor, entre o fim do período de exceção e o início das investigações.

A CNV foi instalada com o intuito de investigar os crimes cometidos pelo Estado brasileiro, mas sem a prerrogativa de realizar julgamentos e punições. Essa Comissão impulsionou ainda a criação de centenas de outras Comissões da Verdade, que foram instituídas em âmbitos estaduais, municipais e setoriais. O historiador Mateus Pereira, em artigo publicado em 2015, analisou os impactos da presença da CNV no cenário brasileiro e afirmou “que talvez estejamos assistindo hoje, no Brasil, à passagem de um “clima” ou “regime” de “não inscrição” para um “clima” ou “regime” de “inscrição frágil”.<sup>737</sup> O “regime” de “não inscrição”, proposto por Pereira, é similar àquele abordado por Rovai, de total distanciamento com o passado, em que a memória sobre a ditadura militar é silenciada, apagada, torna-se névoa. Já o “regime” de “inscrição frágil” procura resgatar alguns aspectos dessa memória, de forma ainda fragmentada e precária. De acordo com o autor, “nos últimos anos o silêncio vem sendo quebrado e tem havido certo reconhecimento de direitos de vítimas e de famílias das vítimas.”<sup>738</sup>

Por certo, muitas foram as vítimas do regime que tiveram suas histórias conhecidas e seus direitos assegurados, inclusive por meio de indenizações pecuniárias e pedidos oficiais de perdão.<sup>739</sup> A CNV exerceu papel importante na publicização de muitos casos de violações de direitos humanos. Contudo, alguns grupos permanecem silenciados, como é o caso dos camponeses, cuja memória parece continuar apagada, se mantendo no “regime” de “não inscrição”. Segundo relatório produzido pela Comissão Camponesa da Verdade (CCV), publicado em 2014,

“há uma clara invisibilização dos camponeses, tanto em relação ao seu protagonismo (na luta contra a ditadura) como nos processos de reparação. É um segmento social “esquecido” (poucos casos investigados nas Comissões de Anistia e de Mortos e Desaparecidos, por exemplo), tanto por seu protagonismo e luta como pela não reparação das violações sofridas.”<sup>740</sup>

<sup>737</sup> PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. Nova direita? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014). *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 31, n. 57, setembro/dezembro 2015, p. 865.

<sup>738</sup> Idem, p. 891.

<sup>739</sup> Através das Caravanas da Anistia, instituídas em 2007, o Estado brasileiro reconheceu algumas vítimas, lhes deu publicamente a palavra e pediu perdão pelos danos causados durante o regime militar.

<sup>740</sup> COMISSÃO CAMPONESA DA VERDADE. *Relatório final: violações de direitos no campo – 1946 a 1988*. Brasília: Comissão Camponesa da Verdade, 2014, p. 19.

A recuperação de parte dessa memória por este trabalho – através da produção e análise de entrevistas orais e, também, dos testemunhos prestados à COVEMG – tem por intuito tornar conhecidas as histórias de lutas e violências sofridas e contribuir, ao menos em parte, para que essa invisibilização seja diminuída. O registro das memórias desse grupo, apesar das dificuldades que tem para falar dos traumas, visa impedir seu silenciamento histórico e, quem sabe, suscitar o debate para que essa memória se torne passível de disputas, revisões e interpretações – e talvez possa compor o “regime” de “inscrição frágil” que, segundo Mateus Pereira, caracteriza na atualidade a memória sobre a ditadura militar no país.

#### *4.1 As memórias camponesas*

##### *4.1.1 Silêncio e esquecimento*

A partir das entrevistas orais produzidas pela autora e por outros pesquisadores e, também, dos testemunhos coletados pela COVEMG, foi possível perceber a frequente associação realizada pelos camponeses entre o evento motivador do trauma e o silenciamento. O camponês Manoel Gomes Ferreira, por exemplo, filho de Saluzinho, caso emblemático analisado no capítulo 3 desta tese, em entrevista, afirmou: “Eu fiquei muito tempo sem contar essa história que quase que nós não conversava esse caso de Serra Azul, não. (...) Acho que nós procurou mais foi trabalhar de que... Pra esquecer isso.”<sup>741</sup> Segundo Manoel, ele e seus familiares procuraram se ocupar com o trabalho para que a lembrança não viesse à tona. Esse não era um tema de conversas entre a família, ou mesmo com amigos e pessoas conhecidas. O trauma na família de Saluzinho promoveu o silêncio e eles procuraram meios para esquecer o que era indizível.

Conseguir falar sobre esse trauma com pessoas desconhecidas, no momento da entrevista, pode ser pensado como uma forma de superação e denúncia da violência sofrida, que por muito tempo Manoel preferiu esquecer. Neste sentido, concorda-se com Marta Rovai que afirma que “promover o testemunho, pela história oral, torna-se processo de compartilhamento não apenas de histórias, mas de sofrimentos, medos e, também, de superações.”<sup>742</sup> Desta forma, conseguir falar sobre o não dito pode ser visto como uma forma de denúncia e, também, de superação.

<sup>741</sup> Entrevista concedida por Manoel Gomes Ferreira para Fernanda Nalon e Marina M. Camisasca, em 03/08/2018, na cidade de Itacarambi (MG).

<sup>742</sup> ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. Aprendendo a ouvir: a história oral testemunhal contra a indiferença. *História Oral*, v. 16, n. 2, jul./dez. 2013 p. 141.

É preciso destacar que Rovai caracteriza o testemunho como um relato do trauma, sendo assim um tipo específico de narrativa em História Oral. Neste trabalho, por sua vez, estão sendo denominados de testemunhos os depoimentos concedidos para a Comissão da Verdade em Minas Gerais, enquanto aqueles feitos a pesquisadores são caracterizados como entrevistas orais. Contudo, apesar de promover essa diferenciação entre eles, caracterizando-os como narrativas com objetivos distintos, esses dois tipos de fontes são analisados ao longo do capítulo pelo viés da memória e do desejo de lembrar ou esquecer, sem que haja distinções ou classificações entre essas memórias.

É possível pensar também que a memória é capaz de operar de forma similar ao trabalho de “translaboração”, conceito elaborado por Freud e retomado por Paul Ricoeur, que entende que, assim como o futuro, o passado também é indeterminado, já que os sentidos do que ocorreu não estão concluídos, podendo ganhar novas leituras e percepções. Assim, “o recurso à memória como trabalho de translaboração opera de forma similar ao processo de cura psicanalítica, favorecendo uma superação da permanente repetição do evento-limite ou aniquilador, para tornar-se memória ressignificada.”<sup>743</sup>

Manoel Gomes Ferreira tinha sete anos, em 1967, quando Saluzinho, após resistir à expulsão da terra onde vivia, em Serra Azul, foi preso depois de ter se escondido em uma gruta próxima ao local onde residia com a família, conforme relatado no capítulo 3. No período em que esteve escondido na gruta, sua esposa, Durce foi vítima de intensa tortura cometida por policiais. Saluzinho permaneceu quatro anos na prisão e, nesse período, Durce, afastada do marido, sofreu com as sequelas causadas pela tortura. É possível que para Manoel, que era uma criança, tenha sido difícil entender as consequências daquele evento, que levou seu pai para a cadeia e deixou sua mãe doente. Ele, para ajudar no sustento da casa, teve que trabalhar desde cedo, já que a família precisava sobreviver, mesmo com a ausência do pai. Talvez por isso, Manoel remeta ao trabalho como uma maneira de esquecer e tentar superar o ocorrido.

Após sair da cadeia, Saluzinho retornou para o convívio com a família e como sua mulher não estava bem, levou-a ao médico. No local onde eles moravam não havia médicos, ou qualquer tipo de assistência, e o casal precisou viajar até a cidade de Januária (MG) para que Durce pudesse se consultar. Nas lembranças de Manoel,

---

<sup>743</sup> BUARQUE, Virgínia A. Castro; CUNHA, Nara Rúbia de Carvalho. A historiografia em viés testemunhal. *Locus: revista de história*, Juiz de Fora, v. 20, n. 2, 2015, p. 19.

“Diz que o médico lá em Januária quando tio Salu levou, levou ela lá e procurou se ela tinha sofrido, o que é que ela tinha sofrido e ele falou, contou que ela tinha sofrido uma agressão física. E ele falou que ela tinha sequela, né? Tinha sequela, que eles fala que até nós tem trauma aí por causa disso, né?”<sup>744</sup>

Ao narrar a fala do médico que atendeu sua mãe em Januária (MG), Manoel se refere ao “trauma”, aqui entendido no vocabulário popular e não como conceito psicanalítico<sup>745</sup>, causado pela violência a partir do diagnóstico médico. Foi o médico, uma autoridade no assunto, que apontou as sequelas na mãe e, também, nos filhos.

Seu irmão, Daniel, seis anos mais novo, não tem lembranças do evento ocorrido em 1967, pois era um bebê de apenas um ano de idade. No entanto, ele se recorda da mãe,

“As lembranças são poucas, mas são terríveis as lembranças dela. A gente vê [via] ela contar os casos pras vizinhas né? E chorava... Era uma pessoa muito triste, muito abatida né?”<sup>746</sup>

Daniel não tem boas lembranças da mãe, pois o tempo que vivenciou com ela foi de dor, tristeza e abatimento. Ter na memória lembranças “terríveis” da própria mãe certamente não é algo fácil, foi um trauma que a tortura causou em toda a família. Afinal, “um dos aspectos centrais da tortura é que ela constitui uma experiência extrema que produz sempre marcas e transforma radicalmente o destino do torturado e a vida das pessoas que presenciaram essa dor.”<sup>747</sup> Daniel, durante sua primeira infância, presenciou a dor da sua mãe, que faleceu em 1972, quando ele ainda era criança, com apenas seis anos de idade.

Marianne Hirsch denomina de “pós-memória” as lembranças dos filhos de pessoas que experienciaram passados traumáticos, mas que não vivenciaram diretamente este passado. A pós-memória, como formula a autora, não é um método, movimento, ideia ou condição identitária, mas um termo que busca, ao acrescentar “pós” à “memória”, dar conta das especificidades da estrutura de transmissão intergeracional e transgeracional do

<sup>744</sup>Entrevista concedida por Manoel Gomes Ferreira para Fernanda Nalon e Marina M. Camisasca, em 03/08/2018, na cidade de Itacarambi (MG).

<sup>745</sup> Para Freud o trauma é caracterizado pela incapacidade de recepção de um evento transbordante, ou seja, trata-se, aqui da incapacidade de recepção de um evento que vai além dos "limites" da nossa percepção e torna-se, para nós, algo sem-forma. In: SELIGMANN-SILVA, Mário; NESTROVSKI (orgs.). *Catástrofe e representação*. São Paulo: Escuta, 2000, p. 84.

<sup>746</sup> Entrevista concedida por Daniel Gomes Ferreira para Fernanda Nalon e Marina M. Camisasca, em 03/08/2018, na cidade de Itacarambi (MG).

<sup>747</sup> ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. Aprendendo a ouvir: a história oral testemunhal contra a indiferença. *História Oral*, v. 16, n. 2, jul./dez. 2013 p. 143.

movimento de lembrar, ao mesmo tempo que ressalta os efeitos ressonantes do trauma, que ultrapassam a fronteira geracional.<sup>748</sup>

As memórias de Daniel podem ser classificadas como “pós-memórias”, nos termos propostos por Hirsch, uma vez que ele não viveu diretamente o evento, mas foi muito afetado por ele. As suas memórias foram, em grande parte, herdadas de sua família, por isso também a sua categorização como “pós-memória”, já que essa é uma memória de segunda geração.<sup>749</sup> A relação de Daniel com esse passado traumático não é medida, portanto, pelas suas lembranças do evento, mas sim por fragmentos herdados, acrescentados a um investimento imaginativo, de projeção e criação.

Ao ser perguntado, por exemplo, sobre um tio de Saluzinho, que teria sido assassinado no conflito em Cachoeirinha, Daniel respondeu: “Não lembro, ele [Saluzinho] falava para nós. De vez em quando ele contava essa história, ele era meio revoltado por causa disso, que ele gostava muito desse parente dele lá e acabou que nesse conflito ele foi assassinado em Cachoeirinha.”<sup>750</sup> Daniel não se recorda do ocorrido, mas escutou de seu pai fragmentos sobre o caso e foi a partir do que ouviu que discorreu no momento da entrevista.

A dificuldade de falar sobre o passado traumático também foi mencionada pelos camponeses que vivenciaram os despejos ocorridos no povoado de Cachoeirinha. Pedro Mendes de Queiroz, o senhor Pedro, por exemplo, que hoje vive no assentamento Caitité, portanto foi um dos camponeses beneficiados pela conquista de parte das terras, disse que “tem certas passagens na vida que a gente não dá conta nem de lembrar direito.”<sup>751</sup> Mesmo recebendo um lote de terra e estando assentado com a família, senhor Pedro não se sente confortável em recordar o período em que os camponeses foram despejados das terras em que viviam, o passado é algo que ele “não dá conta nem de lembrar direito”. Segundo senhor Pedro,

**“O despejo foi bravo. O despejo até não dá nem pra gente lembrar, para ficar lembrando não, que é ruim.** Ele [o Coronel Georgino Jorge de Souza] pegou uma comadre minha que morava aqui na beira da lagoa, que era uma pobre igual a nós, tirou arroz do fogo, botou na cabeça dela o arroz fervendo, fez ela levar. Botou fogo nas casas, e eu

<sup>748</sup> HIRSCH, Marianne. The Generation of Postmemory. *Poetics Today* 29:1, 2008, p. 103-128.

<sup>749</sup> Idem.

<sup>750</sup> Entrevista concedida por Daniel Gomes Ferreira para Fernanda Nalon e Marina M. Camisasca, em 03/08/2018, na cidade de Itacarambi (MG).

<sup>751</sup> Depoimento prestado por Pedro Mendes de Queiroz para COVEMG, em 06/06/2017, na cidade de Verdelândia (MG).



tava lá nesse dia, e ele falou comigo, disse: ‘Oh, você faz o favor de sumir daqui, porque senão nós lhe mata.’”<sup>752</sup>

Em dois momentos diferentes durante seu testemunho para COVEMG senhor Pedro se referiu à dificuldade de lembrar, o que parece ser também uma escolha. Essa escolha se dá porque, para ele, “ficar lembrando é ruim”. Ou seja, o passado traumático causa dor, sofrimento, por isso o desejo de não lembrar. É possível analisar essa opção por não lembrar da maneira proposta por Pollak. Para o autor, “um passado que permanece mudo é talvez menos o produto do esquecimento do que de uma gestão da memória segundo as possibilidades de comunicação em algum momento da vida.”<sup>753</sup> Ou seja, o que é dito e o que é silenciado pode variar de acordo com o contexto, o período da vida e, também, o interlocutor. Desta forma, as possibilidades de comunicação interferem mais no silenciamento do que o esquecimento em si.

Apesar do desejo de não querer lembrar, senhor Pedro acabou relatando com detalhes, para a equipe da COVEMG, o que ocorreu no dia do despejo. Ele descreveu a violência empreendida contra sua comadre, que levou na cabeça uma panela de arroz fervendo e, também, narrou a ameaça de morte feita a ele pelo coronel Georgino Jorge de Souza.



Pedro Mendes de Queiroz em depoimento para COVEMG, em 06 de junho de 2017, em sua residência, situada no assentamento Caitité. Foto: Thiago Tolentino. Acervo COVEMG.

<sup>752</sup> Ibidem. Grifos meus.

<sup>753</sup> POLLAK, Michael. A gestão do indizível. *WebMosaica* Revista do Instituto Cultural Judaico Marc Chagall, v.2, n.1 (jan-jun) 2010, p. 43.

A senhora Maria de Jesus Dias Reis, conhecida como Maria do Zé do Padre, camponesa que também foi despejada no ano de 1967 em Cachoeirinha, fez afirmação semelhante à do senhor Pedro sobre a dificuldade de lembrar:

“Essa história deixou a gente muito confuso. **Porque coisa ruim a gente até não grava não. Mas como o povo era tão simples, que só aguentou o sofrimento e ninguém gravou.** A gente conta assim por metade. (...) Nós mesmos perdeu, hoje eu não sei como é que a gente passou, Deus dá a vida por egresso, [o que] a gente passou só Deus sabe. Uma vida muito difícil de a gente vencer.”<sup>754</sup>

Nota-se, a partir desses dois trechos de testemunhos, do senhor Pedro e de Maria do Zé do Padre, que lembrar do evento passado causa dor. Maria do Zé do Padre deixou claro que o passado foi marcado por vivências dolorosas e que “coisa ruim a gente até não grava, não”. A camponesa insistiu em dizer que não sabia contar os fatos ocorridos, mas acabou narrando as suas lembranças daquele período, uma maneira também de falar da dor sentida naquele momento, de todo o sofrimento que teve que “aguentar” e que não é expressado. Tanto que ela afirma que “a gente conta assim por metade”, ou seja, até quando fala do sofrimento a camponesa diz não conseguir dizer tudo. Certamente, ela não se lembra de todos os fatos vividos, porque a memória é seletiva, mas parece que essa “metade” pode estar silenciada devido ao trauma não superado, por isso o desejo explicitado pelos dois depoentes de não falar sobre o despejo.

---

<sup>754</sup> Depoimento prestado por Maria de Jesus Dias Reis para COVEMG, em 06/06/2017, na cidade de Verdelândia (MG). Grifos meus.



Maria de Jesus Dias Reis (Maria do Zé do Padre) em depoimento para COVEMG, em 06 de junho de 2017, em sua residência, situada na cidade de Verdelândia (MG).

Foto: Caroline Cunha Rodrigues. Acervo COVEMG.

Apesar do silenciamento sobre o passado traumático, alguns camponeses de Cachoeirinha narraram *táticas* de resistência e de sobrevivência em meio à situação de violência e ameaças que viveram após terem sido despejados em 1967. Exemplo foi contado pelo senhor Juraci, que lembrou que os camponeses viravam as sandálias para o lado contrário para não serem seguidos.

“Fazia as pegadas de couro, aquele tempo as sandálias era pregada de couro normal pé direito e esquerdo, mas só que ao contrário ele virava a correia da sandália no caso que ele pisava daqui para lá; no carreirinho o rastro dela tava para cá, só que ele tava vindo para cá.”<sup>755</sup>

<sup>755</sup> Depoimento prestado por Juraci para COVEMG, no dia 06/06/2017, na cidade de Verdelândia (MG).

Ou seja, enquanto ele andava para um lado, a sandália deixava a marca do lado oposto. Outra *tática*, desta vez para fugir do frio, também foi lembrada pela camponesa Geralda Lopes da Costa:

“nós sofreu e nós acampou tudo assim na beirinha do rio, um frio danado. O Corguinho passava assim e o que nós fazia no frio? Nós acendia um fogo desse lado e outro fogo do outro e deitava no meio do fogo pra tampar o frio, ninguém tinha coberta, não tinha nada e ninguém queimava.”<sup>756</sup>

O sofrimento e a violência praticada por policiais, jagunços e latifundiários na época do despejo também são lembranças recorrentes na memória dos camponeses de Cachoeirinha. Assassínatos e torturas foram lembrados com frequência e algumas narrativas descreveram até a existência de mourões de madeira, que seriam empregados na construção de um mercado, mas acabaram sendo utilizados para amedrontar e até mesmo amarrar os camponeses.

“Aí o Juju fez, mais esse mesmo Antônio [jagunços], amarraram foi o povo no meio da rua, onde é que era o mercado. Eles amarraram ele num pau assim, tudo de braço pra trás, o povo no meio da rua. E até eu era para ser amarrado. (...) Ali perto da delegacia tinha um mercado, aqui perto da delegacia hoje, que era o mercado. Os pau fincado, sabe? Tudo fincado no mercado (...) Aí eles desarmaram, assim, como de fazer o mercado e deixaram lá a armação armada. Serviu foi de mourão para amarrar o povo. (...) Amarrou de corda e com os braços para trás lá no meio da rua, para todo mundo ver e deixou lá amarrado.”<sup>757</sup>

“O povo tudo assombrado, com medo de morrer, porque já tinha matado gente e eles enfincaram um poste ali, um mourão, disse que era para amarrar os posseiros, então o povo ficou assim, amedrontado (...). Amarrar eu não sei se eles amarraram, não, mas bater eles bateram demais em gente aqui, judiou muito. E os soldados não tinha pena, não, não tinha dó, não.”<sup>758</sup>

À violência, nas memórias dos camponeses, foi acrescida também a dificuldade de encontrar com outros camponeses, além da miséria, da fome e das doenças. “E na época da fome que foi o mais pior, chegou a catapora, o sarampo. Precisou arrumar uma

<sup>756</sup> Depoimento prestado por Geralda Lopes da Costa para COVEMG, no dia 06/06/2017, na cidade de Verdelândia (MG).

<sup>757</sup> Depoimento prestado por Pedro Mendes de Queiroz para COVEMG, em 06/06/2017, na cidade de Verdelândia (MG).

<sup>758</sup> Depoimento prestado por Maria de Jesus Dias Reis para COVEMG, em 06/06/2017, na cidade de Verdelândia (MG).

casa só para pôr os doentes. (...). Eu sei que nós sofreu, sofreu foi muito, muito, não foi pouco não.”<sup>759</sup> Dona Jesuína Soares de Moura, conhecida como D. Zuína, se lembra que:

“a gente não fazia reunião que era só a gente começar a fazer uma reunião para tomar uma providência as polícia chegava e ninguém não podia conversar um com outro não a gente não podia conversar se tivesse 2 ou 3 posseiros ali reunido as polícia passava a gente tinha que sair um prum canto e outro por outro porque não podia conversar, nem mulher lavando roupa no rio não podia uma conversar com a outra, não podia não. (...) essa época foi ruim gente, foi ruim gente para nós, ó Jesus do céu não tinha nada para comer, nem no rio pescar eles não deixava a gente pescar, nada, nada que eles não deixava.”<sup>760</sup>

Outro tema bastante presente na memória dos camponeses foi a morte. Em Cachoeirinha além dos assassinatos praticados por jagunços e policiais terem sido frequentemente recordados, a morte das crianças, dos filhos pequenos, também foi lembrada:

“Ivoni minha filha chamava Ivoni morreu, não tinha tratamento, não tinha comida para comer, não tinha nada, não tinha remédio, não tinha nada quando esses médico chegou ela já tinha morrido e aí foi só morrendo, eu sei que deu 60 crianças que morreu. (...) por que a filha minha eu sei que morreu de fome, não tinha nada nem para comer e nem remédio não tinha nada.”<sup>761</sup>

Segundo D. Zuína, foi a fome a responsável pela morte de sua filha Ivoni, advinda da miséria em que eles viviam após terem sido despejados. Na memória da camponesa a morte é vista de forma naturalizada, irremediável diante da precariedade da vida naquele contexto.

Apesar da extrema penúria e das enormes dificuldades, nas memórias camponesas também está presente o sentimento de união, de coletividade.

“Que nessa época, o ladrão era nós. (...) Lembro que quem estava sofrendo é que era o pagador da conta. E aí nós ficávamos, assim, era

---

<sup>759</sup> Entrevista concedida por Diozina Moreira da Silva para Mércio Antunes, s/d. In: ANTUNES, Mércio Mota. *A teoria da experiência hermenêutica na adequação normativa em conflitos agrários e o papel da fraternidade na racionalidade jurisdicional*. Dissertação (Mestrado). Brasília (DF): Unb, 2010. p. 110. (Anexos com a transcrição das entrevistas realizadas pelo pesquisador).

<sup>760</sup> Depoimento prestado por Jesuína Soares de Moura para COVEMG, em dia 06/06/2017, na cidade de Verdelândia (MG).

<sup>761</sup> Idem.

um pelo outro, unido, eu acho que não tinha união mais que nós aqui, não. Nós aqui era um pelo outro. Aqui, aonde um gritasse um, o outro chegava junto. Não tinha conversa frouxa, não.”<sup>762</sup>

A união camponesa durante todo o período de resistência para retornar à terra foi, nas memórias dos camponeses, fundamental para conseguirem se manter vivos diante de uma situação de tanto sofrimento, miséria e violência.

Além de poderem contar uns com os outros, o apoio do padre José Silveira dos Anjos também é lembrado pelos camponeses como de muita importância.

“Esse padre José Silveira dos Anjos, que eu não canso de relatar, ele trazia roupa para dar a esse povo para vestir, forro de cama, roupa mesmo, ele trazia, não sei onde é que ele achava (...) Depois do despejo ele ficou ajudando, porque antes ele já ajudava com a, tinha essa tal de Maleta aqui, que sofria demais o povo. Então o que que ele fazia? Ele trazia alimento para o povo, trazia remédio, o meu marido é que ficava lendo as bula [sic] para dar remédio ao povo.”<sup>763</sup>

A recordação de Maria do Zé do Padre aponta para o baixo grau de alfabetização dos camponeses da região naquele período. Os poucos camponeses que sabiam ler eram responsáveis por determinadas tarefas, como a leitura das bulas dos medicamentos a serem tomados pelos doentes.

Além do padre José Silveira dos Anjos, os camponeses se lembram de Luiz Chaves, assessor da FETAEMG mencionado no capítulo 2 deste trabalho, que é apontado por muitos como a pessoa que conseguiu pôr fim à violência que imperava em Cachoeirinha. De acordo com Dona Zuína,

“depois que Luizinho Chaves chegou aqui falou com Luizinho para tirar as polícia tudo e quando foi de tarde que nós olhou na rua não tinha uma polícia, daí agora foi que o povo foi fazendo uma hortinha na beira do rio, foi que foi sobrevivendo não tinha lugar para trabalhar e já podia sair porque a gente ficava quase tudo preso dentro de casa sem poder sair, depois que o Luizinho Chaves chegou aqui foi que ele [coronel Georgino Jorge de Souza] tomou uma sismazinha foi que tirou as polícia daqui foi que a gente pode trabalhar, apanhar ao menos lenha que nem isso ninguém podia fazer.”<sup>764</sup>

<sup>762</sup> Depoimento prestado por Pedro Mendes de Queiroz para COVEMG, em 06/06/2017, na cidade de Verdelândia (MG).

<sup>763</sup> Depoimento prestado por Maria de Jesus Dias Reis para COVEMG, em 06/06/2017, na cidade de Verdelândia (MG).

<sup>764</sup> Depoimento prestado por Jesuína Soares de Moura para COVEMG, em 06/06/2017, na cidade de Verdelândia (MG).

A camponesa Diozina Moreira da Silva também atribui grande importância à chegada de Luiz Chaves em Cachoeirinha:

“e agora nessa época do Coronel Georgino, foi que foi mais pior. Foi. Fechou Cachoeirinha pra ninguém nem entrar nem sair. Aí que é ruim né? Mas com fé em Deus, Luizinho ele entrou .... aquele foi um homem.”<sup>765</sup>

Interessante observar que na memória camponesa o principal responsável pelo fim da violência em Cachoeirinha foi Luiz Chaves, que por trabalhar na FETAEMG, ajudou na fundação de STR's na região e, também, levou as reivindicações camponesas às esferas governamentais. Luiz Chaves é adorado na região e a ele é atribuído o papel de herói, aquele que ao chegar na região conseguiu retirar o destacamento policial comandado pelo coronel Georgino Jorge de Souza do povoado, pois isto conferiu certa liberdade aos camponeses que puderam voltar a realizar algumas atividades como apanhar lenha e plantar horta na beira do rio.

Outra pessoa que é adorada pelos camponeses de Cachoeirinha é o ex-governador Tancredo Neves. De acordo com Kátia Monção,

“[a] lembrança do conflito [de Cachoeirinha] está representada na estatueta do então governador de Minas Gerais, Tancredo Neves, guardada por uma das famílias de posseiros. Para a família, a escultura é como se fosse uma imagem sacra. É importante ressaltar que há, por parte de todos os posseiros, uma veneração por esse ex-governador de Minas Gerais.”<sup>766</sup>

Apesar de não ter conseguido efetivamente desapropriar as terras e benfeitorias situadas em Cachoeirinha, que chegavam a 13 mil e 800 hectares, por ser inconstitucional o decreto emitido pelo então governador Tancredo Neves, o político é lembrado como quem “olhou” para os camponeses. Segundo a mesma autora,

“é como se ele [Tancredo Neves] fosse o próprio poder; a única pessoa capaz de encontrar uma solução para o problema. (...) essa é uma situação em que se deposita, no político, toda a esperança de dias

---

<sup>765</sup> Entrevista concedida por Diozina Moreira da Silva para Mércio Antunes, s/d. In: ANTUNES, Mércio Mota. *A teoria da experiência hermenêutica na adequação normativa em conflitos agrários e o papel da fraternidade na racionalidade jurisdicional*. Dissertação (Mestrado). Brasília (DF): Unb, 2010. p. 110. (Anexos com a transcrição das entrevistas realizadas pelo pesquisador).

<sup>766</sup> MONÇÃO, Katia Maria Gomes. *As sementes da luta: conflito agrário de Cachoeirinha - um estudo dos assentamentos e dos acampamentos do município de Verdelândia, Norte de Minas Gerais*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social). Montes Claros: Unimontes, 2009, p. 56.

melhores, possibilitando, de certa forma, ignorar a existência estrutural do Estado.”<sup>767</sup>

Diante da total invisibilidade a que os camponeses de Cachoeirinha estavam habituados a viver, sendo com frequência ignorados pelas autoridades e até mesmo ameaçados ou violentados por algumas delas, o simples fato de o então governador ter tentado, por meio de um decreto, desapropriar, extensa área na região, pode ser motivo suficiente para a adoração. Afinal, se dependesse do decreto expedido por Tancredo Neves, todas as famílias camponesas despejadas em 1967 teriam conseguido retornar às terras que habitavam. Mas não foi isso o que ocorreu, o número de famílias beneficiadas pela compra da fazenda Caitité pela RURALMINAS, algum tempo depois do decreto ter sido caracterizado como inconstitucional, foi reduzido se comparado à quantidade de famílias despejadas. Apenas 33 foram assentadas, sendo que o despejo atingiu 212 famílias. A memória é, desta forma, capaz de operar associações, que nem sempre condizem ao que de fato ocorreu. A veneração a Tancredo Neves é um exemplo deste tipo de associação realizada pela memória, afinal, ele não foi o responsável pelas desapropriações, mas é lembrado como se tivesse sido.<sup>768</sup>

Nas memórias dos camponeses de Cachoeirinha, que vivenciaram a situação de serem despejados, há poucas referências à ditadura militar ou ao período de transição democrática. Em entrevista ao pesquisador Mércio Antunes, o camponês Jadé de Paula, já falecido, e uma das principais lideranças camponesas de Cachoeirinha, ao se referir ao despejo afirmou:

“Se fosse hoje não tirava, porque naquele tempo quem mandava era a ditadura. Chegava, falava que você tinha que sair, aí tinha que sair mesmo. Se não saísse morria não é? Igual aqui nesse despejo, que morreram seis companheiros meus. Morreram e ficou por isso mesmo. Quem mandava era eles.”<sup>769</sup>

Jadé relaciona a ocorrência do despejo ao período ditatorial, época que “quem mandava era eles”, e, por isso, faziam o que queriam. O “eles” mencionado por Jadé

---

<sup>767</sup> Ibidem, p. 57.

<sup>768</sup> Conforme informado no Capítulo 2, a fazenda Caitité foi comprada em 1987 pela RURALMINAS e não desapropriada. Foi a primeira área destinada aos camponeses na região, posteriormente, outras áreas foram desapropriadas na localidade.

<sup>769</sup> Entrevista de Jadé de Paula concedida a Mércio Antunes, s/d. In: ANTUNES, Mércio Mota. *A teoria da experiência hermenêutica na adequação normativa em conflitos agrários e o papel da fraternidade na racionalidade jurisdicional*. Dissertação (Mestrado). Brasília (DF): Unb, 2010. p. 98. (Anexos com a transcrição das entrevistas realizadas pelo pesquisador).



possivelmente incluía os latifundiários e os militares. Interessante notar ainda que, para Jadé, se a tentativa de despejo acontecesse no momento da entrevista, entre 2009 e 2010, os camponeses não seriam retirados das terras. Aqui é importante observar que a memória está diretamente ligada ao presente e está sempre sendo remodelada, reconstruída, a partir de questões do presente. Ulpiano Bezerra de Meneses afirma que um relato está embebido de traços do momento em que foi feito, ou seja, acaba por responder aos interesses do período de sua produção<sup>770</sup> O presente de Jadé era marcado pela vigência da democracia e por inúmeras conquistas sociais, possibilitadas pela ascensão de Lula, um ex-metalúrgico, ao cargo de presidente do país (2003-2010). Talvez por esse motivo o otimismo de pensar que no presente eles não seriam despejados. O momento presente da entrevista (2009-2010) era marcado pela democracia e por conquistas populares, como a realização de desapropriações de terras para fins de reforma agrária, o que certamente influenciou na análise feita por Jadé sobre o passado. Nesse sentido, é possível também pensar a memória conforme proposto por Didi-Huberman, como camadas que se sobrepõem ao longo do tempo e que são observadas a partir das inquietudes do presente.<sup>771</sup> Ou seja, as questões do presente e expectativas para o futuro marcaram o relato de Jadé sobre o seu passado.

A segunda menção ao período ditatorial foi feita pelo presidente do STR de Varzelândia, Valdeci Alves de Almeida, que não viveu o período do despejo. Ele se lembrou que “na época, não havia Sindicato para levar nossas reivindicações às autoridades. Se tivéssemos Sindicato, talvez, ainda assim, também não resolvesse o problema, porque foi na época do nascimento da ditadura nesse país.”<sup>772</sup> O líder sindical procurou apontar para a importância do sindicato rural, que poderia ter ajudado os camponeses naquele período, mas ressaltou que o momento era de ditadura e que talvez nem o sindicato “resolvesse o problema”.

Jadé e Valdeci foram as duas pessoas da região de Cachoeirinha a relacionarem o período do despejo à vigência do regime militar no Brasil. Já em relação ao período de transição democrática do governo Sarney, momento em que eles conseguiram parte das terras, não há nenhuma referência nas entrevistas e nos testemunhos. Os camponeses, em

---

<sup>770</sup> MENESES, Ulpiano Bezerra de. A história cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. *Rev. Inst. Est. Bras.* São Paulo, nº 24, 1992, p. 11.

<sup>771</sup> DIDI-HUBERMAN, Georges. *Cascas*. São Paulo: Editora 34, 2017.

<sup>772</sup> Trecho de fala de Valdeci Alves de Almeida na terceira reunião da CPI violência no campo, em 10/06/1986, p. 16. Acervo ALMG.

suas memórias, não relacionaram o fim da ditadura militar e a mudança de governo no Brasil à conquista de parte das terras, em 1987.

Além disso, na memória dos camponeses o despejo não foi um ato circunscrito ao ano de 1967, mas uma situação que se prolongou por estarem fora da terra em que viviam e que perdurou por cerca de 20 anos. A memória dos camponeses não limita o despejo ao ato ocorrido em 1967, mas a uma longa vivência de abandono, fome, penúria e sofrimento. O despejo não é um fato situado cronologicamente, na memória, ele foge à cronologia oficial e se transforma numa condição de vida que perdura na longa duração. Nesse sentido, é possível concordar com Pollak, que afirma ser a memória um fenômeno construído que predomina sobre determinada cronologia política.<sup>773</sup> É como se a vida desses camponeses estivesse em suspenso durante o período em que eles estiveram fora da terra, o que mostra a força do pertencimento àquele território.

As marcas do esquecimento em Cachoeirinha são muito fortes, inclusive em seu nome. Quando da emancipação do povoado na década de 1990, seu nome foi alterado, passando o município a se chamar Verdelândia. O novo nome, não tem relação com as origens do local e é bem parecido com o do município a que pertencia, Varzelândia. Segundo Maria do Zé do Padre,

“tem muitas pessoas que não sabem nem como surgiu essa terra. (...) porque o nome daqui de Cachoeirinha é porque nessa, onde tem essa barragem, aí era uma cachoeira. Agora, o que é que o homem faz? Era uma cachoeira importante, mas como o povo não sabia e nem valorizava, deixou acabar, aí parece que as coisas quando destrói a vida do ser humano, parece que vem um castigo no Município, na cidade, sei lá. Que esse rio até secar, secou. Esse rio é o Rio Verde Grande. Daí, eu cheguei aqui em 60, dia 21 de julho de 1960, não esqueço. Eu estava com 19 anos. Eles me deu passagem, ele não dava passagem que ele era um Rio Verde Grande, aí tinha uma balsa velha aí, por isso era uma cachoeira que de longe você escutava o barulho da água caindo nas pedras.”<sup>774</sup>

No passado o Rio Verde Grande formava uma cachoeira na região do povoado, por isso o nome Cachoeirinha. Posteriormente, construíram uma ponte para que a travessia pudesse ser feita por veículos. Atualmente, não há mais cachoeira, o rio secou, o que também contribuiu para o apagamento do nome.

<sup>773</sup> POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

<sup>774</sup> Depoimento prestado por Maria de Jesus Dias Reis para COVEMG, em 06/06/2017, na cidade de Verdelândia (MG).

De acordo com Maria do Zé do Padre, “eles não incentivam as pessoas a saber a origem, só quer saber como foi criada a Igreja Santana, quem foi o primeiro padre.”<sup>775</sup> Para a camponesa, não há um esforço das professoras municipais para ensinar na escola a história do local. Não há também uma transmissão da memória pelas pessoas mais velhas sobre o que ocorreu no passado. As gerações mais jovens não têm conhecimento sobre esse passado, já que esse não é lembrado com frequência pela comunidade. O passado de violência e resistência parece não estar inscrito na memória social nem mesmo da população local. Os camponeses mais velhos, que viveram o período, procuram não falar sobre os fatos traumáticos ocorridos no passado.

Os motivos para esse silenciamento podem ser diversos. Uma hipótese é que, assim como os filhos de Saluzinho e Durce, os camponeses de Cachoeirinha foram interditados de realizarem os rituais funerários e, portanto, de viverem o luto e, por esse motivo, não houve um trabalho de reelaboração e ressignificação do trauma por meio da memória. Segundo Paul Ricoeur, o luto opera como uma modalidade positivada de esquecimento: ativo, libertador, contrapartida e complemento do trabalho de lembrança.<sup>776</sup> Desta forma, “o luto, ao mesmo tempo em que desliga paulatinamente aquele que sofreu a perda de sua referência de amor, também lhe permite interiorizar essa instância amada, que assim é ressignificada, ou mesmo recriada em si.”<sup>777</sup>

Como já abordado anteriormente, Judith Butler também atribui importância para o luto. Para a filósofa, “o fato de ser passível de luto é uma condição do surgimento e da manutenção de uma vida.”<sup>778</sup> Ou seja, “sem a condição de ser enlutada, não há vida, ou melhor dizendo, há algo que está vivo, mas que é diferente de uma vida.”<sup>779</sup> Carla Rodrigues, ao analisar a importância do luto na filosofia de Butler, afirma que: “Se é a condição de enlutável que enquadra as vidas que têm e as que não têm valor, então passa a ser preciso, para Butler, universalizar o direito ao luto como mecanismo político de afirmar o valor de toda vida, porque toda vida está exposta à morte.”<sup>780</sup>

---

<sup>775</sup> Ibidem.

<sup>776</sup> RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008, p. 490-491 e 506.

<sup>777</sup> BUARQUE, Virgínia A. Castro; CUNHA, Nara Rúbia de Carvalho. A historiografia em viés testemunhal. *Locus: revista de história*, Juiz de Fora, v. 20, n. 2, 2015, p. 16.

<sup>778</sup> BUTLER, Judith. *Quadros de guerra – quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 6ª edição, 2019, p. 32-33.

<sup>779</sup> Idem, p. 33.

<sup>780</sup> RODRIGUES, Carla. A função do luto na filosofia política de Judith Butler. In: CORREIA, A.; HADDOCK-LOBO, R.; SILVA, C. V. (org.). *Deleuze, desconstrução e alteridade*. Coleção XV. II Encontro ANPOF, ANPOF, 2017, p. 337.

Ser passível de luto, portanto, é essencial para que se tenha uma vida reconhecida e sujeita a direitos. O que não ocorreu com Durce e com os camponeses mortos em Cachoeirinha, que foram impossibilitados de terem seus corpos velados e enterrados, ritos essenciais ao trabalho de luto. “São cruzeiros sem nomes, sem corpos, sem data”<sup>781</sup>. Foram vidas precárias que não foram enlutadas quando perdidas.<sup>782</sup>

#### 4.1.2 Lembrança como ato político

Diferente dos camponeses de Cachoeirinha e dos filhos de Saluzinho, para os quais o desejo de esquecer e silenciar foram traços marcantes nos relatos orais, as memórias da camponesa Cipriana da Cruz Rodrigues e de sua filha Maria Aparecida Rodrigues de Miranda, conhecida como Cida, revelam como vivências dolorosas podem também ser ressignificadas. Conforme descrito no capítulo 2 deste trabalho, Cipriana vivia com o marido Júlio Rodrigues e seus oito filhos na fazenda Riacho dos Cavalos, localidade do Mandiocal, no município de Bonfinópolis de Minas, no Noroeste de Minas Gerais. A camponesa se recorda do momento em que a família começou a sofrer com as ameaças de expulsão:

“nossa família já estava muito grande e as casas muito ruim e eu peguei e atormentava o meu marido para nós fazer uma casinha melhor, olha a gente queria, sonhava com uma casa do cimento vermelho e pra mim se fosse uma casa de cimento a gente já estava bem e nós ficamos nessa luta e resolveu fazer uma casa melhor, não ia ser boa não porque as condições não dava (...) aí ele [meu marido] juntou com meu irmão (...) e meu filho que era o mais velho, já estava grande rapazinho, fizeram tiraram madeira (...) verde, né (...) e estava fazendo a casa (...) e aí os fazendeiro tinha mandado lá para arrancar nossa casa e ameaçar né, aí veio os fazendeiro com (...) jagunço que era os empregado deles, dois pé de boi (...) eles estavam armados, mas tinha um que molhou um cabresto amarrou na cintura e disse que não era pra ninguém abrisse a boca, se falasse alguma coisa apanhava (...) arrancando os esteio botando os boi pra arrastar (...) e eles foi dando saída e nós foi voltando lá pra casa, era perto, aí meu marido foi descendo tão agoniado abriu a boca e chorou igual criança, descendo pra lá e chorando, ah isso doeu muito, doeu muito (...) daí pra cá a gente foi ficando na parte de cá cada vez mais coagido.”<sup>783</sup>

<sup>781</sup> GONZAGUINHA, trecho da música *Pequena memória para um tempo sem memória*, 1981.

<sup>782</sup> BUTLER, Judith. *Quadros de guerra – quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 6ª edição, 2019, p. 33.

<sup>783</sup> Depoimento prestado por Cipriana da Cruz Rodrigues para COVEMG no dia 15/12/2014, na cidade de Belo Horizonte (MG).

A derrubada da casa ainda em construção que ela sonhava em ter, uma casa de cimento, pelo fazendeiro José Boaventura, foi lembrada como um evento muito doloroso: na ocasião o marido “chorou igual criança”. Para a camponesa essa derrubada foi o marco inicial para o período marcado por ameaças e tentativas de expulsões da terra vivenciado pela família.



Cipriana da Cruz Rodrigues. Acervo pessoal de Maria Aparecida Rodrigues de Miranda.

A partir daí a situação foi se agravando e Cipriana lembrou como ocorreu o evento mais doloroso vivenciado por ela: o assassinato do marido, algum tempo depois, em outubro de 1985. Na ocasião ela também foi atingida por um tiro:

“ele chegou e foi chegando José Boaventura (...) chegou e estalou o laço de uma só vez e falou: “Eu sou o dono de tudo isso aqui.”, eu falei: **“Você não é dono do mundo não.”** Eu falei logo assim porque eu já estava encharcada de sofrer abuso (...) porque a gente já estava lá quando ele chegou e aí eu fui atrevida, (...) [José Boaventura] foi chegando e passou a palavra pra mim aí eu comecei, aí ele disse assim: “Pois é inclusive você que tem sua filha no sindicato.” (...) aí eu falei do gado que estava na roça que como que a gente ia fazer pra tratar dos nossos filho, que era muitos filho e era que a roça que tinha o mantimento que cuidava dos nossos filhos, ele disse assim: “Esse ano eu vou mudar tudo pra vocês, vou colocar vocês tudo de baixo da terra tá aí o cemitério.” Aí eu falei: **“Mesmo que o senhor matar o senhor não mata tudo e os que ficar vai ficar em cima da terra precisando é melhor pensar direito, porque de cima da terra ninguém vai sair né, vai precisar de recurso.”** Aí ele falou: “Ah tá vocês quer morrer?”, aí começou eu vi a hora que ele foi abrir a boca da bolsa assim pra tirar o revólver ficou tremendo, nervoso, tirou o revólver (...) e eu escutei o

primeiro estalo pegou no meu marido no queixo e ele só torceu assim e ia cair e eu estava do lado e fora quando vi que ele ia atirar eu fui passar pra dentro e ele deu o primeiro pipoco no queixo de meu marido e o segundo em mim (...) aí eu bati no chão assim foi um baque eu não aguentei ficar em pé, (...) e arrastando mesmo porque eu já tinha tomado tiro e fui e peguei meu marido, porque não tinha acabado de cair aí quando eles deram mais o terceiro tiro aí pegou no braço assim e no coração assim, aí ele caiu no meus braço aí eu acabei de receber ele assim, oh tristeza. (...) e isso está doendo até hoje e é muito.”<sup>784</sup>

Ao se lembrar do dia da morte do seu marido, Cipriana conta como ela foi “atrevida” ao responder o fazendeiro. Na memória da camponesa, ela exerceu papel ativo ao confrontar José Boaventura. Cipriana tentou argumentar com o latifundiário a ineficácia do ato de assassinar ela e o marido, porque aqueles que permanecessem vivos não sairiam da terra. Contudo, em batalha tão desigual, quem saiu perdendo foram os camponeses, que, apesar da argumentação de Cipriana, foram baleados pelo latifundiário. A camponesa afirma que a dor da perda do marido “está doendo até hoje”, ou seja, não passou.



Dois filhos de Júlio Rodrigues, Eunice e Rogério, de 9 e 7 anos e o vizinho Benito, de 7 anos, junto ao corpo do pai que acabara de ser assassinado. Data: 1985.

Fotógrafo não identificado. Acervo pessoal de Maria Aparecida Rodrigues de Miranda.

<sup>784</sup> Depoimento prestado por Cipriana da Cruz Rodrigues para COVEMG no dia 15/12/2014, na cidade de Belo Horizonte (MG). Grifos meus.

A fotografia acima foi guardada pela família Rodrigues e mostra a impotência das crianças diante da violência. Certamente elas não sabiam o que fazer e ficaram agachadas à espera da chegada de socorro. Cida guardou a foto do pai morto, mas não sabe quem foi o responsável por captar aquela imagem. Era domingo e ela não estava na fazenda, pois por ser presidente do STR de Unaí aproveitou o dia para se reunir com os camponeses, que estavam de folga, na Fazenda São Pedro, que também era área de conflito, conforme apresentado no capítulo 3 desta tese. Ela foi comunicada do ocorrido e quando chegou, o corpo do pai já havia sido conduzido para o Instituto Médico Legal, em Bonfinópolis de Minas. Cida acredita que algum vizinho, que possuía carro, tenha sido chamado, tirado a foto e removido o corpo.

Em entrevista concedida à autora, Cida narra como viveu o momento da perda do pai de forma racional para manter o STR de Unaí funcionando, já que era a presidente, e, também, para dar continuidade à luta pela terra, não só na fazenda Riacho dos Cavalos, mas em todo o Noroeste mineiro.

Após o assassinato de Júlio Rodrigues, foi organizado, no dia da missa de 7º dia, um ato público na cidade de Unaí em protesto ao ocorrido. O ano do assassinato de Júlio, 1985, foi marcado pelo fim do regime militar e à época já era possível promover manifestações em desagravo à violência que marcava o meio rural. A família Rodrigues realizou os ritos funerários, tendo, portanto, direito ao luto pela morte do patriarca. Além disso, a família conseguiu fazer do luto uma causa para a luta pela terra e contra a violência do latifúndio. O trabalho de luto não apagou o trauma, mas foi importante para a sua elaboração e ressignificação.



Cemitério situado na Fazenda Riacho dos Cavalos, local onde Júlio Rodrigues foi enterrado. Foto: Maria Aparecida Rodrigues de Miranda. Acervo pessoal de Maria Aparecida Rodrigues de Miranda.

Interessante observar que a família guardou fotos que registraram o assassinato e, também, o local onde o corpo de Júlio foi enterrado. Estas fotos foram disponibilizadas por Cida para a COVEMG e “comprovam” o assassinato e a violência relatada por ela e seus familiares à Comissão. Cida lutou muito para que o assassinato do pai fosse reconhecido como uma das muitas vítimas do Estado autoritário. Sua família entrou, inclusive, com pedido de anistia na Comissão de Anistia. Contudo, em 2021, o processo foi indeferido, como a maior parte dos processos que tramitavam nessa Comissão. Diante de um presente marcado por um governo de direita, contrário à adoção de políticas para a promoção da justiça de transição no Brasil, não é de se estranhar que o processo tenha sido indeferido. Além disso, Cida atuou na COVEMG para que os casos dos camponeses mortos e desaparecidos fossem incluídos no relatório final desta Comissão e, também, para que o conflito da fazenda Riacho dos Cavalos fosse incluído no item “5.3 Conflitos agrários: casos emblemáticos” do relatório final produzido por essa Comissão.<sup>785</sup> Contudo, a subcomissão responsável pela elaboração do volume 2 do relatório optou pela não inserção do caso, que consta apenas no item “5.5 Assassinatos e desaparecimentos de

<sup>785</sup> A subcomissão considerou como casos emblemáticos de conflitos agrários ocorridos entre 1961 a 1988 aqueles existentes em Três Marias, Governador Valadares, Piumhi e Cachoeirinha.



trabalhadores rurais e seus apoiadores”. Este segundo item descreve individualmente os 109 assassinatos ou desaparecimentos de camponeses ocorridos em Minas Gerais no período de 1961 a 1988, mas não aprofunda na história do conflito. Apesar dessa opção por não apresentar o conflito da fazenda Riacho dos Cavalos como emblemático, Cida foi escolhida pela subcomissão para narrar a sua história de atuação no STR de Unaí e, também, a resistência de sua família que, infelizmente, culminou com o assassinato do seu pai, em documentário produzido pela COVEMG: “Vozes da resistência.”<sup>786</sup> A filmagem do documentário ocorreu após a elaboração do relatório final e a escolha de Cida para falar “em nome” dos camponeses foi uma forma da COVEMG reconhecer o assassinato do seu pai como uma das vítimas do Estado autoritário, e também a sua importância para as resistências camponesas no estado de Minas Gerais.

Cida se recorda como sentiu e agiu após o assassinato do pai,

“eu não tinha medo de nada e tinha muita certeza que eu tinha que continuar de pé e aí fomos fazer a... Enterramos ele eu voltei para cidade e fomos fazer a missa de 7º dia, fizemos um ato público na missa de sétimo dia, na Igreja Matriz da cidade. Muita gente de fora, padres, gente da CUT, caravanas do estado inteiro, tinham três ônibus de caravana de trabalhadores rurais e urbanos do estado inteiro e fizemos um ato público, uma caminhada na rua do sindicato até a Igreja, fizemos a missa de desagravo mesmo, de denúncia de todas essas violências.”<sup>787</sup>

Cida se lembra com orgulho que a missa foi em desagravo pela violência vivida, não só por sua família, mas pelos camponeses de toda a região. Convencidos de que conseguiriam que a fazenda Riacho dos Cavalos fosse desapropriada, a família continuou residindo na área mesmo após o assassinato do pai. A morte de Júlio Rodrigues não interrompeu a resistência camponesa, ao contrário, foi motivadora para a continuação da luta.

Cipriana se lembra também da bala que ficou alojada em seu corpo:

“é uma bala grande assim, mas essa eu carregou, não estava atrapalhando em nada e **certamente era pra mim carregar ela no corpo como troféu, porque é um troféu do mal mais pra mim sobrou foi isso**, fiquei sem marido com a família destruída com a bala no corpo e 6 meninos menor e 6 desses meninos que eles são 8, 6 ficou doente aí nós ficamos uns 4 anos com os meninos tudo dando crise. (...) foi um furo em cada cabeça dos meninos filho de Júlio, ficou um furo que nada mais tampa né, que ele viu acontecer com o pai deles que era um pai tão

<sup>786</sup> Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=rUCxtcUo\\_Ao](https://www.youtube.com/watch?v=rUCxtcUo_Ao). Acesso em 01/02/2022.

<sup>787</sup> Entrevista concedida por Maria Aparecida Rodrigues de Miranda para Marina M. Camisasca em 01/05/2021, de forma remota via Google Meet.

honesto, tão cuidadoso com os filhos, que nada mais tampa. Eu acho que esse prejuízo, uns ficou doente, outros ficou nervoso de vez, querendo, fazendo coisa que não deve por causa do nervosismo, ah foi uma perda total, muito grande.”<sup>788</sup>

Os filhos de Júlio e Cipriana, assim como os outros casos apresentados neste capítulo, viveram o trauma pelo assassinato do pai. Para eles também foi difícil e a perda gerou sequelas que, de acordo com Cipriana, “nada mais tampa”. A camponesa ainda carrega no corpo a bala que recebeu do latifundiário, o que para ela, “era pra carregar no corpo como um troféu”, apesar de aquele ser “um troféu do mal”, mas era o que havia sobrado. A própria presença da bala em seu corpo faz com que Cipriana não esqueça do ocorrido, o fato está marcado na sua própria carne.

Em sua narrativa, Cida faz questão de ressaltar que, apesar das inúmeras dificuldades enfrentadas após a perda do patriarca, a família não desistiu, permaneceu na terra, juntamente com outras famílias camponesas, na luta pela sua desapropriação.

“Continuamos morando lá, fazendo resistência mesmo, pelejando pela desapropriação, mas o INCRA fez 5 vitorias, todas elas o INCRA deu laudo contrário por uma razão ou outra, razões técnicas né, qualquer coisa lá era inventada, então não foi possível. Não conseguimos a desapropriação e aí o fazendeiro entrou com uma reintegração de posse e conseguiu despejar em 1993.”<sup>789</sup>

“infelizmente a gente perdeu tudo, perdeu na justiça, e ainda fomos ainda tirado de lá, nós fomos despejados.”<sup>790</sup>

Assim como muitos camponeses, a família de Cipriana, após anos de resistência na terra, foi despejada da fazenda Riacho dos Cavalos já na década de 1990. Segundo Cida,

“a ação na justiça foi tão arbitrária que eles deveriam ter saído de lá sem direito a nada. A justiça ia mandar o aparato policial lá para tirar tudo e jogar em cima... Tirar lá das casas, levar uns 4, 5 quilômetros acima da serra e deixar lá. Para onde é que ia? Isso não importa para onde que vai, isso não importa. Então o sindicato entrou em negociação, pediu um prazo na justiça para arrumar para onde eles pudessem ir. Eles pagaram indenização de algumas famílias, não quiseram pagar indenização para a nossa família, para a minha mãe e aí o sindicato

<sup>788</sup> Depoimento prestado por Cipriana da Cruz Rodrigues para COVEMG no dia 15/12/2014, na cidade de Belo Horizonte (MG). Grifos meus.

<sup>789</sup> Entrevista concedida por Maria Aparecida Rodrigues de Miranda para Marina M. Camisasca em 01/05/2021, de forma remota via Google Meet.

<sup>790</sup> Depoimento prestado por Cipriana da Cruz Rodrigues para COVEMG no dia 05/02/2015, na cidade de Belo Horizonte (MG).

entrou em negociação com a fazenda São Pedro, que já tinha sido desapropriada e levou mãe pra lá, num lote na fazenda São Pedro.”<sup>791</sup>

Após longos anos de resistência, as famílias camponesas residentes na fazenda Riacho dos Cavalos foram despejadas. Algumas receberam indenizações pelas benfeitorias feitas durante mais de 30 anos, já outras saíram sem nada, o que infelizmente continua sendo uma realidade muito comum. O STR de Unaí, que havia sido presidido por Cida, atuou como mediador dos camponeses e conseguiu que Cipriana recebesse um lote na fazenda São Pedro – local emblemático da resistência camponesa em Minas Gerais e que foi analisado no capítulo 3 deste trabalho – o que para a família Rodrigues Miranda foi muito importante, já que, com o despejo, Cipriana não tinha para onde ir. Desta maneira, a camponesa conseguiu uma terra em um assentamento em Unaí, município próximo a Bonfinópolis de Minas.

Outra família afetada pela violência no campo foi a do camponês e sindicalista Eloy Ferreira da Silva, que, conforme afirmado em capítulos anteriores, foi assassinado em 16 de dezembro de 1984. Assim como Júlio Rodrigues, Eloy também possuía família extensa, esposa e dez filhos que viviam com ele. De acordo com seu filho Paulo Gomes Ferreira após a morte do pai,

“ela não tinha mais sossego, minha mãe ficou desesperada com aquilo, tinha um bocado de menino pequeno. Ficou o caçula com 4 anos. (...) porque a gente se espelhava muito nele e esperava muito dele e aí quando ele veio faltar você imagina que a gente ficou desamparado. E nesse desamparo que a gente ficou, o impacto foi muito grande, que a gente demorou demais assim a acostumar, acostumar a gente acostumou, mas aceitar até hoje a gente não aceitou. (...) porque assim, a gente veio para cidade e foi uma luta grande demais (...). Porque assim tudo que ele deixou a gente teve que vender por qualquer preço né e mudar para cidade e morar de aluguel (...). O que você imaginar de dificuldades a gente passou.”<sup>792</sup>

Diferente da família de Júlio, os parentes de Eloy, com medo de novas violências, preferiram se mudar para a cidade de São Francisco após o assassinato do patriarca. Eles desistiram de resistir na área em que viviam, mas não abandonaram a luta em defesa dos camponeses. Paulo Gomes Ferreira, em 1986, assumiu o lugar do pai como presidente do STR de São Francisco e, posteriormente, atuou também na FETAEMG.

---

<sup>791</sup> Entrevista concedida por Maria Aparecida Rodrigues de Miranda para Marina M. Camisasca em 01/05/2021, de forma remota via Google Meet.

<sup>792</sup> Depoimento prestado por Paulo Gomes Ferreira para COVEMG em 19/07/2017, por telefone.

Assim como Júlio, Eloy, assassinado em fins da ditadura militar, também teve direito de ser enlutado pela família, amigos e companheiros sindicais. No dia do seu enterro também houve ato público, desta vez na cidade de São Francisco, em repúdio ao seu assassinato. Ao que tudo indica, apesar do trauma causado pela violência, as duas famílias, tanto de Júlio quanto de Eloy, a partir do trabalho de luto, conseguiram de formas distintas dar continuidade à luta dos pais.

Jeffrey Alexander ao focar em sua análise o trauma coletivo, afirma sobre a importância de pessoas e instituições para a transformação de dores e sofrimentos individuais em trauma coletivo. Segundo o autor, “intelectuais, artistas, políticos e líderes de movimentos sociais criam narrativas sobre o sofrimento social. Projetadas como ideologias que criam novos interesses ideais, as narrativas de trauma podem desencadear reparos significativos no tecido civil.”<sup>793</sup> É possível pensar, também, assim como proposto por Alexander, que os STR's, tanto de Unaí quanto de São Francisco, exerceram papel importante para a ressignificação do trauma. Os dois STR's foram os responsáveis pela realização dos atos públicos em desagravo aos assassinatos e certamente contribuíram para que as mortes ganhassem outro significado para as famílias de Júlio e Eloy. A participação dos assassinados e/ou de seus familiares em STR's pode ser vista, assim, como um dos fatores que contribuiu para a elaboração do trauma e sua ressignificação em luta. Contudo, é importante assinalar que nenhum dos casos analisados neste capítulo foi transformado em trauma coletivo. A partir das fontes consultadas não é possível afirmar que as populações camponesas das regiões de Bonfinópolis de Minas (assassinato de Júlio) e de São Francisco (assassinato de Eloy) vivenciaram experiências de traumas coletivos. Somente para as famílias dos assassinados são atribuídas experiências traumáticas.

Além disso, as duas famílias se mobilizaram para que os responsáveis pelos crimes fossem punidos, afinal em 1984 e 1985 o país vivia um momento de fim da ditadura militar e retorno dos civis ao poder. Havia, portanto, nesse momento condições que propiciaram o luto e as manifestações, diferente das violências ocorridas em fins da década de 1960 e início dos anos 1970. As memórias dos familiares desses dois camponeses assassinados não foram marcadas pelo silenciamento, como ocorreu em Cachoeirinha e com os filhos de Saluzinho, talvez porque tiveram direito ao luto e

---

<sup>793</sup> ALEXANDER, Jeffrey C. *Trauma: a social theory*. Malden: Polity Press, 2012, p. 2. Tradução minha.

contaram também com a mediação dos STR's e através desses mecanismos foram capazes de ressignificar o trauma.

\* \* \*

A partir da análise das memórias de camponeses e seus familiares que vivenciaram situações de conflitos por terra em Minas Gerais no período de 1964 a 1988 foi possível notar a presença do silêncio, mas também, do desejo de lembrar e ressignificar fatos ocorridos no passado. O trauma provocou reações diversas, que foram do desejo de apagamento dos eventos passados às lembranças vistas como necessárias para a manutenção da luta.

Contudo, no que se refere à memória social sobre o período, há um grande silenciamento sobre a vivência dos camponeses, o que contribui para a “não inscrição” desse grupo como vítima do regime autoritário. Apesar do silenciamento ser uma forte marca nas memórias sobre as resistências camponesas em Minas Gerais no período de 1964 a 1988, o presente insiste em lembrar aos camponeses que a situação não foi resolvida e que o passado parece estar cada vez mais presente. Em 2020, de acordo com dados da CPT, ocorreram no Brasil 1.576 conflitos por terra, sendo 31 em Minas Gerais; o maior número no país desde 1985, quando os dados começaram a ser computados pela comissão.<sup>794</sup> A CPT registrou também, em 2020, 18 assassinatos no campo, 159 ameaças de morte e 35 tentativas de assassinato no país.<sup>795</sup> Em Minas Gerais, na atualidade, a quantidade de conflitos por terra é menor do que no período estudado por esta tese, o que não significa afirmar que a concentração da terra e a violência diminuíram no estado. Ao contrário, ambas se mantêm. Por esse motivo, é importante que essa memória das resistências camponesas seja narrada para que a violência, que continua a ceifar muitas vidas no campo, possa ser conhecida, divulgada e debatida. E para que, no futuro, quem sabe, se conheça melhor a desigualdade social perpetrada pela violência e que a impunidade não se mantenha como uma marca preponderante do meio rural de todo o país.

---

<sup>794</sup> CPT Nacional. *Conflitos no campo: Brasil 2020*. Goiânia. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, 2021, p. 7. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/downlods?task=download.send&id=14242&catid=41&m=0>. Acesso em 22/07/2021.

<sup>795</sup> Idem, p. 9.

#### 4.2 A importância dos lugares de memória

O termo “lugares de memória” foi cunhado na França pelo historiador Pierre Nora, que organizou a coletânea em três volumes “Les lieux de Mémoire”, publicada entre 1984 e 1992. Os lugares de memória, segundo Nora, são antes de tudo restos que “nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais.”<sup>796</sup> Se as pessoas fossem capazes de viver verdadeiramente as lembranças evocadas pelos lugares, esses seriam inúteis. É preciso, assim, criar lugares de memória para que se defenda a memória ameaçada de desaparecer. Para o autor,

“a ideia dos lugares de memória se apresentava como necessidade na França frente à preocupação com a perda da memória da constituição da Nação, um nacional carregado e mantido por meio de tradições coletivas, espontaneamente atualizado e vivo dentro dos grupos sociais. Isso se dava, entre outros motivos, porque a memória do nacional estava sendo questionada e colocada em xeque pela historiografia crítica, o que significava, portanto, que ela não mais se apresentava como o esteio de uma herança coletiva.”<sup>797</sup>

Desta maneira, com o fim da transmissão espontânea da memória, era preciso consagrar lugares de memória.<sup>798</sup> A importância atribuída por Nora aos lugares de memória ocorria pela ausência da própria memória. Segundo ele, “há locais de memória porque não há mais meios de memória.”<sup>799</sup> Nora segue afirmando que “a razão fundamental de ser de um lugar de memória é parar o tempo, bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte, materializar o imaterial (...)”<sup>800</sup>

Assim como analisado por Nora para o caso francês, considera-se que as memórias das resistências camponesas no Brasil, não só em Minas Gerais, também necessitam de lugares de memória para que possam ser lembradas. Algumas iniciativas

<sup>796</sup> NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, dez. 1993, p. 13.

<sup>797</sup> NASCIMENTO, Flávia Brito do; SCIFONI, Simone. Lugares de memória: trabalho, cotidiano e moradia. *Revista Memória em Rede*, Pelotas, v.7, n.13, Jul-Dez 2015, p. 70.

<sup>798</sup> Posteriormente, Pierre Nora foi criticado, por exemplo, por Andreas Huyssen que considerou como negativo o “boom pela memória” criado pelos lugares de memória, pois esses promoveram a banalização da própria memória. Apesar das críticas, optou-se, neste trabalho, por utilizar o conceito de lugares de memória, pois ele foi visto como adequado para o caso analisado. Para a crítica a Nora ver: HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

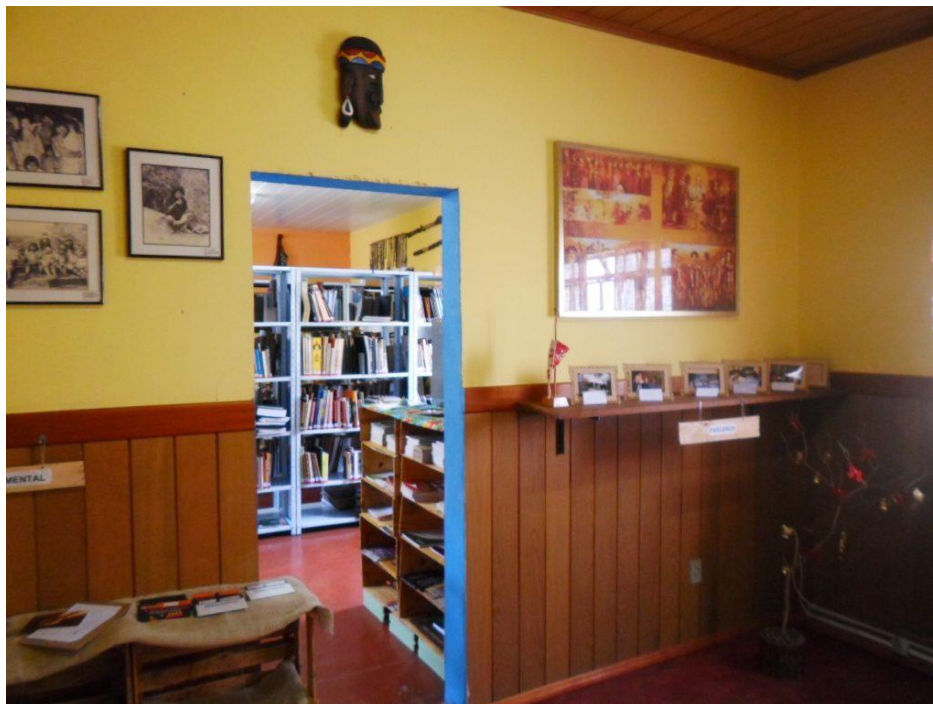
<sup>799</sup> NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, dez. 1993, p. 7.

<sup>800</sup> Idem, p. 22.

neste sentido já foram criadas, mas ainda são poucas, diante da multiplicidade de memórias camponesas que necessitam ser evocadas em todo país.

Serão apresentados a seguir exemplos de lugares de memória sobre as resistências camponesas existentes em Minas Gerais, iniciativas importantes que simbolizam as lutas, suas perdas e conquistas.

O primeiro lugar de memória das resistências camponesas em Minas Gerais, e talvez o mais representativo, é o Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva (CEDEFES), fundado em 1985 e que leva o nome do camponês e líder sindical assassinado no Norte de Minas no ano de 1984. O centro foi criado um ano após a morte de Eloy e está situado no bairro Vera Cruz, na capital Belo Horizonte. O lugar reúne importante acervo arquivístico e museológico sobre a questão camponesa e indígena, sobretudo, do estado de Minas Gerais. Além disso, o CEDEFES realiza projetos, principalmente na área de educação, voltados para as populações camponesas e indígenas. Publica também livros sobre a temática e, trimestralmente, desde 2016, edita o *Boletim Cedefes*, publicação institucional que veicula as ações realizadas pelo Centro.



Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva. Imagem disponível em: <https://www.cedefes.org.br/quem-somos/>. Acesso em 22/07/2021.



Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva. Imagem disponível em: <https://www.cedefes.org.br/quem-somos/>. Acesso em 22/07/2021.

Outro exemplo de lugar de memória é iniciativa mais recente, realizada pelos próprios camponeses da região alvo da violência do latifúndio. Em outubro de 2014, o dirigente da Liga dos Camponeses Pobres do Norte de Minas, Cleomar Rodrigues de Almeida, foi assassinado em uma estrada que dá acesso ao assentamento Unidos com Deus Venceremos, em Pedras de Maria da Cruz, município de 11.084 habitantes, situado no Norte de Minas Gerais, a 154,4 quilômetros de Montes Claros. Sua morte causou grande mobilização na região e um marco memorial foi construído em sua homenagem na área camponesa onde ele vivia com sua família e que leva seu nome: Área Revolucionária Cleomar Rodrigues.





Fotografia do marco memorial edificado em homenagem a Cleomar Rodrigues de Almeida na entrada do assentamento Unidos com Deus Venceremos. Imagem disponível em: <https://anovademocracia.com.br/noticias/14854-companheiro-cleomar-presente-na-luta-ato-homenageia-dirigente-campones-assassinado-a-mando-de-latifundiarios>. Acesso em 22/07/2021.



Fotografia do marco memorial edificado em homenagem a Cleomar Rodrigues de Almeida na entrada do assentamento Unidos com Deus Venceremos. Imagem disponível em: <https://anovademocracia.com.br/noticias/14854-companheiro-cleomar-presente-na-luta-ato-homenageia-dirigente-campones-assassinado-a-mando-de-latifundiarios>. Acesso em 22/07/2021.

A construção de lugares de memória como esses citados, em Belo Horizonte e Pedras de Maria da Cruz, é extremamente importante, pois torna visível a história de luta e violência dos camponeses em Minas Gerais. Como a memória não é espontânea, a criação desses lugares é vital para que as resistências camponesas possam um dia se tornarem “inscrítas” na memória social.

Contudo, de acordo com Nora “só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica (...) só entra na categoria se for objeto de um ritual.”<sup>801</sup> Ou seja, é necessário que as pessoas atribuam sentido a esse espaço para que ele se torne um lugar de memória. Segundo o autor, é preciso ainda que haja “vontade de memória” para que se erga um lugar de memória. Desta forma, os camponeses necessitam investir sentido aos lugares que eles próprios consideram simbólicos. Afinal, não é possível criar esses lugares de forma arbitrária.

Nesse sentido, é possível pensar na casa que pertenceu ao coronel Georgino Jorge de Souza, situada do assentamento Caitité, que, ao mesmo tempo que simboliza o poder anteriormente exercido pelo antigo coronel na região, também é símbolo da vitória camponesa, que hoje ocupa a área. Segundo Kátia Monção, “a RURALMINAS, quando entregou os lotes aos posseiros, transformando a antiga Fazenda Caitité em Assentamento Caitité, queria que a casa fosse comunitária.”<sup>802</sup> O órgão, de acordo com a autora, chegou a instalar no local a associação dos assentados e uma escola, sendo que a casa se tornou, também, residência do antigo líder camponês Jadé de Paula.

Atualmente, parte da casa é utilizada como moradia por familiares de Jadé de Paula, já falecido. No entanto, não há mais uso comunitário do espaço, a escola e a associação dos assentados não funcionam no local, e o restante da construção, de três andares, permanece vazio. A piscina, por exemplo, foi desativada desde que os camponeses conquistaram a área e o local não é aproveitado.

“Trata-se de uma sede que, pela exuberância da sua arquitetura, se destaca, ainda nos dias atuais, entre as demais moradias da região. É uma construção com estilo imponente, com três andares, cercada por compridas varandas. Possui uma piscina com aproximadamente 15 metros de comprimento, 7 metros de largura e 2 metros de profundidade. A família que recebeu o lote onde se encontra esse

---

<sup>801</sup> NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, dez. 1993, p. 21.

<sup>802</sup> MONÇÃO, Katia Maria Gomes. *As sementes da luta: conflito agrário de Cachoeirinha - um estudo dos assentamentos e dos acampamentos do município de Verdelândia, Norte de Minas Gerais*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social). Montes Claros: Unimontes, 2009, p. 63.

imóvel ocupa somente a parte térrea e externa da casa, sendo que a parte interna e a piscina se encontram totalmente em desuso e danificadas.”<sup>803</sup>



Área externa da casa que pertenceu ao Coronel Georgino Jorge em 2017.

Foto: Thiago Tolentino. Acervo COVEMG.



Área interna, desocupada, da mesma casa em 2017. Foto: Thiago Tolentino. Acervo COVEMG.

À casa podem ser atribuídos sentidos diversos, ela pode representar tanto o antigo poder do Coronel Georgino, já que a construção contrasta das demais do assentamento, que são casas bastante humildes; quanto ela pode significar a conquista dos camponeses,

---

<sup>803</sup>Ibidem, p. 60-61.

afinal, hoje a casa pertencente à uma família camponesa. Ao que parece não há um interesse dos próprios camponeses em transformar a casa em um “lugar de memória”, já que ela é subutilizada. Talvez eles atribuam a esse lugar uma ligação mais forte com a memória do opressor do que à conquista camponesa e, por esse motivo, a casa seja tão pouco utilizada e se encontre bastante degradada. Além disso, é preciso considerar que uma casa grande e imponente como essa, com o passar dos anos, necessita de manutenção e reparos. Os camponeses possivelmente não possuem recursos para realizar esses serviços, por isso também a deterioração e o pouco uso.

Os lugares de memória dos camponeses apresentados anteriormente, o CEDEFES e o marco memorial em homenagem à Cleomar Rodrigues, são locais bastante simples e que remontam à origem humilde da população camponesa. Musealizar um local imponente, que já pertenceu ao opressor, talvez não faça sentido para aquela população que hoje vive na área. Contudo, é importante observar que esse processo é fluído, o que hoje pode não ser reconhecido como patrimonializável pode vir a ser no futuro, vai depender do olhar da população local sobre o seu passado.

\* \* \*

Falar e silenciar são antônimos que estão intrinsicamente ligados, quando abordamos entrevistas e testemunhos em história oral. Os entrevistados e depoentes segundo Jelin, têm o poder da palavra e do silêncio e o que é dito ou silenciado pode mudar de acordo com o tempo, com os processos de crescimento e envelhecimento vividos por cada um de forma específica.<sup>804</sup> Por isso a importância do presente, do momento da produção do relato oral, que em muito influencia no que é falado e no que é silenciado.

Conforme apresentado ao longo do capítulo, foi possível notar que o dito e o não dito, no caso dos camponeses e seus familiares, se relacionam ainda com os traumas vividos por cada um e com as formas como esses traumas puderam ser ou não elaborados e ressignificados. O trabalho de luto e a mediação dos STR's se mostraram importantes para a elaboração e ressignificação dos traumas. Famílias e comunidades que foram interdidas de viverem o luto e não contaram com o apoio de uma instituição política como o sindicato, foram aquelas que apresentaram maiores dificuldades em falar sobre

---

<sup>804</sup> JELIN, Elizabeth. *La lucha por el pasado: Como construimos la memoria social*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2017.

os eventos traumáticos. Contudo, alguns dos entrevistados fizeram do momento da entrevista uma oportunidade para falar sobre aquilo que estava silenciado, o que pode ser visto como uma contribuição da história oral para os entrevistados e não apenas para os pesquisadores/entrevistadores.

As memórias dos camponeses mineiros e de seus familiares que vivenciaram as resistências e as violências advindas da luta por permanecerem nas terras se mostraram diversas, múltiplas e extremamente ricas para análise, conforme discutido ao longo deste capítulo.

## Considerações finais

A partir do que foi apresentado nesta tese, ao longo dos quatro capítulos, foi possível perceber como as resistências camponesas em Minas Gerais no período de 1964 a 1988 foram múltiplas e que as formas de *resistência cotidiana* e o *confronto direto* não devem ser pensados como as únicas possibilidades de resistir. Houve outras maneiras, principalmente, o uso de meios legais, mesmo em contexto adverso. Além disso, as diversas formas de resistências não foram excludentes, elas podiam se somar e acontecer simultaneamente. O *confronto direto*, por exemplo, não invalidava a adoção de recursos legais e nem mesmo a *resistência cotidiana*. Não há assim como estabelecer padrões rígidos e engessados para as resistências camponesas em Minas Gerais entre 1964 e 1988. Elas foram múltiplas e o contexto local as influenciou, já que foram, em sua grande maioria, uma reação à violência praticada pelo latifúndio. Contudo, elas foram influenciadas também pelo contexto nacional e estadual, uma vez que as políticas públicas voltadas para o meio rural, implementadas pela União e pelo governo de Minas Gerais, principalmente durante o regime militar, foram meios importantes para a defesa, manutenção e até ampliação do latifúndio. Ou seja, houve uma combinação de contextos que favoreceram o latifúndio e fomentaram as resistências camponesas.

Há que se ressaltar ainda a importância dos mediadores, que, em muitas situações, foram os responsáveis por denunciar publicamente as violências cometidas contra os camponeses. Os mediadores também dialogaram com o Estado, o que, em alguns conflitos, propiciou a desapropriação de terras em benefício dos camponeses. Nota-se, contudo, que a ação dos mediadores foi mais incisiva no período de transição democrática, uma vez que, durante o regime militar, a repressão a esses grupos foi mais intensa e, em alguns locais, eles nem mesmo conseguiram atuar.

O latifúndio também agiu de diversas formas e, muitas vezes, recorreu aos meios legais e ilegais, simultaneamente. Assim como no caso camponês, não houve um padrão rígido que possa ser caracterizado como a forma de atuação do latifúndio no período analisado por este trabalho. A violência esteve presente na maior parte dos casos, mas os meios legais, com recursos encaminhados à Justiça, também compuseram o repertório de práticas adotadas pelo latifúndio.

Conforme já afirmado ao longo do trabalho, para os camponeses, a luta era contra o latifúndio e não contra o regime militar. Era comum que os camponeses atuassem contra o latifúndio sem hostilizar o governo que o incentivava. Além disso, na maior parte das

vezes, os camponeses que viviam em áreas de conflito de terras procuravam negociar com o Estado, um dos principais agentes, junto com os latifundiários, responsáveis pela violência no campo. Desta forma, os casos apresentados nesta tese ilustram uma outra face da repressão exercida pelo Estado ditatorial: ações de violência e violações de direitos voltadas para a facilitação dos interesses do latifúndio.

Por outro lado, entre os camponeses havia a crença de que o governo federal ou estadual, se soubesse das arbitrariedades cometidas no campo, seria capaz de solucioná-las. Recorrer aos chefes municipais e à polícia local não era possível, já que os camponeses sabiam que esses eram favoráveis ao latifúndio, por isso eles apelavam para as esferas estadual e federal. Talvez o recurso a essas duas esferas de poder fosse por desconhecimento das ações empreendidas, tanto pelo governo estadual, quanto federal, em benefício do latifúndio. E/ou também por essa ser uma das poucas opções para uma população que vivia em condições tão precárias, como a camponesa.<sup>805</sup>

As resistências camponesas variaram de acordo com os locais, a atuação dos mediadores e as possibilidades de cada período. No momento em que a viabilidade para a reivindicação aumentou, principalmente após 1985, as resistências se tornaram mais explícitas e diretas e o uso das *estratégias* foi mais recorrente. Neste mesmo período, como uma reação às resistências houve também um aumento da violência cometida contra os camponeses e seus apoiadores.

A luta pela terra em Minas Gerais foi marcada por peculiaridades locais e, também, por semelhanças. Poucas foram as desapropriações de terras ocorridas durante o regime militar no estado. A primeira delas ocorreu em 1983, já no período de abertura política. Apesar de o Estatuto da Terra prever as desapropriações, na prática, elas pouco ocorreram durante o regime de exceção. A ditadura militar favoreceu o latifúndio e, para o caso do meio rural mineiro, objeto deste estudo, o regime se mostrou pouco disposto a dialogar com os camponeses e a fazer concessões.

Os camponeses resistiram para permanecer na terra onde viviam, para eles a terra possuía valores e significados compartilhados pela comunidade, que iam além da sobrevivência, por isso a sua denominação como território. O resistir na terra assumiu

---

<sup>805</sup> Aqui condição precária é entendida conforme definição de Butler: “A condição precária designa a condição politicamente induzida na qual certas populações sofrem com redes sociais e econômicas de apoio deficientes e ficam expostas de forma diferenciada às violações, à violência e à morte. Essas populações estão mais expostas a doenças, pobreza, fome, deslocamentos e violência sem nenhuma proteção.” Ver: BUTLER, Judith. *Quadros de guerra – quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 6ª edição, 2019, p. 46.

forma defensiva no desenrolar do projeto de modernização conservadora implementado pelo regime militar e se opôs aos limites e controles impostos pelos governantes e latifundiários. “Tratou-se, portanto, de lutas contra uma “ditadura do desenvolvimento” que extinguiu populações e tradições, muito embora tais lutas tivessem precedido ao regime e permanecido após o seu término.”<sup>806</sup>

No que se refere às memórias camponesas e de seus familiares, marcadas pelo trauma, houve comportamentos que variaram entre a vontade de esquecer e a utilização da lembrança como instrumento de luta política. Alguns camponeses conseguiram ressignificar o trauma através do trabalho de luto e deram continuidade à luta empreendida pelos seus familiares mortos; já outros, interditados de viverem o luto, não realizaram tal processo.

Assim como as resistências foram múltiplas, as memórias também se mostraram diversas e ricas para análise tanto do passado quanto do presente desses camponeses. A análise dessas resistências e de suas memórias por este trabalho é também uma tentativa de dar visibilidade a essas histórias de luta, dor, trauma e algumas conquistas, que até o momento presente permanecem silenciadas.

---

<sup>806</sup> SILVA, Iby Montenegro de. Turismo, ação empresarial e conflitos por terra no litoral sul fluminense. In: MEDEIROS, Leonilde Servolo de (org.). *Ditadura, conflito e repressão no campo. A resistência camponesa no estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Consequência, 2018, p. 439.



**FONTES:****APM/DOPS-MG**

Pasta 0003 { 1 } - { Ação Popular }

Pasta 0040 - { Ação Popular – investigações }

Pasta 0349 - { Investigação de suspeitos }

Pasta 1031 - { Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais }

Pasta 1065 - Georgino Jorge de Souza

Pasta 3871 - { Ipatinga - Inquérito policial }

Pasta 3876 – { Região Central de Minas - Inquérito Policial Militar }

Pasta 4152 - { Ação Popular }

Pasta 5272 - { XXIX Congresso da União Nacional dos Estudantes I }

Pasta 5079 - Jaíba

Pasta 5304 - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais

**APM/COSEG**

Rolo 21 - Pasta CB01

Rolo 21 - Pasta CF01

Pasta 88

Pasta 351

Pasta 351-1

Pasta 709

**CPT NACIONAL – CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DOM TOMÁS BALDUÍNO**

Pasta 0- Assassinato Martinho Fagundes

Pasta 0- Atentado contra padre

Pasta 0- Ilha Marinha

Pasta 0- Intervenção

Pasta 0- Lagoa da Jaíba - Faz. Arapua

Pasta 0- Projeto Iturama

Pasta 4- Correio do Bananal

Pasta 22- Fazenda Barreiro

Pasta 42- Faz. São Pedro e Faz. Tabocas

Pasta 44- Cachoeirinha

Pasta 109- Fazenda Menino

Pasta 669- Fazenda Arapua

### **CPT MINAS GERAIS**

- Recorte do jornal *Informativo FETAEMG*, 30/08/1982, p. 1.
- Recorte do *Jornal do Norte*, 30/09/1983, p. 7.
- Recorte do *Jornal de Montes Claros*, 28/09/1983, p. 1.
- Recorte do jornal *Estado de Minas*, 30/09/1983, s/p.
- Recorte do jornal *Estado de Minas*, 07/10/1983, s/p.
- Recorte do jornal *Estado de Minas*, 27/03/1984, s/p.
- Recorte do jornal *Diário de Minas*, 10/08/1984, s/p.
- Recorte do jornal *Diário da Noite*, 10/11/1984, s/p.
- Recorte do jornal *Estado de Minas*, 28/08/1985, p. 4.
- Recorte do *Jornal do Brasil*, 07/03/1986, s/p.
- Recorte de jornal identificado como JM, 09/03/1986, s/p.
- Recorte do jornal *Diário da Tarde*, 10/03/1986, s/p.
- Recorte do jornal *Estado de Minas*, 12/03/1986, s/p.
- Recorte do jornal *Gazeta de Muriaé*, 29/03/1986, p. 1.
- Recorte do jornal *Estado de Minas*, 10/04/1986, p. 19.
- Recorte do jornal *Estado de Minas*, 14/05/1986, p. 20.
- Recorte do jornal *Estado de São Paulo*, 21/05/1986, p. 7.
- Recorte do jornal *Estado de Minas*, 09/07/1986, p. 21.
- Recorte do jornal *Estado de Minas*, 11/06/1986, p. 15.
- Recorte do jornal *Diário de Minas*, 16/10/1986, p. 1.
- Recorte de jornal não identificado, 1986.
- Recorte do *Jornal de Brasília*, [1986].

- Recorte do jornal *Diário do Comércio*, [1986].
- Recorte do jornal *Estado de Minas*, 24/02/1987, p. 17.
- Recorte do jornal *Correio Brasiliense*, 09/07/1987, s/p.
- Recorte do jornal *O Globo*, 09/07/1987, s/p.
- Recorte do jornal *O Estado de São Paulo*, 14/07/1987, p. 7.
- Recorte do *Jornal do Brasil*, 14/07/1987, p. 13.
- Recorte do jornal *Estado de Minas*, 14/07/1987, s/p.
- Recorte do jornal *Estado de Minas*, 20/08/1987, p. 15.
- Recorte do jornal *Estado de Minas*, 23/09/1987, p. 15.
- Recorte do jornal *Estado de Minas*, 08/11/1987, p. 27.
- Recorte do jornal *Estado de Minas*, 18/11/1987, p. 15.
- Recorte do jornal *Pelejando*, nº 14, ano III, fevereiro de 1985, p. 8.
- Correspondência enviada pela CAUSA em 09/08/1971 para o presidente Emílio Garrastazu Médici.
- Telegrama enviado pelo senador Humberto Lucena em 25/02/1976 para o ministro Nelson Ribeiro.
- Correspondência enviada pelo presidente do STR de São Francisco, Eloy Ferreira da Silva para Max Hermann em 30/06/1982.
- Carta denúncia enviada pela CPT-MG para o Secretário de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, Bias Fortes, em 15/04/1986.
- Relatório escrito pela CPT-MG sobre a violência em Miradouro/Monte Alverne, s/d.
- Ata de reunião da Comissão para estudos de aquisição de terras em Cachoeirinha (Verdelândia) de 18/07/1983.
- Texto escrito por Pe. Manuel Jerônimo Nunes, coordenador da CPT-MG, em 28 de setembro de 1983, sobre a situação em Cachoeirinha.
- Termo de acordo estabelecido entre Manoel Mandu dos Santos e Izahú Rodrigues de Lima em 25/05/1984.
- Correspondência enviada pelos camponeses da Fazenda Menino para o governador Tancredo Neves em 05/08/1984.
- Processo nº 65.892 do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais de 30/04/1985, 1ª C. Cível.
- Correspondência enviada por Max Hermann para o Ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário (MIRAD), Nelson Ribeiro. Correspondência protocolada pelo MIRAD em 16/09/1985.

- Processo INCRA nº 15.786/85 para desapropriação da fazenda São Pedro. Apresenta histórico do conflito.
- Relatório da viagem da comissão MIRAD/INCRA ao município de Unaí, Minas Gerais, nos dias 07 e 08 de março/86.
- Pronunciamento do deputado federal Luiz Guedes (PMDB) no dia 12 de março de 1986, no pequeno expediente da Câmara dos Deputados sobre o conflito ocorrido em Unaí.
- Documento produzido pelo STR de Unaí, em março de 1986, denunciando a violência na fazenda São Pedro.
- Documento produzido pelo MST “Acampados de Aruega começam a plantar”, de 17/02/1988.
- Documento produzido pelo MST “Polícia procura liderança da fazenda Aruega e dono da terra pede reintegração de posse”, de 19/02/1988.
- Documento produzido pela CPT contendo descrição datada dos fatos ocorridos na fazenda Aruega, s/d.
- Documento produzido pela CUT-MG denominado “Fim à violência do latifúndio! Reforma agrária radical!!” [1986].
- Documento produzido pela CUT-MG denominado “Só a luta faz a lei”. [1988].
- Documento produzido pela Colonizadora Agrícola e Urbanizadora S/A em que descreve o loteamento denominado Colônia Agropecuária do Menino, s/d.
- Correspondência enviada pelo STR de Unaí para o Secretário de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, Antonio Carlos de Almeida Castro, em 07/04/1986, denunciando as violências ocorridas na fazenda São Pedro.
- Relatório produzido pelo Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana em 12/05/1986.
- Nota produzida pela CPT Norte de Minas em 20/05/1986 denominada *Latifundiários reagem à desapropriação de Cachoeirinha*.
- Nota denúncia produzida pela CPT-MG contra violência na Fazenda Menino, s/d.
- Carta denúncia escrita pelo STR de Unaí, [1986].
- Denúncia encaminhada por Pedro Soares Lima ao juiz de direito da comarca de Unaí, [1986].
- Carta Denúncia produzida pela CPT em 09/07/1987, sobre a Fazenda Barreiro.
- Correspondência enviada por Jafete Abrahão para Sidney Saffe Silveira em 10/07/1987.
- Relatório produzido pelo STR de Unaí, s/d.
- Nota de denúncia escrita pela CPT sobre a violência na Fazenda Menino, s/d.
- Cartilha que conta a história de Eloy Ferreira da Silva, s/d.

### **CPT Norte de Minas**

- Assembleia da Comissão Pastoral da Terra do Norte de Minas, 1984.
- Relatório da 6ª Assembleia da Comissão Pastoral da Terra de Minas Gerais, Cachoeira do Campo (MG), 28 e 30/06/1985.
- Revista *Montes Claros em Foco*, ano XII, nº 34, abril de 1979.
- Boletim *Integração*, ano II, nº 7, set-out 1984.
- Boletim *Integração*, ano III, nº 9, jan-fev1985.
- Boletim *Integração*, ano III, nº 10, março-abril 1985.
- Boletim *Integração*, ano V, nº 28, novembro de 1987.

### **CEDEFES**

- Jornal *Pelejando*, nº 30, ano IV, julho de 1986.
- Jornal *Pelejando*, nº 34, ano IV, novembro de 1986.
- Jornal *Pelejando*, nº 53, junho de 1988.
- Recorte do jornal *Estado de Minas*, 28/09/1983, s/p.
- Recorte do jornal *Estado de Minas*, 10/07/1987, s/p.
- Texto assinado por padre José Silveira dos Anjos, em 21/06/1983, em que relata o conflito de Cachoeirinha.
- Texto *A história do movimento sindical dos trabalhadores rurais (1955-1987)*, elaborado pela Secretaria Rural da CUT-MG, novembro de 1987.
- Documento intitulado “Governo patrocina a violência e a fome do trabalhador” produzido em 1986 pela CUT/Norte de Minas.
- Documento intitulado “Trabalhadores em mutirão na luta pela terra”, [1985].
- Documento escrito por Maura Rodrigues de Miranda, em 09/01/1986, intitulado “Nossa vida é uma grande história”.
- Documento intitulado “Como o movimento está vendo a situação atual”, produzido pelo MST em 1985.
- Resumo da ocupação da sede do INCRA, em julho de 1987, produzido pelo STR de Unai.
- Dossiê Violência na Fazenda Barreiro produzido pela FETAEMG em 1987.

- Carta aberta enviada pela FETAEMG e pelo STR de Unaí para entidades e movimentos populares, após o assassinato de Júlio Rodrigues de Miranda, em outubro de 1985.
- Cartilha produzida pela CPT “Cachoeirinha terra da esperança” que apresenta um histórico do conflito. s/d.
- Carta denúncia escrita pelo Bispo Auxiliar da Diocese de Itabira-Coronel Fabriciano, Lelis Lara, em 20/11/1980.
- Cartilha *O que é CPT?*, s/d.
- Correspondência enviada ao governador Tancredo Neves pelo bispo coadjutor Dom Geraldo Majela de Castro informando as reivindicações dos camponeses de Cachoeirinha. s/d.
- Correspondência enviada ao Delegado Regional do Trabalho, Paulo Lott, pelo STR de Águas Vermelhas, em 06/10/1986.
- Correspondência enviada pelo presidente do STR de São Francisco, Eloy Ferreira da Silva, para o deputado João Batista dos Mares Guia, em 24/09/1983.
- Correspondência enviada para Durval pelo padre Agostinho Vanden Broek, em 26/03/1986.
- Correspondência enviada por Eloy Ferreira da Silva para Afrânio de Oliveira e Silva, em 06/12/1984.
- Cópia de carta escrita por Daria Conceição Guimarães em 29/08/1979.
- Telex enviado pelo deputado do PT Olívio Dutra para o ministro do MIRAD, Jader Barbalho em 04/04/1988.
- Documento produzido pela FETAEMG denunciando conflitos em diversas fazendas de Minas Gerais, s/d. Possivelmente o documento foi escrito na década de 1980.
- Material produzido pela FETAEMG para o 1º Congresso Estadual dos Trabalhadores Rurais, 1984.
- Ofício nº 00643 encaminhado pela FETAEMG ao Coordenador Regional do INCRA em 08/09/1982.
- Boletim da CPT, ano VI, nº 31, novembro-dezembro 1980.
- Revista *FETAEMG 30 anos de luta*, 1968-1998.
- Revista *CONTAG 30 anos de luta*, novembro de 1993.
- Relatório de atividades da FETAEMG dos anos de 1985 e 1986.
- Relatório do Encontro dos Sem Terra – Minas, 10 a 11 de agosto de 1985, Belo Horizonte.
- Texto escrito pelo STR de Unaí intitulado “Na luta pela terra, pai de Cidinha, presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Unaí e da direção nacional da CUT é assassinado”, 1985.

- Transcrição do I Encontro Regional de Trabalhadores Rurais do Campo das Vertentes, 1986.
- Histórico da ocupação da fazenda Bartira, produzido pela Comissão Coordenadora dos Acampados em 03/09/1985.
- Abaixo-assinado produzido por trabalhadores rurais e delegados sindicais reunidos no STR de Unaí em 12/04/1987.
- Ata de reunião executiva estadual do MST ocorrida em 15 e 16 de março de 1986, na cidade de Belo Horizonte.

## **INCRA-MG**

Pasta Fazenda Menino

Pasta Fazenda Barreiro

## **RURALMINAS**

- Despacho de concessão de terras no qual a RURALMINAS concede a Antonio Ribas de Oliveira lote de terras devolutas situados na Fazenda Pai Inácio, no município de Miradouro, em 06/05/1982.

## **CENTRO DE REFERÊNCIA DAS LUTAS POLÍTICAS NO BRASIL - MEMÓRIAS REVELADAS**

### *FUNDO SNI*

- Informação nº 222/72/ABH/SNI.
- Informe nº 248/115 produzido pelo SNI em 01/10/1980.
- Informe nº 170 de 18/04/1986 produzido pela Divisão de Informações da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal.
- Informe nº 1034 de 29/07/1986 produzido pelo Centro de Informação da Polícia Federal.
- Informe nº 059 da Divisão de Segurança e Informações do MIRAD de 04/08/1987.
- Informe nº 249 do Serviço de Informações da Polícia Federal - Superintendência de Minas Gerais de 22 de agosto de 1986.

## **HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA**

- Jornal *Última Hora* de 04/11/1955.
- Jornal *Correio da Manhã*, 22/11/1967.

- Jornal *O Estado de São Paulo*, 22/11/1967.
- *Jornal do Brasil*, 22/11/1967.
- Jornal *O Estado de São Paulo*, 24/11/1967.
- *Jornal do Brasil*, 07/03/1986.

#### **CPDA/UFRRJ**

- Relatório de atividades FETAEMG, exercício de 1982.
- Publicação “Conflitos de terra”, produzida pela FETAEMG, 1985.
- Documento produzido pela FETAEMG em 22/10/1988 em que a entidade denuncia os conflitos agrários existentes no Noroeste de Minas e solicita ao MIRAD a desapropriação e o assentamento de camponeses na região.
- Recorte do jornal *Estado de Minas*, 27/09/1988.

#### **ACERVO PESSOAL DE LUIZ ANTONIO CHAVES**

- Recorte do *Jornal do Norte* de 04/11/1981.

#### **FÓRUM MUNICIPAL DE ITURAMA**

- Processo nº 034411001123-8 em que Juraci José Alves figura como vítima de homicídio.

#### **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS – ALMG**

- CPI Ruralminas
- CPI violência no campo

#### **FONTES ORAIS**

##### **- Entrevistas realizadas pela autora**

- Manoel Gomes Ferreira e Daniel Gomes Ferreira (filhos de Saluzinho). Entrevista realizada juntamente com a pesquisadora Fernanda Nalon na cidade de Itacarambi (MG), em 03/08/2018.
- Maria Aparecida Rodrigues de Miranda (presidente do STR de Unaí). Entrevista realizada de forma remota via Google Meet, em 01/05/2021.

##### **- COMISSÃO DA VERDADE EM MINAS GERAIS (COVEMG)**



**Depoimentos colhidos pela Subcomissão III – Acontecimentos que atingiram trabalhadores rurais, trabalhadores urbanos e sindicalistas: grupo A – trabalhadores rurais**

- Afrânio Oliveira e Silva (assessor jurídico da FETAEMG que atuou no Norte de Minas)
- Ana Motta (assessora educacional da FETAEMG)
- Carlos Melgaço Valadares (militante da AP)
- Cipriana da Cruz Rodrigues (camponesa que residia na Fazenda Riacho dos Cavalos)
- Geralda de Brito Oliveira (camponesa que trabalhava na Fazenda Menino)
- Jafete Abrahão (diretor da RURALMINAS e do INCRA-MG)
- João Dalício de Resende (membro da primeira diretoria da FETAEMG)
- Luiz Antônio Chaves (assessor da FETAEMG e membro da CPT que atuou no Norte de Minas)
- Maria Aparecida Rodrigues de Miranda (presidente do STR de Unaí)
- Maria de Jesus Dias Reis (camponesa de Cachoeirinha)
- Paulo Gomes Ferreira (filho de Eloy Ferreira da Silva e liderança sindical em São Francisco)
- Pedro Mendes de Queiroz (camponês de Cachoeirinha)
- Raimundo Nonato Pereira (camponês que foi presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura de Três Marias)
- Sônia Mara de Souza Prata (assessora jurídica da FETAEMG que atuou no Noroeste de Minas)

**CENTRO DE MEMÓRIA E DE PESQUISA HISTÓRICA PUC MINAS**

- Entrevista de Gilse Maria Westin Cosenza (militante da AP)

**NÚCLEO DE HISTÓRIA ORAL – NHO DA UFMG**

- Entrevista de Betinho Duarte (militante da AP)
- Entrevista de Christóvão Mourão (militante do PCB e presidente do Sindicato dos Trabalhadores Autônomos de Piumhi)

**CONSULTA ON LINE**

- Lei Complementar nº 11, de 25/05/1971, que instituiu o PRORURAL. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/LCP/Lcp11.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp11.htm). Acesso em 14/11/2019.
- Participação de Anatólio Soares Aranha na AP. Arquivo Público de Pernambuco: <http://200.238.112.225/index.php/anatolio-soares-aranha>. Acesso em 02/12/2019.
- Verbete CPDOC Antônio Luciano Pereira Filho. Disponível em: <http://fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/pereira-filho-antonio-luciano>. Acesso em 20/12/2019.
- Verbete CPDOC Estatuto da Terra. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/estatuto-da-terra-1>. Acesso em 12/10/2020.
- Verbete CPDOC Movimento Brasileiro de Alfabetização. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/movimento-brasileiro-de-alfabetizacao-mobral#:~:text=Pela%20Lei%20n%C2%BA%205.379%2C%20de,analfabetismo%20no%20pa%C3%ADs%20at%C3%A9%201975>. Acesso em 23/03/2021.
- Verbete CPDOC Central Única dos Trabalhadores. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/central-unica-dos-trabalhadores-cut>. Acesso em 13/04/2021.
- Verbete CPDOC Partido dos Trabalhadores. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-dos-trabalhadores-pt>. Acesso em 11/05/2021.
- Verbete CPDOC União Democrática Ruralista (UDR). Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/uniao-democratica-ruralista-udr>. Acesso em 20/05/2021.
- Verbete CPDOC Israel Pinheiro. Disponível em: [https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/israel\\_pinheiro](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/israel_pinheiro). Acesso em 26/05/2021.
- Jornal Sem Terra, nº 38, setembro de 1984. Disponível em <http://armazemmemoria.com.br>. Acesso em 06/04/2021.
- Decreto nº 95.828 de 15/03/1988. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1988/decreto-95828-15-marco-1988-446082-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 14/01/2020.

- Decreto nº 92.219 de 26/12/1985. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/norma/514859/publicacao/15673211>. Acesso em 07/01/2020.
- Decreto nº 1110 de 09/07/1970. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/del1110.htm#:~:text=Cria%20o%20Instituto%20Nacional%20de,Agr%C3%A1ria%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del1110.htm#:~:text=Cria%20o%20Instituto%20Nacional%20de,Agr%C3%A1ria%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs). Acesso em 17/10/2020.
- Documentário “Vozes da Resistência”. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=rUCxteUo\\_Ao](https://www.youtube.com/watch?v=rUCxteUo_Ao). Acesso em 01/02/2022.
- Portaria 355-A de 20/11/1962 do Ministério do Trabalho e Previdência Social. Disponível em: [http://r1.ufrj.br/cpda/als/corpo/html/legislacao/leg\\_port355a.htm](http://r1.ufrj.br/cpda/als/corpo/html/legislacao/leg_port355a.htm). Acesso em 11/02/2021.
- Entrevista concedida por Nair Costa Muls para *O Indicador*, em outubro de 1986. Disponível em <https://dspace.almg.gov.br/bitstream/11037/1649/3/1649.pdf>. Acesso em 11/06/2021.
- Listagem de municípios por regiões de planejamento do estado de Minas Gerais. Disponível em: [https://www.mg.gov.br/sites/default/files/paginas/arquivos/2016/ligminas\\_10\\_2\\_02\\_reg\\_plan\\_listamunicipios.pdf](https://www.mg.gov.br/sites/default/files/paginas/arquivos/2016/ligminas_10_2_02_reg_plan_listamunicipios.pdf). Acesso em 01/12/2019.
- IBGE. Estatísticas do século XX. Rio de Janeiro (RJ): 2006. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv37312.pdf>. Acesso em 02/02/2020.
- Emenda Constitucional nº 10 de 09/11/1964. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/Ccivil\\_03/constituicao/Emendas/Emc\\_anterior1988/emc10-64.htm#:~:text=EMENDA%20CONSTITUCIONAL%20N%C2%BA%2010%2C%20DE,Federal%2C%20nos%20t%C3%AAs%20do%20art](http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc10-64.htm#:~:text=EMENDA%20CONSTITUCIONAL%20N%C2%BA%2010%2C%20DE,Federal%2C%20nos%20t%C3%AAs%20do%20art). Acesso em 16/10/2020.
- Lei nº 4.504 de 30/11/1964. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/14504.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14504.htm). Acesso em 12/10/2020.
- Decreto nº 57.870 de 25/02/1970. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-57870-25-fevereiro-1966-398491-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Institui%20o%20Programa%20Especial%20de,trabalhadores%20sindicalizados%20e%20seus%20dependentes.&text=1%C2%BA%20Fica%20institu%C3%AAdo%20o%20Programa,a%20estudantes%20carentes%20de%20recursos>. Acesso em 22/03/2021.

- Decreto nº 91.214 de 30/04/1985. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1980-1989/1985-1987/D91214.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/1985-1987/D91214.htm).  
Acesso em 19/05/2021.
- Decreto nº 91.766 de 10/10/1985. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Atos/decretos/1985/D91766.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos/decretos/1985/D91766.html). Acesso em  
18/05/2021
- Decreto nº 92.694 de 19/05/1986. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1980-1989/1985-1987/D92694.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/1985-1987/D92694.htm).  
Acesso em 11/06/2021.
- Decreto-Lei nº 1179 de 06/07/1971. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965). Acesso em 12/10/2020.
- Decreto-Lei nº 1207 de 07/02/1972. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/Del1207.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del1207.htm). Acesso em  
14/10/2020.
- Decreto nº 74.794 de 30/10/ 1974. Disponível em:  
[https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-74794-30-outubro-  
1974-423254-publicacaooriginal-1-pe.html](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-74794-30-outubro-1974-423254-publicacaooriginal-1-pe.html). Acesso em 14/10/2020.
- Lei 8.629 de 25/02/1993. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18629.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%208629%2C%20DE%2025%20DE%20FEVEREIRO%20DE%201993.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20regulamenta%C3%A7%C3%A3o%20dos,T%C3%ADtulo%20VII%2C%20da%20Constitui%C3%A7%C3%A3o%20Federal](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18629.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%208629%2C%20DE%2025%20DE%20FEVEREIRO%20DE%201993.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20regulamenta%C3%A7%C3%A3o%20dos,T%C3%ADtulo%20VII%2C%20da%20Constitui%C3%A7%C3%A3o%20Federal). Acesso em 25/05/2021.
- Lei Estadual nº 4.278, de 21/11/1966. Disponível em:  
[https://leisestaduais.com.br/mg/lei-ordinaria-n-4278-1966-minas-gerais-autoriza-o-  
poder-executivo-a-instituir-fundacao-destinada-a-promover-a-colonizacao-e-o-  
desenvolvimento-agrario-no-estado-e-da-outras-providencias](https://leisestaduais.com.br/mg/lei-ordinaria-n-4278-1966-minas-gerais-autoriza-o-poder-executivo-a-instituir-fundacao-destinada-a-promover-a-colonizacao-e-o-desenvolvimento-agrario-no-estado-e-da-outras-providencias). Acesso em 26/05/2021.
- Depoimento de Oldack Miranda para a Comissão da Verdade da Bahia em 29 de julho de 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=37uJXA35PiE>. Acesso em 03/12/2019.
- MINAS GERAIS. A Experiência do Estado de Minas Gerais na Implementação de Programas de Desenvolvimento Rural. Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral. Arquivo Fundação João Pinheiro. s/d. Disponível em:

<http://www.repositorio.fjp.mg.gov.br/bitstream/123456789/2699/1/FJP07-000334.pdf>.

Acesso em 21/05/2021.

- Relatório DATALUTA Minas Gerais 2016. Disponível em

[http://www.lagea.ig.ufu.br/rededataluta/relatorios/minas/dataluta\\_mg\\_2016.pdf](http://www.lagea.ig.ufu.br/rededataluta/relatorios/minas/dataluta_mg_2016.pdf).

Acesso em 17/06/2021.

- Reportagem intitulada Utopia na Roça, escrita por Carolina Bataier, revista Piauí, edição 161, fevereiro de 2020. Disponível em:

<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/utopia-na-roca/>. Acesso em 24/06/2021.

- CPT. Conflitos de terra no Brasil: 1986. Disponível em:

<https://www.cptnacional.org.br/component/jdownloads/download/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/265-conflitos-no-campo-brasil-1986>. Acesso em 24/05/2021.

- CPT. Conflitos de terra no Brasil: 1987. Disponível em:

<https://www.cptnacional.org.br/downlods?task=download.send&id=264&catid=41&m=0>. Acesso em 25/05/2021.

- CPT. Conflitos de terra no Brasil: 1988. Disponível em:

<https://www.cptnacional.org.br/downlods?task=download.send&id=263&catid=41&m=0>. Acesso em 25/05/2021.

- CPT. Conflitos no campo: Brasil 2020. Disponível em:

<https://www.cptnacional.org.br/downlods?task=download.send&id=14242&catid=41&m=0>. Acesso em 22/07/2021.

**BIBLIOGRAFIA:**

AGUIAR, Cynara Silde Mesquita Veloso de. **A prática do coronelismo em São João da Ponte (MG), no período de 1946-1996: um estudo de caso.** Dissertação (Mestrado). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2001.

ALEXANDER, Jeffrey C. **Trauma: a social theory.** Malden: Polity Press, 2012.

AMADO, Janaína.; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs). **Usos e abusos da História Oral.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

AMADO, Jô. **Eloy – Morre uma voz, nasce um grito.** Belo Horizonte: Sociedade Editora e Gráfica de Ação Comunitária, 1985.

AMÂNCIO, Robson. **Participação de trabalhadores rurais em assentamento de reforma agrária: o caso da fazenda Vereda Grande (MG).** Dissertação (Mestrado). Lavras (MG): Escola Superior de Agricultura de Lavras, 1991.

ANAYA, Felisa; ESPÍRITO SANTO, Mário Marcos do. **De gentes, plantas e bichos: diversidade e conservação nas matas secas do norte de Minas.** Montes Claros: Unimontes, 2014.

ANTUNES, Mércio Mota. **A teoria da experiência hermenêutica na adequação normativa em conflitos agrários e o papel da fraternidade na racionalidade jurisdicional.** Dissertação (Mestrado). Brasília: Universidade de Brasília /Unb, 2010.

ARAÚJO, Maria Paula. **Memórias estudantis, 1937-2007: Da fundação da UNE aos nossos dias.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2007.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **DOPS: A Lógica da Desconfiança.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Justiça, Arquivo Público do Estado, 1996.

ASSUNÇÃO, Rosângela Pereira de Abreu. **DOPS/MG: Imaginário anticomunista e policiamento político (1935-1964).** Dissertação (Mestrado). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2006.

BACZKO, Bronislaw. “Imaginação Social”. **Enciclopédia Enaudi**, Vol.5 – AnthroposHomem. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985, pp.296-331.

BARCELLOS, Fernando Henrique Guimarães. **Ação sindical e luta por terra no Rio de Janeiro.** Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro (RJ): UFRRJ, CPDA, 2008.

BÉDARIDA, François. L'histoire de la résistance. Lectures d'hier, chantiers de demain. **Vingtième Siècle, revue d'histoire**, n°11, juillet-septembre1986, pp. 75-90.

\_\_\_\_\_. Sur le concept de Résistance. In: GUILLON, Jean-Marie; LABORIE, Pierre (dirs.). **Mémoire et Histoire: la résistance.** Toulouse: Privat, 1995.

BERTOLINO, Farley. **Movimento estudantil e esquerda católica na capital mineira: história e memória de uma geração – 1961/1968**. Dissertação (Mestrado). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.

BISPO, Eluiz Antônio Ribeiro Mendes e. **Regularização fundiária rural de terras devolutas no Norte de Minas**. Dissertação (Mestrado). Montes Claros, Universidade Federal de Minas Gerais, 2020.

BOBBIO, Norberto. Política. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola (orgs.). **Dicionário de Política**. 6ª ed. Brasília. Ed. Universidade de Brasília. 2003, pp. 954-962.

BOIA, Lucian. **Por une histoire de l'imaginaire**. Paris: Les Belles Lettres, 1998.

BORGES, Maria Eliza Linhares. **Utopias e contra-utopia: movimentos sociais rurais em Minas Gerais (1950- 1964)**. Dissertação (Mestrado). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1988.

\_\_\_\_\_. Reforma Agrária e Identidade Camponesa. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **O golpe e a ditadura militar quarenta anos depois (1964- 2004)**. Bauru, SP: Edusc, 2004.

\_\_\_\_\_. Representação do Universo Rural e luta pela Reforma Agrária no Leste de Minas Gerais. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, 2004, pp. 303-326.

\_\_\_\_\_. Estilistas urbanos do universo rural: o PCB na luta pela sindicalização rural em MG. **Revista Brasileira de História**, São Paulo: Marco Zero: ANPUH/FAPESP/CNPq, n. 27, 1994, pp.73-86.

BRITO, Ricardo José Braga Amaral de. A luta camponesa e a repressão durante a Ditadura empresarial-militar (1964 -1985). **Revista Habitus: Revista de Graduação em Ciências Sociais do IFCS/UFRJ**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 72-87. 15, julho de 2015

\_\_\_\_\_. **"Luta-se pela terra livre": resistência e luta pela terra em Cachoeiras de Macacu**. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro: UFRRJ, 2018.

BRUNO, Regina. **O ovo da serpente. Monopólio da terra e violência na Nova República**. Tese (Doutorado). Campinas (SP): Unicamp, 2002.

\_\_\_\_\_. Revisitando a UDR: ação política, ideologia e representação. **Revista Instituto Estudos Brasileiros**. São Paulo. nº 40, 1996. pp. 69-90.

\_\_\_\_\_. O Estatuto da Terra: entre a conciliação e o confronto. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 5, novembro 1995: pp. 5-31.

\_\_\_\_\_. **Senhores da terra, senhores da guerra** (a nova face política das elites agroindustriais no Brasil). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

\_\_\_\_\_. Guardiões da reforma agrária, servidores públicos e técnicos em defesa de uma reforma agrária durante a ditadura militar no Brasil. **Tempos Históricos**, volume 16, 2012, pp. 71-97.

BUARQUE, Virgínia A. Castro; CUNHA, Nara Rúbia de Carvalho. A historiografia em viés testemunhal. **Locus: revista de história**, Juiz de Fora, v. 20, n. 2, 2015, pp. 9-27.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra – quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 6ª edição, 2019.

\_\_\_\_\_. **Vida precária: os poderes do luto e da violência.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

BUTTÒ, Michele. **Mecanismos deliberativos na Assembleia Nacional Constituinte: a polarização simbólica da reforma agrária.** Dissertação (Mestrado). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009.

CAMARGO, Aspásia Alcântara de. **Brésil du Nord-Est: Mouvements Paysans et Crise Populist.** Tese (Doutorado). Paris: Université de Paris, 1973.

CAMISASCA, Marina Mesquita. **Camponeses mineiros em cena: mobilização, disputas e confrontos (1961-1964).** Dissertação (Mestrado). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2009.

\_\_\_\_\_; SANGLARD, Fernanda Nalon. Os despejos em Cachoeirinha e a luta por terra no período da ditadura militar. **História Unisinos**, vol 24, maio/agosto 2020, pp. 325-333.

CAMPOS, Leonardo Álvares da Silva. **Saluzinho: luta e martírio de um bravo.** Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2014.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **Estranhas catedrais – As empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988.** Niterói, Eduff, 3ª reimpressão, 2017.

CARNEIRO, Ana. As duas ou mais mortes de Eloy Ferreira da Silva – narrativas de um crime político. **Ruris**, volume 5, nº 1, março de 2011, pp.49-81.

CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. **Retrato da Repressão Política no Campo – Brasil 1962-1985 – Camponeses torturados, mortos e desaparecidos.** Brasília: MDA, 2010.

CARNEIRO, Leandro Piquet, KUSCHNIR, Karina. As dimensões subjetivas da política. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.13, n.24, 1999, pp.227-250.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). **Minorias silenciadas - A história da censura no Brasil.** São Paulo: Edusc, Imprensa Oficial, Fapesp, 2002.

\_\_\_\_\_. **Livros proibidos, idéias malditas: o DEOPS e as minorias silenciadas.** São Paulo: Ateliê Editorial, Fapesp, 2 ed, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. Trajetórias republicanas. **Revista do Arquivo Público Mineiro.** Belo Horizonte, v. 44, n. 2, 2008, pp. 24-36.



\_\_\_\_\_. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: 16ª edição, Civilização Brasileira, 2013.

CARVALHO, Natália Dayrell de. **Luta pela terra no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba: a trajetória dos movimentos e organizações sociais na construção do território**. Dissertação (Mestrado). Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2011.

CHAVES, Luiz Antônio. Saluzinho e a luta pela terra no Norte de Minas. **Revista Verde Grande**. Montes Claros: Ed. Unimontes, v.1, n.3, dez./fev. 2005, pp.98-106.

CIAMBARELLA, Alessandra. Do Cristianismo ao Maoísmo: a história da Ação Popular. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. **Revolução e Democracia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CINTRÃO, Rosângela Pezza. **ONGS, tecnologias agrícolas e representação política do campesinato: uma análise entre o Centro de Tecnologias Alternativas e os sindicatos de trabalhadores rurais da Zona da Mata mineira**. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro: UFRRJ, CPDA, 1996.

CIOCCARI, Marta. Os trabalhadores rurais e o regime militar no Brasil. In: MATTOS, Marcelo Badaró; VEJA, Rúben (orgs.). **Trabalhadores e ditaduras: Brasil, Espanha e Portugal**. Rio de Janeiro: 1ª ed, Consequência, 2014, p. 153-174.

COMERFORD, John Cunha. **Como uma família: sociabilidade, territórios de parentescos e sindicalismo rural**. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 2003.

COMISSÃO CAMPONESA DA VERDADE. **Relatório final: violações de direitos no campo – 1946 a 1988**. Brasília: Comissão Camponesa da Verdade, 2014.

COMISSÃO DA VERDADE EM MINAS GERAIS. **Relatório final**. Volume 2. As graves violações de direitos humanos no campo. Belo Horizonte: Covemg, 2017.

CORDEIRO, Janaina Martins. Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.22, no. 43, 2009, pp. 85-104.

\_\_\_\_\_. **Lembrar o passado, festejar o presente: as comemorações do sesquicentenário da Independência entre consenso e consentimento (1972)**. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense. 2012.

COSTA, Luiz Flávio Carvalho. **Sindicalismo rural brasileiro em construção**. Rio de Janeiro (RJ): Forense Universitária, UFRRJ, 1996.

CUNHA, Paulo Ribeiro da (org.). **O camponês e sua história: a construção da Utab e a fundação da Contag nas memórias de Lyndolpho Silva**. São Paulo: Instituto Artrojildo Pereira, 2004.

DAYRELL, Carlos Alberto. **Geraizeiros e biodiversidade no Norte de Minas: a contribuição da agroecologia e da etnoecologia nos estudos dos agroecossistemas tradicionais**. Dissertação (Mestrado). Espanha: Universidade Internacional de Andalúcia, 1998.

DEBRAY, Régis. **Revolução na revolução**. São Paulo: Centro Editorial Latino-Americano, s/d.

DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1994.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Diretas-Já: vozes das cidades. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Org.). **Revolução e democracia (1964-...)**. As esquerdas no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v.3, p. 409-427.

DELLAMORE, Carolina. **Forjando lideranças: comportamentos políticos e atuação no Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem durante a ditadura militar brasileira (1964-1985)**. Tese (Doutorado). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2019.

DEZEMONE, Marcus. **Do cativo à reforma agrária: colonato, direitos e conflitos (1872-1987)**. Tese (Doutorado). Niterói (RJ): Universidade Federal Fluminense, 2008.

\_\_\_\_\_. Repressão e resistência: ditadura militar e lutas sociais no campo fluminense. **Revista História & Luta de Classe**, nº 8, nov. 2009, pp. 13-18.

DIAS, Reginaldo Benedito. Da esquerda católica à esquerda revolucionária: a Ação Popular na história do catolicismo. **Revista Brasileira de História das Religiões**, ano 1, nº 1, maio 2008, pp. 166-195.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Cascas**. São Paulo: Editora 34, 2017.

DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997.

DUTRA, Eliana Regina de Freitas. História e Culturas políticas: definições, usos e conceitos. **Varia História**, n.58, dez. 2002, Belo Horizonte, pp.13-29.

ESPINDOLA, H. S. Apropriação de Terras Devolutas e Organização Territorial no Vale do Rio Doce: 1891-1960. In: ABREU, J. L. N.; ESPINDOLA, H. S. **Território, sociedade e modernidade**. Governador Valadares: Ed. Univale, 2010.

FEITOSA, Annagesse de Carvalho. **Formas de resistência cotidiana: o caso de Campinho da Independência no litoral sul do Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro: UFRRJ, CPDA, 2016.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro: formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST (1979-1999)**. Tese (Doutorado). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1999.

FERNANDES, Juliana Ventura de Souza. **“A guerra dos 18 anos” – repertórios para existir e resistir à ditadura e outros fins do mundo**. Uma perspectiva do povo indígena

Xakriabá e suas cosmopolíticas de memória. Tese (Doutorado). Belo Horizonte: UFMG, 2020.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil Republicano, v.4).

\_\_\_\_\_. **O tempo da Nova República: da transição democrática à crise política de 2016**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. (O Brasil Republicano, v.5).

\_\_\_\_\_; REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). **Revolução e democracia (1964- ...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (As Esquerdas no Brasil; v.3).

FERREIRA, Silvana Maria. Peregrinos da Terra Prometida: Comissão Pastoral da Terra e trajetória político-religiosa (1975-2003). **Sacrilegens**, Juiz de Fora, v.1, n.1, 2004, pp. 137-152.

FERREIRA NETO, José Ambrósio. **Lideranças Sindicais e Ação Coletiva: A FETAEMG e a luta pela terra em Minas Gerais**. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro: UFRRJ, CPDA, 1999.

\_\_\_\_\_; DOULA, Sheila Maria. **Assentamentos Rurais: Organização, Mobilização e Imaginário Social**. Visconde do Rio Branco: Suprema, 2003.

\_\_\_\_\_, [et al.]. A dinamização dos assentamentos rurais para o desenvolvimento econômico do Noroeste de Minas Gerais. **Revista de C. Humanas**, Viçosa, v. 11, n. 1, jan./jun. 2011, pp. 87-97.

FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 20, jan./abr. 2017, pp.5-74.

\_\_\_\_\_. A negociação parlamentar da anistia e o chamado “perdão aos torturadores”. **Revista Anistia. Política e Justiça de Transição**, Brasília, v. 4, 2011, pp. 318-333.

FORMAN, Shepard. **Camponeses: sua participação no Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

GARCIA, Miliandre. **Do teatro militante à música engajada: a experiência do CPC da UNE (1958-1964)**. São Paulo: Editora Fundação. Perseu Abramo, 2007.

GONÇALVES, Renato Luiz. **A atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) em Campos dos Goytacazes, RJ: uma análise do assentamento Zumbi de Palmares**. Dissertação (Mestrado). Viçosa (MG): Universidade Federal de Viçosa, 2012.

GONZALEZ, Lélia. Mulher negra. In: **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro, Zahar, 2020.

GORENDER, Jacob. **O combate nas trevas: a esquerda brasileira das ilusões perdidas à luta armada**. São Paulo: Editora Ática, 1987.

GRYNSZPAN, Mario. Da barbárie à terra prometida: o campo e as lutas sociais na história da República. In: GOMES, Ângela de Castro; PANDOLFI, Dulce Chaves; ALBERTI, Vera (orgs.). **A República no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, CPDOC, 2002.

\_\_\_\_\_. **Mobilização camponesa e competição política no Estado do Rio de Janeiro (1950-1964)**. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro: Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1987.

\_\_\_\_\_. Ação política e atores sociais: posseiros, grileiros e a luta pela terra na Baixada. **Dados**, Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro: vol. 33, n° 2, 1990, pp.285-308.

\_\_\_\_\_. O período Jango e a questão agrária: luta política e afirmação de novos atores. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **João Goulart entre a memória e a história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

\_\_\_\_\_. A questão agrária no Brasil pós-1964 e o MST. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil Republicano, v.4).

GUEVARA, Che. A guerra de guerrilhas. In: **Obras completas**. São Paulo: Edições Populares, v. 9, 1981.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1990.

HEYMANN, Luciana Quillet; ALBERTI, Verena. Acervos de história oral: um patrimônio silencioso? In: BAUER, Leticia Brandt; BORGES, Viviane Trindade. **História oral e patrimônio cultural: potencialidades e transformações**. São Paulo: Letra e Voz, 2018.

HIRSCH, Marianne. The Generation of Postmemory. **Poetics Today** 29:1, 2008, pp. 103-128

HOBBSAWN, Eric. **Pessoas extraordinárias: resistência, rebelião e jazz**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

\_\_\_\_\_. **Viva la revolución: a era das utopias na América Latina**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

\_\_\_\_\_. **A era dos extremos – O Breve século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

HOUTZAGER, Peter P. **Os últimos cidadãos: conflito e modernização no Brasil rural (1964-1995)**. São Paulo: Globo, 2004.

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

IANNI, Octavio. **O colapso do populismo no Brasil**. 3ª ed., rev. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

IBGE. **Sindicatos: indicadores sociais**. Rio de Janeiro: FIBGE, 1989. v. 2.

JELIN, Elizabeth. **La lucha por el pasado: Como construimos la memoria social**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2017.

JOFILLY, Olivia Rangel. **Esperança equilibrada: resistência feminina à ditadura militar no Brasil (1964-1985)**. Tese (Doutorado). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2005.

JONES, Alberto da Silva. O diagnóstico militar da questão agrária: o Estatuto da Terra. **RESR** – Revista de Economia e Sociologia Rural, vol 35, nº 4, 1997, pp. 9-40.

KINZO, Maria D'Alva G. A democratização brasileira: um balanço no processo político desde a transição. **São Paulo em Perspectiva**, v. 15, nº 4, 2001, pp. 3-12.

LABORIE, Pierre. L'idée de Résistance, entre définition et sens: retour sur un questionnement. In: Idem. **Les Français des années troubles. De la guerre d'Espagne à la Libération**. Paris: Seuil, 2003.

LAPLANTINE, François & TRINDADE, Liana S. **O que é imaginário**. São Paulo: Brasiliense, 1997.

LEMOES, Francisco de Assis. **Nordeste. O Vietnã que não houve. Ligas Camponesas e o golpe de 64**. Londrina: UEL/UFPB, 1996.

LIMA, Haroldo; ARANTES, Aldo. **História da Ação Popular da JUC ao Pc do B**. 2ª ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1984.

LINHARES, Maria Yeda; SILVA, Francisco C. Teixeira da. O debate sobre as Estruturas Sócio-Econômicas do Brasil nas décadas de 1950 a 1970. In: LINHARES, Maria Yeda; SILVA, Francisco C. Teixeira da. **História da Agricultura Brasileira**. (combates e controvérsias). São Paulo: Brasiliense, 1981.

MANFREDINI, Luiz. **As moças de Minas: uma história dos anos 60**. São Paulo: Alfa-ômega, 1989.

MARÉS, Carlos Frederico. **A função social da terra**. Porto Alegre: S. A. Fabris Editor, 2003.

MARTINS, José de Sousa. **Os camponeses e a política do Brasil**. São Paulo: Editora Vozes, 1981.

\_\_\_\_\_. **O cativo da terra**. São Paulo: Hucitec, 1979.

\_\_\_\_\_. **A militarização da questão agrária no Brasil** (Terra e poder: o problema da terra na crise política). Petrópolis: Vozes, 1984.

\_\_\_\_\_. **Reforma agrária: o impossível diálogo.** São Paulo: Edusp, 2000.

MARTINS FILHO, João Roberto. **Movimento estudantil e ditadura militar, 1964-1968.** Campinas: Papirus, 1987.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **História dos movimentos sociais no campo.** Rio de Janeiro: FASE, 1989.

\_\_\_\_\_. **Reforma agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

\_\_\_\_\_. Dimensões políticas da violência no campo. **Tempo**, Rio de Janeiro, vol. I, 1996, pp. 126-141.

\_\_\_\_\_. **Lavradores, Trabalhadores Agrícolas, Camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo.** Tese (Doutorado). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1995.

\_\_\_\_\_. O Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – notas sobre a produção de um movimento social. In: In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). **Revolução e Democracia (1964-...).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (As Esquerdas no Brasil; v.3), p.563-593.

\_\_\_\_\_. Movimentos sociais no campo, lutas por direito e reforma agrária na segunda metade do século XX. In: CARTER, Miguel (org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil.** São Paulo: Editora UNESP, 2010, pp.113-136.

\_\_\_\_\_. Trabalhadores no campo, luta pela terra e o regime civil-militar. In: PINHEIRO, Milton (org.). **Ditadura: o que resta da transição.** São Paulo: Boitempo, 2014, pp. 195-229.

\_\_\_\_\_. Lutas e resistências em contextos repressivos: reflexões a partir do estado do Rio de Janeiro. In: RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk; SECRETO, Maria Verónica. (orgs.). **Agrarismos: estudos de história e sociologia do mundo rural.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2017, pp. 13-32.

\_\_\_\_\_. (org.). **Ditadura, conflito e repressão no campo.** A resistência camponesa no estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

MELO, Demian Bezerra de. Ditadura “civil-militar”?: controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente. **Espaço Plural**, Ano XIII, Nº 27, 2º Semestre 2012. pp. 39-53.

\_\_\_\_\_. A miséria da historiografia. **Outubro**, São Paulo, n.14, 2006, pp. 111-130.

\_\_\_\_\_. A questão do consenso na ditadura militar brasileira: apontamentos a partir de Gramsci. **VIII Colóquio Marx-Engels.** Grupo temático 3: Marxismo e ciências humanas. 2014, pp. 1-6.

MENDONÇA, Sonia Regina. **A questão agrária no Brasil. A classe dominante agrária: natureza e comportamento - 1964-1990**. São Paulo: Expressão Popular, volume 5, 2006.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. A história cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. **Rev. Inst. Est. Bras.** São Paulo, nº 24, 1992, pp. 9-23.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Memória Incra 35 anos**. Brasília: MDA, 2006.

MIRAD, Coordenadoria de Conflitos Agrários. **Conflitos de terra, levantamento dos conflitos de terra em que se registraram mortes, ocorridas no país em 1985**. Brochura. Brasília, 1986.

MIRANDA, Maria Aparecida R.; SHIMOMURA, Thelma. Y. Os Camponeses e os Direitos Humanos: Resistência e Luta Contra a Opressão e Exclusão. In: PINTO, João Batista Moreira (org.). **Os Direitos Humanos como projeto de sociedade: caracterização e desafios**. Belo Horizonte: Editora Instituto DH, 2018, v. 1, pp. 99-122.

MIRANDA, Nilmário e TIBÚRCIO, Carlos. **Dos filhos deste solo**. São Paulo: Editora Boi Tempo, 1999.

MOMESSO, Luiz. Lutas e organização sindical em 68, apesar da Ditadura. Pernambuco. **Revista Clio – Revista de Pesquisa Histórica**, v. 1, n. 26, 2008.

MONÇÃO, Katia Maria Gomes. **As sementes da luta: conflito agrário de Cachoeirinha - um estudo dos assentamentos e dos acampamentos do município de Verdelândia, Norte de Minas Gerais**. Dissertação (Mestrado). Montes Claros: Universidade Estadual de Montes Claros, 2009.

MONTENEGRO, Antonio Torres. Ação trabalhista, repressão policial e assassinato em tempos de regime militar. **Revista Topoi**, v. 12, n. 22, jan.-jun. 2011, pp. 228-249.

MOORE JR. Barrington. **As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno**. Santos: Martins Fontes, 1967.

MOREIRA, Crispim **Vida e luta camponesa no território: casos onde o campesinato luta, marcha e transforma o território capitalista**. Tese (Doutorado). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.

MOREIRA, Hugo Fonseca. **Se for para morrer de fome, eu prefiro morrer de tiro: o Norte de Minas e a formação de lideranças rurais**. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro: UFRRJ, CPDA, 2010.

MOREIRA, Pedro; PINHEIRO, Leonel de O. Situação e política agrária. In: SADER, Emir et alii (orgs.). **Portal Brasil Contemporâneo: Minas Gerais**. Rio de Janeiro: Périplos 2018, pp. 330-361.

MOTTA, Márcia (org.). **Dicionário da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A história política e o conceito de cultura política. **Anais do X Encontro Regional de História**, 1996, pp.83-91.

\_\_\_\_\_, [et al.]. República, política e direito à informação – Os arquivos do DOPS/MG. **Varia História**. Belo Horizonte, nº 29, janeiro de 2003, pp. 126-153.

\_\_\_\_\_. (org.). **Culturas políticas na história: novos estudos**. Belo Horizonte (MG): Argvmentvm, 2009.

\_\_\_\_\_. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo, Perspectiva: FAPESP, 2002.

\_\_\_\_\_. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

\_\_\_\_\_. O golpe de 1964 e a ditadura nas pesquisas de opinião. **Revista Tempo**, Niterói (RJ), v. 20. 2014, pp. 1-21.

\_\_\_\_\_. A estratégia de acomodação na ditadura brasileira e a influência da cultura política. **Revista Páginas**, ano 8, nº 17, maio - agosto de 2016, pp. 9-25.

\_\_\_\_\_. Sobre as origens e motivações do Ato Institucional 5. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 38, nº 79, 2018, pp. 195-216.

MOURA, Margarida Maria. **Os deserdados da terra**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, Coleção Corpo e Alma do Brasil, 1988.

\_\_\_\_\_. Liberdade e igualdade: reflexões sobre o campesinato sertanejo e política. **Cadernos CERU**, nº 3, Série II, 1991, pp. 7-32.

NAGASAVA, Heliene Chaves. **“O sindicato que a ditadura queria”: o Ministério do Trabalho no Governo Castelo Branco (1964-1967)**. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, 2015.

NAPOLITANO, Marcos. O golpe de 64 e o regime militar brasileiro. Apontamentos para uma revisão historiográfica. **Contemporânea Historia y problemas del siglo XX**. Vol 2, ano 2, 2011, pp. 209-217.

\_\_\_\_\_. **1964: História do regime militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

\_\_\_\_\_. **Coração civil: arte, resistência e lutas culturais durante o regime militar brasileiro (1964-1980)**. Tese (Livres Docência). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011.

NASCIMENTO, Flávia Brito do; SCIFONI, Simone. Lugares de memória: trabalho, cotidiano e moradia. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v.7, n.13, Jul-Dez 2015, pp. 69-82.



NEPOMUCENO, Eric. **O Massacre: Eldorado dos Carajás, uma história de impunidade**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007.

NETO, Joaquim Pereira da Silva. **Semear esperanças**. Belo Horizonte: O Escriba, 1996.

NEVES, Delma Pessanha (org.). **Desenvolvimento social e mediadores políticos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, dez. 1993, pp. 7-28.

NOVAES, Regina Reyes. **De corpo e alma. Catolicismo, classes sociais e conflitos no campo**. Tese (Doutorado). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1987.

\_\_\_\_\_. Reforma agrária: o mito e sua eficácia. In: VILLAS BÔAS, Gláucia; GONÇALVES, Marco Antonio (orgs.). **O Brasil na virada do século: o debate dos cientistas sociais**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

\_\_\_\_\_. A mediação no campo: entre a polissemia e a banalização. In: MEDEIROS, Leonilde et al (org.). **Assentamentos Rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: Ed. Da Universidade Estadual Paulista, 1994.

NUNES, Marcos Vinícius Dias. **A participação da FETAEMG no processo histórico de luta pela terra em Minas Gerais**. Monografia. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2011.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A geografia das lutas no campo**. 6ª ed. São Paulo (SP): Contexto, 1994.

OLIVEIRA, Itamar de. **Constituição de 1988: a semente da liberdade e da cidadania**. Belo Horizonte: Editora Libertas, 2016.

OLIVEIRA, Fabrício Roberto Costa. **Religião, política e comunidade: emergência e politização do Movimento da Boa Nova**. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro: UFRRJ, 2012.

OLIVEIRA, Pedro Cassiano Farias de. A reforma agrária em debate na abertura política (1985-1988). **Tempo Históricos**, volume 22, 2018, pp. 161-183.

PALMEIRA, Moacir. Modernização, Estado e Reforma Agrária. **Estudos Avançados**. São Paulo, v., 03, n.º 7, 1989, pp. 87-108.

PASTORAL DA TERRA: POSSES E CONFLITOS. **Coleção Estudos da CNBB**. São Paulo: Paulinas, n. 13, 1981.

PASSERINI, Luisa. **A memória entre política e emoção**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

PEDROZA, Manoela. **Terra de resistência: táticas e estratégias camponesas nos sertões cariocas (1950-1968)**. Dissertação (Mestrado). Porto Alegre: UFRS, 2003.

\_\_\_\_\_. Táticas de resistência: especificidades da luta pela terra dos posseiros dos sertões cariocas (1950-68). **Estudos: Revista da Universidade Católica de Goiás**. Goiânia: Editora da UCG, 2003, pp. 2689 - 2706.

PEREIRA, Carlos Olavo da Cunha. **Nas terras do rio sem dono**. 2 ed. Rio de Janeiro: Codecri, 1988.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. Nova direita? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014). **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 31, n. 57, setembro/dezembro 2015, pp. 863-902.

PESSOA, Victor Gadelha. **As Ligas Camponesas da Paraíba: História e Memória**. Dissertação (Mestrado). João Pessoa: UFPB, 2015.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, pp. 200-212.

\_\_\_\_\_. A gestão do indizível. **WebMosaica** Revista do Instituto Cultural Judaico Marc Chagall, v.2, n.1 (jan-jun) 2010, pp. 9-49.

POLETTO, Ivo. A Igreja, a CPT e a Mobilização pela Reforma Agrária. In: CARTER, M (Org.). **Combatendo a Desigualdade Social: o MST e a Reforma Agrária no Brasil**. São Paulo: Ed UNESP, 2010, pp. 137-158.

\_\_\_\_\_. As contradições sociais e a Pastoral da Terra. In: PAIVA, Vanilda (org). **Igreja e questão agrária**. São Paulo: Loyola, 1985.

POMPERMAYER, Malori J (org.). **Movimentos sociais em Minas Gerais: emergência e perspectiva**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1987.

PONTES, Daniel Lucas Ribeiro; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. Resistência camponesa: duas abordagens para um conceito. **Raízes**, vol. 36, nº 1, jan-jun 2016, pp. 50-60.

PORFÍRIO, Pablo. **De pétalas e pedras: a trajetória política de Francisco Julião**. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 3ª edição, 2000.

\_\_\_\_\_. **Ensaio de História Oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

\_\_\_\_\_. **História oral como arte da escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

\_\_\_\_\_. O que faz a história oral diferente. **Proj História**, São Paulo, (14), fevereiro de 1997, pp.25-39.

QUADRAT, Samantha Viz (org.). **Não foi tempo perdido: os anos 80 em debate**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014.

\_\_\_\_\_; ROLLEMBERG, Denise (org.). **História e memória das ditaduras do século XX**, volume 1. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

RANIERI, Silvia B. Lima. Retrospecto da Reforma Agrária no mundo e no Brasil. In: SPAROVEK, Gerd. **A qualidade dos assentamentos de Reforma Agrária brasileira**. São Paulo: Páginas & Letras, 2003, p.4-38.

REIS, Daniel Aarão (coord.). **História do Brasil nação: 1808-2010**, volume 5, Modernização, ditadura e democracia. Madrid e Rio de Janeiro: Fundación Mapre e Editora Objetiva, 2014.

\_\_\_\_\_. Ditadura, anistia, reconciliação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 45, 2010, pp. 171-186.

\_\_\_\_\_. **Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988**. Rio de Janeiro, Zahar, 2014.

\_\_\_\_\_. **Ditadura militar, esquerda e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2000.

\_\_\_\_\_; MOTTA, Rodrigo Patto Sá; RIDENTI, Marcelo (org.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RÉMOND, René. Por que a história política? **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, vol. 7, n.13, 1994.

\_\_\_\_\_. **Por uma história política**. 2ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães (org.). **Lembranças da terra: histórias do Mucuri e Jequitinhonha**. Contagem: CEDEFES, 1996.

\_\_\_\_\_. Agregados e fazendas no nordeste de Minas Gerais. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, vol. 18, n. 2, 2010, pp. 393-433.

RICCI, Rudá. **Terra de ninguém: representação sindical rural no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

\_\_\_\_\_. A maior estrutura sindical do Brasil: papel do sindicalismo de trabalhadores rurais no pós-64. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez. (orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas**. São Paulo (SP): Editora Unesp; Brasília (DF): Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, p.321-338.

RICOUER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Editora Unesp, 1993.

\_\_\_\_\_. O romantismo revolucionário da Ação Popular: do cristianismo ao maoísmo. Prepared for delivery at the **1998 meeting of the Latin American Studies Association**, The Palmer House Hilton Hotel, Chicago, Illinois, September 24-26, 1998.

\_\_\_\_\_. **Brasilidade Revolucionária**. Um século de cultura e política. Editora UNESP, 2010.

RIOUX, Jean Pierre, SIRINELLI, Jean- François (org.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Editora Estampa, 1998.

ROCHA, Débora R. História e Memórias das mulheres na Ação Popular (AP). In: DELLAMORE, Carolina; AMATO, Gabriel; BATISTA, Natália. **A ditadura aconteceu aqui**. São Paulo (SP): Letra e Voz, 2017, p.129-149.

RODRIGUES, Carla. Por uma filosofia política do luto. **O que nos faz pensar**, Rio de Janeiro, v.29, n.46, jan.-jun.2020, pp. 58-73.

\_\_\_\_\_. A função do luto na filosofia política de Judith Butler. In: CORREIA, A.; HADDOCK-LOBO, R.; SILVA, C. V. (org.). **Deleuze, desconstrução e alteridade**. Coleção XV. II Encontro ANPOF, ANPOF, 2017, pp.329-339.

ROLLEMBERG, Denise. As trincheiras da memória; a Associação Brasileira de Imprensa e a ditadura (1964-1974). In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha (org.). **A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX**. Brasil e América Latina. Volume II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p.97-144.

\_\_\_\_\_. Memória, opinião e cultura política: a Ordem dos Advogados do Brasil sob a ditadura 1964-74. In: FILHO, Daniel Aarão Reis e ROLLAND, Denis (orgs). **Modernidades alternativas**. Rio de Janeiro: FGV, 2008, p.57-96.

ROSANVALLON, Pierre. **Por uma história do político**. São Paulo: Alameda, 2010.

ROUSSO, Henry. **The Vichy Syndrome**. Harvard University Press: London, 1991.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. Aprendendo a ouvir: a história oral testemunhal contra a indiferença. **História Oral**, v. 16, n. 2, jul./dez. 2013, pp.129-148.

SÁ, Karolina Kneip de. **Ação Popular do Brasil: da JUC ao racha de 1968**. Dissertação (Mestrado). Recife: UFPE, 2015.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SALES, Jean Rodrigues. A influência da Revolução Cubana na história da Ação Popular nos anos 1960. **Antíteses**, v. 11, n. 21, jan./jun. 2016, pp. 345-367.

SALIS, Carmem Lúcia Gomes de. Estatuto da Terra: debates políticos e as disputas pela forma da reforma agrária no primeiro governo militar. **Antíteses**, v. 7, n. 13, jan./jun. 2014, pp.493-516.

SANTANA, Marco Aurélio. Ditadura Militar e resistência operária: o movimento sindical brasileiro do golpe à transição democrática. **Política e Sociedade**, Santa Catarina, v. 7, n 13, 2008.

SANTANA, Cristiane Soares de. O processo de “integração na produção” da Ação Popular: uma experiência maoísta na Bahia. (1967-1970). **Anais ANPUH**, XXV Simpósio Nacional de História – Fortaleza, 2009.

SANTIAGO, Vandek. **Francisco Julião, as Ligas e o golpe militar de 64**. Recife: Comunigraf, 2004.

SANTOS, Manoel da Conceição. **Essa terra é nossa**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1980.

\_\_\_\_\_. **Chão de minha utopia**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SANTOS, Mauro Augusto dos; BARBIERI, Alisson Flávio; MACHADO, Carla Jorge; CARVALHO, José Alberto Magno de. Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba: O Marco Inicial do Processo de Ocupação do Cerrado Brasileiro. **Revista Brasileira de Educação e Cultura**, nº VIII, jul-dez 2013, pp. 17-43.

SANTOS, Sônia Nicolau dos. **À procura da terra perdida: para uma reconstituição do conflito de Cachoeirinha**. Dissertação (Mestrado). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1985.

SAUER, Sérgio. **Reforma agrária e o sindicalismo rural: a luta pela terra no “entorno” de Brasília**. Brasília: Contag, 1999.

\_\_\_\_\_. (org.). **Lutas, memórias e violações no campo brasileiro: conflitos, repressão e resistência no passado e presente**. São Paulo: Outras Expressões, 2020.

SCHETTINI, Fernando Gomes. **A ação mediadora da Igreja Católica e a formação dos sindicatos de trabalhadores rurais da Mata de Muriaé- MG**. Dissertação (Mestrado). Niterói (RJ): Universidade Federal Fluminense, 2013.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

\_\_\_\_\_.; STARLING, Heloísa Murgel. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras. 2015.

SCOTT, James C. Formas cotidianas da resistência camponesa. **Raízes**, Campina Grande, vol. 21, nº 01, jan.-jun. 2002, pp. 10-31.

\_\_\_\_\_. **A dominação e a arte da resistência: discursos ocultos**. Lisboa: Letra Livre, 1ª edição, 2013.

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Camponeses mortos e desaparecidos: excluídos da Justiça de Transição**. Brasília (DF): Projeto Direito à Memória e à Verdade, 2013.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Testemunho e a política da memória: o tempo depois das catástrofes. **Proj. História**, São Paulo, (30), jun. 2005, pp. 71-98

SÉMELIN, Jacques. Qu'est-ce que "résister"? **Esprit**, Paris, n. 198, jan 1994, pp. 50-63.

SGRECIA, Alexandre e GADELHA, Edmar G. Movimento rural: 1970-85. In: POMPERMAYER, M. J. (org.). **Movimentos sociais em Minas Gerais: emergências e perspectivas**, Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1987.

SILVA, Felipe Maia Guimarães da. **Questão agrária e modernização no Brasil**. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro, UERJ, 2014.

SILVA, Haike (org.) **A luta pela anistia**. São Paulo: UNESP, Imprensa Oficial e Arquivo Público do Estado, 2009.

SILVA, Ilby Montenegro de. **A Contag em perspectiva: um estudo sobre a formação política**. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro: UFRRJ, 2013.

SILVA, José Graziano. **O que é questão agrária**. Coleção Primeiros Passos. 18, 2. s.1, 1998.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do século**. São Paulo (SP): Editora UNESP, 1ª reimpressão, 1999.

SILVA, Sandro Héverton Câmara. **O Congresso Nacional Brasileiro e a Luta pela Anistia (1964-1979)**. Rio de Janeiro: Luminária, 2011.

SILVA NETO, Joaquim Pereira da. **Semear Esperanças**. Belo Horizonte: O Escriba, 1995.

SILVEIRA, Lidiane Nunes da. **O Pântano do Cururu: trabalho, ocupação e conflitos de terra**. Dissertação (Mestrado). Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2008.

SOUZA, Andrey Lopes de. **Memórias e experiências de trabalhadores no processo de luta pela terra em Cachoeirinha: violência, mobilização e conquistas. Vale do Jaíba, 1960/1980**. Tese (doutorado). Uberlândia (MG): UFU, 2017.

SOUZA, Herbert José de. **No fio da navalha**. Rio de Janeiro: Revan, 1996.

SOUZA, Luciana Carvalho e; JÚNIOR, João Cleps. **Análise Temporal das Políticas Nacionais de Reforma Agrária: os impactos regionais na criação dos assentamentos rurais**

no Triângulo Mineiro/ Alto Paranaíba. **Horizonte Científico**, Uberlândia, volume 5, 2011, pp. 1-22.

STARLING, Heloísa Murgel. **Os senhores das Gerais: Os Novos inconfidentes e o Golpe Militar**. Petrópolis: Vozes, 1986.

\_\_\_\_\_. Silêncios da ditadura. **Revista Maracanan**, nº 12, julho 2015, pp. 37- 46.

\_\_\_\_\_, [et al.]. **Sentimento de reforma agrária, sentimento de república**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

STEDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil. Programas de reforma agrária 1946-2003**. São Paulo: Expressão Popular, volume 3, 2005.

\_\_\_\_\_. **A questão agrária no Brasil: interpretações sobre o camponês e o campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, volume 9, 2016.

\_\_\_\_\_; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava Gente: A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, coedição Fundação Perseu Abramo, 2ª edição, 2012,

TEIXEIRA, Marco Antônio dos Santos. **Conflitos por terra em diferentes configurações: um estudo de caso em Magé, RJ**. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro: UFRRJ, 2011.

\_\_\_\_\_. **Movimentos sociais, ações coletivas e reprodução social: a experiência da Contag (1963-2015)**. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro: UERJ, 2018.

\_\_\_\_\_. Algumas notas sobre o sindicalismo dos trabalhadores rurais após o golpe de 1964. **Revista de História**, v. 2, nº 1, 2010, pp. 121-136.

\_\_\_\_\_. Sindicalismo rural e conflitos de terra na Baixada: 1967-1979. ANPUH, **XXV Simpósio Nacional de História**. Fortaleza: 2009, pp. 1-10.

\_\_\_\_\_. Dimensões da memória da repressão política no campo. **Raízes**, v. 37, nº 1, jan-jun 2017, pp. 54- 67.

TELÓ, Fabrício. **Organizações armadas e camponeses: comunicação, emoções e engajamento político (1968-1975)**. Tese (doutorado). Rio de Janeiro: UFRRJ, CPDA, 2019.

\_\_\_\_\_. Violência e Poder: reflexões a partir do Núcleo Colonial Papucaia na ditadura militar. **Dia da Baixada e Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária: Terra e Sociedade na Baixada Fluminense**, Duque de Caxias/RJ: FEBF/UERJ, 2016. v. 3.

\_\_\_\_\_; BRITO, Ricardo José Braga. Sob o signo do despejo: a resistência camponesa no estado do Rio de Janeiro (Brasil), a partir da trajetória de Roseli Borges. **Desarrollo Rural Exploraciones**, IPDRS, abril 2019, pp.4-20.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_. **Senhores e caçadores: a origem da lei negra**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMSON, Alistair. Reconstituindo a memória: questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias. **Projeto História**, São Paulo, n. 15, abr. 1997, pp. 51-84.

VERSIANI, Maria Helena. **Linguagens da cidadania: os brasileiros escrevem para a Constituinte de 1987/1988**. Tese (doutorado). Rio de Janeiro (RJ): Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, 2013.

VIDAL-NAQUET, Pierre. **Os assassinos da memória: um Eichmann de papel e outros ensaios sobre o revisionismo**. Campinas (SP): Papyrus, 1988.

WELCH, Clifford Andrew; PAFUNDA, Rosana Akemi. Camponeses e a história da ditadura em São Paulo. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; PEREIRA, João Márcio Mendes. **Desenvolvimento territorial e questão agrária: Brasil, América Latina e Caribe**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016, pp. 57-82.

\_\_\_\_\_. Os camponeses, a verdade e a história da ditadura em São Paulo. **Revista Mundos do Trabalho**, v. 6, n. 11, janeiro-junho 2014, pp. 57-78.

WUNENBURGER, Jean-Jacques. **Que sais-je le imaginaire?** Paris: PUF, 2003.

ZANGELMI, Arnaldo José. **Traduções e bricolagens: mediações em ocupações de terra no Nordeste Mineiro nas décadas de 1980 e 1990**. Tese (doutorado). Rio de Janeiro (RJ): UFRRJ, CPDA, 2014.

\_\_\_\_\_, [et al.]. Da Sindicalização às Ocupações: luta pela terra em Minas Gerais (1940-1980). **Revista de Ciências HUMANAS**, v. 47, n. 2, out. 2013, pp. 306-330.

\_\_\_\_\_. **História, Identidade e Memória no Assentamento Aruega – Novo Cruzeiro/MG**. Dissertação (Mestrado). Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2007.

\_\_\_\_\_. Mediações nos movimentos sociais: incitando transformações sociais e políticas. **Caderno de Pesquisas Interdisciplinares em Ciências. Humanas**, Florianópolis, v.12, n.101, ago/dez 2011, pp.109-127.

\_\_\_\_\_. Terras marcadas pela luta: repressão, resistência e retomada de mobilizações em Minas Gerais. In: VIII Encontro da Rede de Estudos Rurais Concepções de Sociedade e Direitos de Cidadania em Questão: novos desafios para o mundo rural brasileiro, 2019, Florianópolis. **ANAIS VIII Encontro da Rede de Estudos Rurais Concepções de Sociedade e Direitos de Cidadania em Questão: novos desafios para o mundo rural brasileiro**, 2018. v. 1.



\_\_\_\_\_. Conflitos pela terra em Varzelândia/MG: mediações, representações e interações institucionais (1964-1985). In: VII Encontro da Rede de Estudos Rurais, 2016, Natal. **Anais do VII Encontro da Rede de Estudos Rurais**, 2016. pp. 1-13.

\_\_\_\_\_. Mediações políticas silenciadas: Repressão, resistência e luta pela terra em Cachoeirinha (1964-1985). **Varia História**, v. 35, 2019, pp. 921-952.

## ANEXOS:

## Anexo 1

<b>Listagem dos conflitos de terra em Minas Gerais no período de 1964 a 1988</b>		
<b>Região</b>	<b>Município</b>	<b>Local</b>
Triângulo e Alto Paranaíba	Abadia dos Dourados	Fazenda Campestre
	Capinópolis	Fazenda Sertãozinho
		Fazenda pertencente à família Teodoro
	Coromandel	Fazenda Santo Antonio do Bonito de Cima
	Iturama	Fazenda Barreiro
		Fazenda Bartira
		Fazenda Soledade
Patos de Minas	Fazenda Canavial	
Perdizes	Fazenda Engenho Velho	
Santa Vitória	Fazenda Cruz e Macaúbas	
	Distrito de Chaveslândia	
Central	Baldim	Fazenda Fortuna ou Carafbas
		Fazenda Buraco do Tatu
		Sítio Santa Cruz
	Belo Horizonte	Fazenda Serra Verde
	Conceição do Mato Dentro	Capoeirão
	Dionísio	Fazenda Menino
	Felício dos Santos	Fazenda Nova
	Jaboticatubas	Capão do Buraco
		Fazenda da Contagem
		Capão do Buriti
	Jequitibá	Lagoa dos Veados
	Joaquim Felício	Fazenda Catoni
	Maravilhas	Distrito de Catita
	Mariana	Fazenda Cafundão
	Nova Lima	Fazenda Ana da Cruz
	Ouro Branco	Fazenda do Cadete – área de implantação da Açominas.
	Papagaios	Fazenda Olhos D'água
	Pompéu	Fazenda São José
		Fazenda Saco Barreiro
		Fazenda Velho Pompéu
Coqueiro		
Santana do Riacho	Fazenda do Pequi	
	Fazenda João Pinheiro	
	Fazenda Canastra – Lagoa Bonita	

	Senador Modestino Gonçalves	Fazenda Lagoa Fazenda Sobrado Manoel Pereira
	Três Marias	Fazendas de interesse de compra pela Veragro
Jequitinhonha e Mucuri	Carlos Chagas	Fazenda Córrego Grande Fazenda São Salvador
	Águas Formosas	Fazenda Minerva
	Almenara	Fazenda Cachoeira da Água Bela
		Fazenda Terra Grande
		Córrego da Areia
		Fazenda Uberlândia
	Araçuaí	Chapada do Lagoão – Brejão
		Fazenda Córrego Novo
		Fazenda Cantinho
		Fazenda Samambaia
	Ataléia	Córrego do Bananal
	Berilo	Comunidade do Cardoso – Morrinhos – Capão
		Comunidade de Coqueiros
		Fazenda Ribeirão do Altar
		Fazenda São Joaquim
	Cachoeiro do Pajeú	Fazenda São Domingos
	Capelinha	Comunidade Beira do Itamarandiba
		Fazenda Três Cedros
	Diamantina	Fazenda Santa Cruz do Gavião
	Francisco Badaró	Região Jenipapo – correspondente ao atual município de Jenipapo de Minas
	Fronteira dos Vales	Fazenda Bela Vista
	Itaipé	Fazenda Brejaúba *
	Itamarandiba	Comunidade de Serra Negra
	Itaobim	Fazenda Lagoa dos Patos
	Itinga	Fazenda Chapada da Gangorra
		Córrego Novo
	Jacinto	Fazenda Mira Alto
Jordânia	Comunidade de Mulungu	
Ladainha	Córrego Curvina	
	Córrego Santo Antônio	
	Sítio Caipó	
	Córrego Lambari	
Malacacheta	Fazenda Angla	

Jequitinhonha e Mucuri		Fazenda dos Boas
	Medina	Fazenda Lagoa dos Caboclos
	Minas Novas	Fazenda Alagadiço **
		Fazenda Trovoada ou Trovoadas
	Minas Novas – Turmalina – Chapada do Norte	Área de implantação da Barragem Santa Rita
	Novo Cruzeiro	Fazenda Aruega
		Córrego da Posse
		Fazenda Córrego do Sapezinho
	Palmópolis	Fazenda Recreio Baiano
	Padre Paraíso	Córrego do Bengo
		Fazenda Abelha Brava
		Córrego Comprido
	Pedra Azul	Fazenda Aliança, São Lourenço e Lagoa
		Fazenda Peixe
		Fazenda Itajubá
		Fazenda São Francisco ***
	Poté	Fazenda Rosangela
		Córrego Três Voltas
	Rio do Prado	Fazenda Santa Cruz da Conquista
	Salto da Divisa	Fazenda Monte Cristo
		Fazenda Portão
	Teófilo Otoni	Colônia ou Patronato Dom Bosco
		Fazenda Boiadeiro
Fazenda Magnata		
Fazenda Santa Helena		
Fazenda Saudade		
Fazenda Freixos		
Fazenda Frei Gonzaga		
Fazenda Boa Vista		
Fazenda Americaninha		
Fazenda Curvina e Coio		
Fazenda Suíça		
Turmalina	Fazenda São Miguel	
	Fazenda Mato Grande	
Zona da Mata	Miradouro	Monte Alverne
	Coronel Pacheco	Fazenda Capoeirinha
	Caratinga	Fazenda Casa Verde
	Juiz de Fora	Fazenda do Yung
	Muriaé	Área de implantação de barragem – Companhia

		Força e Luz Cataguases Leopoldina
	Raul Soares	Fazenda São Martinho
	Santo Antônio do Aventureiro	Fazenda Benfica
	Santos Dumont – Ewbank da Câmara	Área de implantação da Barragem Chapéu D’Uvas
	Tombos	Fazenda Cachoeira
Noroeste	Arinos	Fazenda Piratininga/São Cristóvão
		Fazenda Rancharia
	Bonfinópolis de Minas	Fazenda Mamoneiras
		Fazenda Mucambinho
		Fazenda Riacho dos Cavalos – povoado Mandiocal
		Fazenda Saco do Rio Preto
		Fazenda Assa-Peixe
		Fazenda Santo Antônio do Barreiro
	Buritis	Fazenda Pé de Serra
	Guarda-Mor	Fazenda Campo Alegre
Fazenda Cumprido		
Noroeste	João Pinheiro	Fazenda Tamboril
		Fazenda Curralinho
		Fazenda Estrela
		Fazenda Porto Carvalho
		Fazenda Fruta D'anta e Ave Maria
		Fazenda Mangabeira ou Fazenda São Jerônimo
		Fazenda Santo Antônio do Morro
		Fazenda Biboca
Paracatu	Fazenda Barreirinho	
	Fazenda Bom Jesus	
	Fazenda Brejinhos	
	Fazenda Buritizeiros	
	Fazenda Canoinha	
	Fazenda Capoeirinha	
	Fazenda Fernandes	
	Fazenda Inhumas	
	Fazenda Silva	
	Fazenda Vereda do Meio	
	Fazenda Jambreiro	
	Fazenda Guariroba	
	Fazenda Capoeira	
Fazenda José Ferreira Rocha		

Noroeste		Fazenda Lages
		Fazenda Lagoa Rica
		Fazenda Santa Catarina
		Fazenda Vista Alegre
		Fazenda Retiro
		Fazenda Mucambo
		Fazenda Ponte Queimada
	Presidente Olegário	Fazenda Barreirão / Buenos Aires
		Fazenda Prata dos Netos
	Unaí	Fazenda São Pedro e Cipó
		Fazenda Barreirinho
		Fazenda Bálsamo
		Fazenda Cardoso
		Fazenda Comarinhas
		Fazenda Curral Novo ou Curral do Fogo
		Fazenda Extrema
		Fazenda Nandigueiros
		Fazenda Pasto dos Bois
		Fazenda Pico
		Fazenda Riacho das Pedras
		Fazenda Saco Grande
		Fazenda Salitre
		Fazenda São Pio
		Fazenda Santa Rita
		Uruana
		Fazenda Tabocas
		Fazenda Porteira e Santa Cruz
Fazenda Mamoeira		
Colônia Ruralminas		
Norte	Águas Vermelhas	Fazenda Cachoeira da Boa Vista
	Bocaiúva	Fazenda Copacabana
		Fazenda Bunitis
		Fazenda Catoni
		Fazenda Curral das Varas
		Fazenda Betânia
	Brasília de Minas	Fazenda Caraíba
		Fazenda Raiz
		Fazenda Pé de Serra
	Buritizeiros	Córrego Formoso
		Fazenda Chupé
		Fazenda Currais
		Fazenda São Francisco
		Fazenda Sítio Lucidia
	Fazenda Marangaba	

Norte		Fazenda Ribeirão do Gado	
		Fazenda Espinho	
		Fazenda Mantega	
	Coração de Jesus	Comunidade de Espigão	
		Fazenda Mumbuca	
	Cristália	Fazenda Santa Clara	
	Francisco Dumont	Fazenda Espírito Santo	
	Grão-Mogol	Fazenda Cercadinho	
		Fazenda Formosa	
	Itacarambi	Fazenda Vargem Grande	
		Brejo da Pindaíba	
	Janaúba	Projeto Gorutuba	
	Januária		Fazenda Formoso
			Fazenda Unhal
			Fazenda Bois
			Fazenda Capivara
			Fazenda Casa de Telhas
			Fazenda Cruz
			Fazenda Forquilha
			Peruaçu
			Fazenda Itaparicana ou Ilha Coroa das Bestas
			Fazenda Morro do Angu
			Fazenda Palmeirinha
			Fazenda Pandeiros
			Fazenda Pequizeiros
			Fazenda Picos, distrito de São Joaquim
			Fazenda Retiro – Ilha das Cabaceiras
			Fazenda Rio Peixe
			Fazenda Rio do Boi
			Fazenda Rio Pardo
			Fazenda Triunfo
			Tanque ou Lagoa D'anta
		Fazenda Sertão Vereda	
		Ilha Impoeira	
		Comunidade de Cardoso	
	Jequitai		Fazenda Correntes
			Agropecuária
		Fazenda Várzea do Cavalo	
	Juramento	Barragem Juramento	
	Lassance	Fazenda Piedade	
Lassance/Claro das Poções	Fazenda Santo Antônio		
		Córrego do Escuro	
		Fazenda Pedro Luiz Braga	
		Fazenda Ressaca	
		Fazenda Retiro – Pau Preto	

Norte	Manga	Fazenda Baixo Espinho
		Fazenda Serraria
		Fazenda Entrelinhas
		Fazenda Bela Vista ou Vereda
		Gado Bravo
		Áreas de implantação do Projeto Jaíba
	Montalvânia	Fazenda Lagoa da Pedra
		Fazenda Vaca Preta
		Fazenda Boa Esperança
	Monte Azul	Fazenda Barroca
		Fazenda Poço da Vovó
	Montes Claros	Brejinho e Riachinho
		Fazenda Porteirinha
	Pirapora	Ilha da Marambaia ou Fazenda Marambaia
		Fazenda Rebeca
		Fazenda Paco Paco e Genipapo
		Fazenda Prata
	Porteirinha	Barragem Rio das Lages
		Fazenda Angicos
		Fazenda Boca do Mato
		Fazenda Coco do Gravatá
	Riacho dos Machados	Fazenda Tapera
	Rio Pardo de Minas	Fazenda Manoel Chico
	Rubelita	Fazenda Galanto
		Fazenda Rodeador
		Sítio Mucambo
	Salinas	Fazenda Pindaíba ****
	Santa Fé de Minas	Ilha do Riacho Claro
	São Francisco	Fazenda Boqueirão
		Fazenda Morrinhos – Água Branca
		Fazenda Atoleiro
		Fazenda Vieira (Pintópolis hoje)
		Fazenda Gameleira
Fazenda Porto Novo		
Fazenda Catinga		
Fazenda Riacho Fundo		
Serra das Araras		
Fazenda São Félix		
Fazenda Urucuia		
Fazenda Vereda Grande		
São Francisco/Arinos	Fazenda Menino	
	Fazenda Mimoso – Caiçaras	



	São Romão	Fazenda Vargem Grande
		Fazenda Brejo Verde (Riachinho hoje)
		Fazenda Logradouro do Boaventura
		Fazenda Riacho – Cavalo Morto
		Fazenda São João do Boqueirão
		Reserva Logradouro
		Comunidade Conceição
	Taiobeiras	Fazenda Lagoa Dourada
		Fazenda Lagoa Grande
		Fazenda Lagoa Seca
	Várzea da Palma	Fazenda Barra do Guaicuí
		Ilha das Velhas
	Varzelândia	Fazenda Furado Novo
		Fazenda Bonança
		Fazenda Boa Esperança
		Fazenda Ipiranga
		Fazenda Rio Verde
		Fazenda Córção
		Fazenda Flores
		Fazenda Ramalhudo Mártires
Fazenda União		
Fazenda Arapua		
Fazenda Caitité		
Rio Doce	Antônio Dias	Sítio José de Oliveira
	Braúnas	Fazenda Lambari
	Coronel Fabriciano	Fazenda Achado
		Comunidade de Cocais
	Engenheiro Caldas	Comunidade de Divino das Traíras
	Campanário	Fazenda de João Peres
	Mesquita	Comunidade de Soveno
	Tumiritinga	Fazenda Califórnia e Limeira
	Virgolândia	Fazenda Lagoa do Peixe
		Fazenda Macedônia
	Frei Inocência	Fazenda Eldorado
	Governador Valadares	Fazenda Modelo
		Fazenda Angra
Santa Maria do Suaçuí	Fazenda Formosa Urupuca	
Belo Oriente	Distrito de Pépetuo Socorro	
Caratinga	Fazenda Horto Conceição	
	Fazenda do Senhor Mário Damasceno	

Sul	Alfenas	Fazenda Conquista
	Paraisópolis	Não identificada
	Piumhí	Pântano
	Sapucaí Mirim	Fazenda Cachoeira ou da Cachoeira
Centro-oeste	Carmo da Mata	Fazenda Semente

\* Nas fontes aparece como localidade de Brejaúba e Córrego Brejaúba

\*\* Nas fontes também aparece na cidade de Araçuaí e Coronel Murta

\*\*\* Nas fontes também aparece como Lagoa do São Francisco

\*\*\*\* Nas fontes também aparece na cidade de Rio Pardo

## Anexo 2

<b>Relação das fazendas desapropriadas em Minas Gerais no período de 1964 a 1988</b>			
<b>Fazenda</b>	<b>Município</b>	<b>Região do estado</b>	<b>Data da desapropriação</b>
Vereda Grande	São Francisco	Norte	1983
Saco Grande/Palmeirinha	Unaí	Noroeste	1984
Barreiro	Iturama	Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba	1985
Fruta D'Anta	João Pinheiro	Noroeste	1986
Aliança	Pedra Azul/André Fernandes	Jequitinhonha e Mucuri	1986
Lagoa	Pedra Azul	Jequitinhonha e Mucuri	1986
Agrivale/Mocambinho	Manga	Norte	1986
Bálsamo	Unaí	Noroeste	1986
Córrego Comprido	Padre Paraíso	Jequitinhonha e Mucuri	1986
Manga/Japoré	Manga	Norte	1987
Cruz e Macaúbas	Santa Vitória	Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba	1987
São João do Boqueirão	São Romão	Norte	1987
Brejo Verde	São Romão	Norte	1988
São Pedro e Cipó	Unaí	Noroeste	1988
Boa Esperança	Varzelândia (hoje Verdelândia)	Norte	1988
Barreirinho	Unaí	Noroeste	1988
Pico	Unaí	Noroeste	1988
Aruega	Novo Cruzeiro	Jequitinhonha e Mucuri	1988
Mimoso	Arinos/São Francisco	Noroeste/Norte	1988